

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

“Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (ca. 1845-1865).

Carla Menegat

Porto Alegre, 2015.

Carla Menegat

“Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do estado oriental do 2ruguai. (1845-1835).

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Grande do Sul – UFRGS, para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Professor Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Banca examinadora:

Dra. Márcia Eckert Miranda (Unifesp)

Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti (UFMS)

Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPel)

Dra. Helen Osório (UFRGS)

Porto Alegre, dezembro de 2015.

CIP - Catalogação na Publicação

Menegat, Carla

"Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha": atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (ca. 1845-1865). / Carla Menegat. -- 2015. 335 f.

Orientador: Cesar Augusto Barcellos Guazzelli.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Brasil-Uruguai. 2. Caudilhismo. 3. Guerra Grande. 4. Brasil Império. 5. Pecuária. I. Barcellos Guazzelli, Cesar Augusto, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Resumo

A presente tese tem como objetivo analisar as reivindicações dos estancieiros brasileiros estabelecidos no norte do Estado Oriental do Uruguai e dirigidas às autoridades do Império do Brasil no período que compreende o fim da Revolução Farroupilha e o início da Guerra do Paraguai. A ocupação da campanha norte do Uruguai por criadores de gado luso-brasileiros remonta ao fim do período colonial, passando pelas arreadas de gado selvagem realizadas nas décadas finais do século XVIII e se consolidando como ocupação estável a partir da marcha do “Exército Pacificador” em 1811. Par a par com as expedições militares grandes porções de terra passaram a ser ocupadas e concedidas como sesmarias. Nos anos 1830, 1840 e 1850, o avanço dos brasileiros desde o Rio Grande do Sul em direção aos territórios no interior da campanha se intensificou. Com o início em 1839 da Guerra Grande, o conflito civil que dividiu o Estado Oriental em dois governos, as reclamações de indivíduos de nacionalidade brasileira começaram a ser recebidas com cada vez maior frequência pelas autoridades diplomáticas. Inicialmente localizadas na capital uruguaia, onde a facção política dominante dos *colorados* aboliu a escravidão em 1842, num movimento orientado a melhores condições de recrutamento, as reclamações se avolumaram na campanha norte, majoritariamente ocupada por estancieiros rio-grandenses, a partir de 1847. A partir desse momento, as reclamações sobre violências contra os direitos dos súditos do Império brasileiro se concentraram na outra facção, os *blancos*. Analisando essas reclamações o objetivo aqui foi compreender como a política de ambas as facções se relacionava com as pretensões dos brasileiros em relação a suas propriedades no Estado Oriental e quais foram os mecanismos sociais e políticos que esses estancieiros construíram e acionaram para garantir o atendimento de seus pleitos.

Abstract

The objective of this research is to analyse the demands made by Brazilian ranchers who owning properties in the North of *Estado Oriental del Uruguay*, specifically those directed to the authorities of the Brazilian Empire from the end of the *Farroupilha Revolution* to the beginning of the Paraguayan War. The Luso-Brazilian ranchers began to appropriate the Northern grasslands of Uruguay during the later years of the Colonial Period while furling wild cattle through the last decades of the 18th Century. The advance of the "Pacifying Army", in 1811, led to a permanent occupation. Hand in hand with this military expedition, big portions of the land were occupied and granted as *sesmarias*. The decades of 1830, 1840 and 1850 saw the increasing advance of Brazilian ranchers from Rio Grande do Sul towards the central grasslands of Uruguay. In 1839 began the *Guerra Grande* – a civil war which split the *Estado Oriental* in to two different governments. The war led to increasing complaints sent by these same Brazilians to the diplomatic authorities. At first those complaints came from the Uruguayan capital, where the *colorados*, the dominant political faction in the city, freed slaves in 1842 only to draft them. Since 1847, the demands began to swell in the northern grasslands, occupied by a majority of Rio Grande do Sul ranchers. From then on, the complaints of violence against the subjects of the Brazilian Empire came mainly from the *blancos*, the competitive political faction. Through the analysis of such complaints, the objective of this research is to understand how the politics of both factions affected the Brazilians' claims over their properties in the *Estado Oriental* and which social and political apparatus they built and actuated in order to maintain their pleas.

Agradecimentos

Essa tese é fruto de uma trajetória nem sempre linear. Meus agradecimentos refletem essa condição.

Agradeço ao professor Cesar Guazzelli pela orientação desde a graduação e pela relação saudável e sincera que acompanha esse trabalho. Foram a sua disponibilidade e a autonomia que me concedeu que permitiu que esse trabalho se concretizasse.

Agradeço também ao professor Vitor Izecksohn da UFRJ pela orientação que me concedeu no período em que realizei meu Estágio de Doutorado dentro do País (SWP) no Rio de Janeiro. Da mesma forma agradeço ao CNPq pelo suporte financeiro para minha pesquisa, oportunizado por essa bolsa e pela oferecida na cota do PPG em História da UFRGS. Agradeço também a este Programa pela acolhida ao meu trabalho.

Sou muito grata aos professores Fábio Kuhn e Mariana Flores da Cunha Thompson Flores que fizeram importantes considerações em minha banca de qualificação e por em diferentes momentos serem interlocutores sempre interessados nessa pesquisa. E também a professora Keila Grinberg que organizou um simpósio e a partir deste um livro, contribuindo em muito sobre o meu trabalho com suas considerações ao meu artigo. Da mesma forma, agradeço aos professores que compuseram esta banca de defesa pelas contribuições.

Ao longo destes anos diferentes pessoas me disponibilizaram bibliografia e documentos ou me brindaram com importantes pontos de vista. Em Porto Alegre, entre os arquivos e os intervalos para cafés encontrei o velho colega Tiago Leitão de Araújo, o Luciano Costa Gomes e a Arlene Foletto. Com o coração também saudoso de Montevideu e das coisas do país vizinho, Marcos Luft me ajudou com bibliografias. Perdidos e encontrados no tráfego entre a província e a Corte foram fundamentais Jonas Vargas, que além de tudo me cedeu preciosos documentos e minha companheira de buscas no Arquivo Nacional, Dani Carvalho. Nas terras cariocas Hevelly Aruche e Rachel Caé foram parcerias importantes e queridas. Nos congressos e simpósios da vida foi importante encontrar com Natalia Stalla, Karla Chagas, Luís Augusto Farinatti, José Iran Ribeiro, Paulo Moreira, Márcia Eckert Miranda, Gabriel Berute e Edsiana Aita com quem debati temas que ampliaram meu campo de visão e, portanto, meu muito obrigado.

No IFSul, agradeço a Joice, que me adotou e me ajudou em diferentes momentos e tem um pedaço do meu coração. Minha *gratitud* a Fernando, sempre a postos para todos

os perrengues e para as alegrias também e à Denise e a Andréia, pelos papos gostosos, às vezes em espanhol. Agradeço também à Direção de Ensino nas pessoas do Professor Amauri Costa e da Professora Adriane Delgado que foram extremamente solícitos ao permitirem meu afastamento para uma curta temporada de pesquisa em 2014 e para a escrita da tese neste ano. Ainda, agradeço aos meus bolsistas guerreiros, Ana Carolina, Thiago e Luiz Otávio pela dedicação de seu trabalho. Dos colegas que se evadiram, minha mais profunda gratidão ao compadre e amigo Tiago, que não apenas foi um motorista rápido e seguro nessa nossa estrada, mas foi um irmão. Também a Laíne e a Mariluci, que compartilharam não só a visão sobre a educação, mas os almoços, as saidinhas e o afeto. A minha vida de transumante semanal ficou mais leve pela companhia de vocês.

Aos amigos de sempre minha alegria por tê-los e minha gratidão por se manterem comigo: a Diana, minha *brother* que por sorte sempre me recebe docemente no Rio e só me faz bem sempre; a Ananda, Charles, Sílvia, Quinsani, Beck e Josué, a quem também desejo vida longa à Horda da História e à nossa amizade; a Anelice, que sempre aparece, mesmo que com duas horas de atraso, nunca falhando; ao Jocelito, com quem compartilho tanto que acabamos escrevendo juntos e com quem sei que posso sempre contar; ao Edson, que sempre me salva e depois ri comigo e de mim; a Vanderlise, companhia sempre a postos, pra qualquer situação; a Taís, com quem posso passar a tarde conversando e depois a noite e nem chego a cansar; e à Cris, que me recebeu novamente para mais uma temporada de descobertas. Por fim, nesse bloco dos amores desde sempre, agradecimento especial à minha pequena Camila, minha família nessa capital de província, desejo que eu sempre possa contar com teu sorriso doce e teu apoio sólido. No bloco dos amores adquiridos, agradeço à Cecília e ao Marcelo, que foram viver no país das tulipas e ainda assim estão todos os dias conosco, obrigado por me acolherem nessa seleta família.

Ao Leonardo agradeço por compartilhar comigo a vida. Esses anos foram bem mais interessantes porque estamos juntos e tenho certeza que todo dia sou uma pessoa melhor por que decidimos dividir a busca por uma vida boa.

Ao meu pai, Crespin, meu agradecimento por ser a pessoa serena e firme que é e por acima de tudo manter a alegria nos teus olhos. Teu apoio e teu amor, desde sempre, me fazem ter segurança para seguir qualquer caminho que eu queira.

Essa tese é dedicada à minha mãe, Teolinda, que foi sorrir em um canto da minha memória e me fez entender que ausência pode ser uma presença constante.

Sumário:

Lista de Abreviaturas	10
Lista de Figuras e Tabelas	11
Introdução	12
Primeira Parte - A nação e a comunidade dos proprietários: brasileiros no Estado Oriental do Uruguai em meados do século XIX	37
Capítulo I - Os brasileiros estabelecidos em Montevideú, os caudilhos e a Guerra Grande.....	38
1.1 – Os cidadãos e suas propriedades: direitos sobrepostos em identidades manejadas	53
Capítulo II - Os brasileiros estabelecidos na campanha uruguaia	94
Segunda Parte – As reivindicações dos brasileiros com propriedades no Estado Oriental: as reclamações, os indivíduos e as soberanias das nações.....	153
Capítulo III – O recrutamento militar, a cidadania e a liberdade	163
3.1 – O recrutamento de negros e pardos, escravos e libertos	172
3.2 As fugas e a acolhida: guerra, exército e razão de Estado	182
Capítulo IV - Embargos, confiscos, títulos de terras e marcação do gado: violências contra as propriedades	205
4.1 – Agentes políticos na fronteira: a expansão do Estado Nacional dos <i>blancos</i>	233
4.2 – As <i>califórnicas</i> : o Barão do Jacuí se encontra com a formação de dois Estados Nacionais, ou como homens, cavalos e guerra se relacionavam com a capacidade de intervenção na fronteira.....	244
Capítulo V – As ofensas e violências.....	283
Conclusão	306
Fontes Primárias	314
Bibliografia.....	317

Lista de Abreviaturas:

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

AGNUy – Arquivo General de La Nación, Uruguai

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BNUy – Biblioteca Nacional do Uruguai

Lista de Figuras, Tabelas e Gráficos:

Figura 1 – Estado Oriental do Uruguai	35
Figura 2 – Região da Bacia do Rio da Prata em meados do século XIX	39
Figura 3 – Uruguai: divisão segundo as listas de proprietários brasileiros do Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros.....	101
Figura 4 – Uruguai: divisão dos Departamentos durante a Guerra Grande	109
Figura 5 – Mapa com as ondas de ocupação do norte do Estado Oriental	111
Figura 6 – Mapa da região das charqueadas uruguaias do Rio Jaguarão.....	226
Figura 7 – Região onde aconteceram as <i>califórnicas</i>	273
Tabela 1 - Censo Geral Uruguaio de 1852: Habitantes Nacionais e Estrangeiros por Departamento	114
Tabela 2 – Número de propriedades segundo as listas do Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros	132
Tabela 3 – Propriedades segundo dimensões registradas no RRNE	133
Tabela 4 – Propriedades até 5 léguas distribuídas por região segundo o RRNE	135
Tabela 5 – Propriedades com mais de 6 até 9 léguas, por região segundo o RRNE	136
Tabela 6 – Propriedades acima de 10 e até 19 léguas, por região segundo o RRNE ..	136
Tabela 7 – Propriedades com mais de 20 léguas por região segundo o RRNE	137
Tabela 8 – Gado bovino abatido nas charqueadas e saladeros da América do Sul (1857-1862)	232
Gráfico 01 – Ano das fugas dos escravos a partir da relação de 1850	195
Gráfico 02 – Charque exportado pelo Rio Grande do Sul entre 1837 e 1890	216
Gráfico 03 – Preço da arroba de charque exportado em réis	231
Organograma 1 – Sistema Fiscal do Gobierno del Cerrito.....	212

Introdução

No ano de 1848, um grupo de proprietários brasileiros estabelecidos no Uruguai, liderados pelo Barão do Jacuí, escreveu uma interessante petição ao Império. Nessa missiva, os suplicantes pediam o melhoramento de sua sorte e descreviam sua situação: “Deixando seus lares pátrios e transportando fortunas para além do Quaraí, povoaram imensa campanha, que deserta e inculta, nenhuma utilidade produzia, seguros de garantir a proteção e garantia de suas propriedades, com a qual contavam tendo em vista” a legislação do Império¹. A narrativa que se segue a essa afirmação explicita todo o sofrimento que estes proprietários acreditavam sofrer injustamente, iniciado com a revolta de Rivera – início da Guerra Grande – e o ataque realizado a suas propriedades que se seguiu, quando “os sagrados direitos do homem e do cidadão foram desrespeitados, a propriedade foi violada e o gozo dela tolhido de seus possuidores”. Ao longo do século XIX, em diferentes momentos, a exemplo desse caso, produtores brasileiros instalados no país vizinho se dirigiram a diferentes autoridades do Império solicitando intervenções em favor dos seus direitos que consideravam constantemente violados por autoridades uruguaias. A presente pesquisa busca investigar a intervenção deste grupo dentro do sistema político monárquico, bem como suas atividades econômicas e a articulação de estratégias sociais.

A instalação das primeiras charqueadas ao fim do século XVIII deu novo impulso à economia do Rio Grande do Sul. A pecuária, inicialmente voltada para a demanda internacional de couro surgida no fim do século XVIII, ganhou outra dimensão. Fruto das duras secas, a crise de produção de carne salgada no nordeste brasileiro abriu espaço para o investimento de comerciantes atentos à oportunidade gerada pela demanda de alimentação dos escravos². Demanda essa que, no caso das grandes plantações cafeicultoras do Vale do Paraíba durante a década de 1830, significava um ¼ das

¹ Petição sem data, localizada nos registros dos anos de 1847-1848 e reproduzida como parte do processo de investigação do Barão do Jacuí por conta dos episódios das *califórnia*s. Códice 309/4/23 – AHI.

² VIEIRA JR, Otaviano. “De Família, Charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824)”. In: *Anos 90*. Vol.16, n° 30, 2009.

despesas³ e impulsionou a reorganização da produção e comercialização em diferentes áreas do país.

O surgimento de elites comerciais e agrárias inseridas no circuito comercial interno configurou o topo da hierarquia social desta região do Império, dentre estas, os estancieiros rio-grandenses, boa parte deles possuindo terras na República Oriental do Uruguai. Em torno de 1857, estimava-se 30% do território do país vizinho era composto por propriedades destes estancieiros, que migraram parte de seus negócios pecuários atraídos pelo preço acessível da terra e pela superior qualidade dos pastos. A criação extensiva impulsionava a expansão da atividade em direção ao interior do território vizinho, que se tornara um verdadeiro campo de engorda de gado para as charqueadas rio-grandenses. Considerado verdadeiro prolongamento econômico e social dos estancieiros, o território concentrava os interesses produtivos da província do Rio Grande do Sul, dado que as charqueadas eram profundamente dependentes do gado ali criado⁴.

A profundidade das mudanças no mundo agrário do Oitocentos também influiria sobremaneira na ação desses estancieiros. A Lei de Terras e a valorização fundiária implicavam não somente na busca do território vizinho como alternativa, mas numa reorganização de estratégias de patrimônio e legado. Da mesma forma, o encarecimento dos cativos em razão do final do tráfico atlântico, em 1850, teria efeitos na constituição da atividade produtiva e da conformação social das relações desses estancieiros. Somados, ambos os fatores, oneravam imensamente a produção, aumentando o preço do gado rio-grandense, tornando a produção em terras do país vizinho uma alternativa vantajosa.

Desde a independência uruguaia, em 1828, as queixas destes súditos do Império sobre confisco de gado e desapropriações estavam presentes, mas foi durante a Guerra Grande, o conflito civil uruguaio ocorrido entre 1839 e 1851⁵, que estes problemas se

³ FRAGOSO, João L. R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 180.

⁴ SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício. “Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX”. In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004. VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. É possível que os dados de que 30% do território uruguaio era ocupado por brasileiros, na verdade se refiram apenas à parcela deste localizada acima do Rio Negro, como afirma: ALONSO, Rosa; SALA DE TOURON, Lucía. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco*. Tomo I: Economía; Tomo II: Sociedad, Política e Ideología. Montevideu: Ediciones de La Banda Oriental, 1986; 1991.

⁵ Guerra Grande é a denominação que a historiografia uruguaia dá ao conflito entre os partidos *colorado* e *blanco*. Profundamente aliados aos unitários argentinos, os *colorados*, liderados por Fructuoso Rivera, se

intensificaram e passaram a ser encaminhados às autoridades diplomáticas. A necessidade de abastecimento das tropas de ambos os lados da contenda provocava ataques constantes, tornando em algumas situações a produção inviável. Ainda, o presidente uruguaio Oribe, líder do partido *blanco*, proibiu em diversas ocasiões e de forma mais drástica em 1848 a passagem de bovinos para o Rio Grande do Sul e encarregou as autoridades militares na fronteira de enquadrar como contrabandistas os transgressores. Marcada por alianças caudilhescas, a política do país vizinho não oferecia estabilidade para acordos políticos⁶.

Os pedidos de intervenção militar ou diplomática feitos à Corte do Rio de Janeiro eram persistentes. Partindo da Assembleia provincial, das autoridades militares da fronteira, dirigidos diretamente à legação diplomática em Montevideu ou ainda através de outros diferentes canais de petição indiretamente direcionados ao poder central, as reclamações constantes dos estancieiros se tornaram a tônica da relação entre a província do Rio Grande de São Pedro e a Corte, e entre esta e o Estado Oriental. Desprezados na maior parte do tempo pelo governo central, eram considerados como conflitos que diziam respeito às facções caudilhescas e, portanto, deviam ser resolvidos pelos envolvidos na esfera do privado. Em resposta a essa postura, considerada de descaso, ações particulares de apresamento de gado, as *califórniás*⁷, capitaneadas por estancieiros e suas tropas particulares, invadiam o território vizinho, garantindo pela violência o que não era realizado pelo Estado.

Além disso, o peculiar processo que levou o Uruguai à independência deixou marcas na relação com o Império, dado que, o acordo de paz mediado pela Inglaterra permitia a intervenção tanto do Rio de Janeiro quanto de Buenos Aires no país vizinho sempre que esta fosse necessária para garantir a soberania da nova nação⁸. A desconfiança

tornaram alvo do presidente vizinho Juan Manuel Rosas, que por sua vez era aliado do principal líder dos *blancos*, Manuel Oribe. Por mais que seja considerada uma guerra civil, este conflito extrapolava as fronteiras, coexistindo na Argentina e apenas tendo sido encerrado graças à interferência militar do Império do Brasil. Ao longo do texto dessa pesquisa, creio que será possível compreender melhor a Guerra Grande, muito embora ela não seja seu objeto principal de análise.

⁶ Para entender melhor as alianças personificadas que os líderes políticos do Prata e do rio Grande do Sul mantinham ver: GUAZZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província. A república Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013.

⁷ O termo “*califórnia*” como designação da prática empregada especialmente pelo Barão de Jacuí, mas que é ainda anterior, de atravessar a fronteira Brasil-Uruguaio e tomar o gado à força como represália pelos confiscos realizados pelas autoridades uruguaias, era uma alusão à contemporânea descoberta de ouro naquele território da América do Norte. Para mais, ver o capítulo 4.

⁸ Essa possibilidade estava expressa no artigo 11 da Convenção Preliminar de Paz, documento que criou o Estado Oriental do Uruguai: “Ambas as Altas Partes Contractantes declararão muito explicita e categoricamente, que qualquer que possa, vier a ser o uso da proteção, que na conformidade do Artigo antecedente se promete, à Provincia de Montevideo, a mesma proteção se limitará, em todo caso, a faser restabelecer a ordem, e cessará imediatamente que esta for restabelecida”. CV Diversos, Maço 66, Lata 77. AHRS.

de que o Império era herdeiro do expansionismo colonial português na Bacia do Prata ficou fortalecida depois da intervenção de 1851-1852 contra Oribe e Rosas. Transformando o que antes era reivindicação privada dos estancieiros em parte dos argumentos para a campanha militar, o Império tomaria parte na disputa platina, intervindo não só na disputa política uruguaia, como também na argentina.

Os tratados resultantes da vitória da aliança entre o Império e os *colorados*⁹ permitiram que os estancieiros retornassem às suas atividades, levando escravos como peões contratados, atravessando gado livremente e garantindo a propriedade da terra. Mas também resultaram em mais um elemento a reforçar a tensão existente entre o Império e as repúblicas platinas. Essas tensões ressurgiriam com total força na década de 1860, quando uma nova conjuntura no Estado Oriental levaria à intensificação das perseguições aos proprietários brasileiros. Outro ingrediente que aumentava a tensão era a questão da livre navegação dos rios platinos, necessária ao Brasil para fazer a ligação com a distante província do Mato Grosso. Ambas as questões levariam à Guerra do Paraguai¹⁰.

As oscilações nas relações entre os países acabavam refletindo as disposições das facções políticas orientais, que pendiam ora para a aliança, ora para o conflito armado. Em resposta, o Império preferia encarar possíveis retaliações aos seus súditos como réplica a conflitos de ordem privada, reforçando a percepção de que as repúblicas não possuíam uma organização estatal confiável. Novamente essa prática mudaria com a ascensão do *blanco* Bernardo Berro ao poder de Montevideu em 1861. Declarando encerrado o Tratado de Comércio de 1851 e impedindo a contratação de peões negros por

⁹ Os tratados assinados em 1852 entre o Império do Brasil e o Estado Oriental do Uruguai foram cinco: o Tratado de Aliança, que legalizava a intervenção brasileira para garantir a paz interior e os hábitos constitucionais; o Tratado de Extradicação, pelo qual o Uruguai e o Brasil se comprometiam a devolver criminosos comuns e escravos fugidos; o Tratado de Comércio e Navegação, que determinava a abolição por dez anos do imposto cobrado na fronteira pela exportação do gado em pé, charque e derivados do gado, além e isentar os brasileiros residentes no Uruguai do serviço militar, das requisições militares, proibia o confisco da propriedade privada e por fim, declarava comum a navegação do Rio Uruguai e seus afluentes; o Tratado de Limites que estabelecia a navegação exclusiva dos brasileiros na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão, a linha divisória norte sendo o Rio Quaraí e a possibilidade de construir fortificações nas margens dos rios Cebollati, Tacuarí e em todos os rios que desembocassem na Lagoa Mirim, até meia légua dentro do território uruguaio; e o Tratado de Empréstimos e Subsídios ou de Prestação de Socorro, que reconhecia a dívida uruguaia com o Brasil pela ajuda subministrada durante a Guerra Grande concedendo as rendas aduaneiras como garantia. O texto integral dos tratados se encontra disponível em < <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1851> >

¹⁰ DORATIOTO. Francisco. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

seis anos, Berro fazia retornar com toda força o conflito com os estancieiros brasileiros¹¹ e acabava por tocar novamente em pontos sensíveis para o centro do poder no Império.

Em oposição, o *colorado* Venâncio Flores reuniria o apoio imperial, dos estancieiros rio-grandenses, e do presidente Bartolomeu Mitre, que buscava consolidar a primazia política e econômica de Buenos Aires dentro da República Argentina. Berro tentava criar uma nova relação de forças políticas no Prata, estabelecendo aliança com Assunção e com as províncias dissidentes da Argentina, principalmente Entre Ríos e Corrientes. O acordo nunca foi oficialmente firmado, mas o presidente paraguaio demonstrou-se interessado na aproximação com o partido *blanco* e uma possível utilização de Montevidéu como porto comercial. O mesmo acontecia com as províncias argentinas, que mantinham aspirações federalistas e buscavam fugir das altas taxas alfandegárias de Buenos Aires.

Venâncio Flores e os *colorados* se organizaram militarmente desde Buenos Aires e invadiram o Uruguai em 1863 com sua *Cruzada Libertadora*, iniciando mais uma guerra civil. A perseguição aos brasileiros, geralmente vistos como alinhados com os *colorados*, foi reforçada. E mais uma vez o Império não tomava medidas que garantissem os direitos de seus súditos. Foi nesse contexto que o deputado Felipe Nery, como porta voz do antigo líder farroupilha Antônio de Souza Netto, proprietário estabelecido com estância no Uruguai, discursava na Corte em defesa dos interesses dos “40 mil brasileiros residentes no país vizinho”¹². A questão colocou as autoridades imperiais num impasse, tendo de assumir que os problemas privados se sobrepujam aos nacionais. A opção de atender os reclames do caudilho Netto também significava não ocasionar uma nova guerra civil na província. O fantasma da Revolução Farroupilha (1835-1845) seguia rondando as relações entre os líderes políticos e militares da província e o poder central, sendo evocada como instrumento de barganha¹³.

A escolha pelo recorte temporal aqui apresentado se deu justamente nesses marcos, por ser este o período onde se evidenciam os problemas entre proprietários

¹¹ GUAZZELLI, Cesar Augusto B. “A Guerra do Paraguai e suas implicações na história e na sociedade da Baía do Prata” In: *Anais do I Encontro de História Brasil-Paraguai*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2002, p.299-351

¹² GUAZZELLI, Cesar Augusto B. “A Guerra do Paraguai e suas implicações na história e na sociedade da Baía do Prata” In: *Anais do I Encontro de História Brasil-Paraguai*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2002, p.299-351.

¹³ ZALLA, J.; MENEGAT, C. “História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 62, 2011; PICCOLO, Helga I. L. “A Política Rio-Grandense no Império”. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: Economia E Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

brasileiros e autoridades uruguaias, e especialmente quando estes causam algum impacto nas relações entre os estancieiros e a Corte. Encerrado o decênio da Revolução Farroupilha e pacificada a província, os líderes reintegrados em maior ou menor grau ao sistema político monárquico, esse foi o período em que se pode avaliar as formas de articulação política e social desses indivíduos. A memória do conflito seguia presente, mas ao invés de necessariamente reacender pretensões à insurreição, a participação direta no próprio governo central tornava-se uma alternativa vantajosa para as elites rio-grandenses¹⁴.

Compreender como estes estancieiros se relacionavam com o poder central, alvo de suas petições é ponto fundamental, e para isso dois fatores de ordem político-administrativa do Império devem ser explicitados:

- a) o gradual crescimento da burocracia estatal e da criação e preenchimento de novos cargos administrativos que tinham por fim atender à crescente complexidade da sociedade e o desenvolvimento sócio-econômico da mesma; e
- b) a implantação de um sistema parlamentar bicameral que buscava estabelecer as normas legais de sua organização política e social e vincular as elites das províncias com o governo central.¹⁵

O primeiro aspecto apontado fala exatamente da capacidade do Império de ampliar sua ação através do território. Chefes de polícia, magistrados, presidentes de província, militares, comandantes superiores da Guarda Nacional, padres e demais funcionários públicos, providos pelos Ministros de Estado eram agentes e a própria presença do Estado, mesmo que ali já estivessem. O segundo, se refere às possibilidades de interferência daqueles que eleitos nas províncias chegavam à Corte. Ambos os aspectos sofrerão uma radicalização no período posterior à Guerra do Paraguai, com a ampliação da profissionalização do exército e uma melhor distribuição entre as províncias da ocupação dos cargos ministeriais e, por esse motivo, a pesquisa se detém no início deste conflito.

Se apenas após a Guerra do Paraguai, com a nomeação de Manuel Luís Osório e Gaspar Silveira Martins para o gabinete ministerial, os rio-grandenses atingiram altos cargos do Império, desde a década de 1850 vinham mantendo estreitas relações com

¹⁴ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

¹⁵ *Idem*. p. 19.

ocupantes de cargos imperiais e políticos na Corte. O fluminense José Mariano de Mattos, que atuou nas fileiras farroupilhas, chegou ao Ministério da Guerra em 1864 e, apesar de ter realizado o restante de sua carreira política praticamente toda na Corte como militar, manteve laços muito estreitos com líderes políticos da província. O Visconde de Mauá¹⁶, importador de sal para as charqueadas, proprietário de estâncias e de um banco no Uruguai, destacou-se como grande investidor na província. Rio-grandense e deputado geral na Corte, ele possuía muitos sócios interessados na expansão mercantil do charque, tanto no Rio quanto no sul do país. Alguns rio-grandenses contavam com espaço na corte ainda anterior a esse período como Fernandes Braga e Araújo Ribeiro, os dois presidentes da província que desagradaram os farroupilhas. Nos anos seguintes o primeiro se estabelecerá como magistrado importante na Corte e o segundo, como diplomata na França. Além disso, a ligação entre os militares de fronteira e o então Conde de Caxias, eleito senador pela província em 1847, também compõe esse conjunto de relações.

Ao mesmo tempo, foi neste período que a produção pecuária extensiva teve seu auge, graças ao grande aceleração da produção charqueadora nas décadas de 1850 e 1860. Cerca de 100 mil cabeças de gado entraram anualmente no Rio Grande do Sul no princípio da década de 1860¹⁷, provindas das estâncias uruguaias, o que equivale dizer praticamente um quarto das reses abatidas para a produção de charque. Impulsionada pelos Tratados de 1851 e pelo dismantelamento de boa parte da indústria charqueadora dos vizinhos platinos causada pela sucessão de conflitos e, depois, pela Guerra do Paraguai, a produção rio-grandense do artigo, concentrada na cidade de Pelotas, atingiu seus mais altos níveis históricos¹⁸.

¹⁶ Irineu Evangelista de Souza, barão e visconde de Mauá teve uma participação significativa e bastante particular no período. Banqueiro, sua atuação como industrial foi inovadora no Brasil e sua posição de investidor o tornou singularmente importante para o contexto platino. Nascido no Rio Grande do Sul, criado na Corte e possuidor de fortuna adquirida com seu próprio esforço, Mauá foi indivíduo de trajetória única num momento histórico em que mobilidade social, fortuna e privilégio ainda estavam profundamente conectados. Parte de sua trajetória, aquela que se encontrou com o Estado Oriental do Uruguai, com a própria formação daquela nação, será debatida nos próximos capítulos. Para uma visão biográfica: CALDEIRA, Jorge. *Mauá, Empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁷ As estimativas divergem e são baseadas em dados bastante aproximados. Por exemplo, Barran e Nahum indicam que o Brasil recebia por ano 250000 reses, mas é difícil precisar se esse gado seguia todo para o Rio Grande do Sul e, se mais precisamente se dirigia às charqueadas de Pelotas, mesmo que esse fosse o principal centro de atração. Outros dados podem ser encontrados em BARRIOS PINTOS, Aníbal. *400 años de historia de la ganadería en Uruguay*. Montevideu, Ediciones de La Banda Oriental – Cruz del Sur, 2008. Me baseei nos dados apontados em: VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. p. 287.

¹⁸ MARQUES, Alvarino Fontoura. *Episódios do ciclo do charque*. Porto Alegre: Edigal, 1987.

Outro fator que impulsionou a produção pecuária do sul do Império foi a crise de abastecimento da Corte nos anos 1850 e 1860. A liberação de capitais antes vinculados ao tráfico negreiro para investimentos em outras áreas estimulou o crédito, possibilitando a expansão cafeeira. A mesma extinção do tráfico gerou uma crise de mão-de-obra nas pequenas lavouras agrícolas do Sudeste, com o desvio da força de trabalho escrava para os cafezais, com maior capacidade de suprir os custos de manutenção dos cativos. A ampliação da área das plantações cafeeiras exigiu capacidade de escoamento e o capital dos antigos traficantes passou a ser aplicado na construção das estradas de ferro, que necessitava de muita mão-de-obra. Além disso, o incremento populacional significativo aumentou a demanda de gêneros alimentícios, somando-se aos demais fatores na configuração da crise¹⁹.

A crise obrigou a uma nova conformação das economias do mercado do centro-sul do país, que tinham na população da Corte seu consumidor principal. Especialmente, motivou “a longo e médio prazo a especialização regional das produções para o mercado interno” como resultado da “atrofia da agricultura de subsistência nas zonas agroexportadoras”.²⁰ Nos primeiros anos após a intervenção de 1851 a exportação do charque apresentou crescimento, tendo as vendas do produto aumentado 75% a cada ano e o Rio Grande do Sul tornou-se a província com a maior representação nas importações do porto carioca²¹. Contudo, para a economia agropecuária sul-rio-grandense, a crise de 1853-1854 na Corte imprimiu outras consequências. O *tasajo* – charque platino – teve suas taxas reduzidas de 25 para 11%. Essa redução não afetou os produtores de charque rio-grandenses de imediato, dada a redução drástica do número de *saladeros* uruguaios logo após o fim da Guerra Grande²². Mas o crescimento da indústria argentina – que não havia sido afetada pelos conflitos – e a revisão dos tratados com o Estado Oriental em 1857, levaram a uma crise de superprodução, fazendo o preço do charque despencar. Embora o número de abates tenha se mantido, o decréscimo nos ganhos atingiu os criadores em alguma medida.

¹⁹ Entre 1838 e 1872, a população das freguesias urbanas da Corte mais do que dobrou. A imigração e a transferência de escravos pós-tráfico para o centro do país contribuíram para a crescente demanda por alimentos. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

²⁰ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Op. cit., p. 55-56.

²¹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Op. cit., p. 55-56.

²² VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

Os distúrbios que assolavam os produtores de gado no país vizinho provocavam imensa repercussão política e econômica, se tornando num potencial gerador de crises na região²³. Juntamente com os comerciantes de grosso trato, especialmente os do porto de Rio Grande, e os charqueadores, concentrados em Pelotas, os estancieiros formavam o topo da hierarquia social no Rio Grande do Sul do século XIX e detinham a hegemonia política e social, abarcando a principal parte da cadeia de produção e distribuição de alimentos do sul do Império. Da mesma forma, essa elite regional era a principal força numa fronteira sensível, marcada pelo conflito bélico constante. As formas como esses sujeitos levavam adiante seus pleitos e se relacionavam com o Estado imperial estão intimamente ligadas à sua posição dentro do conflito platino e sua capacidade de articulação no sistema político monárquico.

A historiografia brasileira tem como um tema clássico o debate em torno da construção da lealdade nacional e da legitimidade das soberanias que se estendeu ao longo do século XIX e não se deu simplesmente com a instalação do Estado Nacional, este próprio, fruto de tal processo. Durante muito tempo, os estudos foram polarizados por análises do tipo *centralização x descentralização* ou *estado x sociedade*, tornando-se um tanto unilaterais, além de muitas teses serem de difícil comprovação empírica, como a de Raymundo Faoro, por exemplo. Novos estudos revigoraram o debate sobre a construção do Estado Nacional se opondo às percepções de que a centralização do Estado durante o Império foi resultado do simples esmagamento das elites provinciais, sem considerar os seus interesses regionais e como as mesmas agiam e interagiam com outras elites contribuindo, assim, com a consolidação do Estado imperial²⁴.

O redimensionamento do papel das elites provinciais na historiografia também tem aberto o campo de investigações ao discutir as relações destas com a Corte. Rompendo com as percepções de que a implementação do Estado Nacional foi fruto da ação exclusiva dos agentes do centro do Império, estes estudos têm demonstrado que os

²³ SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício. “Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX”. In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004, p. 122.

²⁴ Sob essa perspectiva de um Estado centralizado esmagando as elites provinciais: FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. POA: Globo, 1958; CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

interesses da Corte não estavam totalmente descolados dos interesses das elites provinciais e locais, com seus políticos mantendo fortes vínculos com os proprietários de terra e negociantes de várias províncias²⁵.

Analisando o Conselho de Estado, Maria Fernanda Vieira Martins identifica a existência de uma elite interprovincial que vinculava ricas famílias da Bahia, de São Paulo, de Minas Gerais, de Pernambuco e do Rio de Janeiro num jogo de alianças parentais e comprometimentos clientelares que superavam as simples rivalidades partidárias²⁶. Sua grande contribuição está, justamente em explicitar o papel que as famílias tinham dentro desse conjunto, em parte algo realizado por Richard Graham, apesar de este considerar os proprietários de terra como um grupo homogêneo guiado por relações clientelares²⁷.

Por sua vez, Miriam Dolhnikoff, defendendo a percepção de que havia uma autonomia política com feições federativas, argumenta que a consolidação da monarquia não abriu mão do poder e da autonomia das elites provinciais, mas, pelo contrário, foi na negociação da elite política imperial com as elites provinciais que a monarquia pôde firmar-se como modelo de governo da nação independente.²⁸ Martins não identifica o Rio Grande do Sul como parte desta rede política e Dolhnikoff analisa-o exatamente por sua condição peculiar, enquanto espaço fronteiro, dentro da perspectiva de que sua atuação na política imperial reforça os traços de autonomia.

Pesquisas acadêmicas que tratem especificamente da relação entre os estancieiros brasileiros estabelecidos no Estado Oriental e o poder central do Império são praticamente inexistentes. Neste sentido, torna-se necessário destacar como os estancieiros em geral e particularmente estes vem sendo tratados pela historiografia brasileira, sobretudo a sul-rio-grandense. Diversos estudos de história política foram produzidos nas décadas de 1970 e 1980 tratando do Rio Grande do Sul durante o Império²⁹. Bastante representativo

²⁵ Particularmente o grupo liderado pelo professor István Jancsó, conhecido popularmente como “Temático”, que em diferentes trabalhos buscou entender o mosaico de ações das elites regionais no Brasil Imperial e seus momentos de harmonia com o poder central. Entre outros, um exemplo: JANCÓSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/E. Unijuí, 2003.

²⁶ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

²⁷ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

²⁸ DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial. Origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

²⁹ KLIEMANN, Luíza H. Schmitz. *RS: Terra & Poder. História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986; TRINDADE, Helgio & NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: EDUFRGS/Sulina, 1991; FONSECA, Pedro Dutra. *Economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Política Rio-Grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974.

dessa produção, o trabalho de Helga Piccolo, foi profundamente informada pela visão de Sérgio Buarque de Holanda³⁰ e considerou os anseios de autonomia e o uso da violência como a expressão de forças localistas arcaicas, apegadas aos privilégios coloniais que se opunham a construção da unidade nacional, modernizadora. Opondo a paz no Império às turbulências da Bacia do Prata, Piccolo caracterizou os estancieiros como caudilhos imersos no contexto de guerras e se alinhou às interpretações que veem as ações destes como a manifestação de “bolsões de poder privado, centrados em torno de oligarquias rurais que viviam praticamente independentes do poder central, de maneira a-legal, e que solucionavam seus problemas sem interferir com ele e também sem sofrerem interferência³¹”.

A identificação dos estancieiros como “abastados terratenientes, caudilhos poderosos ou empresários arcaicos” foi uma constante na historiografia sobre a elite agrária da sociedade Sulina do Oitocentos e como bem apontou Luís Augusto Farinatti, “esse é um daqueles temas em que um largo consenso está combinado com pouca análise empírica³²”. Isso ocorre por que a maioria dos trabalhos acaba por não privilegiar um olhar que não se centre unicamente nos discursos parlamentares e na imprensa política, fontes com produção bastante específica e que não podem ser tomadas como representação absoluta do conjunto do topo da hierarquia social. Alguns recentes trabalhos tem buscado romper com essa lógica, buscando entender como se constituíam as relações sociais dentro da elite política provincial³³, ou como se organizava a carreira militar naquele contexto de crescente profissionalização do exército³⁴.

Aliás, a própria compreensão da importância das guerras constantes na conformação daquela sociedade foi pouco entendida pela historiografia. Vista ora como a ineficiência do Estado em conseguir impor a soberania nacional, ora como fruto do expansionismo imperial, quando analisada sob a perspectiva da ação do poder central e, quando a partir da ação dos agentes locais, sempre como a incapacidade de se adequarem às práticas políticas institucionalizadas, acabava por reforçar a percepção de que os estancieiros rio-grandenses eram em suma perfeitos caudilhos. Além de tudo, caudilhos

³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque. “A herança colonial – sua desagregação”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 6ª ed. tomo II, vol. 1. São Paulo: Difel, 1985. p. 9-39.

³¹ PICCOLO, Helga. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, 3.ª edição. p. 102

³² FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. p. 20

³³ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

³⁴ RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas: Estado e nação na trajetória dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

conservadores que, ao utilizarem a força para resolver seus conflitos impediam a instauração do moderno Estado de direito. O que muitas vezes foi desconsiderado por esta historiografia foi o fato marcante que a presença mais clara do Estado na região sempre se deu através da guerra e que residia nela um dos acessos privilegiados daqueles estancieiros ao poder central, num contexto em que carreira militar e carreira política estavam profundamente associadas³⁵.

A identificação dos estancieiros com ideais apreendidos no contato com o mundo platino foi apontada recorrentemente como parte da tensão entre autonomia provincial e centralização nacional³⁶. A perspectiva federativa, fruto do constante contato com os territórios vizinhos, norteou a interpretação sobre o uso da violência e sobre uma suposta dificuldade de garantir a implementação das instâncias institucionais como canal político de reivindicação. Mesmo a citada pesquisa de Dolhnikoff considera essa a especificidade da província e segundo sua interpretação havia um descolamento entre o poder localizado nas comarcas e municípios e o provincial. Nesse sentido também se inserem trabalhos que percebem as relações entre o mundo platino e a identidade política dos rio-grandenses³⁷ e que retomam o tema clássico da diplomacia e da guerra entre os dois países³⁸.

Para além disso, nas últimas duas décadas foram produzidos um conjunto de estudos de história econômica e social que têm oferecido um revigoramento da história das elites a partir do tratamento coletivo das mesmas, ora enfatizando as estratégias familiares, ora combinando-as com a análise das trajetórias individuais e de certa forma, superando as caracterizações tradicionais da historiografia. Muitos destes estudos têm como premissa o fato de que as relações sociais e políticas mantidas pelos agentes

³⁵ Para uma melhor discussão sobre a relação entre carreiras militares e políticas e o processo de profissionalização dos exércitos: SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias, o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

³⁶ GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. “O Rio Grande do Sul na contracorrente da história”. In: *Vidya*. Santa Maria, n. 24, p137-151, jul./dez. 1995; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. “O federalismo como projeto político no Rio Grande do Sul”. In: TARGA, Luis Roberto (org.). *Breve inventário de temas do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/FEE; Lajeado: UNIVATES, 1998.

³⁷ FIGUEIREDO, Joana Bosak. *O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o Estado nacional (1851-1865)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000; GUAZZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província. A república Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013.

³⁸ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1999; ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Cavegação, de Extradicação e de Limites*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

históricos envolvidos também devem ser levadas em conta quando se estuda a economia nas sociedades pré-industriais.

Os estudos sobre as elites mercantis caracterizaram-se por dar uma ênfase importante aos laços de matrimônio e parentesco entre os comerciantes e na diversificação dos seus negócios, demonstrando como estas mesmas relações eram fundamentais nas economias pré-capitalistas³⁹. Outros autores, a partir de diferentes matizes teórico-metodológicos, investigaram as diversas relações entre as elites mercantis e a elite política na Corte⁴⁰. E outro grupo de historiadores vem demonstrando que para compreender melhor as elites devemos levar em conta as suas relações com as camadas subalternas da sociedade (escravos, peões, índios, votantes pobres e soldados) que formavam a sua base de poder local⁴¹.

Se o Rio Grande do Sul era o Brasil, tratava-se, mais exatamente, do Brasil no Prata. Como bem perceberam os historiadores que têm se dedicado ao estudo da história das regiões platinas, a província estava fortemente integrada ao vasto espaço fronteiro conformado pelo território da atual República Oriental do Uruguai e das províncias argentinas de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios e Corrientes⁴². Com essas regiões, compartilhava uma economia onde a pecuária ocupava lugar de destaque; a disseminação de uma combinação de relações de trabalho livres, escravas⁴³ e familiares; o contexto de

³⁹ Ver, por exemplo: ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio C. J. (org.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁴⁰ Como, por exemplo, PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Os Simples Comissários: Negócios e Política no Brasil Império*. Niterói: ICHF/UFF, Tese de Doutorado, 2002; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor e Cia (1854-1866)*. São Paulo: USP. Tese de Doutorado, 1997.

⁴¹ Ver, por exemplo, GIL, Tiago; HAMEISTER, Martha. “Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII).” In: FRAGOSO, João, ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio C. J. (org.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 265-310; FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010; FLORES, Mariana F. C. T. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

⁴² Entre outros: LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. OSÓRIO, Helen. *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS-PPGH, 1990 (Dissertação de Mestrado). GUAZZELLI, César Augusto. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Porto Alegre: Linus, 2013. GARAVAGLIA, Juan Carlos; GELMAN, Jorge. “Mucha tierra y poca gente: un nuevo balance historiográfico de la historia rural platense (1750-1850)” In: *Historia Agraria: Revista Semestral del Seminario de Historia Agraria*. Universidad de Múrcia, nº. 15, enero/julio de 1998.

⁴³ Discutirei melhor no primeiro capítulo o longo processo de abolição da escravidão no Uruguai, mas é preciso apontar para a cronologia longa dos países da Bacia do Rio da Prata no que se relaciona ao fim da instituição. Nas Províncias Unidas a abolição data do rompimento com a metrópole e a Revolução de Mayo, muito embora estudos mostrem a permanência ilegal do tráfico e do trabalho escravo no meio rural. No Uruguai houveram duas abolições condicionais, a dos *colorados*, na Montevideu sitiada de 1842 e a dos

guerras recorrentes no século XIX; e o crescimento da atividade charqueadora (e a competitividade acarretada por ele).

Uma série de trabalhos, orientados para as discussões sobre a fronteira e suas possibilidades de interação ou uso estratégico, surgiram recentemente propondo outras discussões a partir de novas metodologias de análise e preocupados com problemáticas diferenciadas, como a estrutura social do mundo agrário, a escravidão, o acesso à terra e o contrabando⁴⁴, superando em parte a percepção deste descolamento entre poder local e poder central. Entre eles, o importante estudo de Suzana Bleil de Souza e Fabrício Prado se deteve mais contidamente sobre os estancieiros brasileiros no Uruguai, analisando “a evolução política da tensão entre os proprietários brasileiros e grupos de elite orientais durante o século XIX⁴⁵”. Porém, o foco dos autores está intimamente ligado ao Estado Uruguaio e sua percepção sobre estes estancieiros e não sobre as interações destes com o Império brasileiro, perspectiva semelhante a que os próprios historiadores uruguaios constroem sobre o tema.

A discussão sobre soberania e importância da tradição legal no Rio da Prata, realizada por autores platinos, oferece importante contribuição para pensar as relações e influências entre os territórios. Autores como José Carlos Chiaramonte, Ana Frega e Oswaldo Barreneche⁴⁶ produziram trabalhos diretamente relacionados às questões das disputas de soberanias em competição, adaptações e experimentações legais que se desenrolaram no Rio da Prata no século XIX. Especialmente o trabalho de Chiaramonte que, cunhando o conceito de “região-província” explica como a profunda importância da cultura legal no Império Espanhol influenciou as atitudes e práticas políticas levando o

blancos em 1846. A primeira colocava todos os escravos no exército e ambas deixavam mulheres e crianças sob a tutela de seus antigos amos, permitindo a perpetuação da situação de trabalho coercitivo. Além disso, durante toda a década de 1850, brasileiros levarão seus escravos para terras orientais através de subterfúgios que os mantivessem na obrigação de trabalhar para seus senhores.

⁴⁴ Dentre estes podemos citar: GARCIA, Graciela B. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005; FLORES, Mariana F. C. T. *Contrabando e Contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. _____. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. GRINBERG, Keila. *As fronteiras da escravidão e liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013; ARAÚJO, Tiago Leitão. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

⁴⁵ SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício. *Op. Cit.* p. 123.

⁴⁶ CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: origenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997; FREGA, Ana. *Pueblos y soberanía en la revolución artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007. BARRENECHE, Oswaldo. *Crime and the Administration of Justice in Buenos Aires, 1785-1853*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2006.

regional e a esfera da comunidade para o primeiro plano na vida social dos agentes históricos no mundo platino pós-colonial⁴⁷.

A presente pesquisa se insere na mesma perspectiva que esses trabalhos. Entender as relações dos pecuaristas brasileiros estabelecidos no Estado Oriental com o poder central e como estas relações repercutiam na sua articulação na elite provincial exige uma análise que supere apenas as tradicionais perspectivas da história militar, administrativa e diplomática, mas que ao mesmo tempo não as ignore. A escolha por estes estancieiros se deu pela combinação de dois fatores. O primeiro foi a recorrente citação dos problemas que estes tinham no Estado Oriental como uma das causas dos conflitos platinos em que o Império esteve envolvido, seja a Campanha contra Rosas e Oribe, seja a Guerra do Paraguai, ou mesmo, o peso que tiveram sobre os descontentamentos que levaram à deflagração da Revolução Farroupilha.

O segundo fator é a total inexistência de estudos que caracterizem a formação social deste grupo, se é que podemos caracterizá-lo como grupo, as suas relações políticas com outros setores da sociedade e as diferentes esferas de ocupação em que estes estancieiros estavam inseridos e que auxiliavam na manutenção da sua própria posição na hierarquia social. Compreender os processos que os colocavam no centro da política provincial e avaliar quais redes de sociabilidade e parentescos garantiam sua participação na articulação do sistema monárquico, permite que se constitua uma nova percepção sobre as elites provinciais do Império do Brasil.

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que a elite agrária que aqui foi analisada estava imersa num conjunto de relações que conformava a lógica das hierarquias sociais e que perpassa as atividades econômicas a que se dedicavam aqueles homens. Assim, o patrimônio que permitia o reconhecimento como parte da elite, não era, necessariamente, mensurável em números, mas também se constituía do prestígio adquirido e cultivado ao longo da trajetória individual e coletiva⁴⁸.

⁴⁷ CHIARAMONTE, José Carlos. *Mercaderes del Litoral: economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991.

⁴⁸ Aqui, faço referência especial ao trabalho: LEVI, Giovanni, "Un Problema di Scala". In: *VVAA, Dieci interventi sulla Storia Sociale*. Turim: Rosenberg & Sellier, 1981.

Se as relações sociais são fundamentais para entender as estratégias sociais e a prática política dos agentes envolvidos, a noção de *rede social* parece a mais apropriada para dar conta desta multiplicidade de relações. Além disso, este tipo de reflexão nos permite compreender melhor a importância que assume a política longe dos grandes centros, onde a figura do mediador entre os dois mundos (o centro e a periferia) torna-se fundamental. O objetivo é entender comportamentos típicos de forma individualizada para, ao inseri-los no conjunto das relações sociais, verificar mecanismos de diferenciação social⁴⁹, analisando a constituição de solidariedades e rivalidades e a própria identidade do conjunto social.

O conceito de mediador social ou *broker*⁵⁰ se refere a aqueles indivíduos que cumpriam o papel de interligar seu espaço de poder local – onde se destacavam por suas características diferenciadas – com os centros decisórios de um poder maior. O conceito está diretamente vinculado àquele já mencionado de rede social, que implica numa grande preocupação com os vínculos sociais desenvolvidos pelos sujeitos⁵¹. E nesse caso, os sujeitos não são apenas os indivíduos implicados numa rede, mas também as instituições e grupos. Entender o impacto que os laços sociais tinham nos relacionamentos dos diferentes sujeitos permite avaliar a conformação de suas estratégias e escolhas. Não se trata, portanto, de reificar relações de parentela, amizade ou apenas apontar a existência dos vínculos relacionais e da rede, mas sim “demonstrar o modo como esta permite a divulgação e circulação de ideias, recursos e materiais⁵²”.

Creio ser importante, nessa direção, entender o funcionamento das comunidades⁵³ envolvidas, de forma a compreender os mecanismos que permitiam que alguns indivíduos e redes alcançassem espaços de atuação mais amplos, se estabelecendo como mediadores dos demais. Era na variedade de grupos locais, regionais e nacionais dentro de um sistema dinâmico, marcado tanto pela colaboração quanto pela disputa em relações

⁴⁹ ROSENTHAL, Paul-André. “Construir o macro pelo micro: Fredrik Barth e a microstoria”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁵⁰ GRENDI, Edoardo. Microanálise e História Social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009, p. 27-30.

⁵¹ RAMELLA, Franco. “Por un uso fuerte del concepto de red em los estudios migratorios.” In: BJERG, María, OTERO, Hernán (com, p.). *Inmigración y redes sociales em la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA, 1995.

⁵² BERTRAND, Michel. “De la familia a la red de sociabilidad.” *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 61, n. 2, 1999, p. 107-135

⁵³ Para o conceito de comunidades observei as formulações do antropólogo político Eric Wolf, especialmente aquelas relacionadas às relações de grupos em sociedades complexas. WOLF, Eric R. *Antropologia e poder*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 73-91.

sociais, políticas e econômicas que emergiam os espaços de mediação. O *broker*, seja ele um indivíduo ou sujeito coletivo, detêm a capacidade de trabalhar nos encontros entre grupos distintos e influir nas concepções dos envolvidos.

Entender a existência de uma elite local, com sua atuação marcada por um raio de atuação que raramente ultrapassava o espaço de existência de seu próprio grupo e a de uma elite regional, que alcançava postos administrativos e eletivos que permitiam sua interferência em esfera regional e nacional, além de possuírem fortunas diversificadas e relações sociais ampliadas⁵⁴, permite observar parte desse jogo. Contudo, essa aplicação não deve ser muito rígida.

As suas fronteiras espaciais e seus recortes regionais dependiam muito do poder de influência e da mobilidade dos indivíduos e de suas redes de relações. Alguns poucos eram capazes de ocupar todos estes espaços, fazendo parte destas duas elites (ou três se pensarmos na elite nacional/imperial). Neste sentido, os mediadores ajudavam a tornar as fronteiras regionais e locais mais flexíveis, unindo sociedades e populações com culturas diversas.⁵⁵

É a partir destes termos que é possível avaliar outro conceito, utilizado de forma imprecisa pelos historiadores, o de elite. Uma boa referência analítica é a apresentada por Giovanni Busino e referida também por Maria Fernanda Martins e Flávio Heinz:

A minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue, etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual ela manifesta sua preeminência. No plural, a palavra 'elites' qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar questões de interesse da coletividade.⁵⁶

⁵⁴ VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

⁵⁵ *Idem*, p. 39.

⁵⁶ BUSINO, Giovanni. *Elites e élitisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992, p. 4 Apud: HEINZ, Flávio M. *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 7.

O uso de uma acepção que não traz excessivo rigor tem suas vantagens exatamente em permitir que se compreenda a multiplicidade dos papéis sociais e a incapacidade de sua definição, como aponta Martins. Uma vez que “os indivíduos que alcançavam os altos postos da administração poderiam ser, e muitas vezes o eram, simultaneamente, políticos, capitalistas, negociantes, proprietários ou intelectuais”, este tipo de definição “permite a compreensão do grupo tendo em vista o que seria seu caráter mais peculiar, ou seja, a pluralidade de atividades e funções a que se dedicam seus membros”⁵⁷. Com isto, permite-se compreender a própria historicidade do grupo, ao comportar as variações nas atribuições que definem os que ocupam o topo da hierarquia social e os recursos que estes necessitam para alcançá-lo e nele manter-se.

Dessa forma, é possível entender as disparidades dentro de uma mesma elite, o que é interessante ao pensar os estancieiros com terras nos Uruguai. Não se deve observá-los como um grupo homogêneo ou completamente coeso, nem como homens que tinham como única atividade produtiva⁵⁸. É nas diferentes relações que estabeleciam que se encontra a possibilidade de entender sua posição social. A intenção não é negar a identificação de categorias, mas como propõe Simona Cerutti, impregná-la de relações sociais⁵⁹.

Outro estudo que se insere nessa percepção é o de Jose Maria Imizcoz que estudou as estratégias da elite navarra, politicamente periférica, para aproximar-se do poder político em Madrid durante o século XVIII.⁶⁰ Particularmente, a crítica do autor à forma como se observa a conformação das redes sociais no mundo pré-industrial, me parece bastante pertinente neste trabalho. A constituição do parentesco é um dos vínculos reiteradamente analisados em estudos de redes. Parece haver um consenso de que este é um dos vínculos mais fortes e que permite uma caracterização mais clara e nesse ponto se concentra a crítica de Imizcoz, assim como de outros pesquisadores.

⁵⁷ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *Op. cit.*, p. 5-7.

⁵⁸ Tratando do município de Alegrete, Luís Augusto Farinatti chegou a conclusão semelhante. FARINATTI, Luis Augusto. *Op. cit.* 2007.

⁵⁹ CERUTTI, Simona. “Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII.” In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 182-183.

⁶⁰ IMIZCOZ, José María. “Patronos y mediadores. Redes Familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonía de las elites baztanesas en el siglo XVIII”. In: *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.

A primeira se concentra na reificação de uma família nuclear em co-residência⁶¹. No caso do Brasil do Oitocentos, considero que a noção de *familia extensa* da forma como foi definida por Richard Graham seja bastante satisfatória superando tal problema. Ao evidenciar o importante papel das famílias na constituição de capital político, o autor constata que os limites de uma família incluíam um amplo espectro de relacionamentos consanguíneos e um igualmente grande número de ligações através do matrimônio, que implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos no governo⁶².

Outro aspecto de crítica está na naturalização dos vínculos familiares e de parentesco, que leva o pesquisador, em geral, a esquecer que os mesmos são fruto de construção social⁶³. Em suma, o pertencimento a um conjunto parental não necessariamente se constitui num recurso na rede social, mas quando assim convertido, pode ser de grande valor estratégico. Assim como outros recursos manejáveis, as relações familiares precisam ser constantemente renovadas, exigindo uma reorganização contínua de poder e a busca de vias de acesso à informação, muitas vezes concentradas nos grandes centros.

Neste sentido, as alterações sociais contínuas somadas às preocupações com a busca de uma maior previsibilidade e interferência no ritmo dos acontecimentos forneciam espaços para a atuação individual ou de grupos e o estabelecimento de estratégias. Obviamente o fator do compartilhamento de patrimônio material tão presente, por exemplo, na análise dos inventários *post-mortem* tem seu peso. O reforço de uma relação legal por mecanismos sociais pode ser visto como um uso estratégico de uma definição institucionalizada, em que a solidariedade familiar era também uma forma de manutenção coletiva do estatuto social e de seus signos.

A necessidade da criação dessas estratégias tornava-se mais necessária quanto mais se distanciava a esfera de decisão. E a identificação dos possíveis usos de determinados recursos que possibilita o reconhecimento dessas estratégias. E este conceito, o de estratégia, se torna chave interpretativa. Calcado na percepção de uma

⁶¹ “[...] grupos não-co-residentes mas interligados por vínculos de parentela consanguínea ou por alianças e relações fictícias que aparecem na nebulosa realidade institucional do Antigo Regime, como cunhas estruturadas que serviam de auto-afirmação diante das incertezas do mundo social, mesmo no contexto de uma pequena aldeia.” LEVI, Giovanni. *Op. cit.* 2000. p. 98-99.

⁶² GRAHAM, Richard. *Op. Cit.*, 1997, p. 35-37.

⁶³ MATEO, José. *Población, parentesco y red social em la frontera. Lobos (Provincia de Buenos Aires) en el siglo XIX*. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata/GIHR, 2001.

racionalidade seletiva e limitada⁶⁴, ele indica nada mais que os mecanismos sociais, e precisa ser considerado e reafirmado como um comportamento⁶⁵. Por outro lado, é importante atentar para o risco de uma excessiva racionalização das ações dos sujeitos. A limitação da racionalidade tem que ser considerada, sob pena de imprimir intencionalidade onde ela não era possível.

Considerar os diversos fatores que influenciaram as trajetórias dos membros do grupo de estancieiros estabelecido no Estado Oriental na análise de suas trajetórias implica pensar seus objetivos econômicos, políticos e ideológicos, suas carreiras profissionais, suas ligações familiares, entre outros elementos que, ao se entrelaçarem, ajudam a explicar não somente os seus projetos comuns, mas as divergências decorrentes dos mesmos.

As escolhas e projetos destes estancieiros eram pesadamente alicerçadas nos interesses construídos desde sua atuação na guerra, no comércio e na política. O possível cálculo de seus investimentos comportava dimensões que não podem ser definidas apenas pela sua condição de proprietários, ou de pecuaristas, mas também pelo parentesco, pelo compadrio, pela inserção em agremiações, pela farda ou pelo diploma, entre algumas possibilidades. Suas reivindicações coletivas só podem ser entendidas quando compreendida essa heterogeneidade e o caráter dinâmico que ela imprimia ao mundo das estâncias dos súditos imperiais.

Para perceber outros aspectos, dialogando com o quadro geral de referência, propomos reconstituir as trajetórias de alguns desses proprietários. Uma abordagem inspirada na micro-história italiana⁶⁶, especialmente no que Carlo Ginzburg e Carlo Poni denominaram como método onomástico se torna num instrumental precioso. Tal fórmula, apesar de sua aparente simplicidade, apresenta inúmeras vantagens ao reivindicar o nome como fio condutor da pesquisa, permitindo que um mesmo indivíduo seja acompanhado ao longo de diversos momentos de sua vida e espaços da sociedade⁶⁷. Implica,

⁶⁴ GRENDI, Edoardo. “Repensar a micro-história?” In: REVEL, Jacques. *Op. cit.* Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 253.

⁶⁵ ROSENTHAL, Paul-André. “Construir o macro pelo micro: Fredrik Barth e a microstoria”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁶⁶ A prática micro-histórica foi rica e diversificada entre os historiadores italianos, de modo que não se pode divisar entre eles uma rigorosa homogeneidade de temas ou mesmo de referencial teórico. Para uma análise mais detalhada ver LIMA FILHO, Henrique Espada. *A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁶⁷ GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; RJ: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

obviamente, em lidar com diferentes tipos de fontes, muitas vezes os mesmos que a perspectiva quantitativa aborda de forma anônima. Significa também alterar a escala de pesquisa, transformando dados ignorados nas séries em possibilidade interpretativa. Os mesmos registros eclesiásticos que podem indicar censos demográficos permitem reconstruir redes de solidariedade através de matrimônios ou pelo compadrio. Trata-se de voltar a indagação para outros aspectos.

A partir de questionamentos sobre a fortuna desses estancieiros, sobre sua participação em partidos políticos na província e no Estado Oriental, a ocupação de cargos públicos ou políticos, sua atuação nas guerras da fronteira, se possuíam patente militar ou eram oficiais da Guarda Nacional, qual seu grau de instrução escolar, onde estavam distribuídas suas propriedades, quais os padrões matrimoniais, de compadrio ou de transmissão de patrimônio, sua participação em irmandades religiosas ou ordens maçônicas, bem como em outras associações, dentre outros, o objetivo foi construir um perfil geral desta elite, baseado nas difusas informações que podem ser agregadas sobre esses indivíduos. Para tanto, essa tese foi dividida em duas partes. A primeira trata de entender qual foram os parâmetros e o histórico da ocupação da campanha norte do Uruguai pelos brasileiros, sendo composta pelos dois primeiros capítulos.

No primeiro capítulo deste trabalho, realizo uma análise da conformação da situação política do Estado Oriental do Uruguai até o início da Guerra Grande, analisando a presença de brasileiros, suas atividades produtivas e políticas. O objetivo é analisar a formação de um discurso sobre os brasileiros estabelecidos no Estado Oriental do Uruguai e sua conformação como um grupo, ou como prefiro dizer, uma comunidade, com interesses homogêneos e que reivindicavam ser protegidos pelo Império na qualidade de súditos brasileiros. Entender onde a identidade de cidadão uruguaio se diferia da de súdito imperial permite perceber as implicações gestadas em cada projeto nacional e como esses brasileiros estavam inseridos em cada uma das nacionalidades. Ainda, analiso os brasileiros que não estavam na campanha e que poderiam ter interesses distintos dos estancieiros radicados no norte do país, observando de forma breve sua articulação na política oriental e com as autoridades diplomáticas brasileiras, observando parte da documentação diplomática brasileira e uruguaia.

Por fim, ainda neste primeiro capítulo traço algumas das conexões entre líderes militares e políticos importantes da fronteira na Província do Rio Grande do Sul, questionando alguns dos tradicionais rótulos relacionados a sua atuação política, como o de caudilhos, patrões e clientes. A finalidade desse ponto foi a de observar alguns dos

projetos políticos ligados a guerra naquele espaço fronteiriço e entender que esses projetos nem sempre foram convergentes em relação aos anseios dos rio-grandenses ou dos estancieiros estabelecidos no Estado Oriental.

No segundo capítulo, as listas de proprietário brasileiros no Estado Oriental presentes no Arquivo Histórico do Itamaraty e no Arquivo Nacional foram parte da base para o estudo desse grupo. Essas listas contêm dados diversos como a localização e tamanho das propriedades, a graduação dos cidadãos que as possuíam e seu estado legal e foram objeto da análise no segundo capítulo, confrontadas com dados de inventários *post-mortem* das comarcas da zona de fronteira Brasil - Uruguai (Rio Grande, Pelotas, Piratini/Jaguarão, Bagé e Alegrete) de brasileiros que inventariaram propriedades dos dois lados da fronteira entre 1830 e 1865. O objetivo desse capítulo foi construir um quadro em que se contextualizem as atividades econômicas do grupo ou das trajetórias individuais bem como a identificação de circuitos comerciais ou de solidariedades produtivas, um tipo de relação bastante importante num contexto de instabilidade como o dos conflitos platinos.

A segunda parte dessa tese se refere as reclamações dos estancieiros brasileiros estabelecidos ao norte em sua forma e conteúdo. O objetivo geral desses capítulos foi o de conseguir observar como as relações entre as diferenças de brasileiros e orientais se transformavam em situações conflituosas, identificando quais dessas situações se tornaram questões de Estado para o Império, buscando compreender os mecanismos que eram engendrados pelos agentes políticos.

O capítulo três trata das reclamações relacionadas aos escravos dos brasileiros residentes no Estado Oriental, discutindo o processo de abolição da escravidão no Estado Oriental. As questões relacionadas ao recrutamento militar na Bacia do Prata na primeira metade do século XIX e seu papel especificamente no processo de abolição no Estado Oriental foram relacionadas a permanência da escravidão no Brasil. Da mesma forma, foi abordado o papel que os estancieiros brasileiros tiveram na persistência de formas de trabalho coercitivos que encobriam a escravidão, como os contratos de peonagem e a postura de diferentes autoridades do Império sobre essas práticas. Por fim, abordei brevemente a questão do Tratado de Extradicação e sua relação com a condição fronteiriça do Rio Grande do Sul no contexto do encerramento definitivo do tráfico negro.

No quarto capítulo observei as questões que envolviam os prejuízos alegados pelos brasileiros em relação às violências contra a propriedade, mais especificamente a questão dos embargos e o impedimento do trânsito de gado. Analisando a perspectiva

fiscal dos *blancos* e buscando entender de forma geral como essa nova fiscalidade estava associada ao projeto de Nação que aquele partido defendia, proponho uma interpretação sobre a relação entre institucionalização estatal e o uso das armas. Avaliando a figura de Dom Diego Lamas apresento o uso de embargos, confiscos e requisições como parte de um jogo político. Do lado brasileiro, a reação foi avaliada a partir do episódio das *califórnicas*, buscando compreender como os agentes políticos e militares na fronteira meridional do Império se relacionavam com o centro de poder e com a política oriental, para entender melhor as condições da campanha militar de 1851.

Das considerações sobre o trânsito e comércio de gado desde o norte uruguaio até as charqueadas brasileiras parti para avaliar como os brasileiros construíram mecanismos para se fazer ouvir na corte e ao mesmo tempo, como conseguiam concentrar capital político do outro lado da fronteira. Para tanto, no último capítulo acompanhei a trajetória de Antônio de Souza Netto especialmente nos anos que se seguiram ao fim da Guerra Grande, tentando entender mecanismos que produziam e reproduziam poder naquele contexto. Nesse capítulo também avalio os efeitos sentidos na década seguinte às grandes transformações de 1850 e como elas afetaram os estancieiros, implicando também em transformações discursivas e em novos problemas. Essas transformações levaram a eclosão de um novo conflito, que implicou num marco divisor daquelas relações, a Guerra do Paraguai.

Figura 1 - Estado Oriental do Uruguai



Fonte da base: <http://www.guiageo-americas.com/mapas/uruguai.htm> (Adaptação elaborada pela autora)

Primeira Parte

A nação e a comunidade dos proprietários: brasileiros no Estado Oriental do Uruguai em meados do século XIX

Ao analisar a documentação expedida pela legação brasileira em Montevideu na segunda metade da década de 1840 o pesquisador pode ficar com a sensação de que a maioria, senão a totalidade dos brasileiros estabelecidos no país vizinho no período era comerciante, requeria passaporte para garantir seus direitos de súdito de Dom Pedro II e estava sofrendo com a perseguição inglesa aos navios de bandeira Imperial. E mais, a sensação poderia se replicar na inexistência de outros brasileiros envolvidos em atividades econômicas diferentes. Não fora uma abundante historiografia informando sobre a existência de um número consistente de proprietários brasileiros ao norte do Rio Negro e ao sul do território brasileiro, o pesquisador poderia encerrar a pesquisa acreditando que esses estancieiros não existiram.

De fato, a partir de 1847, surgem indícios de sua presença, quando peões apresentam reclamações de tentativas de recrutamento forçado. Tais reclamações indicam a existência de propriedades de brasileiros, muito embora indiretamente.

Em 1851, o Império interviu militarmente no Estado Oriental do Uruguai. O país vivia um conflito civil desde 1839, a chamada Guerra Grande, quando as duas facções políticas, *blancos* e *colorados* dividiram o país controlando cada qual respectivamente campanha e capital⁶⁸. O apoio do governador de Buenos Aires Juan Manuel de Rosas a Manuel Oribe, líder dos *blancos* foi visto como uma quebra da soberania oriental, sobre

⁶⁸ As facções políticas, que depois se tornariam os partidos políticos uruguaios constituíram-se, como discutiremos mais adiante, a partir de alianças com as duas posições políticas predominantes nas Províncias Unidas. Lavalleja foi aliado político de Juan Manuel de Rosas, o governador de Buenos Aires, e por sua recomendação, Manuel Oribe foi acolhido como aliado dos federalistas de Rosas e se tornaria o líder dos *blancos*. Por sua vez Fructuoso Rivera, com sua trajetória que inicia com seu apoio a Artigas e passa por sua adesão ao governo lusitano estabelecido no período da Cisplatina, se estabeleceu como líder dos *colorados* acolhendo os opositores de Rosas, os chamados unitários que se exilavam em Montevideu e apoiando os que, nas províncias *litoraleñas* se colocavam como rivais do domínio *porteño*.

a qual o Brasil tinha dever de defesa segundo o acordo de independência. Além disso, a presença de mais de três propriedades pertencentes a brasileiros principalmente no norte do país não foi um dado ignorado, e a defesa dos direitos de propriedade destes cidadãos fez parte do discurso que justificava a intervenção.

Considerando que estes proprietários estavam estabelecidos no território ao sul da fronteira desde o período da ocupação da Cisplatina, como explicar que não apareçam na documentação diplomática antes do fim dos anos 1840, especialmente se sofriam tantas violências quanto alegavam e num período tão prolongado – a Guerra Grande atingiu a campanha a partir de 1842. Para entender melhor a documentação é preciso questionar quem eram os brasileiros estabelecidos no Uruguai no período e qual a sua relação com as autoridades diplomáticas brasileiras, de fato, com as autoridades do Império em geral. Tais questões se fazem mais claras, especialmente se constatamos que a partir de 1853, encerrada a Campanha contra Rosas, os proprietários brasileiros se tornam o principal assunto da documentação diplomática expedida desde Montevideú.

Ao olhar essa documentação o pesquisador pode rapidamente reproduzir as clássicas contraposições entre capital e campanha e entre campo e cidade, que vêm acompanhando a história uruguaia e mesmo toda a história da Bacia do Rio da Prata no século XIX. Pretendo demonstrar que essa percepção dualista está equivocada por ignorar múltiplos fatores e por estabelecer outras contraposições que não se configuraram na realidade. Ao cruzar dados com outras fontes e rever elementos ignorados foi possível vislumbrar a complexidade das relações no espaço platino e a constituição de grupos políticos e sociais, como o dos brasileiros que estavam estabelecidos com suas estâncias ou que investiam no comércio no país vizinho, que em muitas vezes eram grupos profundamente interligados, incluindo inclusive indivíduos que transitavam entre esses espaços. Comportando comerciantes que tinham estâncias, estancieiros que tinham charqueadas e famílias que se dividam e transitavam entre o campo e a cidade, entre o Império do Brasil e o Estado Oriental do Uruguai, e que viam essa como uma estratégia de sobrevivência social, esse espaço contava com uma multiplicidade de elementos que não podem ser explicados pela artificial divisão entre campo e cidade.

A análise que faremos a seguir se inicia, como a documentação, pelos brasileiros estabelecidos em Montevideú, para então, falarmos dos proprietários brasileiros com estâncias no Uruguai. Contudo o objetivo aqui não é o de reproduzir a contraposição entre a capital e a campanha, mas sim, mostrar que essa divisão não se depreende dos indícios

que as fontes colocam, mas são fruto das construções interpretativas construídas pelas parcialidades políticas, inclusive durante a própria Guerra Grande. Dividir capital e interior, aqui, tem o objetivo de mostrar que as conexões entre esses dois espaços eram muito maiores e orgânicas do que se costuma supor.

Figura 2 – Região da Bacia do Rio da Prata em meados do século XIX



Fonte base: <http://maps.google.com.br/maps> (Adaptação elaborada pela autora)

Capítulo I

Os brasileiros estabelecidos em Montevideú, os caudilhos e a Guerra Grande

A partir de 1842, ano do início do cerco de Montevideú pelas tropas *blancas*, o número de requisições de passaporte na legação brasileira cresce, a ponto do Ministério dos Negócios do Estrangeiro solicitar que não sejam mais enviadas requisições em separado, mas sim no formato de listas. Do total dessas requisições, 68% dos indivíduos declaravam serem de comerciantes ou representantes de empresas comerciais. Nas demais, uma série de empregados em serviços domésticos e trabalhadores navais, especialmente calafeteiros⁶⁹.

Mais significativo para entender quem foram estes cidadãos do Império é o conjunto das preocupações encontradas na documentação diplomática. Uma série consistente de documentos trata do bloqueio inglês ao Rio da Prata, das conversas entre os corpos diplomáticos brasileiro e britânico e da preocupação com os navios de bandeira brasileira. Assim como era para ingleses e franceses – aliados no bloqueio – a navegação dos rios interiores era uma preocupação que ocupava as autoridades do Império no Rio da Prata.

Os ingleses eram um dos alvos principais da diplomacia brasileira, seja pela sua supremacia no comércio internacional, seja pela sua prática persecutória aos traficantes de escravos no Atlântico, seja porque era em Londres, a principal praça financeira do mundo que o Império buscava seus empréstimos. De toda forma, a relação tão próxima entre os diplomatas do Império do Brasil e do Império Britânico não era uma fatalidade, mas fruto de um direcionamento da política externa brasileira naquele momento.

A diplomacia brasileira nesse período adotou uma postura de neutralidade, quando muito de “oposição defensiva e conciliadora, cumprindo obrigações, cedendo a

⁶⁹ AHI, código 221/3/8 de 1849.

reclamações abusivas”, como aponta Amado Luiz Cervo⁷⁰. Resultado da política internacional desastrosa do Primeiro Império, quando a relação com os britânicos foi marcada por uma série de comprometimentos comerciais danosos às finanças nacionais, acompanhados de empréstimos com condições de pagamento impraticáveis⁷¹, essa visão compreendia o entendimento de que a atuação na região do Prata se encerrou com a derrota na Guerra da Cisplatina. Contudo essa postura sofreria alterações a partir de 1844.

A orientação anterior da diplomacia brasileira estava totalmente inclinada a buscar a simpatia europeia antes de um protagonismo americano. Nesse sentido a intervenção britânica e francesa no Prata foi vista como uma oportunidade de ganhar o apoio internacional sob as reivindicações brasileiras, perspectiva essa frustrada. Os ingleses tinham como meta nessas relações o fim do tráfico e os franceses, seus próprios interesses comerciais. Durante boa parte da década de 1840 os *colorados* receberam subsídios financeiros da França, como forma de defender os interesses dessa potência na região.

O episódio do bloqueio do Rio da Prata pela esquadra naval da França entre 1837 e 1840 é apenas parte de um conflito que, sendo uruguaio, envolvia toda a região e os interesses internacionais nela presentes. Se faz impossível entender o impacto que a Guerra Grande teve na presença brasileira no Uruguai sem compreender seu papel na própria constituição da soberania dos orientais. A presença de tantos interesses “estrangeiros” num pequeno país independente teve impacto sobre a conformação da nacionalidade uruguaia, marcando o processo de construção de um projeto nacional por período prolongado, desde as condições da independência do Estado Oriental e se estendendo ao menos até o fim do século XIX.

Com a assinatura da Convenção Preliminar de Paz, mediada pela Inglaterra em 1828, Brasil e Argentina colocaram fim à Guerra da Cisplatina e permitiram o surgimento do Estado Oriental do Uruguai como uma república que se pretendia autônoma. Comprometidos a defender a independência e integridade do novo país e a intervirem caso a tranquilidade e segurança fossem perturbados, os signatários seguiriam amplamente envolvidos na vida política de seu vizinho. As opções para a constituição do governo provisório em parte refletiam esses envoltimentos: de um lado, estava Juan Antonio Lavalleja, o chefe da expedição dos *Treinta y Tres Orientales*, grupo de exilados

⁷⁰ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4ª ed. Brasília: Editora Unb, 2012. p. 60

⁷¹ ALMEIDA, Paulo Roberto. "A diplomacia financeira do Brasil no Império." *História Econômica & História de Empresas*, vol. 4.1 (2001): 7-47.

uruguaios organizado em Buenos Aires que iniciaram a revolta contra o Brasil que culminaria na independência; de outro, Fructuoso Rivera⁷², comandante que tinha aderido à dominação portuguesa e depois à brasileira e, em 1825, com o desembarque dos *Treinta y Tres*, se voltou contra o Império em busca da libertação da Banda Oriental. Ambos representavam projetos de nação para o Uruguai que estavam mais ou menos relacionados a cada uma das duas heranças administrativas e de práticas políticas deixadas pelas Coroas Ibéricas na região.

O acirramento das disputas entre os partidários e o medo de um conflito que ameaçasse a recém-adquirida independência levou ao acordo que conduziu Lavelleja ao poder, como governante provisório. Tal acordo apenas protelaria o aprofundamento das hostilidades, que definitivamente iriam se instaurar com a eleição presidencial de 1830, ano da aprovação da Constituição, momento no qual os agrupamentos políticos começam a se delimitar em torno das figuras políticas de Rivera e Lavalleja⁷³. A retomada dos estudos sobre caudilhismo e sobre as organizações políticas no período e os estudos sobre a formação dos Estados Nacionais na região vem repensando o papel dessas figuras aglutinadoras dos anseios políticos⁷⁴.

⁷² A trajetória de Dom Fructuoso Rivera é bastante complexa para poder ser resumida apenas pela sua aliança com portugueses e depois com brasileiros, mas esse é ponto marcante em sua trajetória e marcou sua percepção de Estado. Rivera, antes de realizar um armistício com os portugueses através de Bento Manuel Ribeiro em 1818, tinha sido um dos principais chefes militares ao lado de Artigas. Rivera inclusive teria participado do Êxodo Oriental de 1811 e comandou tropas artiguistas contra Manuel Dorrego. Sua adesão à invasão portuguesa se deu num momento em que vários chefes militares passaram a questionar as estratégias de Artigas e portanto, quando essa causa já se encontrava enfraquecida. Se tornou parte do exército português e quando o General Lecor conseguiu expulsar os portugueses e estabelecer o domínio do Império do Brasil, Dom Fructuoso recebeu o título de barão de Tacuarembó e se tornou o comandante da campanha. Nesse momento Lavalleja e outros oficiais partiram para Buenos Aires para articular esforços contra o Brasil convidando Rivera a se unir ao grupo, mas Rivera preferiu denunciá-los a Lecor. Somente dez dias depois do desembarque em La Agraciada, Rivera se uniu aos “Trinta e três Orientais” se voltando contra Dom Pedro I. Saiu da Guerra da Cisplatina com tamanho prestígio que se tornou o primeiro presidente eleito do Estado Oriental do Uruguai em 1830.

⁷³ A *Batalla de Carpintería*, em 19 de setembro de 1836 é vista como data de nascimento dos partidos uruguaios. Nessa batalha as forças governistas sob o comando de Juan Antonio Lavalleja, enfrentaram as forças revolucionárias, chefiadas pelo ex-presidente Fructuoso Rivera, aliado com os unitários argentinos exilados no Uruguai ao comando de Juan Lavalle. As tropas governistas, que defendiam Manuel Oribe como presidente constitucional, se identificaram usando lenços brancos, os quais traziam a inscrição “*Defensores de las Leyes*”. As tropas de Rivera usaram como distintivo lenços feitos com o forro dos ponchos, que era de cor vermelha, gerando a denominação *colorados*. Muito embora esses grupos tivessem um corpo visível desde antes (se pensarmos no *Club del Baron* como origem dos *colorados* podemos retroceder à 1825), mas oficialmente foi nesta batalha que se fundaram os partidos políticos uruguaios, segundo os dados apresentados na *Inscripción de partidos políticos de la Corte Electoral del Uruguay*. Disponível em < <http://www.corteelectoral.gub.uy/gxpsites/page.aspx>>

⁷⁴ Boa amostra disso pode se encontra em: LAFFORGUE, Jorge (org.) *Historias de Caudillos Argentinos*. Buenos Aires: Extra Alfaguarra, 2001.

A formulação de José Pedro Barrán em seu livro seminal sobre o período, *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril e caudillesco*⁷⁵, de que “os partidos chegaram a existir antes das próprias nações” vem sendo reproduzida por boa parte da historiografia desde então⁷⁶, como forma de explicar a construção de projetos integrados entre Buenos Aires, Montevideú, Santa Fé, Entre Rios, Corrientes e a província brasileira do Rio Grande do Sul. Sob essa perspectiva *blancos e federales*, ou seja, os partidários de Lavalleja e de Juan Manuel Rosas, governador da província de Buenos Aires participariam de um mesmo espectro político-ideológico, enquanto *colorados e unitários*, representados respectivamente pelos seguidores de Rivera e os opositores de Rosas, especialmente os governadores de Corrientes, participariam de outro. Os primeiros defenderiam a centralização do comércio e da alfândega em Buenos Aires e uma diminuição das autonomias locais, enquanto aos demais interessaria a possibilidade de comércio direto com o mercado internacional. Os rebeldes farroupilhas, na mesma década de 1830, assumiriam aliança com os *blancos*, para na década seguinte, assinar tratados com os *colorados*. Alguns líderes legalistas – que se mantiveram fiéis ao Império durante a revolta dos farrapos – mantiveram relações próximas com líderes políticos das províncias argentinas de Corrientes e Entre Ríos, além de se relacionarem com líderes uruguaios. Contudo, reificar essas relações pode ser complicado.

A tese da internacionalização dos partidos e de seu comando sobre a política oriental ainda na década de 1830 vem sendo rebatida com uma nova investida na força das figuras de Lavalleja e de Rivera e no peso das relações pessoais que motivavam esses acordos políticos supranacionais. Lincoln Casas defende que especialmente no período da eleição de 1830 ainda não existiam partidos políticos, mas grupos de interesses; vencendo Rivera, venceram aqueles que haviam visto seu poder crescer no período da dominação luso-brasileira⁷⁷.

José Rilla aponta para o fato de que a Constituição de 1830 não previa a existência de partições políticas e para o próprio caráter anti-partidarista dos constituintes, que provavelmente se baseavam na tradição norte-americana do republicanism, ao

⁷⁵ BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco*. (1839-1875). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1988. p. 19-20.

⁷⁶ Exemplarmente podemos citar: FERREIRA, Gabriela Nunes *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006; GUAZZELLI, César Augusto. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudillos do Rio da Prata (1835-1845)*. Porto Alegre: Linus, 2013.

⁷⁷ CASAS, Lincoln Maiztegui. *Orientales: Uma história política del Uruguay*. Buenos Aires: Planeta, 2007. p. 217-222.

identificar a existência de partidos políticos como sinônimo da instabilidade política que tanto temiam e que denominavam como *anarquia*. O ponto que torna essa percepção tão específica está na ligação direta e anunciada entre a divisão que gera a instabilidade política e a presença dos caudilhos. São essas figuras que segundo a percepção da elite letrada da primeira constituição dividem o Estado Oriental como líderes das facções que geram os partidos políticos⁷⁸.

O que nos leva a um ponto importante: havia uma elite letrada que ao mesmo tempo que se aliava a esses caudilhos buscava neutralizar seu poder pessoal. Essa elite letrada estava presente em ambos os lados da disputa. Mas mesmo que identificados com uma ou outra facção, os intelectuais orientais tinham uma tônica em comum, aquela de que a presença dos caudilhos impedia a instauração do Estado e que essa dificuldade impedia a inserção do restante da população do país na esfera da participação política, retirando a possibilidade do exercício de uma cidadania plena. Essa leitura seguiu sendo a fonte de debate de letrados de lado a lado inclusive durante a Guerra Grande e depois⁷⁹.

Estando derrotado, Lavalleja – apoiado por Manuel Oribe e outros líderes do interior ligados à sublevação contra o Brasil – iniciou os preparativos para tomar o poder através das armas, mas a revolta não vingou. Ainda assim, esse plano tem sido visto como parte de uma prática caudilhesca de posse do poder, o que equivale dizer que aqueles que estavam fora do poder não acreditavam que poderiam consegui-los pelos meios constitucionalmente estabelecidos e por isso buscavam o apoio das armas e das revoltas, tal como vem sendo pensado por Frank Safford⁸⁰. Foi essa tensão permanente perpassada pelo uso das armas como garantia do poder político que marcou a instabilidade do Estado Oriental desde a independência. As dificuldades de materialização da autoridade do Estado nas instituições formais levavam a sua identificação na presença dos fortes líderes políticos e militares, transferindo a legitimidade do poder para aquele que conseguisse mobilizar recursos internos e externos para a manter em uma guerra civil.

Ao observar os conflitos que na eleição seguinte levariam à Guerra Grande essa perspectiva pode se mostrar bastante válida. De toda forma, a percepção da

⁷⁸ RILLA, José. La tradición contra los partidos en el Uruguay. *História*. Franca, v. 23, n. 1-2, 2004. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742004000200009> >.

⁷⁹ CAÉ, Rachel da Silveira. *Escravidão e liberdade na construção do Estado Oriental do Uruguai. (1830-1860)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

⁸⁰ SAFFORD, Frank. “Política, ideologia e sociedade na América Espanhola do pós-independência”. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: da Independência a 1870*. Vol. 3. São Paulo: Edusp, 2004, p.332.

internacionalização das posturas políticas não se invalida de todo, desde que guardado o espaço para uma adaptação local dos recursos importados, para as relações pessoais e os laços de lealdade e para a heterogeneidade dentro desses grupos políticos. Os apoios políticos de lado a lado das fronteiras guardavam um pouco mais de pragmatismo do que identidade ideológica, mas isso não anulava sua existência.

Um dos comandantes militares brasileiros que se envolveu largamente nessa tentativa de golpe de Lavalleja foi Bento Gonçalves⁸¹. Fornecendo munições, cavalos, homens e outros víveres, o comandante rio-grandense embaraçava de forma complicada o governo imperial. Os compromissos pessoais do comandante da Fronteira do Jaguarão não se alinhavam com a postura de neutralidade assumida pelo Império. Ainda assim, naquele universo social, as relações entre Lavalleja e Bento podiam sobrepujar as ordens da Corte. Durante todo o governo de Rivera a oposição encontrou asilo e auxílio naquele comando de fronteira sul-rio-grandense. Essas relações implicavam em reciprocidades importantes naquele contexto de guerras e revoltas.

Em 1835 Manoel Oribe foi eleito presidente com apoio de Fructuoso Rivera. Em troca, Rivera recebeu o comando militar da Campanha, posto que ocupou por pouco tempo. No ano seguinte Oribe extinguiu esse posto de comando e começou um largo processo de investigação sobre a presidência de seu antecessor. Rivera rapidamente tentou tomar o poder pelas armas, mas derrotado, se refugia no Rio Grande do Sul. Havia um ano a província brasileira enfrentava seu próprio conflito civil armado, a Revolução Farroupilha, e o principal líder dos revoltosos era o mesmo Bento Gonçalves que havia colaborado com os inimigos de Rivera. Numa reviravolta, porém, Rivera receberia o apoio dos revoltosos, ao juntar forças com Bento Manuel Ribeiro, um ex-legalista que havia passado em 1837 ao lado farroupilha⁸². Com esse apoio e a intervenção francesa

⁸¹ Bento Gonçalves nesse período era Comandante de Fronteira da Província do Rio Grande do Sul. Seu auxílio foi denunciado em setembro de 1832 para o encarregado de negócios do Império do Brasil em Montevideu, Manuel de Almeida Vasconcelos que alertou as autoridades no Rio de Janeiro, que expediram ordem de que Bento Gonçalves se mantivesse neutro na disputa oriental. O comandante sul-rio-grandense era casado com uma uruguaia, tendo vivido em Mello, cidade do Departamento de Cerro Largo onde teria exercido cargos administrativos, tendo relações próximas com a política do país vizinho. Em 1834 o próprio Bento Gonçalves seria acusado de adentrar território uruguaio junto com Lavalleja, tendo sido levado a Corte para prestar informações, num dos ápices de tensão entre o poder central e os senhores da província. Voltaria com ganhos, entre eles a nomeação de um aliado como presidente da província, o que não impediu a eclosão da Revolução Farroupilha, que começaria com a deposição desse mesmo presidente, Antônio Rodrigues Fernandes Braga. GUAZZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província. A república Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013.

⁸² FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 60-62.

que produziu o bloqueio do porto de Buenos Aires, Rivera teve condições de derrotar Oribe, que renunciou e se refugiou em Buenos Aires sob a proteção do governador Juan Manuel de Rosas. A tentativa de Oribe retomar o poder no ano seguinte deu início à Guerra Grande.

O bloqueio francês ao porto de Buenos Aires foi parte das disputas pelo controle comercial. Para Rosas o controle da navegação para os rios interiores era uma questão de soberania, mas também de imposição do controle alfandegário desde Buenos Aires, parte de seu projeto de centralização. As províncias de Entre Rios e especialmente de Corrientes eram fornecedores importantes de produtos da pecuária, especialmente de charque. Os interesses comerciais eram muito fortes na região estando ligados à produção escravista nos grandes mercados do Atlântico. O porto de Montevideu, até o início do cerco, era praça comercial cosmopolita, integrada aos principais circuitos comerciais, fato perceptível pela diversidade de nacionalidades dos comerciantes que se encontravam naquela praça⁸³.

Os comerciantes brasileiros estabelecidos em Montevideu compunham esse grande mercado, ainda que não fossem majoritários. Sabe-se que as tarifas alfandegárias uruguaias permitiam que seu produto fosse competitivo no mercado internacional, especialmente se comparado com o produto oriundo da província brasileira do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX. Ainda, segundo relatórios dos presidentes dessa mesma província, durante as décadas de 1830 e 1840 houve uma significativa migração de produtores de charque brasileiros para o Estado Oriental, apenas interrompida pelas dificuldades causadas pela própria Guerra Grande, que antecederam em pouco tempo o fim da Revolução Farroupilha⁸⁴.

Alguns documentos tratam da acusação, sempre imputada como falsa pelas autoridades brasileiras, de desembarque de africanos na costa uruguaia, especialmente na região de Maldonado. Até 1842, apesar da proibição legal da introdução de escravos no país, o tráfico seguiu na República Oriental sob a fachada da introdução de “colonos africanos”, mormente controlado por comerciantes portugueses e brasileiros. Desde o início da década de 1830, Montevideu constituía-se como parte importante de uma rota que partia da África – especialmente de Angola – e terminava no Rio de Janeiro,

⁸³ BORUCKI, Alex. *Abolicionismo y tráfico de esclavos em Montevideo tras la fundación republicana (1829-1853)*. Montevideo: Biblioteca Nacional/UDEAR, 2009. p. 29-32.

⁸⁴ Para mais, ver os capítulos 2, 3 e 4.

configurando uma rede comercial que interligava as grandes casas comerciais da capital do Império com Montevideu através de representantes comerciais⁸⁵.

É possível avançar ainda nesse sentido pensando nas conexões de comércio que ligavam a produção pecuária, o charque e o comércio de longa distância nessa região. A existência de proprietários brasileiros produtores de gado no norte de Maldonado – futuro departamento de Rocha – e suas ligações com comerciantes da capital oriental e com a Província do Rio Grande do Sul indicam que a possibilidade de que essas redes comerciais tivessem uma capilaridade maior ao menos durante as décadas de 1830 e 1840.⁸⁶ A possibilidade de que o abastecimento de escravos para a produção de gado nas estâncias de brasileiros no Estado Oriental fosse realizado a partir desses desembarques clandestinos, reproduzindo um pouco o que acontecia no próprio Império, não pode ser de todo refutada.

Com todos esses interesses em jogo, o início da década de 1840 seria marcado pelo aprofundamento do conflito no Uruguai. Com o fim do bloqueio francês, Oribe e Rosas tiveram condições de investir numa campanha militar mais intensiva. Para entendermos melhor a dimensão das vitórias dessa campanha militar é importante observar a trajetória das Províncias Unidas do Rio da Prata até a Confederação Argentina.

O processo que levou à independência das Províncias Unidas do Rio da Prata – uma parte do antigo Vice-Reinado espanhol – teve como resultado uma disputa de concepções sobre a organização do Estado baseadas em dois modelos distintos e opostos: o unitarismo e o federalismo. Basicamente, o princípio do retorno do poder aos *pueblos* – cada comunidade com uma estrutura administrativa, o *cabildo*, era um povo com soberania, segundo a tradição espanhola – que marcou a Revolução de Maio de 1810 garantiu autonomia a cada uma das unidades administrativas e a união dessas formaria as Províncias Unidas. Segundo José Carlos Chiaramonte, essas unidades, que ele denominou de *ciudades-províncias*, se formaram em torno das antigas rotas de comércio centralizadas nas cidades coloniais, e era em torno do domínio dessas redes comerciais e especialmente

⁸⁵ BORUCKI, *Idem*, p.89-90.

⁸⁶ Um caso bastante exemplar foi o de Cipriano Rodrigues Barcellos, que nas décadas de 1820 e 1830 estava em atividade em Pelotas, Maldonado, Montevideu e Rio Grande, respectivamente como charqueador, estancieiro e nas duas últimas como comerciante. MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos* (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. p. 66-68.

das arrecadações alfandegárias que geravam que se conformava a disputa do modelo de Estado que seria empregado⁸⁷.

O peso da autonomia regional era grande na conformação do novo Estado. Durante a presidência de Bernardino Rivadavia (1826-1827) houve uma tentativa de constituir um governo centralizado, totalmente fracassada e que acabou levando em 1831 à criação de uma confederação de estados autônomos através de um acordo. Na teoria, as províncias se obrigaram mutuamente a garantir independência e liberdade, na prática, todas tentavam se defender da prevalência de Buenos Aires resguardando seu espaço provocando com isso, um permanente nível de instabilidade tanto política quanto militar. Os governos de Juan Manuel de Rosas em Buenos Aires, primeira de 1829 a 1832 e depois de 1835 a 1852, quando a denominação do país passa a Confederação Argentina, foram marcados pelas tentativas de impor a unidade a partir daquele porto⁸⁸.

O exercício do poder pelos federalistas, o partido de Rosas, foi uma tentativa de centralização. Conforme Cesar Guazzelli, esse paradoxo estava colocado por conta dos significados particulares que os temas assumiam naquele contexto das *ciudades-estados* descrito por Chiaramonte. Federalismo era a tentativa de construir um único governo federal, enquanto o unitarismo dos adversários de Rosas pregava uma confederação de governos provinciais autônomos e independentes, especialmente no que tangia às rendas portuárias, eis aí o grande problema gerado pelo bloqueio de Buenos Aires. Quando os franceses tentavam impedir que o comércio fosse realizado naquele porto, em realidade estavam querendo garantir livre passagem para os portos que ficavam nos rios interiores⁸⁹.

Observar o período em que Oribe fica sob a proteção de Rosas se faz interessante para pensar as implicações diretas que a disputa na Confederação Argentina tem sobre a política interna do Estado Oriental. Oribe recebe asilo sob a condição de presidente legal do Estado Oriental, mas ao mesmo tempo é nomeado general-chefe do exército da Confederação, o que implicou na sua atuação direta na repressão aos opositores de Rosas nas províncias. Em 1839, com a declaração de guerra de Rivera a Confederação

⁸⁷ CHIARAMONTE, Jose Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: origenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997.

⁸⁸ LYNCH, John. "As Repúblicas do Prata da Independência à Guerra do Paraguai." In: BETHELL, op. cit. p. 650.

⁸⁹ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Op. cit.* Ver também: CHIARAMONTE, Jose Carlos. *Ciudades, Provincias, Estados: origens da nação argentina. (1800-1846)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

Argentina, Rosas enviou o exército, sob a liderança de Pascual Echagüe para território oriental e este foi humilhanamente derrotado na batalha de Cagancha. Desde então, Rosas e Oribe concentraram suas forças nos aliados de Rivera dentro do território da Confederação: Santa Fé, Entre Rios e Corrientes tiveram seus unitários perseguidos. Essa primeira fase da Guerra Grande teve seu teatro de guerra todo se desenvolvendo dentro do território argentino.

Com a derrota de Rivera em Arroio Grande, no fim de 1842, se iniciou a segunda fase da Guerra Grande, quando Montevideú foi sitiada pelas tropas de Oribe e se constituíram dois governos: o *colorado Gobierno de la Defensa*, dentro da muralha da cidadela e o *Gobierno de Cerrito*, dos *blancos* que dominaram o restante do território. Essa divisão governamental se estenderia de 1843 a 1851, causando uma sobreposição de legislações e poderes. Foi nesse período que terras e gado foram confiscados na Campanha, que escravos foram libertados para servirem nas tropas – na Montevideú sitiada em 1842 e na campanha oribista em 1846 – e que se constituíram novas alianças políticas. Para entendermos as transformações que fizeram emergir um novo modelo político no Estado Oriental ao fim do conflito, é importante olharmos para aquilo que o historiador uruguaio Carlos Real de Azua chamou de patriciado oriental, ou seja, a elite política daquele país.

Azua chamou a atenção para a heterogeneidade da elite uruguaia, composta por estancieiros, comerciantes, intelectuais e militares, sendo essa a principal fonte do conflito. Atentando para o fato de que essa heterogeneidade se replicava também nos dois grupos políticos, ao contrário de uma caracterização que universaliza a urbanidade para os *colorados* e a campanha para os *blancos*. O autor aponta ainda para a insuficiência da tese que baseia o poder dessa elite na posse da terra, argumentando a instabilidade sobre a propriedade desse bem. A sobreposição de autoridades e a insegurança reinante no campo durante toda a primeira metade do século XIX impediria que esse fosse um fator predominante do poder, impedindo que os estancieiros fossem o setor de maior prevalência na política oriental⁹⁰. Ainda que as ponderações de Azua sobre a instabilidade da propriedade da terra sejam acertadas, a posse da terra era parte do jogo político, como discuto no próximo capítulo.

⁹⁰ AZUA, Carlos Real. *El patriciado uruguayo*. Montevideú: ASIR, 1961. p. 43-47.

Outro fator importante foi o que o autor chamou de “quebra geracional”, uma divisão entre os letrados que se refletia na renovação do ideário político marcada pela adesão do grupo que dava fundamentação política ao *Gobierno de la Defensa* ao romantismo europeu, enquanto o grupo de intelectuais ligados a Oribe era de uma geração conservadora, que participava da política na região desde o período de Artigas, composta pelos futuros presidentes uruguaios Juan F. Giró e Bernardo Berro. Ao lado de Rivera em Montevideu estavam Andrés Lamas e Miguel Cané, além de emigrados argentinos opositores de Rosas, conhecidos como a “geração romântica de 1837”, nomes que estariam ligados ao futuro político de ambos os países nas duas décadas que sucederam o fim da Guerra Grande e que marcariam a administração e a política externa fortemente⁹¹.

O peso que esses intelectuais tiveram no rumo do conflito pode ser medido pelo rechaço de Rivera após a vitória *colorada* com a aliança anti-rosista em 1851-52. A cisão entre o grupo de civis intelectuais da *geração de 1837* aliado ao militar Melchor Pacheco y Obes e Rivera era tão profunda que por vezes, como mostra Juan Viacava, os defensores de Montevideu temeram mais uma sublevação interna que a capacidade das forças *blancas*. O discurso deste grupo estava marcado pela contraposição entre “civilização e barbárie” ou “liberdade e tirania”, tão típicas da oposição ao governo de Rosas. Viacava demonstra em sua pesquisa, ao analisar o debate político travado entre 1846 e 1847 pela *colorado* Manuel Herrera y Obes e o *blanco* Bernardo Prudêncio Berro, que essa geração de novos intelectuais acreditava que seu discurso mostrava a superioridade intelectual dos *colorados*, ao mesmo tempo, que buscando garantir a manutenção de tal status, se esforçava em expulsar o grupo de Rivera, tão ligado às práticas políticas ultrapassadas que o romantismo desprezava⁹². O cerco de Montevideu foi o momento em que essas tensões se enfatizaram. A perda da campanha evidenciou que não havia mais legitimidade na liderança de Rivera.

A dimensão que essa transformação interna aos *colorados* teve não pode ser subestimada. As relações entre os rebeldes farrapos que haviam sublevado a Província do Rio Grande do Sul com o partido se davam através da figura de Dom Frutuoso Rivera, o que sempre impediu que a participação do Império fosse além do reconhecimento de que o governo de Montevideu era legítimo. Ao Império, o apoio ao caudilho Rivera

⁹¹ *Idem.* p. 90-98.

⁹² VIACAVA, Juan Andrés Camou. *Se armaron con ellos las ideas para resistir a la fuerza: por una reavaliación da oposição entre caudilho e estado no Uruguai a partir de Herrera y Obes, Berro, Antuña e Zás (1ª metade do século XIX)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2005.

significava um passo atrás em relação à pacificação do Rio Grande do Sul, prioridade máxima para a manutenção da integridade do território e da política monárquica.

Houve um momento, logo antes do cerco de Montevidéu em que o Império esteve mesmo próximo de um acordo com Tomás Guido, o representante de Rosas no Rio de Janeiro. Se concretizado esse acordo que foi negociado entre 1841 e 1843⁹³, teria garantido o apoio brasileiro à Oribe, o que poderia ter significado a desistência da independência do Uruguai. O dilema estabelecido entre a garantia da independência do Uruguai e o apoio a um dos aliados dos rebeldes começou a ser dissolvido dentro do próprio Império com a instituição de um imposto que taxava em 25% o charque das repúblicas platinas em 1840 e pela nomeação do então Conde de Caxias em 1842 para liderar as tropas legalistas que lutavam para sufocar a revolta. A pacificação da Província fronteiriça entrara em curso⁹⁴.

Nesse meio tempo os debates entre os *colorados* se intensificaram profundamente, especialmente porque o grupo que se concentrava em torno de Rivera passou a sentir ameaçado pelas posturas políticas bastante radicalizadas que alguns letrados assumiam publicamente, especialmente aquelas ligadas à abolição da escravidão. Na direção dos principais jornais do partido se encontravam representantes da *geração de 1837*, com seus ideais ligados ao romantismo político⁹⁵ e alguns intelectuais influenciados pelas ideias do italiano Giuseppe Mazzini que refletiam um nacionalismo libertário que se contrapunha à Restauração da década de 1820⁹⁶.

⁹³ O tratado chegou a ser assinado pelo Império, mas Rosas o mandou de volta ao Rio de Janeiro sem ratificação depois que Montevidéu foi sitiada. O Tratado de Aliança Defensiva e Ofensiva tinha termos interessantes ao combate contra Rivera: o fornecimento de cavalos para as forças imperiais, a compra de provisões argentinas para a Marinha Imperial, o impedimento de que os rebeldes de ambos os lados se fixassem nas proximidades das fronteiras e a desocupação dos territórios ao fim do conflito. Se tivesse vingado, tal tratado teria permitido o apoio do Império à Oribe e provavelmente o desfecho do conflito civil no Uruguai. GUAZZELLI, César Augusto. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 1998, (Tese de Doutorado). p. 359-362.

⁹⁴ FERREIRA, Gabriela Nunes. *Op. Cit.* p. 79-82.

⁹⁵ RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. P. 207-234.

⁹⁶ Para entender melhor a penetração das ideias de Mazzini na América a figura de Giuseppe Garibaldi é fundamental. Tendo lutado na Guerra dos Farrapos e depois liderado a marinha uruguaia para os colorados, Garibaldi trouxe consigo intelectuais que compartilhavam ideais. O principal deles no Uruguai foi Gian Battista Cuneo, um dos editores do periódico *El Nacional*, defensor da libertação total dos escravos e de outras liberdade políticas. As ideias mazzinianas nessa adaptação partiam da combinação de liberdade individuais e coletivas fruto de um republicanismo radical e igualitário. Assim como a geração de 1837, Mazzini acreditava que a educação das massas a libertaria do jugo político. SCHEIDT, Eduardo. *Carbonários no Rio da Prata: jornalistas italianos e a circulação de ideias na Região Platina. (1727-1860)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 45-49.

Como apontado anteriormente não havia uma homogeneidade dos grupos políticos, muito embora os que passaram a defender uma radicalização do republicanismo sejam um conjunto principalmente formado por letrados e os que se ligavam ao General Rivera fossem majoritariamente proprietários de terra e de escravos. Mas é exatamente pela capacidade heterogênea de organização desses grupos que o registro da disputa se deu na imprensa. Letrados *colorados* que não partilharam dos ideais da *geração de 1837* – muito menos dos mazzianos – tendo como porta-voz o periódico *El Constitucional*, professaram discursos que colocavam à frente da liberdade individual a propriedade, estabelecendo esse direito como base da nacionalidade.

Esse grupo predominou nas publicações desde o fim da década de 1830, fazendo com que um liberalismo moderado se tornasse a feição pública dos *colorados* e com a posse de Jose Rivera Indarte na editoria do periódico *El Nacional*, praticamente todos os ilustrados radicais sumiram das publicações *coloradas*. O acirramento das tensões com o cerco foi o revés que permitiu o retorno da *geração de 1837*, e nesse contexto foi o debate do abolicionismo ligado ao recrutamento de escravos que aprofundou a disputa dentre os partidários do *Gobierno de la Defensa*⁹⁷.

Encurralados em Montevideu os *colorados* passaram a confrontar suas divergências em torno da radicalização ou não das liberdades individuais. Em 1843 o Congresso declarou encerrado o governo de Rivera e o substituiu por Joaquín Suárez, político com histórico que também remontava ao período artiguista, mas com uma trajetória marcada pelo respeito às estruturas constitucionais. O General passaria a comandar um exército no interior, especialmente na região da Banda Norte – aquela dos departamentos ao norte do Rio Negro e fronteiriços – o que o levava a usar o território sul-rio-grandense como rota de fuga. O objetivo era furar o cerco em torno de Montevideu, diminuindo a pressão sobre a capital, mas o afastamento do centro de poder permitiu o crescimento do grupo ligado à *geração de 1837*.

Finalmente, o desejo de que o caudilhismo fosse banido das hostes *coloradas* parecia se concretizar, com o afastamento da principal figura que representava o tipo de política violenta que essa intelectualidade tanto desprezava. A própria disputa interna no partido replicaria uma imagem de caudilho ligada ao uso da força e ao desrespeito às instituições, tal como aquela criada pelo grupo da *geração de 1837* formado por unitários

⁹⁷ CAÉ, Rachel. *Op. cit.* p.92.

argentinos para combater Juan Manuel Rosas. A história política do Uruguai estaria profundamente marcada por essa relação intelectual com os exilados de Buenos Aires, e toda sua interpretação teve profunda influência das formulações construídas por esse grupo.

O conceito clássico de caudilhismo foi formulado ainda no século XIX como uma categoria de análise política por esse grupo da *geração de 1837*, estabelecendo como características fundamentais “a ruralização do poder, o mito do vazio institucional que se estabelece após 1820 e que será ocupado pelo caudilhismo, e a violência como o modo de resolução dos conflitos e disputas políticas”.⁹⁸ O caudilhismo se transforma de discurso político contra Rosas em modelo explicativo para os Estados e as sociedades do Rio da Prata quando Domingos Faustino Sarmiento lança *Facundo, ou civilização e barbárie*⁹⁹ e desloca o sentido de caudilho do tradicional “líder” ou “capitão” para o de “governador personalista”, “autoritário” e imbuído pela força bárbara da campanha, um inimigo da civilização¹⁰⁰.

Rivera, nesse sentido pejorativo criado pela *geração de 1837* foi visto como um dos piores tipos de caudilho, aquele que é um gaúcho liderando outros gaúchos¹⁰¹, aquele que viveu sempre longe da civilização, numa vida bárbara. A crítica a Rivera feita por esses letrados se constituiu numa das primeiras contraposições entre capital e campanha da política uruguaia, entre poder militar e Estado. Ao construir uma explicação para os conturbados anos do pós-independência no Estado Oriental os letrados viram nos caudilhos armados – não só Rivera, mas obviamente em Oribe também, especialmente considerando sua proximidade à Rosas – a continuidade daquele momento confuso quando o Vice-reinado se desfez e as estruturas estatais das novas repúblicas não haviam se constituído.

Diminuir o poder dos caudilhos era uma disputa travada em todas as estruturas. Não bastava apenas combater Oribe e sua proximidade com Rosas, mas também eliminar a influência de Rivera para então, sem chefes de bandos, construir uma nação oriental

⁹⁸ VIACAVA, Juan. *Op. cit.* p.35

⁹⁹ Cito aqui a publicação traduzida para o português por Aldyr Garcia Schlee: SARMIENTO, Domingos Faustino. *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/EDIPUCRS, 1996.

¹⁰⁰ VIACAVA, op. cit. p. 34.

¹⁰¹ Gaúcho aqui entendido com o sentido pejorativo que possuía no século XIX. Gaúcho era o *hombre suelto* despossuído de raízes e de relações que o levem a respeitar lei ou rei. Era sinônimo de bandido, nômade e de gente de pouca confiança.

amplamente alicerçada numa estrutura estatal persistente. Estes haviam sido um mal necessário, fruto do contexto conturbado dos anos 1820 conhecido como *anarquia*, um produto da realidade das colônias americanas, um híbrido entre civilização e barbárie que pendeu para essa última. Era necessário acabar com sua influência para criar um Estado Oriental do Uruguai com capacidade de ter cidadãos livres e politicamente esclarecidos. Portanto, ao mesmo tempo em que esses intelectuais lutavam por uma vitória *colorada* na Guerra Grande, disputavam com o grupo ligado a Rivera os rumos do projeto político.

Quando derrotado em 1845 pelos *blancos* na batalha de India Muerta, Rivera atravessou o Jaguarão pedindo asilo no Brasil. Seu destino foi o envio como prisioneiro para o Rio de Janeiro, por seu envolvimento com os rebeldes farroupilhas. A prisão foi breve, mas a derrota do caudilho estava dada. Em seu retorno a Montevideu as tropas se sublevaram diante da declaração de seu desterro, levando-o ao comando das tropas, onde sofreria a ruína final em janeiro de 1847, com a vitória dos *blancos* em Cerro de las Animas. Com isso, seu exílio foi decretado até o fim da Guerra Grande, o que o retiraria de vez da política uruguaia. A correlação de forças dentro do partido colorado havia mudado.

Desde o primeiro afastamento de Rivera, em 1843 foram levadas a cabo importantes transformações na política *colorada*, especialmente no que se referia à política de alianças e ao recrutamento militar. No que toca ao primeiro ponto, o abandono do apoio aos rebeldes farroupilhas levou à aproximação entre o Império do Brasil e os *colorados*. Essa aproximação foi discreta e fazia parte da perspectiva da política internacional brasileira. Em relação ao recrutamento militar, a progressiva incorporação de escravos às tropas tomou um rumo mais abrupto, levando à abolição da escravidão sob a bandeira do *Gobierno de la Defensa* em 12 de dezembro de 1842. O primeiro aspecto foi nosso objeto até aqui. O segundo precisa ser analisado de forma mais detida.

1.1. Os cidadãos e suas propriedades: direitos sobrepostos em identidades manejadas

O processo que levou à abolição da escravidão no Estado Oriental é bem mais complexo do que a historiografia brasileira – especialmente a produzida até a década de

1990 no Rio Grande do Sul – costumava supor¹⁰². O ano de 1842, habitualmente tomado como marco da liberdade dos escravos no país vizinho, foi apenas um capítulo de um processo que se inicia em 1830 com a promulgação da primeira constituição oriental e talvez se encerre apenas no governo de Bernardo Berro, no início da década de 1860 – quando os contratos de peonagem são cancelados e os patronatos e tutorias são abolidos – e no qual a população brasileira estabelecida naquele território tem papel prolongador.

Os estudos de Alex Borucki, Karla Chagas e Natalia Stalla mostram que nos departamentos de Minas, Rocha, Cerro Largo e Tacuarembó – os três últimos fronteiriços e todos eles com pesado número de propriedades de brasileiros – pode-se constatar por dados demográficos a presença de escravos e mais que isso, seu peso sobre a economia da campanha¹⁰³. Em Cerro Largo, exemplarmente, no Relatório da Repartição de Negócios do Estrangeiro de 1850, encontram-se 484 proprietários brasileiros estabelecidos, com porções de terra de não menos que uma légua de campo, o que certamente não podia ser suprida apenas com mão-de-obra familiar. O fato de nos dados populacionais de Maldonado de 1854 – que inclui os atuais departamentos de Maldonado e Rocha – se encontrarem listadas como parte da propriedade de um terço dos estancieiros brasileiros atafonas¹⁰⁴, também é indício da presença de mão de obra de origem escrava¹⁰⁵.

De toda forma, as repetidas promulgações, em 1842 e 1846, da abolição da escravidão são indicativos não apenas da instabilidade institucional do país vizinho, mas da permanência de cativos no território. A primeira promulgação de liberdade – nesse caso de ventre - remonta a 1813 com a Assembleia Constituinte das Províncias Unidas do Rio da Prata, estendida a então Banda Oriental com a tomada desta pelas tropas *porteñas* em 1814. Há que se considerar que nem nas Províncias Unidas tal regulamento teve eficácia plena, mas que de fato foi ignorado por José Artigas ao prometer a liberdade aos escravos em 1815.

¹⁰² Novos estudos vêm atentando para essa simplificação: FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1854-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 225-232. BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855*. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004; SOMMA, Lucia Scuro. *Población afrodescendente y desigualdades étnico-raciales en Uruguay*. Montevideo: PNUD, 2008. Para outras considerações: ISOLA, Ema. “La esclavitud en el Uruguay. Desde sus comienzos hasta su extinción (1743-1852)”. *Publicacion de la Comision Nacional de Homenaje del sesquicentenario de los hechos historicos de 1825*, 1975.

¹⁰³ BORUKI, CHAGAS, STALLA, *Op. cit.* p.175-180.

¹⁰⁴ As atafonas eram velhas estruturas de moagem movidas por tração animal ou por água. Também conhecidas como azenhas em Portugal, essas estruturas foram amplamente adaptadas no Brasil para a produção da farinha de mandioca, alimento para a escravaria, desde o período colonial.

¹⁰⁵ Padrones de Población: Maldonado (1854). Fondo Ex-Archivo e Museu Historico Nacional. AGNUy.

Em 1825, a Junta de Representantes reunida em Florida¹⁰⁶ voltaria a decretar a liberdade de todos os nascidos na República e o fim do tráfico. O corpo do decreto deixa entrever a dificuldade de aplicação da lei, ao declarar que tão logo as circunstâncias permitissem esta seria regulamentada. Obviamente essa é uma referência a Guerra da Cisplatina e à ocupação brasileira do Uruguai (1825-1828), porém, não deixa de denotar a possibilidade de entraves, especialmente o de que a decisão de uma Junta localizada em um ponto do território e que agrega uma parcialidade política não poderia ser facilmente estendida a todo o Estado Oriental.

Corroborando tal percepção, temos o fato do decreto da Junta de Representantes só ter sido estendido a Montevideu e a Colônia do Sacramento em 1830, dois anos depois da derrota brasileira e, ainda assim, sua aplicabilidade é contestável. Durante a Revolução Farroupilha, muitos charqueadores rio-grandenses estabeleceram suas empresas de carne salgada no Buco¹⁰⁷, área próxima de Montevideu e introduziram seus escravos no Uruguai como mão-de-obra dessas unidades produtivas. Houve aqueles que se estabeleceram na margem uruguaia da Lagoa Mirim, com o mesmo intuito e da mesma forma é possível que tenham transportado seus escravos¹⁰⁸.

O texto da Constituição de 1830 criou o Estado Oriental do Uruguai declarando que sua soberania residia na nação¹⁰⁹. A nação estava em formação e mesmo a definição do cidadão era algo a ser construído. Divididos entre naturais e legais, os primeiros, eram aqueles livres nascidos em qualquer parte do território; os segundos, aqueles que vindos de outras partes do mundo tivessem se estabelecido no território antes da promulgação da constituição ou que tivessem lutado como oficiais nos exércitos nacionais. Interessante perceber que essa definição era fluída, pois muitos brasileiros que viviam no território oriental desde a década de 1820, ou mesmo antes, poderiam reivindicar a condição de cidadãos orientais, mas como veremos ao menos 1353 pessoas supostamente optaram por reivindicar-se como súditos do império.

A condição de cidadão oriental estava condicionada não apenas pela liberdade do indivíduo, mas a sua condição de alfabetizado, a idade, que devia ser maior que vinte

¹⁰⁶ Em Florida, capital do Departamento de mesmo nome, se reuniu a Junta de Representantes dos diferentes *pueblos* que governou o Uruguai durante o processo de Independência do Império do Brasil. Montevideo, onde naquele momento se concentravam as forças brasileiras, dista 75 km ao sul de Florida.

¹⁰⁷ Antônio José Gonçalves Chaves, autor das “Memórias Econômico-Políticas” foi um destes. MENEGAT, Carla. *Op. cit.*

¹⁰⁸ Correspondência dos Governantes, Maio 27. AHRG.

¹⁰⁹ *Constitución de la República Oriental del Uruguay promulgada a 28 de junio de 1830*. Disponível em <<http://www.parlamento.gub.uy/constituciones/const830.htm>> Acesso: 10 out 2015.

anos e a ocupação, que não deveria ser a de jornaleiro – peão que recebe por jornada – ou servente por soldo, nem soldado de linha, assim como os notoriamente desocupados – *vagos* – e os que sofriam processo legal também estavam excluídos. Paradoxalmente eram estendidos a todos os direitos de propriedade e liberdade e a igualdade dos homens diante da lei, o que nos leva a refletir sobre o processo de construção da cidadania oriental e sua relação próxima com a construção do que era ser cidadão para os brasileiros que viviam em território uruguaio.

O tráfico de escravos permaneceu ativo durante toda a década de 1830, essencialmente sob a nomenclatura da introdução de “colonos” africanos como mão-de-obra, contando com o estabelecimento de uma rota clandestina para o Brasil que envolvia o porto de Montevideú e pelo trânsito de escravos no espaço fronteiriço¹¹⁰. Todos esses entraves à constituição da liberdade plena em solo uruguaio estavam intimamente ligados à concepção que os brasileiros tinham de propriedade e de seu direito de exercê-la como súditos do Império.

Os anos 1820 no Brasil representaram o aquecimento da economia com o crescimento das lavouras de café no Sudeste e o conseqüente aumento da demanda por mão-de-obra escrava. Ao mesmo tempo a Inglaterra pressionava pelo fim do tráfico e forçava a sua proibição. O resultado foi o tratado anglo-brasileiro de 1826 pela extinção do tráfico e a lei de 7 de novembro de 1831 que o proibia, mas que acabaram tendo como efeito sua intensificação durante as décadas de 1820 e 1830¹¹¹.

Alex Borucki identificou para a década de 1830 uma rota complementar ao tráfico para o Rio de Janeiro passando pelo porto de Montevideú. Segundo as denúncias de periódicos locais e de Buenos Aires a rota contaria com a conivência das autoridades portuárias orientais, sendo inclusive, mas não principalmente, rota de abastecimento de escravos no litoral marítimo do Estado Oriental, especialmente no departamento de Maldonado, com grande presença de luso-brasileiros¹¹². Por essa rota teriam chegado ao

¹¹⁰ Borucki, *Abolicionismo y tráfico de esclavos em Montevideo tras la fundación republicana. (1829-1853)*. Montevideo: Biblioteca Nacional/UDEAR, 2009.

¹¹¹ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 47-48.

¹¹² Não somente existiam muitos rio-grandenses emigrados em Maldonado, como existiam também descendentes dos colonos açorianos levados de Rio Grande como prisioneiros pelo General espanhol e governador de Buenos Aires D. Pedro Cevallos após a tomada da cidade em 1763. Esses luso-uruguaios mantiveram sólidas relações no Rio Grande e seu impacto dentro de redes de apoio na região, especialmente ligados ao comércio de escravos e gado vacum mereceria um estudo mais detalhado que foge do foco desta pesquisa, mas que seria complementar. Para mais dados sobre a fixação desses colonos e a fundação de San Carlos: CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: Período colonial*. Porto Alegre, Globo, 1970. p. 170. FAJARDO, Florencia Terán, *La gravitante región de Maldonado*. Intendencia de Maldonado,

Rio de Janeiro 12% dos escravos ilegalmente comerciados entre África e Brasil e sua supressão só chegaria ao fim com a participação dos ingleses¹¹³.

Antes disso, em 1837 a Assembleia Geral em Montevidéu se reuniu para promulgar disposições sobre escravidão, regulamentando o fim do tráfico de escravos e decretando que todos os *hombres de color* que adentrassem o território oriental como escravos – ou como colonos, ou como peões, ou outras denominações – imediatamente seriam considerados livres, sob a condição de que menores de 25 anos seriam colocados sob tutela e maiores teriam de servir por três anos sob o regime de patronato, sempre sob o domínio de seus senhores. Por outro lado, a disposição não era clara sobre idosos, mulheres e incapazes, que acabaram ficando sob o patronato de seus amos também, ao menos até o fim da Guerra Grande. Na prática, o patronato significou a permanência da escravidão para a maioria dos indivíduos que se viram nessa condição.

A continuidade da introdução de escravos abaixo da denominação de “colonos”, segundo o que apresenta Alex Borucki, foi parte desse processo longo que alternava avanços e retrocessos em relação ao tráfico de africanos. Os “colonos” consistiam em escravos comprados na costa da África que eram “libertados” antes do embarque e que assinavam contratos se comprometendo a trabalhar no país de destino, para os contratantes até pagar o seu transporte, tempo em geral de 12 anos. Tal empresa não podia ser realizada no Brasil, onde o tratado com a Inglaterra previa que qualquer navio com africanos seria apreendido, mas era perfeitamente possível no Estado Oriental até 1839, sendo alguns nacios inclusive contratados pelo governo de Montevidéu entre 1832 e 1834¹¹⁴.

O autor alega que tal atividade era uma grande fachada para o comércio ilegal de africanos na rota do Rio de Janeiro, servindo como argumento no resgate de navios apreendidos pelos britânicos. Mesmo quando havia o desembarque de “colonos”, sua idade, que obrigatoriamente pelo contrato com o governo local deveria ser inferior a 16 anos, era totalmente incongruente com a situação de “colonos livres” que se pretendia. A rota de tráfico que tinha Montevidéu como ponto de apoio resultava dessa forma de dois eventos da diplomacia inglesa: por um lado as negociações que garantiram a independência do Uruguai e por outro, as que levaram ao acordo anglo-brasileiro e à lei

Comité Patriótico Departamental, 1977. ESTRADA, Marcos M. de. *La Villa de San Carlos: Pedro de Cevallos, portugueses y "patagónicos"*. Montevidéu: Ediciones de la Plaza, 2007.

¹¹³ BORUCKI, Alex. *Abolicionismo y tráfico de esclavos em Montevideo tras la fundación republicana. (1829-1853)*. Montevideo: Biblioteca Nacional/UDELAR, 2009. p. 57-59.

¹¹⁴ *Idem*, p. 79-106.

de 1831 extinguindo o tráfico. A rota era ela mesma uma tentativa, na maior parte das ocasiões bem sucedida, de ludibriar os britânicos, quando não pelo desembarque de africanos na costa brasileira, por sua “contratação” como “colonos” no Estado Oriental¹¹⁵.

A existência de laços que criavam redes comerciais e de interesses políticos entre brasileiros e orientais facilitaram a continuidade do tráfico em Montevidéu. As conexões de Rivera com estancieiros brasileiros remontavam tanto ao período da dominação luso-brasileira, quanto a um reforço, que está discutido mais adiante, no seu período como Comandante Militar da campanha uruguaia. Borucki cita outras personalidades importantes que haviam apoiado o domínio brasileiro, como o Ministro do Governo de Rivera, Lucas Obes e seus genros Nicolás Herrera, José Ellauri, Julián Álvarez y Juan Gelly¹¹⁶. Essas ligações se retroalimentavam, num ciclo que garantia lucros aos comerciantes e entradas fiscais, completando o círculo que conectava os comerciantes de Montevideo aos comerciantes do tráfico atlântico de escravos.

Maldonado recebeu uma parte grande dos desembarques de “colonos africanos”, mas outra parte significativa foi desembarcada no Buceo, região portuária de Montevidéu onde estavam instalados os *saladeros*, as charqueadas locais. Ambas as regiões tinham uma presença brasileira forte, especialmente de rio-grandenses produtores pecuários e de seus derivados, indicando uma relação de reprodução do modelo de produção que mantinham no sul do Brasil. Pernambuco, Bahia e o Rio de Janeiro eram os principais destinos da produção de charque saída do porto de Rio Grande, o que nos leva a pensar que a conexão com Montevidéu nesse período fosse semelhante.

O debate em torno da questão dos “colonos africanos” passava também pelo debate da soberania oriental, mais precisamente pela questão da ocupação do território. A população uruguaia não era numerosa e estava concentrada especialmente no litoral e sua densidade aumentava quanto mais próxima da capital. Lucas Obes, o Ministro do Governo de Rivera citado anteriormente, defendia que o desenvolvimento do Estado Oriental passava pelo aumento de sua população, ou seja, pelo aumento de mão-de-obra, que geraria maior produção e permitiria o aumento da economia. Como bem apontaram Lucía Sala e Rosa Alonso, Obes representava a combinação sem contradições aparentes do progressismo liberal e da mentalidade escravista típicas da elite montevideana do pós-

¹¹⁵ BORUCKI, Alex, op. cit. p. 79-106.

¹¹⁶ *Idem*, p. 87.

independência¹¹⁷, muito próximo dos discursos políticos predominantes também no Império, aliás.

Outro aspecto do debate sobre a soberania uruguaia que era permeado pela questão dos “colonos” residia nos termos da independência e nas condições de Brasil, Argentina e especialmente Inglaterra como responsáveis por sua garantia. A imprensa uruguaia apontava a permanência do tráfico, como um possível motivo para uma intervenção estrangeira¹¹⁸. O temor de que o Império retomasse a invasão, desta vez com apoio britânico garantido pelo acordo anglo-brasileiro pelo fim do tráfico era manifestado pelos periódicos, assim como o temor de uma intervenção britânica. Muito embora essa hipótese não apresentasse verossimilitude, repercutia o sentimento de desconfiança presente em parte da elite oriental em relação às disposições brasileiras sobre a independência de seu país.

A própria questão do financiamento estatal do Estado Oriental esteve diretamente ligada à presença do tráfico. As tentativas de empréstimos que Rivera e Oribe realizaram durante a década de 1830 foram negadas pelos ingleses pela inexistência de tratado bilateral pela extinção do tráfico. Essa foi a tônica da agenda entre os dois países ao longo de todo o período. Em 1839, o *Gobierno de la Defensa* assinou com a legação inglesa o acordo de fim do tráfico, ratificado em 1842. A iminência dos ataques de Rosas e Oribe levaram Rivera a ceder. O tráfico estava encerrado em qualquer de suas formas.

Foi nesse mesmo ano de 1842 que todos os escravos da capital então sitiada foram libertados sem indenização de seus senhores, causando imensos prejuízos a comerciantes brasileiros estabelecidos naquela praça¹¹⁹ e desgostando muitos dos apoiadores estrangeiros dos *colorados*. A indenização foi prometida para um momento posterior ao fim do conflito, quando as contas da nação, sitiada na capital, estivessem equilibradas, o que naquele momento não parecia uma perspectiva animadora. Montevideu foi descrita durante o cerco como uma cidade onde a miséria transformou cães em alimento.

A liberdade concedida aos escravos pela *Defensa* há que ser relativizada, já que todos os homens livres e aptos a servir em armas foram encaminhados ao serviço militar

¹¹⁷ SALA, Lucía; ALONSO, Rosa. *El Uruguay comercial, pastoril y caudilhesco*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1989. p. 171.

¹¹⁸ BORUCKI, Alex, *Op. cit.* p. 54.

¹¹⁹ Alguns farroupilhas, como o Ministro da Fazenda da República Rio-Grandense, haviam estabelecido negócios em Montevideo e enviado escravos para aquela cidade, considerando-a segura por conta de sua aliança com o General Frutuoso Rivera, líder do *Gobierno de la Defensa*. MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas. Família, Política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos. (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

compulsoriamente e sem previsão de dispensa. Os demais seguiam relegados ao patronato de seus senhores. Mesmo depois da Guerra Grande, tal regime de trabalho permaneceria, sendo anulado apenas pelo governo de Bernardo Berro, no início da década de 1860, já num contexto pré-Guerra do Paraguai.

O serviço militar como caminho para a liberdade não era uma novidade no contexto platino. Marta Goldberg mostra que desde o processo de resistência às invasões inglesas de 1806 e 1807 os batalhões de negros e escravos tinham um peso grande nas tropas de Buenos Aires¹²⁰. Antes disso, com menos destaque os negros integravam as milícias em unidades separadas desde 1590, sendo agregados à Guarnição de Buenos Aires oficialmente a partir de 1644.

Na antiga Banda Oriental desde 1760 houve a incorporação de negros nas milícias com a fundação do Regimento de Pardos e Morenos¹²¹. Durante o período em que José Gervásio Artigas lutou para criar a sua pátria, declarando guerra ao Diretório das Províncias Unidas e aos portugueses, na segunda década do século XIX, a extensão do recrutamento aos escravos foi um fator de fortalecimento do movimento. Muito embora Ana Frega indique a libertação de mais 390 escravos com a intensificação do recrutamento para dar conta da resistência à invasão portuguesa¹²². Há indícios de que a intenção não fosse estabelecer a passagem pelas tropas como percurso de liberdade no projeto artiguista, incluindo a possibilidade de que os escravos que lutassem retornassem ao serviço de seus senhores depois da derrota dos invasores¹²³.

Diversos estudos têm apontado para o papel que as guerras desempenharam no processo de libertação dos escravos no Rio da Prata. Se por um lado o serviço militar significava a inserção dos negros na cidadania das repúblicas platinas, quando passavam de escravos a soldados, os diferentes autores têm concordado nos limites que essa possibilidade trazia consigo, exemplarmente quando excluía os soldados de linha. A abolição de forma plena não se deu em nenhuma das promulgações, mas sim no prolongamento dos conflitos, na busca armada das tropas por mais recrutas e no esgotamento das formas de resistência dos senhores. Concretamente podemos afirmar

¹²⁰ GOLDBERG, Marta Beatriz. “Afrosoldados de Buenos Aires en armas para defender a sus amos.” In: MALLO, Silvia C.; TELESKA, Ignacio(org.). *“Negros de la Patria”: los afrodescendientes en las luchas por la independencia em el antigo Virreinato del Río de la Plata*. Buenos Aires: SB, 2010. p. 55

¹²¹ BENTANCUR, Arturo Ariel; APARICIO, Fernando. *Amos y esclavos en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Planeta, 2006. p. 153.

¹²² FREGA, Ana. “Caminos de libertad en tiempos de revolución. Los esclavos em la Provincia Oriental Artiguista. 1815-1820.” In: BENTANCUR, Arturo; BORUCKI, Alex; FREGA, Ana (org.). *Estudios sobre la cultura afro-rioplatense*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004. P.48.

¹²³ BENTANCUR, Arturo; APARICIO, Fernando. *Op. cit.* p. 171

que em todas as situações em que o recrutamento militar encontrou os escravos como alvos, inclusos os decretos de ambos os lados da Guerra Grande, estes eram homens, saudáveis e jovens, ou seja, apenas os aptos a lutar podiam se enquadrar nesse perfil¹²⁴.

O decreto de abolição da escravidão feito pelo *Gobierno del Cerrito* em 26 de outubro de 1846, mantinha as mulheres até 25 anos sob patronato. E mesmo que não tenha condicionado a liberdade ao serviço militar obrigatório, a regulamentação dessa lei e sua aplicação pelas autoridades *blancas* teve evidente impacto sobre o recrutamento. Ao analisarmos no terceiro capítulo as reclamações de proprietários brasileiros mostraremos importantes citações sobre a classificação dos recrutáveis a partir desse decreto.

Assim como os *colorados* fizeram na Montevideu sitiada, os *blancos* prometeram indenizações aos proprietários de escravos ao fim do conflito. Na prática, nunca houve um registro confiável de proprietários e escravos libertos. Antes de garantir a liberdade dos escravos para o serviço militar, as autoridades de ambos os lados ofereceram a possibilidade para que os estrangeiros – mormente brasileiros – retirassem seus escravos. De fato, os *colorados* permitiram a saída de navios que levavam escravos de charqueadores brasileiros mesmo na noite seguinte a publicação da lei, como a documentação diplomática brasileira atesta¹²⁵. A promessa de indenização foi antes de tudo uma tentativa de garantir que os proprietários cedessem pacificamente seus escravos e permitissem o incremento das tropas. Na campanha, área de domínio dos partidários de Oribe, essa premissa ficou ainda mais evidente, dadas as frequentes reclamações de represálias aos proprietários brasileiros que não permitiam que seus “peões” servissem. Muitos foram acusados de resistirem à libertação de escravos ou de ocultarem desertores¹²⁶, sob a alegação de que eram cidadãos brasileiros livres.

Se por um lado, a fronteira podia significar a divisória entre liberdade e escravidão, tão marcante que gerava uma concepção como a de “solo livre”, que foi aplicada como argumento em ações de liberdade no Brasil como bem demonstra Keila Grinberg¹²⁷, também poderia significar adentrar um mundo de instabilidade e guerra. O solo livre adotado pelos uruguaios era outro, o conquistado palmo a palmo nos conflitos armados da política interna e aquele a ser vivido sob o serviço das armas. Talvez isso

¹²⁴ Retomo essas questões no capítulo 3 quando discuto mais a fundo a questão do recrutamento sob o ponto de vista do reconhecimento da nacionalidade.

¹²⁵ Ofícios da Legação Brasileira em Montevideu, 1842. AHI.

¹²⁶ Ofícios do Consulado Brasileiro no Uruguai, 1846, 1848. AHI.

¹²⁷ GRINBERG, Keila; “Escravidão e Liberdade na fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa.” In: *Cadernos do CHDD (FUNAG)*, v. 5, p. 91-114, 2007.

explique a presença de cidadãos orientais negros em solo brasileiro, como as *personas de color* encontradas no Rio de Janeiro¹²⁸, mesmo que estivessem expostas à possibilidade de reescravização e à certeza de hostilidade.

Talvez seja necessário, para entendermos como a abolição da escravidão no Uruguai questionava a noção de propriedade dos brasileiros, esmiuçarmos um pouco mais essa relação entre militarização e escravidão. A Constituição do Estado Oriental do Uruguai estabelecia que estavam excluídos os militares do exercício da política institucional, uma grande diferença em relação ao Império. Num contexto militarizado como o da Bacia do Prata no período, esse era um dado nada desprezível, e se influenciava na dificuldade de conformação de um exército profissional no Estado Oriental, certamente pesava sobremaneira na opção por uma não integração dos brasileiros naquele modelo de Estado. Por outro lado, a incorporação dos negros libertos pelas sucessivas leis de abolição da escravidão e do tráfico, os retirava da propriedade de seus senhores, aumentando a indignação dos estancieiros brasileiros. Tal condição acabava também resolvendo o problema de contingente militar e ao mesmo tempo os excluindo da possibilidade do exercício da cidadania política, de certa forma, criando uma salvaguarda às elites constituintes do Estado emergente naquele contexto.

A situação da população negra no país vizinho criava alguns problemas de ordem social ao Brasil, especialmente às autoridades e proprietários da Província limítrofe do Rio Grande do Sul. O maior deles, certamente se concentrava na fuga de escravos que preferiam servir em armas nos exércitos orientais do que seguir na sua condição de escravos. Uma relação, também datada do ano de 1850, que trata dos 647 escravos fugidos desde 1827 na Província mostra que a proximidade da fronteira, sempre deixava a opção de se dirigir aos países vizinhos em busca de uma vida livre¹²⁹. Porém, além dos

¹²⁸ LIMA, Rafael Peter. *A Nefanda Pirataria de Carne Humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

¹²⁹ Para tanto ver: Relação e descrição dos escravos (por proprietários) fugidos da província para Entre-Rios, Corrientes, Estado Oriental, República do Paraguai e outras províncias brasileiras. Fundo: Estatística, documentação avulsa, maço 1, 1850. AHRS. Esse documento vem sendo amplamente explorado pelos historiadores para pensar tanto as relações entre os países envolvidos como a relação que esses territórios mantinham com a instituição da escravidão. Alguns trabalhos que utilizam essa fonte: PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2006; CARVALHO, Daniela V. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional - 1830-1850)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. ARAÚJO, Tiago Leitão. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

perigos do trajeto, ao chegar ao outro lado, a possibilidade de desfrutarem de seus destinos como bem entendessem era falha. Como apontam alguns trabalhos¹³⁰, a quase certeza do engajamento nas armas fazia com que nem todos vissem essa opção como tranquila.

Ao evidenciar esse dado, temos de refletir sobre o peso que a existência de um exército de homens negros livres e armados gerava sobre cidadãos brasileiros. Um episódio, o do massacre de Porongos durante a Revolução Farroupilha¹³¹, talvez seja marcante para entendermos quão perigosa era considerada a possibilidade de que escravos fossem recompensados com sua liberdade pelo engajamento em tropas. Nele, um dos corpos de lanceiros¹³² compostos por negros libertos pelos farrapos, foi emboscado em novembro de 1844 e exterminado, provavelmente com a ajuda do Comandante em armas e General rebelde David Canabarro¹³³.

Outro desenvolvimento desse mesmo episódio foi o envio do restante dos lanceiros ao Rio de Janeiro, onde passam a servir em instituições militares do Império, sem receberem suas alforrias, mas contando com um status de libertos, já que não configuraram oficialmente como escravos da nação¹³⁴. O temor que a propagação da ideia de alcançar a liberdade pegando em armas causava exigiu o isolamento desses soldados. Não era possível, porém, isolar o Estado Oriental inteiro, que oferecia a mesma possibilidade¹³⁵. Para aprofundarmos a percepção sobre o impacto de tal arranjo é necessário entender outra dimensão da escravidão, aquela que imputava status, inclusive o de cidadão. Retomo todas essas questões no capítulo 3, quando discuto as reclamações que se baseiam numa alegada nacionalidade brasileira, portanto não vou me aprofundar,

¹³⁰ THOMPSON FLORES, Mariana F. C. *Crimes de fronteira : a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014; PETIZ, Silmei de Sant'Ana. Op. cit. p. 108-116.

¹³¹ Para uma compreensão melhor de Porongos: OLIVEIRA, Vinícius Pereira; SALAINI, Cristian Jobi. "Traição Farroupilha: Documento que revela massacre de soldados negros por líderes farroupilhas gera polêmica até hoje." *Revista de História*, v. 58, 2010. p. 46-49. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/traicao-farroupilha>> Acesso em: 26 out 2015.

¹³² Soldados montados equipados com lanças, em geral o corpo mais baixo da cavalaria, com baixos índices de mortalidade, dada sua condição de luta que evitava o corpo a corpo. A introdução de tal tipo de tropa no Rio Grande do Sul remonta à Guerra Cisplatina, quando um corpo do Exército Brasileiro, conhecido como Lanceiros Alemães, foi organizado por Otto Heise, comandante que lutou com os farrapos em 1835. Ao que tudo indica, o uso de tal arma era extremamente eficaz dentro da prática da Guerra de Cavalaria Ligeira e pouco dispendioso, considerando que o uso de armas de fogo era pequeno, não atingindo números significativos. Para entender melhor o uso dessa arma nas guerras da região platina recomendo: GUAZZELLI, César Augusto. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 1998, (Tese de Doutorado). p. 188-192.

¹³³ SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias: o homem atrás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 523.

¹³⁴ CARVALHO, Daniela Vallandro. *Op. Cit.*

¹³⁵ PETER, Rafael Peter. *Op. cit.*

mas creio que essas considerações são importantes para entender a construção da cidadania e da reivindicação e nacionalidade nos dois países.

A criação de gado demandava largas extensões de terra, mas o prestígio de um proprietário não estava apenas ligado ao tamanho de suas posses, mas à qualidade delas. No Brasil, um grande proprietário era também senhor de escravos. Se assumirmos que a nação é o lugar de propriedade¹³⁶ e que uma das conformações da cidadania está no princípio constante da delimitação do não cidadão, entendemos o quão necessária era a escravidão para a sociedade brasileira. Embora possuíssem razoáveis, alguns possuíam imensas porções de terra, os estancieiros brasileiros estabelecidos no Estado Oriental por outro lado vinham paulatinamente sendo tolhidos de uma de suas propriedades mais caras, a escravaria. Possuir escravos era ao mesmo tempo a possibilidade de manutenção da produção, de riqueza e a garantia da condição de cidadão. Uma conformação de status complexa e que dá indícios muito mais condizentes com a vontade desses estancieiros se manterem como parte da elite brasileira do que se integrarem na sociedade uruguaia.

Mesmo para um pequeno proprietário brasileiro, a posse de escravos tinha um valor social imenso. Como aponta Hebe Mattos, o título de propriedade de escravos era o próprio designador da condição social de cidadão¹³⁷. Ser cidadão estava determinado pela condição de proprietário e nada mais ostensivo para afirmar essa condição que a propriedade escrava. Os menores proprietários no Brasil foram os que mais investiram em cativos¹³⁸.

Essa condição de cidadania relacionada diretamente à propriedade e sua dimensão tinha matizes no Brasil do Império. A adoção da condição censitária para qualificar os eleitores foi sua manifestação mais evidente, mas não podemos esquecer que a permanência da classificação do nascimento ingênuo ou não dos indivíduos – ingênuos eram os que não haviam nascido escravos – permaneceu durante a maior parte do Império¹³⁹. Esses matizes estavam diretamente relacionados a leitura particular do liberalismo feito no Brasil monárquico e se contrapunham fortemente aos pressupostos da cidadania que outra leitura do liberalismo construía no Prata.

¹³⁶ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. “Estado, nação e escrita da História: propostas para debate.” In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 250-251.

¹³⁷ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

¹³⁸ CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.* p. 17.; MATTOS, Hebe Maria. *Op. cit.* p. 18.

¹³⁹ MATTOS, Hebe Maria. *Op. cit.* p. 20

Como apontei anteriormente grande parcela dos proprietários brasileiros estabelecidos no Estado Oriental se encontrava nessa condição quando da independência daquele território em 1828, portanto, poderiam aderir à causa da nacionalidade oriental e se tornarem cidadãos daquele Estado. Da mesma forma, muitos desses proprietários puderam aderir à causa brasileira e se tornarem brasileiros quando da independência do Império. Seis anos separam esses dois eventos e, estima-se, a maioria dos 1198 proprietários de terras listados em 1850 pelo Ministério dos Negócios do Estrangeiro vivenciou ambos. A nacionalidade nesse contexto podia ser uma opção, uma escolha historicamente determinada, e entender os limites que as leituras do liberalismo sobre a propriedade delimitaram compõe parte da compreensão dessa escolha.

Explicitarei anteriormente a complexidade da leitura que garantiu a permanência do tráfico no Estado Oriental até o fim da década de 1830 e apontei sua similaridade com o que acontecia no Império. Na virada para a década de 1840 a derrota dessa leitura foi precipitada pelo desenrolar da Guerra Grande. Uma nova concepção de cidadão começou a tomar forma no Estado Oriental, se tornando um ingrediente importante na disputa entre *blancos* e *colorados*. Em parte, essa derrota esteve intimamente ligada àquela quebra geracional promovida pela adesão ao romantismo político que Azua aponta¹⁴⁰, em parte, esteve ligada às profundas transformações que se refletiram na construção de um discurso que colocava em oposição campo e cidade.

Jose Rilla aponta acertadamente a identificação direta que os letrados criaram entre caudilhismo – com sua clientela ou *peonaje* política – e o interior, a campanha pastoril, espaço onde a cidadania não era possível por conta das práticas políticas ultrapassadas¹⁴¹. A esse espaço, essa geração mais nova relegou a política a ser combatida e apontou a necessidade de construção de outro cidadão oriental, aquele que poderia participar ativamente da nacionalidade. Para participar ativamente da política esse cidadão precisaria estar de acordo com os termos da constituição e, portanto, antes de tudo teria que ser livre, o que levava diretamente a ligação entre práticas políticas ultrapassadas e a permanência da escravidão. Essa característica perpassou os discursos dos *blancos*, através dos escritos de Bernardo Berro durante a Guerra Grande e depois, na sua atuação como presidente, quanto as manifestações de *colorados*, como na atuação de Andrés Lamas como diplomata.

¹⁴⁰ AZUA, Carlos Real. *El patriado uruguayo*. Montevideo: ASIR, 1961.

¹⁴¹ RILLA, José. La tradición contra los partidos en el Uruguay. *História*. Franca, v. 23, n. 1-2, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742004000200009>>.

Ao mesmo tempo em que essa percepção que tentava construir uma cidadania ampla no Estado Oriental ganhava espaço, no Brasil, o debate seguia um rumo, se não oposto, diferente. A constituição da condição de cidadão no sistema monárquico brasileiro era herdeira da tradição portuguesa o que, de certa forma a tornava mais restritiva. O movimento de ruptura com a metrópole foi bem menos impactante sobre as noções de direito que nas Repúblicas Platinas, seja porque nestas houve uma leitura mais radicalizada do liberalismo, seja pelo abandono do sistema monárquico. A prevalência do direito de propriedade sobre os demais foi a herança mais direta dessa tradição lusitana.

A defesa do direito de propriedade esteve em confronto constante com a outra noção fundante da ordem moderna, a do direito de liberdade. Enquanto na região do Prata esse paradoxo foi caminhando para uma eliminação total da escravidão, ao menos no aspecto legal e formal ao longo da década de 1840, no Brasil se tornava um dilema cada vez mais profundo. O que Sidney Chalhoub definiu como “dilema da peteca” é o centro da questão da escolha da nacionalidade pelos proprietários brasileiros com estâncias no Uruguai: a necessidade de conciliar o princípio da propriedade, base do pacto social da classe proprietária, com os novos ventos do século, que reclamavam um alargamento do conceito de liberdade¹⁴². A ruptura total da possibilidade de realizar essa conciliação no Estado Oriental levou os proprietários brasileiros a escolherem serem súditos do Império¹⁴³. Essa reivindicação de nacionalidade baseada na necessidade de manutenção da escravidão implica na caracterização desse grupo como uma comunidade¹⁴⁴, no sentido de que esses proprietários que se reivindicavam brasileiros, o faziam por comunhão de princípios e buscavam interagir com a nação.

¹⁴² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 122.

¹⁴³ Um bom debate sobre as escolhas neste contexto de fronteira política pode ser encontrado em: FIGUEIREDO, Joana Bosak. *O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o Estado nacional (1851-1865)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

¹⁴⁴ A noção de comunidade vem da antropologia política e parte da premissa de que “as comunidades são modificadas e adquirem características novas devido a sua dependência funcional de um sistema novo e mais amplo.[...] A dependência das comunidades de um sistema maior afeta-as de duas maneiras. De um lado, comunidades inteiras passam a desempenhar papéis especializados dentro do todo maior. De outro, funções especiais concernentes ao todo se tornam tarefas de grupos especiais dentro das comunidades, chamados de grupos orientados para a nação. [...] Com frequência, são os agentes das grandes instituições nacionais que descem até a comunidade e formam os ossos, nervos e tendões que correm pela sociedade total, unindo-a e afetando-a em cada ponto. Dessa forma, as comunidades que fazem parte de uma sociedade complexa não são mais vistas como sistemas integrados e completos por si mesmos. É mais apropriado considera-los os terminais locais de uma rede de relações de grupos que se estende, por meio de níveis intermediários, do nível da comunidade ao da nação.” WOLF, Eric. “Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México.” In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Ed. Unicamp, 2003, p. 75.

A garantia da propriedade era uma das reivindicações dos 1198 proprietários listados em 1850¹⁴⁵ e era nessa necessidade que residia sua identidade comum. Veremos que com o desenvolvimento do conflito, gado e terras passaram a ser confiscados, proprietários foram desalojados. Porém, temos que atentar ao fato de que as primeiras reclamações tratavam do recrutamento ilegal de cidadãos brasileiros, portanto a condição de liberdade também era evocada. E no encontro desses dois princípios, propriedade e liberdade, a maior parte das reclamações e reivindicações foi construída, como parte do que significava ser cidadão brasileiro. Ao se retirar a propriedade de um súdito do Império, sua condição de cidadão era retirada e com ela, toda a sua liberdade.

Por isso, a classificação de cidadãos conferida a todos que não eram militares na já referida lista de 1850 é tão reveladora. Ela não é apenas uma classificação como “civil” ou paisano, simplesmente se opondo ao fato dos demais serem militares, mas conforma uma condição diferenciada de súditos do Império. Primeiro, por ser um reconhecimento sobre a condição de proprietários que esses indivíduos possuíam, segundo, por ser um distintivo social que levava a ter seus bens assegurados pelo Estado, seja em solo nacional ou não. Num contexto de crescente hostilidade, que culminaria com a campanha contra Oribe no ano seguinte, foi ao mesmo tempo uma estratégia desses indivíduos, legitimando suas reivindicações como projeto político nacional – a invasão do Uruguai e a interferência na política interna de um outro país – e da nação, ao legitimar sua opção pela propriedade como distintivo social – lembro aqui que os documentos foram produzidos oficialmente por agentes do governo, os Comandantes Militares da Fronteira.

Para compreender o uso particular da evocação de cidadania brasileira cunhado no contexto da presença no Estado Oriental, é importante antes analisar alguns aspectos do seu emprego dentro do território do Império. A Constituição de 1824 reconheceu os direitos civis de todo nascido no Brasil, mas criou uma diferenciação clara a partir das posses de cada indivíduo: o eleitor passivo (que não tinha direito a voto, por não ter a renda mínima); o eleitor ativo votante (que por sua renda podia eleger o colégio de eleitores); e o eleitor ativo eleitor e elegível¹⁴⁶. Este último tipo de cidadão se compunha não somente por indivíduos que tinham a renda exigida, mas que nasciam ingênuos, ou seja, que nasceram livres. Vale ainda fazer uma ressalva, a de que todos os portugueses

¹⁴⁵ Me refiro aqui ao Relatório da Repartição de Negócios do Estrangeiro de 1851, que foi analisado com mais vagar no capítulo 2.

¹⁴⁶ GRINBERG, Keila. *Código civil e cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 47.

que estivessem em solo nacional na ocasião da independência e tivessem aderido a causa seriam automaticamente considerados brasileiros¹⁴⁷.

A partir dessas considerações uma série de indagações podem ser apontadas em relação à listagem de 1850, como, por exemplo, saber se todos aqueles proprietários eram ingênuos ou se tinham a renda mínima para serem eleitores. Mais importante é atentar ao fato de que muitos daqueles nominados como cidadãos brasileiros possivelmente não tivessem nascido no Brasil e que, depois da perda da Cisplatina, não habitavam território nacional. Mesmo assim, foram identificados como brasileiros, se autoproclamaram súditos do Império, mesmo tendo vivido, desde a independência apenas por seis anos em território nacional – isso se considerarmos a Cisplatina como território do Brasil durante os anos de 1822 e 1825, e não como território em disputa¹⁴⁸.

A construção das identidades nacionais e das identidades políticas era parte do processo de consolidação do Estado nesse contexto. A possibilidade de que essa multiplicidade de identidades se sobrepusesse era quase tão grande quanto a possibilidade de que todas se confrontassem. Mas para não correr o risco de tratar de forma dual ou construir falsas homogeneizações preciso esclarecer como compreendo o papel da fronteira na construção das identidades individuais e coletivas.

A proposta de fronteira manejada¹⁴⁹ apresentada por Mariana Thompson Flores traz elementos interessantes para pensarmos o caso dos brasileiros com propriedades no Uruguai durante meados do século XIX. O conceito, construído através de longa pesquisa e crítica à historiografia apresenta uma síntese importante do momento historiográfico do debate sobre a fronteira¹⁵⁰ e não cabe aqui percorrer o mesmo caminho. Contudo, quero

¹⁴⁷ MATTOS, Hebe M. *Op. cit.* p. 20-21.

¹⁴⁸ Retomo essa discussão no capítulo 3, analisando uma série de documentos diplomáticos que discutem a possibilidade de conceder a cidadania nessas bases.

¹⁴⁹ FLORES, Mariana F. C. T. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

¹⁵⁰ A autora aponta esse percurso que começa com sua dissertação de mestrado e passa por debates conjuntos com outros historiadores, indicando mesmo que a construção do conceito passou por um processo que aponta mesmo como inacabado. Para acompanhar algo da discussão: FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010; VOLKMER, Márcia S. “Onde começa ou termina o território pátrio” os estrategistas da fronteira: empresários uruguaios, política e indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí, 1893-1928). Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007; FLORES, Mariana F. C. T. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.; FARINATTI, Luís Augusto E. FLORES, Mariana F. da C. T. “A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX)” In: HEINZ, Flávio (org.) *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

me deter em alguns pontos que tocam diretamente na percepção sobre o papel da fronteira na própria existência do objeto desta pesquisa.

A dinamicidade da fronteira é um dos pontos mais importantes a ser destacado. Entender o papel da fronteira só é possível quando se dimensiona historicamente seu contexto, entendendo sua ambiguidade como espaço de começo e de fim, de separação e de contato¹⁵¹. Em outras palavras, o grupo a ser analisado aqui só pode ser visto como um grupo por ter ultrapassado essa fronteira e por, ao ultrapassar esta fronteira, o ter feito na condição de cidadãos brasileiros. Brasileiros e orientais conviviam cotidianamente na zona de fronteira, e além, em toda a campanha, mas construíam suas identidades como brasileiros ou orientais no reconhecimento entre as duas nacionalidades, dentro daquele contexto histórico.

As diferenças entre ser cidadão no Estado Oriental e no Império do Brasil eram muitas em meados do século XIX e significavam inclusive o direito à propriedade escrava ou não, mas só podem ser mensuradas quando observamos numa escala reduzida a sua conformação nas práticas. Foram as leituras e usos que os indivíduos fizeram das diferenças que as colocarão como instâncias de conflito ou de convergência.

O caso do então Coronel Diego Eugenio Lamas¹⁵² nos traz mais elementos para pensarmos sobre a necessidade de uma leitura ampla e livre de preconceitos. Aparecendo na documentação de quase toda a fronteira em regiões diferentes como Dom Diogo Lamas – a grafia portuguesa –, ocupando diferentes posições políticas e militares, desde meados de 1840 até o fim o início da Guerra do Paraguai, esse indivíduo que chegará a ocupar o Ministério da Guerra do Estado Oriental como parte do governo *blanco* de Bernardo Berro na década de 1860, foi figura importante nos casos de embargo de propriedades, confisco de gado e recrutamento forçado que analisaremos a partir da documentação coletada no arquivo do Itamaraty¹⁵³. Ainda, aparece nas listagens de proprietários de 1850 como responsável por diversos confiscos – de fato, é o único além do General Oribe – podendo ser visto como um grande rival da presença brasileira no Estado Oriental e como executor da violência e desordem apontada por muitos proprietários como causa da instabilidade que atingia seus negócios durante a Guerra Grande.

¹⁵¹ Um bom debate sobre o papel da fronteira como invólucro da nacionalidade pode ser encontrado em MARTINS, Rui Cunha. *O método da fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas)*. Coimbra: Edições Almedina, 2008. p. 112-116.

¹⁵² Dom Diego Eugenio Lamas está melhor apresentado no capítulo 4.

¹⁵³ Códices 221/3/2, 221/3/5-14, 221/4/1-4, 309/4/23 e 310/1/1-5, AHI.

Curiosamente, Dom Diego Lamas era o oficial encarregado da região fronteira próxima ao Quaraí quando o Barão do Jacuí, Francisco Pedro de Abreu, fez suas famosas *califórnicas* para apresar gado em território uruguaio a partir de 1848. Vendo a situação apenas com estes dados, aqueles que a historiografia tem reproduzido por décadas, facilmente pode-se fazer algumas afirmações envolvendo Diego Lamas, como a de que os *blancos* eram naturalmente refratários aos brasileiros, perseguindo-os, ou constatar a impossibilidade de que houvesse cooperação entre autoridades brasileiras e orientais e que o conflito era a única possibilidade colocada.

Observar a parcialidade das fontes evita que realizemos um julgamento precipitado. Tanto a lista de 1850, quanto as reclamações de cidadãos brasileiros à sua legação tem intenções claras: a de se estabelecer como vítimas e atrair a atenção do Estado imperial a um inimigo que os reclamantes querem construir como comum, os *blancos* partidários de Oribe, como veremos mais adiante. Curiosamente, documentos das municipalidades fronteiriças reportando ao Ministério de Negócios do Estrangeiro incidentes de violência¹⁵⁴ que não envolviam propriedades mostram o mesmo Dom Diego Lamas colaborando com as autoridades brasileiras na prisão de criminosos de todos os tipos: baderneiros, assassinos, ladrões. Sua relação de cooperação com as autoridades brasileiras pode ser mapeada em mais de uma localidade do Uruguai e se estendeu por toda a década de 1850.

Podemos discutir outros aspectos da personalidade política de Diego Lamas, que compunham pontos de conflito ou de aproximação com os brasileiros, estabelecidos ou não no território do Estado Oriental, e desta forma compreender que as identidades não são estanques e que a fronteira, ao mesmo tempo que as produz, não determina sua condição como conflitiva ou concordante, mas as coloca em perspectiva, de forma relacional. O fato de que, o Coronel Lamas, em 1850, era um político *blanco* em ascensão na sua carreira militar nos remete ao seu papel como agente de um dos lados da contenda e como parte de uma estrutura estatal que tentava se impor como única e central. Ao mesmo tempo, como veremos, foi justamente essa mesma identidade de *blanco* que o levou a cooperar com as autoridades brasileiras na perseguição de criminosos, como parte da perspectiva de formação de um Estado Nacional.

¹⁵⁴ Essa documentação do Arquivo Histórico do Itamaraty se encontra no fundo das correspondências com a Província de São Pedro, e acaba se complementando com outras correspondências encontradas no AHRIS (Correspondências das Câmaras Municipais) e com dados que outros pesquisadores encontraram em outras documentações, como processos-crime e as dos Comandantes de Fronteira. FLORES, Mariana F. C. T. *Crimes de fronteira... Op. cit.*; FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais, Op. cit.*

A existência de uma estrutura estatal na fronteira referendando um centro de poder é uma característica importante para entender o quanto a constituição de um corpo de funcionários que regula as relações de Estado nessa fronteira, ao mesmo tempo a delimita como fim do território e a inclui como parte desse território¹⁵⁵. A própria existência de uma parte importante da documentação analisada nesta pesquisa foi fruto desse movimento que amplia e torna mais complexa a presença do Estado brasileiro na fronteira. Comandos militares, alfândegas, estabelecimentos diplomáticos, todos esses mecanismos compõem a fronteira, colaboram para a classificação do outro como estrangeiro.

Se por um lado esse aparato estatal é fundamental para reconhecer a fronteira, não inviabiliza seu caráter dinâmico. As relações, a constituição de redes de solidariedade, comércio e política não se estancam pela presença ou não do Estado, assim como não ignoram o limite fronteiriço. Em parte podemos dizer que a forma como essas relações se constituem influi muito sobre a organização da fronteira, assim como alterações de legislação ou de organização estatal implicam em reordenações das relações que envolvem a fronteira¹⁵⁶. Por isso a historicidade de cada contexto deve ser respeitada e compreendida em suas múltiplas variações¹⁵⁷. Situação que pode permitir entender melhor essa característica foi a dos produtores de charque estabelecidos nas margens do Jaguarão ao longo da década de 1840.

Boa parte desses produtores de charque migrou sua produção durante o decênio da Revolução Farroupilha, buscando proteção contra o conflito e tranquilidade para seguir com sua produção¹⁵⁸. Muitos desses produtores tinham terras para criação de gado bovino no Estado Oriental, mas boa parte de suas conexões de comércio se encontravam ligadas ao porto de Rio Grande, do qual dependiam para o escoamento de seus produtos. Através da Lagoa Mirim podiam chegar ao porto sem maiores empecilhos, e criando seu gado no lado uruguaio da fronteira se livravam dos confiscos tanto de rebeldes farroupilhas, quanto de legalistas.

O negócio se mostrou tão lucrativo e viável que muitos desses produtores se mantiveram produzindo desta forma mesmo depois de encerrado o conflito. Em 1848, alguns desses proprietários reclamarão vigorosamente contra a proibição dos *blancos* de

¹⁵⁵ FLORES, Mariana F. C. T. *Crimes de fronteira...* op. cit p. 71.

¹⁵⁶ YOUNGER, Joseph. "Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata." *Revista Aedos*, v. 1, nº1, p.290-311, 2008.

¹⁵⁷ FLORES, Mariana F.C. T. *Op. cit.* p. 69.

¹⁵⁸ Exploro novamente essa questão no capítulo 4.

que essas charqueadas eram um embuste para transitar gado até a Província do Rio Grande do Sul. O trânsito de gado havia sido proibido naquele ano por Oribe. De fato, alguns realmente produziam no território oriental, mas estando às margens da Lagoa, imediatamente escoavam a produção para território brasileiro¹⁵⁹.

Outros produtores usaram de um artifício mais elaborado: tendo terras dos dois lados da fronteira, abatiam as reses em solo oriental, atravessavam a carne por pequenas embarcações através do rio Jaguarão e beneficiavam o produto em solo brasileiro, portanto, burlando os fiscos das duas nações¹⁶⁰. Essa interpretação tão particular do papel da fronteira no manejo dos negócios só foi possível (e necessária) durante o período final da Guerra Grande, quando a passagem de gado em pé de um país a outro foi muito rigorosamente impedida pelos *blancos*. Tal situação demonstra a importância da percepção de que cada momento dessa relação se faz único e precisa ser amplamente explorado.

Na fronteira também se encontram presentes as disputas por projetos nacionais¹⁶¹. No caso do Uruguai, durante a Guerra Grande essa disputa estava bastante clara graças a sua condição de conflito bélico, muito embora tenhamos que levar em consideração que essa disputa não tornava a situação dual, como anteriormente apontamos ao discutir a historiografia sobre a constituição desses dois partidos.

No caso do Império possivelmente essas disputas não estejam tão evidentes, mas pode-se percebê-las no cruzamento entre fontes diferentes, quando sentimos a tensão entre o desejo de intervenção de líderes locais e regionais, algumas autoridades militares estabelecidas nos Comandos de Fronteira ou das Câmaras Municipais ao longo da década de 1840, que reportavam casos de abuso sofridos por brasileiros, enquanto a política externa brasileira seguia sua postura de neutralidade vigilante. O momento em que essa tensão ficou mais evidente tenha sido durante o episódio das *califórnicas*.

As *califórnicas* foram expedições comandadas por estancieiros rio-grandenses que invadiam território uruguaio saqueando estâncias e capturando gado¹⁶². O mais famoso de todos os comandantes das *califórnicas* foi Francisco Pedro de Abreu, o Barão do Jacuí, que havia servido como militar do Império durante a Revolução Farroupilha e naquele

¹⁵⁹ Avisos do Ministério de Estrangeiros - B.1.027. AHRS.

¹⁶⁰ Correspondência do Presidente da Província, Maço 20, 1850. AHRS.

¹⁶¹ Uma boa discussão sobre essa construção do Estado Nacional e sua relação com a fronteira pode ser vista em FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Impérial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

¹⁶² Retomarei com maior profundidade a questão das *califórnicas* no capítulo 4. Para mais, ver: FRANCO, Sérgio da Costa. *As "Califórnicas" do Chico Pedro*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.

momento final da década de 1840 tinha se licenciado para cuidar de suas propriedades. O Barão gozava de boa reputação com as autoridades centrais e ao mesmo tempo era reconhecido por outros estancieiros naquela fronteira. O intento se concentrava na recuperação de parte dos prejuízos sofridos por esses estancieiros no território oriental, mas também numa reparação das humilhações e opressões que eles diziam ser fruto da situação.

A documentação da Presidência da Província cita muitas vezes o Barão do Jacuí, não apenas em sua atuação como um dos líderes das *califórnicas*, mas demonstrando que elas foram parte de um conjunto de ações mais complexas que buscavam tirar o Império de sua condição de neutralidade. Se eram ações articuladas, ou não, é difícil dimensionar, mas todas as ações tinham o mesmo intuito, recolocar o Brasil numa postura mais proativa em relação aos assuntos platinos. Além das expedições de saque, Francisco Pedro de Abreu intermediou a concessão de asilo aos irmãos Madariaga¹⁶³, governantes *correntinos* que se opunham a Rosas, propondo que ao recebê-los o Império considerasse apoiá-los em sua luta contra o governador de Buenos Aires. Essa postura era radicalmente contrária à perspectiva do poder central, que desejava evitar qualquer possibilidade de confronto com as repúblicas platinas.

Essa posição mudaria nos anos imediatamente seguintes, porém, o Barão do Jacuí praticamente também desapareceria da documentação da Presidência da Província. De toda forma, com a intervenção de 1851, a disputa pelos rumos da política nacional em relação ao Rio da Prata sofrerá uma momentânea distensão. A fronteira ainda seguirá sendo um espaço importante para ao mesmo tempo referendar a existência de um centro

¹⁶³ Joaquín Madariaga foi governador da província de Corrientes e junto com seu irmão, Juan Madariaga, líder militar dos unitários. Foi um dos líderes perseguidos por Manuel Oribe em suas ações militares em apoio a Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires. Aliados de Rivera, foram derrotados na Batalha de Arroyo Grande em 1842, de onde fugiram para o Rio Grande do Sul. Atravessando o Rio Uruguai em 1843, ocuparam em 13 dias toda a Província de Corrientes, retomando-a para os unitários. Tentaram estabelecer o comando de todo o litoral, não logrando sucesso na invasão de Entre-Ríos, nem em Santa Fé, mas conseguindo um tratado com o Paraguai de Carlos Antonio Lopez. O reforço de tropas paraguaias sob o comando de Francisco Antônio Lopez não foi suficiente para evitar que o governador de Entre-Ríos, General Urquiza invadisse Corrientes e capturasse Juan Madariaga. Este foi libertado para intermediar a negociação dos termos da paz com o irmão. Nesse meio tempo tiveram que lidar com a traição de seu principal comandante militar, o General Paz, que não teve maiores consequências graças a lealdade das tropas, apesar de ter resultado na retirada das tropas paraguaias. Em 1846 foi assinado o Tratado de Alcaraz, que reincorporava Corrientes à federação, mas desobrigava sua intervenção na Guerra Grande. Um ano depois Rosas pressionaria pela mudança dos termos do tratado, o que seria rechaçado pelos Madariaga, levando a uma nova invasão de Urquiza, destroçando o exército unitário em 1847. Joaquín Madariaga fugiu sozinho até o Paraguai, onde tentou convencer Lopez a lhe dar tropas e ante a sua negativa se refugiou no Brasil, graças às tratativas do Barão do Jacuí. Morreu em Porto Alegre em 1848. Juan Madariaga também se refugiou no Brasil, onde viveu por quatro anos. Quando Urquiza se virou contra Rosas, se uniu a seu exército, derrotando Rosas em 1852.

de poder e disputar os rumos que esse centro de poder toma, porém, não mais naqueles marcos de dos três primeiros anos da década de 1850.

David Canabarro se tornou Comandante Superior da Guarda Nacional de Quaraí e Livramento em 1850¹⁶⁴. Seu histórico farroupilha pareceu não incomodar o Ministro da Justiça, Eusébio de Queirós. Canabarro contou com a indicação de um antigo conhecido, o Conde de Caxias, que após ter pacificado a Província, soube reconhecer aqueles que dentre os revoltosos, poderiam ser úteis ao Império. E as utilidades de tais homens podiam se tornar extraoficiais. Mas tratarei delas mais adiante. Por enquanto vou me deter nos aspectos formais da relação entre os senhores guerreiros locais e a Corte.

Canabarro havia adquirido uma grande sesmaria de terras, conhecida por São Gregório, em Livramento, logo após a assinatura da paz de Ponche Verde. Lá se recolhera no incremento de seus negócios pecuários, bastante negligenciados durante os dez anos de batalha dissidente. Ao mesmo tempo, a expansão da burocracia Imperial chegava aquelas paragens distantes, e não somente municípios eram instituídos, como com eles, espaços políticos surgiam. Por outro lado, a proximidade com as Províncias Unidas do Rio da Prata permitia um fluxo de bens e pessoas pouco controlado, sem contar a proximidade com o Paraguai, que vinha se tornando outro vizinho incômodo. Canabarro usufruía de uma interessante rede de informações sobre as movimentações políticas desses territórios limítrofes, tanto que havia se favorecido dela durante o período farroupilha. E depois, por seu papel nas negociações que levaram ao fim da revolta, passou a possuir contato direto com Caxias, chegando até a nomeação para o Comando Superior da Fronteira de Quaraí e Livramento.

O serviço que prestava foi garantindo seu prestígio. Permaneceu no cargo até a invasão paraguaia em 1865. Mas não foi preciso tanto tempo até que a confiança dos agentes do Império fosse conquistada. E foi graças a essa confiança que foi escolhido para prestar outros tipos de favores ao governo. Quando os trabalhos da Comissão de Demarcação de Limites chegaram à região, foi construída uma proposta que possibilitaria uma resolução mais a contento do Império em relação a uma sesmaria localizada num trecho de terras ainda não demarcado. A proposta estava baseada em dois fatos: o primeiro, o de que os representantes dos outros países na Comissão não conheciam a propriedade do terreno em questão; o segundo, o de que a propriedade das terras pertencia a uma viúva que tinha como procurador o mais respeitado líder local, David Canabarro.

¹⁶⁴ No capítulo 4 faço referência ao contexto em que Canabarro assumiu esse posto.

A proposta, formulada pelo Barão de Caçapava¹⁶⁵ e mandada executar pelo Ministro Paranhos¹⁶⁶, consistia na compra do terreno, usando como testa de ferro o agente local do Banco Mauá. Depois de garantido o pagamento das dívidas que colocavam a sesmaria em hipoteca, se venderia as terras que poderiam causar mais polêmica se reivindicadas como brasileiras e se dividiria em parcelas as definitivamente localizadas em território nacional, garantindo ao Império bom lucro.

A operação envolveria diferentes espaços da política nacional e, diferentes níveis de relação com a Província. Canabarro estava no nível mais local, e sumamente importante para que o mecanismo funcionasse. Seu prestígio, adquirido como comandante militar e depois, reforçado pelo posto de oficial do Império, permitiu que se tornasse pessoa confiável para ser o procurador da viúva endividada. Provavelmente a relação com o agente do Banco Mauá remontava a uma rede de proteção e favores no nível local que não pude alcançar, mas não podemos desprezar o fato de que Canabarro também entendia muito da administração de uma propriedade de produção pecuária.

Se o agente referido trabalhava em território nacional ou no Uruguai, fica difícil precisar. De toda forma, estava habituado a esse tipo de operações, já que parte dos negócios do Banco envolvia tanto hipotecas quanto especulação¹⁶⁷. Por sua vez, o próprio Barão de Mauá tinha suas ligações com a região, sejam familiares, já que Irineu Evangelista de Souza era ele mesmo oriundo de uma família de estancieiros, ou os de comerciante, que havia controlado parte das conexões comerciais da região. Tinha tantas ligações que havia sido eleito pela Província para a Câmara de Deputados. Naquele momento, era o único banqueiro brasileiro estabelecido no Uruguai – depois de prestar outro serviço extraoficial ao Império, financiando *os colorados* na luta contra Rosas e o fim do cerco à Montevideo.

Os serviços extraoficiais eram extremamente arriscados. Cada queda de gabinete poderia desfazer toda a movimentação, e retirar investimentos e garantias. O financiamento do governo uruguaio foi assim. O pagamento dependia da pressão brasileira, que dependia de uma série de relações de força no Rio da Prata. E antes das vitórias em 1851 e 1852, nada garantia o retorno do investimento. A rigor, Irineu Evangelista de Souza havia emprestado dinheiro a uma parcela da elite uruguaia, contando que ela se estabelecesse no poder e assumisse a dívida como do Estado. O

¹⁶⁵ 26 ago 1856. Correspondência do Presidente da Província, Maço 27. AHRs.

¹⁶⁶ Códice 221/3/14. AHI.

¹⁶⁷ CALDEIRA, Jorge. *Mauá, Empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 339.

transcurso dos acontecimentos poderia ter levado o investimento junto com a derrota. A operação arriscada se justificava pelo fortalecimento dos laços com importantes políticos imperiais, pelo atendimento dos desejos dos estancieiros sul-rio-grandenses – com quem mantinha negócios importantes e relações políticas – e principalmente, pelo prestígio que a ajuda ao Império lhe renderia.

O que se empenhava nestes serviços extraoficiais era a lealdade ao Império, e com ela, a graça de prestar um serviço, que sim, atendia sua Majestade Imperial, mas antes passava pelas vistas de todo o centro de poder. Se essa constatação pode ser aplicada à Mauá e seus projetos individuais, serve da mesma forma à Canabarro. Depois de dez anos liderando tropas revoltosas, Canabarro certamente foi o rebelde que mais facilmente se reincorporou ao sistema político do Império. Certamente teve de retomar velhos contatos, reforçar outros tantos e o papel que teve na pacificação da Província lhe rendeu oportunidades de demonstrar suas qualidades. Mas o peso da suspeita nunca abandonou os revoltosos totalmente. Seja nos pronunciamentos dos Presidentes da Província, seja na literatura¹⁶⁸, ou ainda no ostracismo em que muitos líderes caíram, é possível perceber como a desconfiança ainda grassava quando se tratava dos envolvidos na revolta. Em 1865, quando do processo que avaliou sua postura mediante a invasão das tropas Paraguaiais, Canabarro ainda sentiria o rescaldo desse sentimento.

Mauá, através de sua ligação com a maçonaria, se viu prestando ajuda a farroupilhas presos ou foragidos na Corte, o que à época da revolta causou sérias desconfianças sobre sua lealdade ao Império. Provavelmente, aí conheceu David Canabarro, ou pelo menos, o contato entre ambos poderia ser travado a partir de uma série de conhecidos em comum. Anos se passaram e Mauá partiu para a arriscada atividade industrial. O estabelecimento da Ponta D'Areia exigiu investimento político para garantir sua instalação, num país onde o governo controlava todos os negócios privados que não fossem agrários. Irineu Evangelista de Souza mobilizou todos os conhecidos, entre eles, José Maria da Silva Paranhos, irmão maçom e então, liberal como ele.

Paranhos viria a se tornar um moderado com o passar dos anos e das revoltas armadas, sua grande contrariedade com os liberais radicais. Sua postura política e seu trabalho como jornalista, discutindo as questões na região do Rio da Prata, o levou a ser nomeado Ministro Plenipotenciário em Montevideo, pelo conservador Honório Hermeto de Carneiro Leão. Fez jus a confiança ao conseguir firmar o Tratado de Aliança

¹⁶⁸ GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso*. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009. p. 86-95.

Internacional que comprometia Brasil, Uruguai e as províncias argentinas rebeldes de Entre Ríos e Corrientes, além de um semelhante com o Paraguai, em 1851, além dos Tratados de Exatradiação, Comércio e Navegação, Limites e Empréstimos e Auxílio. O reconhecimento da atuação brilhante lhe rendeu o Ministério da Marinha, que viria a acumular a partir de 1855 com o dos Negócios Estrangeiros, onde mantinha contato estreito com os comandantes de fronteira, a Comissão de Demarcação de Limites e o Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Nesse momento, também caminhava Paranhos em passos largos para se tornar um dos principais líderes do Partido Conservador¹⁶⁹.

O contato estreito com o Barão de Caçapava podia ter se dado em qualquer momento desde sua nomeação como Ministro Plenipotenciário em Montevideo, seja pelos laços estreitos que a Província mantinha com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, seja pela atuação militar de Caçapava, seja por sua postura política ligada aos conservadores, ou talvez, por todas elas. As ligações de Caçapava com Mauá são menos óbvias. Como engenheiro militar, Caçapava pensava na necessidade de infraestrutura para defesa, tônica de sua atuação como Presidente da Província. Encomendou equipamentos como pontes e lanternas para faróis, pequenos fornecimentos de materiais para obras e para o arsenal de guerra da capital, tudo direto do estabelecimento da Ponta D'Areia, o grande empreendimento de Mauá ao largar a carreira de comerciante. Além disso, as cartas entre ambos revelam que a simpatia sob o estabelecimento fazia com que o então Conselheiro e Senador do Império Francisco Soares de Souza de Andréa fosse um dos políticos que ofereciam atenção ao empreendimento¹⁷⁰.

Por fim, Manuel de Vieira Tosta, Barão de Muritiba, não só era conservador, como tinha uma trajetória marcante no que se referia a combater revoltas e insurgências armadas. Além disso, já havia ocupado a pasta da Guerra e a da Marinha, e mais tarde se tornaria um dos políticos do Império do mais alto prestígio, tendo a honra de frequentar o Palácio de São Cristóvão e tendo sua mulher o título honorífico de Dama do Paço. Sua passagem pela Presidência da Província foi marcada por desconfianças, tendo em sua correspondência um número significativo de cartas de Ministros afirmando não estarem sonogando informações em relação ao Prata e aos Comandos Superiores da Guarda

¹⁶⁹ CARVALHO, José Murilo (org.). *Coleção História do Brasil Nação: A construção nacional (1830 – 1889)*. vol. 2. Rio de Janeiro/ Madrid: Editora Objetiva/Fundación Mapfre, 2012. p. 158-160.

¹⁷⁰ Correspondência do Presidente da Província, Maço 20. AHRS.

Nacional, o que pode indicar que na prática o hábito informativo fosse diferente na Província em relação às experiências anteriores de Muritiba.

De toda forma, sua relação com os demais envolvidos parecia se resumir à formalidade do cargo, à exceção de Paranhos. Seu perfil não militar pode ser um indicador de sua pouca articulação com a elite provincial no tocante à fronteira. Muritiba tinha a origem de sua carreira na atuação como magistrado e certamente, desempenhou seu trabalho de forma particular. Enfrentou com competência a epidemia de cólera-morbo e soube resolver o problema da dispersão das tropas da Força Auxiliadora, retirada do Uruguai, garantindo a tranquilidade pública, especialmente nas áreas urbanas, o que apesar de um mérito, talvez não fosse exatamente um elemento prestigiador para a elite ligada à produção de gado e à posse de terra na região fronteira da Campanha.

Seu sucessor, Jerônimo Francisco Coelho soube contornar tal situação com mais habilidade. Ao receber a solicitação do Ministro Paranhos de que redigisse um relatório completo sobre o tema da fronteira e dos proprietários brasileiros estabelecidos em território do Estado Oriental, convocou outros prestigiados políticos como o Coronel da Guarda Nacional e Deputado Provincial Antônio Joaquim da Silva Mariante e o Desembargador Luís Alves de Oliveira Belo para o auxiliarem. O relatório reflete boa parte dos anseios dos proprietários brasileiros estabelecidos na fronteira ou em terras do país vizinho e foi a referência fundamental da política executada nas negociações de um novo Tratado de limites. Jerônimo Coelho teve a disposição de levar as reivindicações dos estancieiros e com isso, a destreza de receber o respeito da elite provincial e sua colaboração.

Paranhos tomou, como já fazia desde 1851, os desejos dos proprietários brasileiros estabelecidos ao sul da fronteira nacional como uma reivindicação da nação, o que fica claro em sua correspondência com o Ministro Plenipotenciário do Estado Oriental na Corte Andres Lamas – depositada no Archivo General de La Nación, em Montevideo¹⁷¹. Nem os percalços das atitudes isoladas daqueles que preferiram recorrer à ação individual e violenta ao invés de esperar os meios legais fizeram o Ministro desistir de sua perspectiva. Em relação ao Uruguai, sua postura foi sempre a de que os interesses brasileiros, vistos como os dos estancieiros, não poderiam ser prejudicados. Parece óbvio que os interesses a serem defendidos eram os dos súditos imperiais, mas na verdade a questão a se levantar é a de quais súditos e que projetos precisavam ser privilegiados.

¹⁷¹ Fundo Ex-Archivo y Museu Historico – Catalogo II – Correspondência de Andres Lamas – Caja 111.

Uma observação mais detalhada de outra parte da documentação de Andres Lamas, a correspondência pessoal, mostra que os súditos do Império tinham desejos diferentes em relação ao Uruguai.

Todos os eventos que venho apontando são de alguma forma ou de muitas formas melhor discutidos nos capítulos que se seguem, mas acredito que expor a percepção da fronteira manejada no objeto desta pesquisa seja mais elucidativo sobre a concepção do que apenas elencar pontos, operação esta, aliás, já realizada pela própria autora do conceito. Sendo assim há um último aspecto do conceito que precisa ser avaliado, o da ação consciente dos indivíduos no manejo dos recursos que a fronteira oferece talvez a mais valiosa de todas as características¹⁷². Compreender como esses homens viam as condições da fronteira como elementos de seus relacionamentos e lidavam com eles é ponto importante para essa pesquisa.

A trajetória dos homens da Província foi marcada por conflitos armados. Desde a anexação da Cisplatina em 1821, até o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, foram quatro guerras e apenas 23 anos de paz, menos da metade do período. A fixação das fronteiras era disputada desde o período colonial, e as lealdades nacionais não estavam garantidas. Especialmente num espaço que permitia o fluxo de pessoas, a possibilidade de propriedades em mais de um país e sob mais de um regime governamental e legal. Além disso, a população originada do processo de povoação de uma terra inóspita, mas abundante, composta por indivíduos sem origem nobre, ou ligações mais sólidas com o centro do poder na Coroa Portuguesa, refletiu numa população com pouca experiência nos mecanismos do Estado durante o primeiro Império – à exceção dos habitantes das vilas mais antigas, como Rio Grande, Porto Alegre, Viamão e Rio Pardo, acostumados às Câmaras – e que foi acompanhando a chegada desses instrumentos de participação e organização política e estatal durante o governo de Dom Pedro II.

A origem dos primeiros integrantes da Assembleia Provincial do Rio Grande de São Pedro foi muitas vezes evocada no que toca à quase inexistência de indivíduos com algum diploma do ensino superior. O acesso a esse espaço através da educação formal passou a ser um padrão somente meio século depois¹⁷³. Não só a distância das primeiras

¹⁷² A percepção do manejo que os indivíduos fazem conscientemente dos recursos é uma discussão que abordamos na introdução. Ainda podemos apontar como referências do debate: BARTH, Frederik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do Século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁷³ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte. Os mediadores e as estratégias familiares da política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010. p. 52.

faculdades do país, ou mesmo a óbvia dificuldade de enviar um filho à Coimbra, ou seus custos elevados eram fatores que inibiam o investimento em tal formação, mas também a pouca familiaridade com os espaços de atuação dos graduados, podem ser apontados como dados importantes para compor o quadro a ser explicitado. Em 1822, a Província contava com cinco municípios, e às vésperas da Revolução Farroupilha, com quatorze. Era um reduzido espaço para vivenciar a administração do público, e poucos tinham experiência anterior, considerando-se a distância entre os primeiros municípios localizados quase todos no litoral e a campanha onde se desenvolvia a pecuária. Mas sobre a expansão do aparato administrativo do Império na Província, nos concentraremos mais adiante.

Diminuídas as qualidades a serem oferecidas pelos líderes políticos locais nesse quesito, temos de explicitar a principal qualidade que apresentavam: a experiência militar no terreno que ocupavam. Provada especialmente durante a secessão farroupilha, os líderes locais ofereciam o conhecimento de uma topografia militar única e do uso específico da tática da cavalaria ligeira¹⁷⁴. Num espaço fronteiriço, onde a necessidade de manter vigilância era constante, mobilizando sempre atenção do poder central, o valor dessa formação bélica era ampliado¹⁷⁵. A mobilização de tropas foi uma constante.

Se a familiaridade com a administração pública ainda era rara ao ser deflagrada a Revolta dos Farrapos, na década que se seguiu ao seu fim, teve de dar conta de uma expansão que duplicaria a quantidade de municípios. A expansão da estrutura foi tamanha, que durante toda a década de 1850, os presidentes da Província não davam conta de elaborarem estatísticas precisas, por que a realidade não correspondia à norma. Alguns municípios não conseguiam preencher os cargos de juiz municipal satisfatoriamente, nem mesmo a nomeação de substitutos atendia às necessidades; os corpos da Guarda Nacional tinham dificuldades em se organizar, com disputas imensas em torno das qualificações; as eleições eram acompanhadas de tumultos e acusações: na maior parte das vezes os personagens se repetiam.

O processo de aprendizado da elite que ocupava os postos políticos em relação a esse aparato burocrático se estendeu por todo o período que antecede a Guerra do Paraguai, mudando o perfil dos indivíduos que ocupavam funções públicas, tanto no nível local, quanto na forma de se relacionar com o centro de poder. É nesse momento que

¹⁷⁴ SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias: o homem atrás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 462.

¹⁷⁵ Discuto novamente esse aspecto no capítulo 4.

vamos nos manter nesse ponto, para tentar entender a cultura política que permeou a atuação desses indivíduos, seus projetos políticos e os projetos com os quais disputavam atenções. Para isso, vamos completar o quadro que compúnhamos, explicitando a relação desses indivíduos com o Estado monárquico e com a guerra.

A partir de 1850, a estrutura da Guarda Nacional passa a sofrer maior controle do poder central, com a criação de Comandos Superiores conforme a importância do ponto a ser defendido. No caso da Província, foram dez os comandos Comandos Superiores que, na sua maioria, contaram com a nomeação de um importante personagem do poder local pelo poder central¹⁷⁶. A exceção estava no Comando de Porto Alegre, que contava com um membro da família do Duque de Caxias, Luís Manoel de Lima e Silva. A possibilidade de articulação provincial não estava de todo excluída, já que o Presidente de Província podia indicar candidatos. Também era a ele, e ao Ministro de Justiça que os Comandantes se reportavam. Nos postos de fronteira, velhos guerreiros assumiram o poder de governar as forças locais: David Canabarro, que havia sido comandante farroupilha, ficou com a fronteira do Quaraí e Livramento; João da Silva Tavares, Barão de Serro Alegre, com a de Bagé e Jaguarão; e os Mena Barreto, família de militares, controlando a de Uruguaiana.

Ainda, a situação especial de fronteira se materializou numa legislação específica para a Guarda Nacional nas províncias limítrofes, datada de 1857 e sugerida pelo Barão de Caçapava, militar da mais alta graduação e que dirigia a Comissão de Demarcação de Limites entre Brasil, Uruguai e Argentina. O Barão, como a maior parte dos servidores que o Império enviava para os mais altos postos da Província, como o de Presidente – que ele havia ocupado em 1840 e de 1848 a 1852 – tinha uma expressiva trajetória militar, o que acabava por corresponder também aos padrões da elite com que teriam que lidar. Não por acaso, o Presidente da Província, mormente, acumulava o cargo de Comandante de Armas. Mas no caso de Francisco José de Souza Soares de Andréa, o Barão de Caçapava, que havia participado da Campanha da Cisplatina, e que já ocupara o mesmo cargo de Presidente da Província no ano de 1840, durante a Revolução Farroupilha, o reconhecimento da fronteira como ponto de importância estratégica era destacado¹⁷⁷.

¹⁷⁶ MUGGE, Miquéias H. “Sobre pacificação e reorganização: a guarda nacional e a Província do Rio Grande do Sul após a Revolução Farroupilha.” In: *Oficina do Historiador*: Porto Alegre, EDIPUCRS. Suplemento especial – I EPHIS/PUCRS – p. 1479

¹⁷⁷ O General Andrea volta a ser objeto de análise no capítulo 4, onde sua trajetória é melhor explicitada.

Tanto pensava a fronteira que tinha suas próprias propostas de ocupação do espaço, pensando em dividir os latifúndios em pequenas propriedades, administradas por trabalhadores livres, confrontando os projetos dos próprios estancieiros¹⁷⁸. Mais significativo ainda da sua percepção da importância da fronteira para a defesa do território nacional, são os relatórios que apresentou na abertura anual dos trabalhos na Assembleia Provincial¹⁷⁹, onde o item “Tranquilidade e Segurança Pública” mesclava relatos das perturbações nos países vizinhos, incidentes de fronteira, estatísticas de criminalidade nos municípios e dados das prisões. A linha que separava a criminalidade comum dos conflitos políticos não estava clara e muito menos a que separa a afronta individual do confronto entre nações.

Nesse sentido, a implantação da Guarda Nacional nos municípios do Rio Grande do Sul também enfrentava seus percalços. André Atila Fertig, em estudo que focou três Comandos Superiores da Província, indica as dificuldades enfrentadas para a formação de Corpos da Guarda Nacional, especialmente pela dificuldade na realização das qualificações¹⁸⁰. A constante mobilização da Guarda Nacional para proteger a fronteira, fazia com que a qualificação para o serviço ativo tivesse outras finalidades, como o destacamento para patrulhar o contrabando, a substituição de corpos do exército, enfim, uma série de atividades que deveriam ser extraordinárias para a Guarda Nacional.

A confusão entre o papel da milícia civil e do exército, entre segurança e ordem pública e defesa do território nacional, acaba se confundindo com a dificuldade daqueles homens visualizarem uma dissociação entre público e privado. Apesar da legislação que especificava quem podia ser dispensado do serviço na Guarda Nacional, as pesquisas tem mostrado o entrelaçamento entre o poder sobre o recrutamento na milícia e a criação de redes de clientela¹⁸¹.

Por outro lado, a criação dos Comandos Superiores teve um efeito pouco comentado pela historiografia. Ao criar um mecanismo com o intuito de aumentar seu próprio controle, o Império instituiu um canal de relação direta com os líderes políticos locais, ampliando seu prestígio e seu campo de atuação. As reclamações do Presidente da Província em 1856, o Barão de Muritiba, de que o Ministro dos Negócios Estrangeiros,

¹⁷⁸ FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário Político do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulani Letra&Vida, 2010. p. 24.

¹⁷⁹ Relatórios e falas dos Presidentes da Província, A7.02, AHRS.

¹⁸⁰ FERTIG, André Atila. *Clientelismo Político em Tempos Belicosos*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010. p. 17; 128.

¹⁸¹ RIBEIRO, José Iran. *Quando o Serviço os chamava. Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2005. FERTIG, André A. *Op. cit.*

José Maria da Silva Paranhos¹⁸² estivesse sonegando informações, e que preferia tratar diretamente com os Comandos Superiores, ou com os Comandos Militares de Fronteira, mostra como a possibilidade de evitar intermediários era utilizada em assuntos que podiam significar um grande acúmulo de prestígio no serviço ao Império.

Para tanto, vamos retomar nosso debate sobre o problema da mão-de-obra naquele contexto. As pesquisas de sobre a presença de escravos em estâncias de brasileiros no norte do Uruguai¹⁸³ nos dão conta de movimentos em que a fronteira ofereceu recursos que foram manipulados de forma não apenas consciente, mas bastante intencional. Com a eclosão da Revolução Farroupilha em 1835, um quadro geral de instabilidade sobre a propriedade se estabeleceu na Província do Rio Grande do Sul, especialmente em relação aos escravos e ao gado. Os primeiros podiam ser recrutados pelas tropas rebeldes, ou arrematados por ordem do governo imperial, o segundo confiscado pelos adversários.

O refúgio encontrado foi levar escravos e gado para o território do país vizinho, como estratégia de preservação, prática adotada inclusive por farroupilhas. Esse movimento foi tão grande que gerou reações de ambos os lados da fronteira, especialmente pela retirada dos escravos, que também eram vistos em território imperial como importante fonte de recrutamento em tempos de revolta. Bento Gonçalves, na qualidade de presidente da República Rio-grandense publicou um decreto no qual ameaçava com a perda de cidadania aqueles que retirassem seus escravos para o Estado Oriental, o que não impediu que muitos migrassem e criassem “sólidas posições econômicas em terras uruguaias¹⁸⁴”.

O governo uruguaio não ficou alheio à questão, elaborando medidas que impunham certo controle. O objetivo não era impedir a propriedade escrava, ou não a reconhecer, mas dar conta de atender as disposições de inibição do tráfico, tal como decretado em 1837. Ao legitimar a migração dos escravos junto aos senhores, as disposições buscavam criar maior controle sobre o número e as condições da introdução desses escravos através da fronteira¹⁸⁵. Os escravos passaram a ser registrados mesmo antes do decreto de 1836, devendo ser apresentados à polícia local pelo senhor, que

¹⁸² Códice 221/3/14 – AHI.

¹⁸³ CAÉ, Rachel da Silveira. *Escravidão e liberdade na construção do Estado Oriental do Uruguai. (1830-1860)* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

¹⁸⁴ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. “A República Rio-Grandense e o Rio da Prata: a questão dos escravos libertos.” *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2005, p.10-11.

¹⁸⁵ CAÉ, Rachel da Silveira. *Op. cit.* p.68

também tinha que garantir que não efetuaria transferência da propriedade ou deixaria o escravo ao se retirar do território oriental, sob pena de ser enquadrado como traficante¹⁸⁶.

A lógica reinante nessas disposições era a de que o escravo que entrava com seu senhor, estaria com ele para prestar serviços pessoais. Essa perspectiva se confirma quando se observa o dado de que esses escravos deveriam ser retirados do país no prazo de um ano a contar de sua introdução e que se buscava controlar o número de forma a reduzi-lo¹⁸⁷. Muitas e muitas vezes desrespeitada, essa lógica não vigorou, especialmente porque a queda de Oribe em 1838 permitiu uma suspensão dos debates sobre a regulação desse trânsito fronteiriço.

Em 1842, quando o conflito evoluiu para o cerco de Montevideu e as possibilidades de recrutamento se esgotaram, levando à abolição pelo engajamento nas tropas, muitos dos proprietários brasileiros que tinham estabelecido *saladeros* no Buceo se viram em situação perigosa. Alguns conseguiram retirar seus escravos rapidamente, levando-os a navios de guerra brasileiros¹⁸⁸, outros perderam todos os escravos¹⁸⁹. O movimento de retirada foi mais rápido e possibilitou uma redução das perdas na fronteira entre Brasil e Uruguai quando Oribe realizou seu decreto. A fronteira seria ultrapassada novamente como refúgio para a propriedade escrava, inclusive por aqueles que não haviam realizado a primeira migração.

A racionalidade de tal estratégia se faz inegável. Mas temos de atentar aos limites desse uso consciente dos recursos, que não controla todos os fatores, nem é capaz de avaliar os revezes conjunturais, como o acirramento da disputa entre *colorados* e *blancos*, o papel que o recrutamento desenvolverá sobre a libertação desses escravos, as possibilidades de que a instabilidade e insegurança tomem outras formas. Vale dizer que esses proprietários usaram da melhor avaliação que puderam produzir para tentar manter suas posses, mas não tinham condições de acompanhar todos os fatores existentes naquele contexto em seus diferentes momentos¹⁹⁰.

Sobre a campanha contra Oribe, é necessário fazer mais um apontamento em relação àquela listagem de proprietários de 1850 do Relatório da Repartição dos Negócios

¹⁸⁶ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855*. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004. p.109.

¹⁸⁷ PALERMO, Eduardo. “Vecindad, frontera y esclavitud en el norte uruguayo y sur de Brasil.” In: *Memorias del Simposio – La ruta del esclavo en el rio de La Plata: su historia y sus consecuencias*. Montevideo: UNESCO, 2005. p. 109.

¹⁸⁸ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Op. cit.* p. 41.

¹⁸⁹ MENEGAT, Carla. *Op. cit.* p. 182.

¹⁹⁰ BARTH, Frederik. *Op. cit.* p. 178.

do Estrangeiro antes de uma análise mais cuidadosa de seus dados. Os departamentos de Salto e Paysandú concentravam ao mesmo tempo o maior número de reclamações de violência sobre pessoas e propriedades de brasileiros, e o maior contingente de tropas de Oribe. Algumas das ocorrências estão ligadas a embargos de propriedades, com justificativas como o trânsito de gado para o Brasil considerado crime contra a economia e contrabando pelos *blancos*.

Por outro lado, alguns indícios mostram que o fato de ser política dos *blancos* o recrutamento de negros através da execução da regulamentação de 1846, tenha causado algumas dessas situações de confronto. Alguns brasileiros relatam nas suas reclamações serem injustamente acusados de colaboração com o inimigo *colorado*, por não fornecerem homens para o serviço militar¹⁹¹. Da mesma forma, em torno de um quinto dos assassinatos e violências relatados nas reclamações da Missão Saraiva em 1864 estão ligados a recrutamento forçado, o que é um dado interessante¹⁹². Naquele momento a presidência estava novamente sob as mãos de um *blanco*.

As reclamações encaminhadas pelo Comando da Fronteira de Bagé e Jaguarão¹⁹³ aos Ministérios da Guerra e dos Negócios Estrangeiros entre 1849 e 1857, além das inúmeras referências que as autoridades diplomáticas faziam em suas correspondências da década de 1850¹⁹⁴, mostram que assim como a passagem de gado de um país a outro era considerada pelos estancieiros como um direito de propriedade, a de escravos se equivalia. Muitos estancieiros, mais fortemente os que tinham terras lindeiras à fronteira, ou que as atravessavam, tiveram o desejo de transitar suas propriedades semoventes por suas terras sem interferência dos governos ou sem preocupações com as soberanias nacionais.

As reivindicações não se restringiam aos proprietários de terra, o que pode nos mostrar que o fator de unidade estava concentrado tanto mais na propriedade de escravos que na de terra ou gado. Em 1848, Domingos José de Almeida – Ministro da Fazenda dos farroupilhas, que havia perdido considerável fortuna durante o conflito - contando com o acordo secreto de pacificação que previa indenizações pelas dívidas da República Rio-Grandense, pediu ressarcimento à Corte por 42 escravos que havia encaminhado à

¹⁹¹ “Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 3ª. Sessão da 8ª. Legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza – Anexo A- negócios do Rio da Prata (1850).” ANRJ.

¹⁹² “Correspondência e Documentos Especiais relativos à Missão Especial do Conselheiro José Antonio Saraiva ao Rio da Prata em 1864”. Bahia: Tipografia do Diário, 1862.

¹⁹³ Correspondência dos Governantes, Maço 21, 22 e 28. AHRs

¹⁹⁴ Correspondência dos Governantes, Maço 21. AHRs Códices 310/1/1 e 221/3/8. AHI.

Montevidéu em 1838¹⁹⁵. O aluguel dos escravos garantiu mantimentos para as tropas farroupilhas até o fim da escravidão em Montevidéu em 1842 e uma concordata ao seu antigo proprietário em 1845, que viu seus bens mais preciosos tomados.

As compensações fiscais que recebeu nos anos que se seguiram à Ponche Verde¹⁹⁶, indicam que a sensibilidade política no que tocava ao país vizinho estava intimamente ligada a identidade escravista do Império. Embora Almeida nunca tenha recebido a paga de seu patrimônio de escravos, uma série de documentos indicam que recebeu isenção de impostos e taxas em seus estabelecimentos ligados à produção pecuária, permitindo que viesse a recompor seu patrimônio¹⁹⁷.

Sem possibilidade de indenizar um proprietário por danos causados em seus bens além da fronteira, o Estado Imperial não se importa em entregar outras concessões, como a fiscal de incentivo à fabricas, para que o patrimônio desse proprietário fosse recomposto, patrimônio este dilapidado no financiamento da pior rebelião que o Império enfrentou. Se a reivindicação de indenização não foi paga diretamente, pode-se dizer que por outros meios, Almeida foi recompensado, diferentemente de alguns dos proprietários de terra expropriados e expulsos pelas autoridades do Estado Oriental. Talvez, seja um indício de quanto a propriedade escrava era conformadora de status¹⁹⁸. E provavelmente, as reivindicações de Almeida, legítimas perante a concepção brasileira de propriedade, resultaram em algum eco. No Estado Oriental, não configuravam nem uma possibilidade,

¹⁹⁵ Sessão de Manuscritos. Fundo: Documentos Biográficos. C-0054, 002. BNRJ.

¹⁹⁶ Refiro-me ao Tratado de Ponche Verde, assinado em 1º de março de 1845 e que deu fim à Revolução Farroupilha. O tratado garantiu anistia ampla e irrestrita aos revoltosos, reconheceu suas patentes militares como correspondentes no Exército Imperial – a exceção foi a patente de general, a mais alta e que era concedida como prêmio pela lealdade ao Imperador – reconheceu a dívida pública da República Rio-Grandense e revalidou os atos públicos de seus representantes. Quanto ao que toca o reconhecimento da dívida pública, é importante ressaltar que o reconhecimento dos documentos que provavam a dívida foi desigual e muitos dos revoltosos anistiados passaram as duas décadas seguintes reclamando sua pobreza. Entre eles, o grupo farroupilha designado como “maioria” e que pode grosso modo ser identificado como o grupo que estava mais ligado à Bento Gonçalves, presidente da República Rio-Grandense durante a maior parte da sua existência, foi o mais prejudicado. Domingos José de Almeida particularmente documentou todas as suas tentativas de reaver parte do dinheiro que gastou sustentando a República. Três processos localizados na Biblioteca Nacional dão conta de tal percurso. No último deles, Almeida barganha sob a alegação de que não podendo ao menos reaver a mão de obra de sua charqueada, que se lhe garanta a isenção de impostos possível. MENEGAT, Carla. *Op. cit.*

¹⁹⁷ Sessão de Manuscritos. Fundo: Documentos Biográficos. C-0054, 003. BNRJ.

¹⁹⁸ Porém apenas uma análise comparada, que não caberia neste texto, poderia permitir que essa afirmação fosse realizada com confiança. A questão da reinserção dos revoltosos Farroupilhas na sociedade e na política do Império não tem sido objeto de investigação dos historiadores e creio que uma linha de investigação que permita verificar como os revoltosos lidaram com instituições que eles haviam questionado na conformação do governo da República Rio-Grandense, como a escravidão, revelaria muito da importância que essas instituições tinham na vida política e na organização social do Brasil Imperial. Para mais: MENEGAT, C. “Cultura política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: USP, 2011.

dado que o trabalho da comissão de indenizações, de que trato no terceiro capítulo, nunca vingou.

O peso das transformações sobre o acesso à mão-de-obra escrava no próprio Império acabava por impactar nas reações dos proprietários brasileiros no Uruguai. O início da década de 1850 trouxe consigo o derradeiro fim do tráfico internacional de escravos com a promulgação da lei Eusébio de Queiróz. Além disso, no mesmo ano a Lei de Terras iniciaria um lento processo que acabaria por alterar as relações no campo, ao alterar o estatuto da posse de terra e criar o registro dos títulos. Essas duas leis, juntamente com a promulgação do Código Comercial, são um marco divisor na percepção da presença do Estado na vida política e social do Império – ainda que seus efeitos não tenham sido sentidos imediatamente – e assim como a intervenção brasileira no Rio da Prata, sublinharam uma mudança significativa em relação às posturas anteriores. A campanha de 1851-1852 estava profundamente articulada com essas transformações na legislação e na própria estrutura produtiva do Brasil.

A lei Eusébio de Queiróz, ao contrário de sua antecessora de 1831, constituiu-se num verdadeiro esforço para terminar com o tráfico atlântico de escravos envolvendo o Brasil, com fiscalização efetiva e responsabilização concreta dos culpados. Os efeitos do *Bill Aberdeen*, a legislação inglesa de 1845 que permitia a *Royal Navy* apreender embarcações que fossem caracterizadas pelo tráfico no Atlântico Sul, tornou insustentável a permanência do comércio de escravos entre o Brasil e a África, mas não alteraram, até onde foi possível, a ordem interna. O princípio da inviolabilidade do poder senhorial se manteve.

A importância da manutenção de tal princípio se concentra na sua condição de prerrogativa na relação entre senhor e escravo e estava implicada em três dimensões: na doméstica, onde o senhor determinava os arranjos sobre a vida familiar e as possibilidades de alforria; na da compra e venda, onde o escravo poderia influenciar o desenrolar dessas situações; e na relação entre o senhor e o poder público¹⁹⁹. A lei Eusébio de Queiróz de certa forma incidia sobre essas três dimensões. Manteve, mormente, nas mãos dos senhores a decisão sobre a liberdade do seu escravo, sobre as condições de venda e seguiu respondendo pela sua condição de proprietário ao Estado imperial. Contudo a redução da disponibilidade de mercado implicava numa maior tensão.

¹⁹⁹ CHALHOUB, Sidney. “População e sociedade” In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Coleção História do Brasil Nação: A construção nacional (1830 – 1889)*. vol. 2. Rio de Janeiro/ Madrid: Editora Objetiva/Fundación Mapfre, 2012. p. 55.

Para os proprietários brasileiros estabelecidos no Uruguai essa tensão aumentaria com seu drama particular em relação à mão-de-obra. Se essas relações se alteravam no Império, no Estado Oriental elas estavam fadadas a extinção, decretada pelos dois lados do conflito interno, exigindo esforço dobrado para tentar mantê-las. No início da década de 1850, as denúncias de manutenção de escravos nos periódicos de Montevideu dão conta do manejo de um dispositivo legal que simulava a escravidão: os contratos de peonagem, ou *conchabos de peonaje*.

Os senhores, antes levarem escravos ao Estado Oriental, os libertavam. O princípio era legal, ao atravessar a fronteira, esses escravos entravam em solo livre²⁰⁰ e não mais seriam considerados escravos. Inicialmente os proprietários acreditaram que o acordo de extradição de escravos fugidos, assinado em 1851 os protegeria, ao devolver os que tinham realizado a fuga, mas rapidamente, com os debates emergindo na imprensa e no legislativo oriental, ficou claro que a devolução não incluiria escravos trazidos por seus amos, apenas os que fugiram por conta própria²⁰¹. Mesmo estes, não seriam facilmente devolvidos, quando o fossem.

A saída foi introduzir um dispositivo que simulava a alforria condicional, aquela em que o escravo ficava obrigado a cumprir determinados termos – servir um senhor até sua morte, ou a filha de um senhor até seu casamento, ou por tantos anos até pagar seu valor – e, portanto, remetia à prerrogativa da inviolabilidade do poder do senhor sobre o escravo, ao devolver ao senhor a decisão sobre a liberdade. Muito embora os contratos fossem realmente contratos, contendo cláusulas para ambas as partes, suas condições retomavam a precariedade da vida escrava.

A importância do princípio da inviolabilidade do poder senhorial estava diretamente ligada à inviolabilidade da propriedade e era tão forte que implicava que agentes do Estado o considerassem como natural. As reações das autoridades brasileiras de diferentes níveis ao longo da década de 1850 às reclamações tanto de proprietários brasileiros, quanto de representantes do governo uruguaio foram as mais diversas. Desde dúvidas sobre como proceder na aplicação da lei reconhecendo o Estado Oriental como solo livre, a condenação dos crimes de arrebatamento e roubo de pessoas em pronunciamentos oficiais, a exigência do cumprimento do tratado de extradição de 1851

²⁰⁰ GRINBERG, Keila; “Escravidão e Liberdade na fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa.” In: Cadernos do CHDD (FUNAG), v. 5, p. 91-114, 2007.

²⁰¹ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. op. cit. p. 138

ou mesmo, a não interferência das autoridades uruguaias no cumprimento dos contratos que disfarçavam a condição servil²⁰².

Sobre os contratos de peonagem, é importante precisar alguns detalhes. A forma legal encontrada pelos estancieiros para seguirem introduzindo escravos em suas propriedades no território uruguaio surgiu ainda no início da década de 1830, porém, sua utilização em larga escala se dará apenas depois da Campanha contra Oribe em 1851²⁰³. Os contratos começaram a surgir com a alegação de que não havia mão de obra para trabalhar nas lidas pecuárias no território do país vizinho, ou que as relações de trabalho não eram estáveis. Firmados entre proprietário e escravos, simulava uma situação legal entre livres, firmando um contrato de trabalho que garantia obrigações de ambas as partes, como o custeio do traslado até a estância no Uruguai por parte do proprietário e a permanência do trabalhador por tempo determinado.

Os contratos previam um tempo de serviço de até 24 anos – conforme a idade do escravo – em troca de pagamentos que eram convertidos em alimentação e hospedagem, tornando o ganho nulo, já que o próprio senhor cuidava do abastecimento e fixava os preços. Estima-se que o cálculo do tempo do contrato seria o mesmo necessário para o pagamento da alforria do escravo, ou seja, seria uma forma do senhor garantir o serviço de seu escravo ao menos pelo tempo em que teria seu investimento de volta²⁰⁴. Ao passo que um peão livre seria contratado por quatro vezes o valor da manutenção de hospedagem e alimentação desses “contratados” no Brasil, é possível vislumbrar o quão lucrativo se mostrava esse dispositivo, tornando compreensível sua manutenção apesar de toda a pressão contrária²⁰⁵.

Os dados coletados pelo estudo já citado de Borucki, Chagas e Stalla²⁰⁶ apontam, segundo o registro realizado para Cerro Largo de todos os contratos de peonagem, um total de 183 indivíduos introduzidos entre 1846 e 1860 por 123 estancieiros diferentes, mostrando que a introdução desses escravos contratados não gerou grandes plantéis, sendo que o maior número de escravos introduzidos por um único senhor foi nove. A grande maioria, 71%, incorporou apenas um peão-escravo, seguidos por aqueles 19% que trouxeram dois. Apenas dois estancieiros trouxeram cinco ou mais escravos. O tamanho

²⁰² Documentação dos Governantes A-7.002, AHRS

²⁰³ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Op. cit.* p. 132.

²⁰⁴ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Op. cit.* p. 138-147.

²⁰⁵ *Idem*, p. 140.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 139-140

das propriedades evidencia que a prática era comum a pequenos proprietários, com propriedades entre ½ légua e 3 léguas, e os maiores, com propriedades de 6 a 12 léguas²⁰⁷.

A reação oriental a tal dispositivo foi marcada por oscilações. As autoridades locais na campanha resistiam a permitir a permanência desse tipo de trabalho, especialmente por impedir o recrutamento desses homens para as forças militares e de polícia. Por outro lado, os comandantes de armas que haviam lutado durante a Guerra Grande resistiam também a devolver os escravos fugidos que haviam se engajado em suas tropas, compondo um espírito de condenação da escravidão²⁰⁸. Havia também a pressão e as denúncias dos vizinhos orientais dos proprietários brasileiros, que se sentiam lesados ao arcarem com o custo de uma mão-de-obra livre até quatro vezes mais custosa²⁰⁹. Enquanto isso, as autoridades nacionais uruguaias, pressionadas pela necessidade do subsídio financeiro fornecido pelo Império e pela iminência constante de outro conflito bélico com o vizinho, permaneciam inibidas a se manifestar quanto aos contratos²¹⁰.

Este estado de inibição também forçaria o governo de Juan Giró (1852-1853) a estabelecer em 1853, uma comissão de indenização aos senhores de escravos prejudicados pelas leis, tanto a *blanca* quanto a *colorada*, que aboliram a escravidão para garantir recrutamento militar²¹¹. Porém, como estes dependiam de *boletos de clasificación*, na região da campanha emitidos pelas autoridades *blancas* durante a Guerra Grande, a maior parte dos estancieiros brasileiros nem chegou a acessar tal comissão e seguiram as reclamações via Legação Imperial em Montevideu²¹², por não terem os documentos necessários.

Se o governo de Montevideu não estava totalmente livre da pressão brasileira para atuar abertamente com mais rigor contra a escravidão velada, o mesmo não acontecia com seu representante no Rio de Janeiro. Dos treze tomos que documentam a atuação de Andrés Lamas como Ministro Plenipotenciário do Estado Oriental do Uruguai na Corte, dois são única e exclusivamente dedicados aos problemas enfrentados por *hombres de color*²¹³. São petições, cartas e relatórios sobre cidadãos uruguaios escravizados por

²⁰⁷ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Op. cit.* p. 139

²⁰⁸ Documentos de 1851. Fondo Relaciones Exteriores - CAJA1733. AGNUy.

²⁰⁹ Códice 310/1/2 – AHI.

²¹⁰ SOMMA, Lucia Scuro (org.). *Población afrodescendente y desigualdades étnico-raciales en Uruguay*. Montevideo: PNUD, 2008. p. 14-17.

²¹¹ *Idem.* p. 17.

²¹² Correspondência dos Governantes, Maço 27. AHRs.

²¹³ Fundo Ex-Achivo e Museu Historico Nacional. Archivo Andrés Lamas, Actuación Diplomática. Tomos VII e VIII. AGNUy.

brasileiros, denúncias de propriedades de brasileiros que mantinham escravos sob o disfarce de contratos, litígios em torno de identidades nacionais.

Lamas não escondia a concepção que fazia da escravidão: considerava-a uma barbárie. Sua comunicação tratando especialmente dos crimes de arrebatamento de *personas de color* deixava claro seu entendimento de que a permanência da escravidão no Brasil era uma selvageria que invadia o território de seu civilizado país, privando os cidadãos orientais de sua liberdade e com isso, impedindo o progresso. A defesa dos compatriotas negros permite-nos entrever a síntese de um discurso que afirmava o Estado Oriental do Uruguai como solo livre associado à sua condição de República, num contraponto claro ao Império, com sua sociedade marcada pelas distinções e pela exclusão política. De fato, a associação entre a barbárie da escravidão com a intromissão do Império – ou de seus súditos – na política oriental era o grande argumento de Lamas. Ao defender a percepção do Uruguai como um país livre, ele na verdade defende o direito de soberania que sua nação persegue frente a política invasiva do vizinho ao norte.

Sua atuação era perfeitamente coerente com sua trajetória política no Uruguai. Lamas fazia parte daquele grupo da *geração de 1837*, que ao se contrapor a Juan Manuel Rosas acabou criando um discurso político que identificava nos caudilhos toda a perversidade política e que defendia

princípios de igualdade, liberdade, tendência democrática na organização da pátria e emancipação do espírito americano, ligando as liberdades coletivas, de associação política, às individuais ou civis. Argumentavam, porém, que a soberania do povo só poderia residir na razão do povo, através de sua emancipação mental. Mas para eles isso ocorreria de forma que os ilustrados educariam as massas, tornando-as finalmente aptas para exercer a cidadania.²¹⁴

Tais princípios se confrontavam diretamente à permanência da escravidão, e a abolição dessa instituição foi um dos pontos principais do discurso desse grupo político no Uruguai, causando inclusive a oposição de setores do partido colorado ligados ao General Rivera durante a Guerra Grande²¹⁵. Suas concepções não mudariam quando sua residência se transferiu para o Rio de Janeiro.

²¹⁴ CAÉ, Rachel da Silveira. *Escravidão e liberdade na construção do Estado Oriental do Uruguai. (1830-1860)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 91

²¹⁵ *Idem*, p. 92.

Lamas respondia às reivindicações brasileiras sobre propriedade sempre protestando que a autonomia pretendida pelos estancieiros à custa da soberania oriental também impedia o desenvolvimento de seu país. A exportação do gado livre de taxas para as charqueadas rio-grandenses realmente impedia que o país gerasse divisas que permitissem recompor sua economia, tornando o país cada vez mais dependente do subsídio enviado pelo Brasil. E segundo Lamas, essa dependência não levaria a outra que coisa que não “*mui en breve llevar los ciudadanos orientales a servir a Brasil*”²¹⁶, construindo em seu discurso uma relação clara entre o escravismo e o expansionismo brasileiro no Prata. Ainda assim, Lamas serviu aos governos uruguaios no Brasil adotando sempre uma postura de negociação, menos que de confronto, até sua substituição no início da década de 1860, quando a postura diplomática se alteraria radicalmente graças a mudanças na política interna do Estado Oriental.

Lamas se tornou bastante próximo de um importante brasileiro. O Barão de Mauá, financiador do governo do Estado Oriental do Uruguai opinava muito incisivamente na política fiscal daquele país. Para ele, a única forma de obter receita era taxar o gado e seus produtos na saída do país. Estabelecer aduanas fortes nos postos de fronteira, taxar as importações de produtos industrializados e reprimir o contrabando. Suas opiniões não eram apenas ouvidas como requisitadas²¹⁷. E obviamente seu interesse maior era o de receber o pagamento da dívida que o país tinha consigo, seja em valores monetários, seja em concessões. Mauá incentivava Lamas a bancar essa política frente ao governo brasileiro, inclusive sugerindo que o Ministro retornasse a Montevideo e ascendesse a cargos mais altos na política de seu país. Para Mauá, o projeto dos estancieiros brasileiros era um entrave, considerando-se que seus lucros bancários subiriam se a economia uruguaia recuperasse o fôlego. Um súdito do Império tinha outros projetos para o Uruguai. A nação oscilou, mas preferiu o dos estancieiros.

Bernardo Prudencio Berro, político *blanco* de atuação política que remontava ao *Gobierno del Cerrito*, assume a presidência do Uruguai em 1860 disposto a eliminar todo remanescente de escravidão e estabelecer a soberania uruguaia sobre seu território fronteiriço. O conjunto das ações foi amplo, incluiu a já citada anulação da patronagem, mas também a proibição de novos contratos de peonagem, a perseguição de brasileiros acusados de crimes de roubo e arrebatamento de pessoas, bem como o fechamento das

²¹⁶ Fundo Ex-Achivo e Museu Historico Nacional. Archivo Andrés Lamas, Caja 111, carpeta 8. AGNUy.

²¹⁷ Fundo Ex-Archivo y Museu Historico – Catalogo II – Correspondência de Andres Lamas – Caja 111, carpeta 1 e 2.

fronteiras para o transito de gado. Além disso, Berro declarava como infundadas as reivindicações de indenizações dos proprietários brasileiros sobre escravos perdidos durante a Guerra Grande. Mais uma vez, os brasileiros viam a interferência na política uruguaia como uma necessidade para manter suas propriedades a salvo, ao apoiar a revolta de Venâncio Flores em 1863.

A identidade nacional e sua reivindicação neste caso estão condicionadas a um projeto político claro, que envolvia profundamente as elites. E assim como o estatuto de propriedade do escravo conflitava com sua condição humana, a divisão entre público e privado era confusa, quando não inexistente na percepção dos senhores de escravos. A fronteira, a legislação do país vizinho, o desenvolvimento de novas estruturas da burocracia estatal e principalmente, a transformação da prática política, produziram seus choques e exigiram adaptações de uma elite que reivindicava o exercício de seus negócios com autonomia. Certamente, o ir e vir das guerras fez com que algumas questões, como essa, se perdessem em meio a disputas por demarcações e impostos. Provavelmente àqueles homens importasse mais que a nós as conexões entre as diferentes dimensões de poder e seus consensos.

Capítulo II

Os brasileiros estabelecidos na campanha uruguaia

Em 1853 o alcaide da Villa de Melo enviou nota ao Ministério de Governo manifestando a impossibilidade de eleger as autoridades departamentais de Aceguá devido a ausência de cidadãos orientais naquele *partido*. A situação era agravada pela negativa dos brasileiros que ali viviam de serem arrolados nos padrões e censos do Estado Oriental²¹⁸. Ao manterem-se alheios as estatísticas e registros daquele Estado, os brasileiros acreditavam poder manter-se como se estivessem no território do Império. As implicações desse tipo de prática impactaram sobre a relação que esses súditos imperiais estabeleceram com o Estado Imperial em meados do século XIX.

A fonte mais utilizada pela historiografia²¹⁹ para estudar os proprietários brasileiros estabelecidos no Uruguai tem sido o Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros do ano de 1850²²⁰. No anexo A do relatório constam quinze listas, distribuídas em documentos e envios diferentes e produzidas pelos Comandos Militares da Fronteira com a relação dos brasileiros e suas propriedades e extensões no país vizinho. Juntar essas listas, tão distintas na sua configuração, para realizar uma análise que busque entender o conjunto dos estancieiros exige cuidados. Para tanto, optei por confrontar e completar os dados da lista com outro conjunto documental que reflete a situação do patrimônio dos brasileiros no Estado Oriental: os inventários *post-mortem*. O objetivo foi,

²¹⁸ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855*. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004. p. 162

²¹⁹ SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício. “Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX.” In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004. ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

²²⁰ “Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª. Sessão da 8ª. Legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza – Anexo A- negócios do Rio da Prata (1850).” ANRJ.

a partir de vestígios produzidos em contextos distintos, observar a forma como esses sujeitos ocuparam esse território, estabelecendo um quadro onde seja possível visualizar como suas atividades produtivas se organizavam

Sobre a amostra de inventários *post-mortem* que contribuem com a análise realizada aqui preciso também realizar algumas considerações. Foram consultados 1042 processos das Comarcas de Piratini – que incluía a vila de Jaguarão – Pelotas, Rio Grande, Bagé, Santana do Livramento e Alegrete, no período entre 1835 e 1870 depositados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Desses processos, 12%, ou seja, 126 apresentavam propriedades no Estado Oriental e foram estes que analisei. Mais adiante farei algumas considerações sobre as informações que esses inventários apresentam e confrontarei algumas considerações sobre estes patrimônios e a presença de seus proprietários nas listas, mas antes, preciso reconhecer algumas limitações dessa amostra.

A escolha por manter um recorte temporal contemporâneo às reclamações enviadas pelos brasileiros no Estado Oriental permite, por um lado, observar como eram as propriedades dos súditos do Império naquele momento, mas por outro, impede que se acompanhe estratégias de longo prazo. Tomei essa decisão frente o volume de documentação a ser consultada. Se por um lado, dificulta observar as transformações dessas propriedades ao longo do tempo, por outro, possibilita formar um quadro bastante preciso dessas propriedades, qual a sua natureza no período analisado e qual a forma como os negócios dos brasileiros se organizavam no Estado Oriental. Levo em conta, claro, o caráter especial que os inventários *post-mortem* têm de refletir, geralmente, o fim do ciclo de vida e, portanto, um momento bem determinado do patrimônio do indivíduo inventariado²²¹. Ainda assim, considero que esse recorte permite construir algumas considerações importantes.

Outra limitação dessa amostra se dá na medida de que ela apenas nos permite observar os proprietários que tinham bens dos dois lados da fronteira e optaram por declará-las em seus inventários, o que na verdade, se desdobra em duas questões. A primeira, a de buscar os inventários daqueles que tinham propriedades tanto no Brasil quanto no Estado Oriental, se deve, principalmente, pela dificuldade de buscar e consultar os inventários realizados no país vizinho, por uma série de questões que dizem respeito a

²²¹ COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Herança e Ciclo de Vida: um estudo sobre família e população em Campinas*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 1997. FARINATTI, Luís Augusto. “Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social”. In: *Anos 90*, vol. 15, nº 28, 2008.

forma como esses processos estão organizados nos arquivos uruguaios. Seria necessário recorrer por vezes a arquivos no interior do país, muitas vezes com documentos não disponíveis para consulta, resultando em lacunas regionais e, portanto, optei por não empreender uma busca que tinha grandes chances de se tornar infrutífera. Reconheço que os processos orientais poderiam enriquecer essa pesquisa, mas creio que, para o objetivo deste capítulo, os dados coletados fornecem instigantes considerações.

A segunda era expressa em muitos processos, quando se encontrava a declaração de que o inventariado “possuía bens no Estado Oriental que devem ser processados naquele país²²²”. O que nos leva ao fato de que, no período aqui estudado, a declaração de bens do inventariado era realizada pelo inventariante, podendo ser complementada pelo protesto de alguma das partes. Possivelmente muitos inventariantes ocultassem a presença de bens no Estado Oriental por considerar essa informação irrelevante, dado que esses bens estavam sob outra jurisdição. Mas por outro lado, a opção por declarar e partilhar bens existentes em outro país e, portanto, sujeitos a legislação diferente, em processos abertos em comarcas do Império representa a forma como aqueles indivíduos viam a legalidade do Estado Oriental do Uruguai. Para esses indivíduos, a legislação do Império era vista como favorável, seja por permitir o reconhecimento da propriedade, seja por outras condições. Voltarei a discutir essas questões mais adiante.

A última limitação desta amostra reside no fato de ser conscrita aos municípios que faziam parte do espaço fronteiriço com o Estado Oriental. Essa opção se deu pela compreensão de que esse espaço contava com a circulação desses brasileiros residentes no território vizinho. Obviamente existiam exceções – algumas famosas como Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, que muito cedo se estabeleceu na Corte, onde fez sua fortuna, mas que possuía terras no Estado Oriental e no Rio Grande do Sul – mas creio que, grosso modo, os proprietários que tinham bens dos dois lados da fronteira precisassem se manter próximos destes, para melhor administrá-los e possivelmente residiriam e constituiriam suas vidas nas cidades fronteiriças. Essa suposição é corroborada por outros dados da pesquisa, inclusive por informação do Relatório.

Ainda, o contexto de produção dos inventários *post-mortem* implica no desejo dos herdeiros, ou de seus responsáveis, ou de seus credores, de alguma forma de recorrerem ao Estado imperial no sentido deste garantir o justo reconhecimento da posse e

²²² Um exemplo: Inventário Clara Maria de Souza (1862). Comarca de Piratini (Jaguarão). Caixa 008.046 – APERS.

propriedade destes bens. As informações constantes de um inventário têm um sentido de ordenação legal que os diferencia das listas de proprietários, fruto de uma tentativa de estatística estatal improvisada. Os dados dos inventários têm a força do reconhecimento do Estado sobre o patrimônio material dos indivíduos que são parte nos processos, enquanto a natureza das listas era política, ao reconhecer um volume de patrimônios em território estrangeiro. Ambos são manifestações diferentes da presença do Estado imperial na fronteira meridional. Os contextos de produção desses diferentes documentos permitem o acesso a informações de pontos de vista distintos.

As listas do Relatório da Repartição dos Negócios do Estrangeiro foram produzidas por comandantes de fronteira, a pedido do Presidente da Província, segundo informações coletadas entre contatos locais. Diferentes indivíduos compilaram os dados dos documentos apresentados, ao menos cinco oficiais enviaram listas, contendo no total, 1353 propriedades listadas e 1198 nomes de súditos do Império. Essa diversidade de relatores parece ser fonte de alguns problemas de sobreposições, duplicações e imprecisões em torno de dados e nomes.

Provavelmente, esses problemas também estivessem ligados ao alcance do conhecimento que esses homens tinham sobre os brasileiros no Estado Oriental. O período de produção das listas foi reduzido em relação ao tamanho da tarefa e as informações não foram colhidas a partir de uma verificação *in loco*, como num censo, ou *padrón*, ou listagem de fogos. De fato, se observarmos o caráter do método, poderíamos defini-lo pelo rumor: as listas são fruto de informação indireta, manipulada sem condições práticas de verificabilidade. De qualquer forma, como apontaremos ao longo do texto, sua legitimidade não fica comprometida por sua imprecisão. Esse é um problema que certamente coloca algumas questões metodológicas, bem como conceituais ao historiador que usa as listas, mas não pareceu gerar problemas aos contemporâneos a ela.

Antes de proceder à análise do conteúdo das listagens do Relatório da Repartição de Negócios do Estrangeiro creio ser importante esclarecer que o conjunto dessas listagens foi tomado aqui como uma evidência a ser avaliada em seu contexto, tanto de produção quanto de utilização. Se seus dados podem divergir dos apontados por outras fontes, como demonstrarei em relação aos inventários, por outro lado, são uma imagem clara, construída intencionalmente por autoridades na fronteira e permite observar a dimensão da expectativa que essas autoridades tinham sobre a presença de brasileiros no Estado Oriental. Voltarei a esse ponto mais adiante.

Uma preocupação relevante é a que toca a uma possível duplicação de dados. Como apontado, os dados foram compilados ao fim, em documentos encaminhados a Porto Alegre por pessoas diferentes. Sendo assim, e sua informação sendo em grande parte dependente do conhecimento de outros, é natural aventar a possibilidade de que um mesmo produtor de gado tenha sido listado por dois comandantes de fronteira responsáveis pelas listas, e que isso possa ter se repetido. Para avaliar o impacto dessa possibilidade, confrontei as partes dessas listas que tratavam das mesmas áreas no país vizinho e a quantidade de nomes e extensão de terras idênticas duplicadas foi pequeníssimo, sendo de menos de 2%. Se considerado o universo de 1353 propriedades listadas e a impossibilidade de, nos termos deste estudo, descartar todas as possibilidades de dados duplicados, que incluiriam a verificação de homônimos, ou dos casos de indivíduos que possuíssem duas propriedades numa mesma região, esse percentual me parece aceitável. Comparando com os inventários, constatei apenas dois possíveis casos de duplicação, permitindo afirmar que a possibilidade de sobreposição de informações não chega a ser um problema que pudesse conformar uma grande distorção dos dados.

Para esta análise foi observada a versão impressa dessas listas, publicada em 1851²²³. Há uma versão manuscrita, que pode ser encontrada no Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro²²⁴, porém essa versão tem uma das listas partida em pequenos retângulos, correspondentes às bordas da tabela escritas com a tinta que corroeu o papel. Seria impossível analisar os dados da tabela de Jaguarão, região que tem dados importantes para essa pesquisa. Contudo, embora existam diferenças no agrupamento das listas entre as duas versões, até onde foi possível determinar, elas não divergem no conteúdo dos nomes arrolados. Na versão manuscrita há pequenas notas que não estão presentes na versão impressa, que foram levados em conta, mas para todos os efeitos, quando me referir às páginas e configuração das listas, estarei me referindo a versão impressa.

O Relatório da Repartição de Negócios do Estrangeiro – ou RRNE, como será referido no restante do texto – impresso apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado Paulino Soares de Souza tinha no seu Anexo A, intitulado Negócios do Rio da Prata uma série de notas

²²³ “Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 3ª. Sessão da 8ª. Legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza – Anexo A – Negócios do Rio da Prata (1850). ANRJ.

²²⁴ Códice 310/1/1 – Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.

de discussão. Nas suas primeiras quarenta páginas e nas vinte finais, estão impressos documentos diplomáticos que dão conta da comunicação com a República Argentina, especialmente através do Ministro Thomaz Guido e com as autoridades uruguaias, incluindo Dom Manuel Oribe sobre os procedimentos do Barão do Jacuí na República Oriental e como o tema dessa discussão foi abordado no capítulo 4 deste trabalho, me furtarei de analisa-lo aqui.

As relações de brasileiros que tem propriedades no Uruguai complementam essa discussão diplomática, como um adendo de comprovação, dado que uma das acusações realizada por Thomaz Guido era a de que as reclamações sobre as violências sofridas pelos brasileiros são vagas e sem precisão, não apresentando provas dos fatos que permitiriam à Oribe processar, julgar e condenar criminosos. As listas foram compiladas pelo Presidente da Província do Rio Grande do Sul, se encontrando entre as páginas 41 e 73, divididas em dois envios ao Ministério dos Negócios do Estrangeiro.

O primeiro documento enviado era acompanhado de cinco listas: a primeira foi enviada pelo Comandante do Rio Grande, que respondia pela fronteira do Chuí, o Brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira, português que aderira a independência e veterano da Guerra da Cisplatina e das forças legalistas durante a Farrroupilha; a segunda e a terceira, pelo o Comandante da guarnição de fronteira de Jaguarão, Coronel Manoel Pereira Vargas, que comandava a guarnição desde o Barão do Jacuí se licenciara; as duas últimas, foram enviada pelo Coronel Comandante das Fronteiras de Quaraí e Missões, que suponho, fosse posto interinamente ocupado pelo filho de Bento Manuel Ribeiro, Severino Ribeiro de Almeida²²⁵, ele mesmo um dos nomes da lista e cuja família também tinha criações do outro lado da fronteira. No segundo documento enviado, outro ofício do presidente do Rio Grande ao Ministro Paulino José Soares de Souza, datado de 11 de setembro de 1850, seguem anexas dez listas das demais regiões, enviadas pelo Comandante da Fronteira de Bagé, Brigadeiro Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, outro veterano da Cisplatina e que possivelmente era secundado pelo então Tenente-

²²⁵ Essa lista foi enviada sem referência de origem pelo Brigadeiro João Frederico Caldwell Comandante interino das armas da província. Ao justificar a situação, dizia o brigadeiro: “cujo trabalho deixou de ir referendado por esquecimento dele, fruto da pressa que teve em remeter-me”. De toda forma, com ausência da assinatura, não podemos ter certeza da origem. Sei que o posto era ocupado interinamente por que David Canabarro foi nomeado em outubro daquele ano para o cargo, depois de dois meses de negociação para que assumisse o Comando. Caldwell enviou a lista em 21 de agosto, portanto, quando já se negociava a nomeação de Canabarro.

Coronel Manoel Luís Osório, ele mesmo um estancieiro no Uruguai, com propriedade listada ao norte do Arapehy-Grande e ao sul do Quaraí.

As mais completas destas listas, as que se referem às propriedades localizadas na região ao sul do Quaraí, produzidas pelo Comandante das Fronteiras do Quaraí e Missões carrega informações importantes como a localização dentro da região, indicada por limites naturais e pelos lindeiros e sua situação de posse; as listas que tratam das propriedades nas regiões da fronteira do Chuí, e da Fronteira do Jaguarão e Bagé e a de Tacuarembó trazem dados como a localização da propriedade e em posse de quem se encontrava; as demais, divididas por regiões, apresentam apenas o nome do proprietário e o tamanho da propriedade, às vezes declarando se estava embargada ou não e se estava em processo de partilha de herança. Muitas propriedades dessa lista tem o tamanho ignorado. Essas diferenças impedem que se observe os dados de forma homogênea e se possa estabelecer grandes comparações entre as propriedades. Ainda assim, essa configuração das listas merece algumas observações.

As listas de 1850 foram produzidas usando limites que muitas vezes dividiam departamentos uruguaios em áreas menores do que esses tinham contemporaneamente. Curiosamente essas divisões coincidem em certa medida com a atual configuração departamental do norte do Uruguai²²⁶, mostrando que a conexão dos homens com o espaço tem raízes em processos históricos e, em parte por isso, optei por respeitar essa divisão ao apontar a distribuição dessas propriedades pelo Estado Oriental. Outro ponto importante no que concerne a manter essa divisão das listas está em perceber em quão orgânica era a movimentação e ocupação do espaço por esses estancieiros brasileiros em relação a uma presença oficial do Império no território do país vizinho que remontava a Cisplatina. Muitas dessas divisões correspondiam a acessos desde as divisões da fronteira brasileira.

²²⁶ As regiões descritas na lista correspondem aos atuais departamentos: Rocha – Fronteira do Chuí e São Miguel; Rivera – Fronteira do Jaguarão e ao norte do Rio Negro, Fronteira de Bagé; Tacuarembó – Tacuarembó; Artigas – Norte do Arapehy e ao Sul do Quaraí; Salto – Ao sul do Arapehy-Grande e ao norte da Coxilha do Haedo e Salto; Cerro Largo e Treinta y Tres – Cerro Largo; Durazno; Maldonado e Lavalleja – Maldonado; San Jose; Colônia; Montevidéu e Canelones - Montevidéu; Paysandú – Paysandú e Rio Negro; Soriano – Soriano y Mercedes.

Figura 3 – Uruguai: divisão segundo as listas de proprietários brasileiros do Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros



Fonte da base: <http://www.guiageo-americas.com/mapas/uruguai.htm> (Adaptação elaborada pela autora.)

A própria divisão departamental uruguaia tem como importante componente o período de ocupação luso-brasileira durante a Cisplatina, especialmente quando pensamos nos territórios ao norte. Cerro Largo foi um dos três departamentos criados por

Carlos Federico Lecor, o Barão de Laguna, chefe em armas e governante brasileiro na Cisplatina. A região, considerada desabitada por Artigas menos de uma década antes, foi largamente ocupada por brasileiros interessados pela criação de gado²²⁷, justificando a criação do departamento que foi dividido em seis partidos – as divisões distritais para aplicação da justiça e administração. Essa divisão denota a necessidade de espaços que garantissem a presença de agentes do Estado, assim como o reconhecimento dos agentes locais que realizassem a ligação entre a comunidade e a nação, tão necessária num território com a fragilidade política da Cisplatina.

A participação direta de Dom Fructuoso Rivera no processo de conformação do departamento de Durazno esclarece como esse processo se deu durante o período da Cisplatina. Até 1822 o território entre os rios Yí e Negro fazia parte da jurisdição do departamento de San José. Parte das povoações que datavam do período em que portugueses e espanhóis disputavam o território da Colonia de Sacramento, San José era administrado por famílias há muito ali estabelecidas e que eram profundamente antipáticas a anexação ao território brasileiro. Rivera, que nesse período servindo ao Império do Brasil como comandante da campanha, se envolveu pessoalmente na fundação da Vila de San Pedro de Durazno. A intenção de Dom Fructo era reduzir a jurisdição de San José e abrir um espaço político para seus aliados²²⁸.

Durazno compôs uma nova frente de ocupação da campanha, ao sul. Alguns brasileiros que participavam das forças comandadas pelo General Lecor receberam de Rivera grandes extensões de terras nas proximidades do Rio Negro, em direção ao departamento de Cerro Largo. Outras grandes áreas foram concedidas a homens que acompanhavam as tropas do próprio Rivera, beneficiando o grupo que era conhecido como *Club del Barón*, e que pode ser considerado o precursor do partido *colorado*²²⁹. A possibilidade de conceder terras, tão característica dos comandantes militares portugueses, foi amplamente usada por Dom Fructo na construção de seu cabedal político e social enquanto serviu aos portugueses e depois aos brasileiros. Esse conjunto de relações que provinham o poder de Rivera, depois, seria direcionado contra o Império com sua adesão ao grupo dos *Treinta y Tres orientales*.

²²⁷ AROCENA, Fernando. *Regionalización cultural del Uruguay*. Montevideo: UDELAR/Dirección Nacional de Cultura, 2011. p.55-56.

²²⁸ Idem, p. 57

²²⁹ RILLA, José. La tradición contra los partidos en el Uruguay. *História*, Franca, v. 23, n. 1-2, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742004000200009>.

No mesmo período do início da década de 1820 formaram-se os povoados de Rincón de Tía Ana – que depois se tornaria Tacuarembó – e Salto. Fruto do incremento da população indígena através da migração resultante das disputas entre o General Artigas e Francisco Ramírez, a ocupação do centro do Estado Oriental foi bastante tardia²³⁰. Mesmo que a presença de tribos de nativos na região remontasse às missões do Yapeyú, foi nesse momento que essa população começou a se aglomerar em povoações espontâneas. A necessidade de incorporar esses povoados – especialmente Salto, tão próximo do território das Províncias Unidas – levou a criação de novos departamentos no norte.

A criação de postos de autoridade política no território não respondia apenas a necessidade de firmar a posse dos portugueses e depois dos brasileiros sobre o território. As rivalidades políticas e a possibilidade de reivindicação do território pelas Províncias Unidas exigiam a criação de espaços para gratificação dos homens fiéis a Coroa. Avançar em direção do interior da Cisplatina era a forma como os luso-brasileiros pensavam garantir condições de prosperar²³¹. Mas no caso das duas povoações citadas, fixar homens confiáveis era um contrabalanço da sempre instável população indígena. Em muitos momentos, tribos nômades como os charrúas, se tornavam os piores inimigos dos pecuaristas, assaltando os rebanhos²³². Ocupar o território era também uma tentativa de ordenar a campanha, tanto mais que essa onda de migração indígena se encontrava com uma das mais importantes frentes de avanço da pecuária desde o Rio Grande do Sul.

A criação de postos militares de defesa na margem do Rio Uruguai nos anos que se seguiram a marcha das tropas do General Carlos Frederico Lecor ditou o ritmo da ocupação das terras ao sul do Rio Quaraí.

[...] desde el Rincón de las Gallinas hasta el Cuareim– aportaron durante los años de la dominación extranjera importantes contingentes humanos, y fueron decisivos para la consolidación de poblaciones como Salto pues las fuerzas

²³⁰ BARRIOS PINTOS, Aníbal. *Historia de los Pueblos Orientales*. Montevidéo: Academia Nacional de Letras, 2000. P. 54.

²³¹ FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. p. 73

²³² Para entender melhor a relação complexa entre o extermínio indígena no Uruguai e a construção de uma identidade que se reivindica como nativa ver: KLEIN, Fernando. “El destino de los indígenas del Uruguay”. *Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*, vol. 15, 2007.1. Para ver mais sobre as guerras indígenas no Prata: GELMAN, Jorge. “Un gigante con pies de barro. Rosas y los pobladores de campaña.” In: GOLDMAN, Noemí. SALVATORE, Ricardo (org.) *Caudillismos rioplatenses*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

*armadas de entonces siempre eran acompañadas por gran número de familias.*²³³

O que começou como apropriação pura e simples, com a ocupação dos campos por essas famílias que seguiam o avanço das tropas e antes ainda, que realizavam grandes arriadas nos então chamados “campos neutrais”, virou concessão formal a partir de 1819. Naquele ano os integrantes do *cabildo* de Montevideu chegaram a um acordo com os ocupantes e em troca do custeio da construção de um farol na Ilha das Flores e do perdão de dívidas, os *cabildantes* passavam ao Brasil a fortaleza de Santa Teresa, o forte de São Miguel e as pastagens localizadas entre os rios Quaraí e Arapehy²³⁴. Esses campos passaram a ser redistribuídos por Lecor, preferencialmente a militares que tivessem prestado serviços naquela mesma guerra²³⁵.

Par a par com as expedições militares e a ocupação, desde a virada do século XVIII os luso-brasileiros realizavam grandes arreadas do gado selvagem, possibilitando que muitos daqueles que estavam a serviço da Coroa iniciassem seus rebanhos. Acompanhando esse movimento das forças de defesa brasileiras, estancieiros passaram a se estabelecer nesses territórios se beneficiando da disponibilidade de gado e do pasto de alta qualidade²³⁶. Paysandú foi uma das áreas onde a produção de gado baseada em mão de obra escrava foi amplamente difundida pelos estancieiros brasileiros. O censo de 1823 aponta 5343 *vecinos* estabelecidos no território considerado desabitado em 1816 por Artigas. Esse número de habitantes levou ao estabelecimento do *cabildo* em 1825²³⁷.

Esse histórico da ocupação e constituição departamental do norte se faz importante para compreender a presença brasileira e seu peso no território uruguaio. Quando finda a segunda campanha pela independência uruguaia em 1828, o governo provisório de Lavalleja ratifica a existência de nove departamentos: Montevideo, Maldonado, Soriano, Guadalupe (Canelones), San José, Colonia, Cerro Largo, Durazno e Paysandú. Ao fazê-lo, também afirma a presença estatal com maior força ao sul do Rio

²³³ AROCENA, Fernando. *Regionalización cultural del Uruguay*. Montevideo: UDELAR/Dirección Nacional de Cultura, 2011. p.55-56. p. 58.

²³⁴ FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. p. 73

²³⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblio, 1985. p. 80.

²³⁶ BARRÁN, José Pedro; NAHÚN, Benjamín. *Bases Económicas de la Revolución Artiguista*, 1972, p.93.

²³⁷ AROCENA, Fernando. *Regionalización cultural del Uruguay*. Montevideo: UDELAR/Dirección Nacional de Cultura, 2011. p. 58.

Negro, dado que todo o norte era formado por duas dessas unidades administrativas. O Estado Oriental do Uruguai só iria se preocupar com a organização administrativa do território norte quase uma década depois, permitindo com essa postura, que a região permanecesse com vínculos mais próximos com a província brasileira do Rio Grande do Sul e mesmo com a Argentina do que com a capital Montevideu. De fato, é possível afirmar que nos primeiros anos do Uruguai independente, muitos pontos do território eram mais bem conhecidos por autoridades brasileiras que pelas orientais.

As exceções a essa paralisia sobre o território ao norte do Rio Negro foram a fundação de San Servando, a campanha de pacificação iniciada por Rivera em 1831 e a criação de San Fructuoso de Tacuarembó em 1832²³⁸. As tropas da campanha foram compostas pelos guarani-missioneiros que haviam migrado do território Argentino e iniciado a colônia de Bella Unión no ponto mais extremo do noroeste do Estado Oriental.²³⁹ A campanha visava diminuir a presença de bandos de desordeiros e ladrões de gado, e principalmente fixar famílias no vasto território. Mas de fato, essa campanha significou o extermínio dos grupos nômades de charruas que ainda subsistiam na campanha oriental, no episódio conhecido como a *Matanza del Salsipuedes*.

Os principais caciques, com quem Rivera havia estabelecido relações de confiança durante o período artiguista, foram convocados a comparecer a uma grande reunião, levando suas mulheres e crianças, às margens do Arroio Salsipuedes. Em 11 de abril de 1831 compareceram centenas de indígenas que foram agraciados com vários barris de aguardente. Quando se encontravam embriagados, os charruas foram encurralados pelas tropas de Rivera e massacrados. No relato de Rivera, a justificativa para o desfecho da reunião foi o desacordo sobre as atitudes dos charruas:

cuando por otra parte sus recientes y horribles crímenes exigían un ejemplar y severo castigo, se decidió a poner en ejecución el único medio que ya restaba, de sujetarlos por la fuerza. Más los salvajes, o temerosos o alucinados, empeñaron una resistencia armada que fue preciso combatir del mismo modo para cortar radicalmente las desgracias que con su diario incremento amenazaban las garantías individuales de los habitantes del Estado y el fomento de la industria nacional, constantemente degradada por aquéllos. Fueron en consecuencia atacados y destruidos, quedando en el campo más de 40 cadáveres enemigos, y el resto con 300 y más almas en poder de la división de operaciones.

²³⁸ MICHOLSSON, Omar E.: *Operativo San Fructuoso*. Tacuarembó: 1990, p. 50

²³⁹ PADRÓN FAVRE, Oscar. *Ocaso de un pueblo indio*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, (1.ª ed.), 1996, p. 323.

*Los muy pocos que han podido evadirse de la misma cuenta, son perseguidos vivamente por diversas partidas que se han despachado en su alcance y es de esperarse que sean destruidos también si no salvan las fronteras del Estado.*²⁴⁰

Rivera repetia a prática do General Dom Diogo de Souza quando da ocupação dos campos do Quaraí com o “Exército Pacificador” em 1811-1812, que expulsara as hordas de minuanos e charruas que se acoitavam na região do Cerro do Jarau²⁴¹, ampliando as áreas de produção pecuária.

O “Exército Pacificador” submeteu populações designadas como volantes e também reduziu a presença de indígenas charruas e minuanos, conseguindo tornar firme a ocupação até a margem direita do rio Quaraí, onde hoje está a linha de fronteira entre Brasil e Uruguai. A ocupação estável da região foi estimulada, foram realizadas enormes arriadas de gado e sesmarias foram distribuídas. Assim, o avanço territorial também vinha ao encontro do interesse dos rio-grandenses engajados na campanha militar de 1811-12. A ampliação dos mercados para o gado bovino, que desde fins do século XVIII eram interessantes não somente pelo couro, mas também pelo charque, incentivava a busca de novas terras e de rebanhos a arrear ou saquear. A produção pecuária era feita em bases extensivas, tendo necessidade de constante incorporação de fatores produtivos, como a terra e o próprio gado, para se expandir. A conquista, os saques e a ocupação sistemática de vastas áreas de boas pastagens nas planícies disputadas com os castelhanos significava a abertura de uma nova fronteira agrária, que vinha desafogar e ampliar as possibilidades daquele sistema extensivo e da economia sulina como um todo²⁴².

A fundação de San Fructuoso foi, mais uma vez, um encargo quase pessoal para o presidente que enviou seu primo Bernabé Rivera para garantir a criação do povoado. Bernabé se manteve na campanha norte para garantir a permanência da “pacificação”, sendo o comandante da repressão a revolta dos guaranis de Santa Rosa, como se chamava então Bella Unión. Sua ação nesse episódio foi intransigente, a exemplo de Salsipuedes,

²⁴⁰ ACOSTA Y LARA, Eduardo, *La guerra de los charrúas en la Banda Oriental*. Montevideu: Impresores A. Monteverde. 1969.

²⁴¹ MACHADO DE OLIVEIRA, J.J. “Memória Histórica sobre a questão de limites entre o Brazil e Montevideu.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, tomo XVI, tomo 3º. da terceira série [3ª. série, n. 12, 4º. trim., 1853], 1894, p.410.

²⁴² FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. p. 65

onde acompanhava Dom Fructo. Bernabé Rivera acabou por ser assassinado no retorno de Santa Rosa, quando sua tropa encontrou um grupo de charruas fugitivos que o capturou²⁴³. A campanha estava pacificada, alijada de sua população nativa.

Os anos 1830 no Estado Oriental contaram ainda com outro movimento institucional que acabou por consolidar a propriedade da terra de muitos brasileiros, não sem antes estabelecer pontos de conflito. Um grande processo de regularização fundiária foi iniciado e basicamente seu ponto nevrálgico tratava da questão do reconhecimento ou não da propriedade das terras confiscadas e repassadas a aliados de Artigas durante o período revolucionário, além do reconhecimento da propriedade sobre uma miríade de posseiros. A questão era complexa, dado que estava marcada também por uma série de reclames realizados por proprietários coloniais ou brasileiros que haviam recebido as terras das Coroas espanhola ou portuguesa e de fato nunca tinham conseguido ocupar suas terras, ou ao menos, não completamente. A questão ainda, passava pelas terras públicas ocupadas por muitos sem autorização, baseados no princípio de que, se o ocupante possuía gado na terra, tinha o direito de ocupa-la; por sua vez, muitos líderes orientais, entendiam que a compra pelos posseiros dessas terras públicas representaria a solução para as rendas estatais deficitárias.

Durante os dois primeiros anos da década de 1830 Rivera e Lavalleja usaram dessas disputas para fazer amigos e inimigos, favorecendo quando possível os aliados, imputando a culpa ao adversário sobre as perdas, enquanto os desalojamentos massivos e as exigências de aquisição da terra pública ocupada levaram a agitação à campanha. A prática da *Camara de Justicia* era aplicar a uma política de defesa irrestrita da propriedade colonial e brasileira, o que favorecia em muito os brasileiros na fronteira norte. Em 1832, a situação estava beirando a revolta, largamente incentivada por Lavalleja e seus partidários. O Estado começa uma política de intermediação entre os proprietários e os posseiros, fazendo com que os segundos comprassem as terras dos primeiros. Caso os proprietários não concordassem com o preço negociado, o Estado desapropriava as terras pagando valores largamente vantajosos aos proprietários e colocava a venda as terras para outros posseiros com melhores recursos²⁴⁴. Esse processo implicou no desalojamento de um número considerável de posseiros, que passaram a se amontoar nas terras públicas ao

²⁴³ ACOSTA Y LARA, Eduardo, *La guerra de los charrúas en la Banda Oriental*. Montevideo: Impresores A. Monteverde. 1969.

²⁴⁴ BERTINO, Magdalena; MILLOT, Julio. *Historia Económica del Uruguay*. Tomo I: Desde los orígenes hasta 1860. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1991. P 133-134.

redor dos povoados – protegidas desse processo – e garantiu a formação de propriedades maiores, muitas vezes adquiridas por brasileiros, para quem os preços praticados no Estado Oriental eram baixos frente ao mercado de terras no Rio Grande do Sul.

A partir de 1834, com o país às voltas com mais uma disputa eleitoral que virtualmente poderia se transformar em revolta armada e com as dívidas públicas tornando impraticável sustentar a defesa do governo, se estabelece a exigência da aquisição das terras públicas por parte de seus ocupantes, aumentando o efeito de concentração fundiária.

El proceso de reversión y enajenación y transacciones se hizo por intermedio de Comisarios y produjo el definitivo dislocamiento de las relaciones solidarias entre los poseedores, iniciadas por Lecor: los poseedores no escapavam a la ley de concentración. Todo dependia de la capacidad económica porque el campo se poseía con ganado y se defendia con peones, agregados y esclavos y de las relaciones que se pudiera tener con los caudillos o com el centro de poder montevideano. Al norte, los brasileños ocupaban la tierra de muchos donatarios y emigrados desaparecidos. [...] La política de Obes condenó al desalojo o sometió a la mayoría de los pequeños donatarios y poseedores. Consolidó a grandes e medianos poseedores sobre todo vinculados al grupo ministerial y a Rivera y em general a los que tenían recursos, com las mejores tierras.²⁴⁵

Foi nesse período, que coincidiu com a eclosão da Revolução Farroupilha, que muitos brasileiros compraram grandes extensões de terra no Estado Oriental, especialmente nas regiões recentemente pacificadas na margem norte do Rio Negro. As terras eram baratas – segundo Barrán, durante a Guerra Grande o preço da terra caiu a um terço de seu valor anterior, custando \$0,60 o hectare²⁴⁶ – e a produtividade da pecuária alta. Assim, a concentração de grandes propriedades de terras de brasileiros nos departamentos de Tacuarembó, Salto e Paysandú estava diretamente ligada ao desalojamento dos posseiros pequenos e daqueles que não tinham recursos para manter grupos armados para defender suas terras, nem contavam com recursos políticos para acionar em Montevideu. Os *colorados* financiaram sua manutenção no executivo oriental favorecendo a consolidação da ocupação do norte pelos estancieros rio-grandenses. Mais

²⁴⁵ Idem, p. 136.

²⁴⁶ BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco (1839-1875)*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

adiante, quando analisar os inventários, pretendo demonstrar que esse movimento favoreceu também uma concentração de riqueza no grupo daqueles produtores.

Figura 4 – Uruguai: divisão dos Departamentos durante a Guerra Grande



Fonte da base: <http://www.guiageo-americas.com/mapas/uruguai.htm> (Adaptação elaborada pela autora.)

Por sua vez, o departamento de Cerro Largo teve uma conformação distinta, ou melhor, conformações distintas. Conformações porque, o que correspondia ao departamento de Cerro Largo durante a Guerra Grande eram três regiões com diferenças de ocupação. A porção norte e leste, que é boa parte do atual departamento de Cerro

Largo, tinha uma concentração de propriedades menores, ligada a uma ocupação mais antiga, paralela aquela que ocupou os campos entre a Lagoa Mirim e o Oceano Atlântico. No centro e no oeste, onde hoje é a maior parte do departamento de Treinta y Tres, o tamanho das propriedades era maior. Essas duas áreas tinham alta concentração de brasileiros. No porção mais ao sul, nas margens do Rio Cebollati, que corresponde hoje ao norte de Lavalleja – que reuniu Minas e essa região – a ocupação era maior de nacionais, que descendiam de ocupantes do período do Vice-Reinado do Rio da Prata.

A proporção da ocupação brasileira nessa última zona, no entanto, não deve ser subestimada. Como apontam Borucki, Chagas e Stalla, as cifras sobre a ocupação brasileira podem ser enganosas. Em Minas em 1855 – já reunindo o sul do antigo departamento de Cerro Largo ao antigo departamento de mesmo nome – os brasileiros consistiam 7% da população, mas esses dados precisam ser observados de forma localizada geograficamente. Ao sul, os brasileiros não chegavam a 1% da população, no centro, a 7,3% e no norte, a 17,3%²⁴⁷. Contudo, esses não me parecem os dados mais expressivos, e sim os de que, no norte de Minas, os brasileiros constituíam-se em donos de 34% das estâncias, de 42% do gado de rodeio e de 92% dos bovinos alçados²⁴⁸.

As propriedades listadas em Cerro Largo – no rol com este nome na RRNE - contavam com a predominância da porção de menor tamanho de terras, conforme a Tabela 4 indica. Esse índice estava diretamente ligado ao fato de que as propriedades daquela região parecem ter sido atingidas com maior intensidade por processos de partilha sucessivas. O número de inventários que tratam de propriedades nessa região é maior, correspondendo a 84% do conjunto analisado. Ainda, 34,78% dos inventários analisados tinham como forma de aquisição da propriedade declarada como sendo através de herança e a esmagadora maioria se localizavam em Cerro Largo. Correspondendo a uma ocupação mais antiga e ao mesmo tempo, mais adensada, a região não apenas encontrou um índice de partilhas grande, como a dificuldade de realizar a reconcentração da propriedade nesses casos, e dificuldades para realizar a expansão das propriedades por simples ocupação de terras devolutas. Possivelmente o fato de ser uma região com proximidade do mercado consumidor do gado tenha influenciado nesse adensamento, que não foi verificado nas áreas mais afastadas da fronteira.

²⁴⁷ BARRIOS PINTO, Aníbal. *Historia de los Pueblos Orientales*. Montevideu: Academia Nacional de Letras, 2000.

²⁴⁸ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855*. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004. p. 163.

Figura 5 – Mapa com as ondas de ocupação do norte do Estado Oriental



Fonte da base: <http://www.guiageo-americas.com/mapas/uruguai.htm> (Adaptação elaborada pela autora.)

A maioria dos 483 proprietários estavam estabelecidos na porção mais a leste e ao norte do departamento de Cerro Largo. Essa área de ocupação antiga, correspondia aquela que permitia acesso à Lagoa Mirim, facilitando o escoamento da produção pelo porto de Rio Grande. Essa porção, assim como o atual departamento de Rocha, então a porção norte de Maldonado, e o norte de Minas, hoje Lavalleja, contrastavam com a ocupação de açorianos e descendentes de espanhóis do período do Vice-Reinado. Os descendentes dos colonos que fundaram as povoações ao sul tinham seus negócios concentrados na

agricultura e nas pequenas criações, enquanto o modelo expandido pelos lusitanos desde o norte era o da pecuária extensiva²⁴⁹. Essas diferenças contribuíam significativamente para o estabelecimento de uma economia voltada para o mercado rio-grandense, ainda que tivesse produtores de menor porte que aqueles que se estabeleceram posteriormente no território em direção ao centro do Estado Oriental.

Essa presença tão pesada de brasileiros se refletia na dificuldade política e militar dos orientais em controlar a região: era através de Cerro Largo que Lavalleja acessava o Rio Grande do Sul no início dos anos 1830, buscando apoio em seus aliados brasileiros; da mesma forma que procedeu Rivera na década seguinte. Em 1831 Rivera ordena a fundação de San Servando, depois Vila Artigas e atual Rio Branco, como uma guarda de fronteira, numa tentativa de instituir um posto de aduana na região. Ao contrário de suas iniciativas na campanha da margem norte do Rio Negro, San Servando foi erguida sob uma área densamente povoada, como uma presença estatal que buscava garantir a soberania do território. Lembrando da reclamação do alcaide da Vila de Melo citada no início desse capítulo, a presença dos brasileiros na região era tão forte que praticamente excluía a existência de orientais em alguns *partidos* – como eram chamados os distritos administrativos – da fronteira. A desconfiança num ponto onde a fronteira era tão indefinida era justificável.

Foi o governo *blanco* de Oribe, já avançada a Guerra Grande, que realmente tentou implementar uma política de nacionalização do território ao norte do Rio Negro. A ocupação por nacionais das regiões com maciça presença de brasileiros era imprescindível para a derrota dos *colorados*, tanto militar, quanto politicamente. Nos dizer de Lucia Sala de Touron e Rosa Alonso Eloy, a campanha *se blanqueó*²⁵⁰. Os bens dos inimigos, muitas vezes brasileiros, foram vendidos e distribuídos para partidários do *Gobierno del Cerrito*, como trato no capítulo 4. A divisão de Paysandú em três departamentos – Paysandú, Salto e Tacuarembó, em 1837, assim como a criação do departamento de Minas – contando parte de Cerro Largo e Maldonado, as tentativas de diminuir a área das jurisdições do norte uruguaio e criar aparelhos administrativos que implicassem na presença direta de mais agentes do Estado, como veremos, eram coerentes com a concepção de nação que os *blancos* defenderam. Essa concepção incluía a

²⁴⁹ DIAZ DE GUERRA, María A. *História de Maldonado*. Maldonado: Ed. Intendencia Municipal, 1988. Tomo I.

²⁵⁰ SALA DE TOURON, Lucia; ALONSO ELOY, Rosa. *El Uruguay comercial, pastoril y caudilhesco*. Montevideu, Ediciones de La Banda Oriental. 1986.

necessidade do monopólio do controle legal do território, diminuindo a influência que os brasileiros tinham sobre este. Como todos os atos da presidência de Oribe, com o fim da Guerra Grande, a criação destes departamentos foi anulada. Ela seria oficializada apenas em 1854, pela 6ª legislatura da República, dentro da política *fusionista* que sucedeu ao fim da guerra.²⁵¹

A afirmação generalizada por muitos historiadores²⁵², retirada de *El Mensaje del Poder Ejecutivo al Poder Legislativo* de que os brasileiros ocupariam com predominância 30% do território oriental em 1857²⁵³ é de difícil comprovação, todavia pareça ser corroborada por outras fontes contemporâneas²⁵⁴. Os números de que dispomos ou são estimativas ou correspondem a anos anteriores e posteriores. Aníbal Barrios Pintos em seu “*400 años de historia de la ganadería en Uruguay*” afirma que entre 1826 e 1827, 240 léguas e $\frac{3}{4}$ das terras públicas se achavam em poder de súditos brasileiros²⁵⁵. Segundo o RRNE, em 1850, pertenceriam a brasileiros apenas na fronteira do Chuí 342 léguas e na de Bagé, 331 léguas, indicando de fato um acréscimo da presença brasileira. Se tomarmos a declaração de um deputado oriental em abril de 1862, que denunciava possuírem os brasileiros perto de quatro mil léguas, quase o equivalente à metade do território da República, o índice de 30% para 1857 parece plausível, muito embora siga sendo uma suposição. A inexistência do tamanho de muitas propriedades no RRNE, além da apontada imprecisão e a divergência na forma do registro dos dados não permitem que se realize essa averiguação.

Apesar da inexistência de dados censitários confiáveis para os anos anteriores e imediatamente posteriores²⁵⁶ que poderiam dar conta com precisão da presença de

²⁵¹ AROCENA, Fernando. *Op. cit.* 64.

²⁵² SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício. “Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX.” In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004. ZABIELLA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002; Palermo e Sérgio da Costa Franco e

²⁵³ BERTINO, Magdalena; MILLOT, Julio. *Historia Económica del Uruguay*. Tomo I: Desde los orígenes hasta 1860. Montevideu: Fundação de Cultura Universitária, 1991. P. 128

²⁵⁴ ZABIELLA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradição e de Limites*. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2002, p. 23-25.

²⁵⁵ PINTOS, Aníbal Barrios. *400 años de historia de la ganadería en Uruguay*. Montevideu, Ediciones de La Banda Oriental – Cruz del Sur, 2008. p. 154

²⁵⁶ O primeiro censo geral do Uruguai data de 1852, porém, nunca foi publicado e não tive acesso a seu conteúdo completo, apenas a uma pequena parcialidade deste com registros de Montevideu e um censo complementar para Minas, de 1855, além dos dados gerais que apresento, extraídos de bibliografia. Também tive acesso a alguns censos parciais dos anos 1830, fotografados e gentilmente cedidos por Jonas Moreira Vargas. De toda forma, a análise desses dados, mesmo que permitindo apenas visões de pedaços

brasileiros no norte do território do país vizinho, esse parece ser um consenso largamente estabelecido pela historiografia de ambos os países. O primeiro censo estatístico geral realizado no Estado Oriental data do ano seguinte ao fim da Guerra Grande, 1852. Muito embora os dados desse censo sejam bastante incompletos, não permitindo diferenciar brasileiros de outros estrangeiros, possibilitam algumas aproximações.

Tabela 1 - Censo Geral Uruguaio de 1852
Habitantes Nacionais e Estrangeiros por Departamento

Departamento	Habitantes	Nacionais	Estrangeiros	Sem Classificação	% Estrangeiros
Montevideú	33994	18590	15404	-	45,31
Canelones	17817	14400	3417	-	19,18
San José	13114	11738	1376	-	10,49
Colonia	7971	6442	1529	-	19,18
Durazno	5591	4873	754	-	13,48
Maldonado	9733	8421	1312	-	13,48
Soriano	9031	7757	1274	6462	14,10
Paysandú	6247	2726	2521	1000	40,36
Salto	7364	4392	2972	-	40,36
Tacuarembó	6567	3917	2650	-	40,36
Cerro Largo	6541	3847	2604	-	40,36
Minas	8089	6998	1091	-	13,48
Total	131969	94085	36884	6462	27,90

Adaptado de: BERTINO, Magdalena; MILLOT, Julio. *Historia Económica del Uruguay*. Tomo I: Desde los orígenes hasta 1860. Montevideú: Fundação de Cultura Universitária, 1991. P. 130

Observado o percentual de estrangeiros nos departamentos de Paysandú, Salto, Tacuarembó e Cerro Largo, que é o mesmo, 40,36%, é possível supor que esse contingente fosse formado predominantemente por brasileiros. Excluindo Montevideú, que por sua situação portuária e pelo caráter internacional de seu corpo de comerciantes discutido no capítulo anterior possuía muitos imigrantes de nacionalidades diversas, os números dos demais departamentos, raramente chegando a ultrapassar 15%, indicam que a presença dos brasileiros nos departamentos fronteiriços era responsável pelos altos índices de estrangeiros.

Se tomarmos como fidedigno o depoimento de Dom Diego Lamas, Comandante Geral em Salto em 1848 de que estava cercado de estancieros brasileiros e com eles não

do território uruguaio, podem gerar interessantes reflexões sobre a ocupação do espaço e as relações sociais. Ainda assim, fugiria dos objetivos da presente pesquisa.

podia contar²⁵⁷, ou o do Ministro do Exterior oriental em 1852, que afirma que em Tacuarembó os brasileiros eram em maior número que os nacionais, podemos estimar que os números de estrangeiros nesses departamentos, assim como outros do norte, como Cerro Largo, Paysandú²⁵⁸ e mesmo em parte de Maldonado correspondessem majoritariamente a brasileiros. Segundo Julio Millot e Magdalena Bertino, a partir de 1851 a presença de brasileiros nos departamentos de fronteira se acentua²⁵⁹. No censo de 1860, de onde estão faltando os dados de Paysandú e Maldonado, os brasileiros seriam 19.106, estimando-se conservadoramente que chegassem a 21.700 com os que viviam nos dois departamentos, o que por baixo resultaria em 10% da população nacional. Não eram os 40 mil brasileiros declarados pelo General Antônio de Souza Netto²⁶⁰ três anos depois, ao argumentar a favor da intervenção militar brasileira a favor de Venâncio Flores, mas ainda assim, era um número impactante, especialmente se observada a concentração dessa população brasileira na faixa da fronteira norte.

O problema da desproporção entre o número de orientais e de brasileiros era antigo. Na década de 1830 não era incomum encontrar brasileiros exercendo funções administrativas e de justiça no Estado Oriental²⁶¹. Analisando o censo de 1852, segundo Millot e Bertino, observa-se que em algumas seções judiciais dos atuais departamentos de Artigas e Rivera os brasileiros representavam o dobro, às vezes o triplo dos habitantes orientais. Na região entre os rios Arapehy e Quaraí, todas as propriedades pertenciam a brasileiros. Mais uma vez, o governo oriental respondeu a questão criando novas municipalidades, buscando estender a presença estatal e garantir o controle do território. Criam-se Cuareim (posteriormente renomeada como Artigas), Treinta y Tres, Santa Rosa del Cuareim, Arredondo e Rio Branco, todas próximas da fronteira. Esse movimento se mostra bastante condizente com aquele da fixação da propriedade da terra.

²⁵⁷ MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *El gobierno del cerrito: coleccion de documentos oficiales emanados de los poderes del gobierno presidido por el brigadier general D. Manuel Oribe, 1843-1851*. Poder ejecutivo, Tomo I. Montevideo: Imprenta El Siglo Ilustrado, 1948. p. 342

²⁵⁸ Paysandú viria a apresentar na década de 1850 um crescente investimento por parte de imigrantes ingleses, que passariam a criar gado bovino de corte, mas especialmente ovinos para lã. WINN, Peter. *Inglaterra y Tierra Púrpura*. Tomo I. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UDELAR), 1997. p. 68-69.

²⁵⁹ BERTINO, Magdalena; MILLOT, Julio. *Historia Económica del Uruguay*. Tomo I: Desde los orígenes hasta 1860. Montevideo: Fundação de Cultura Universitária, 1991. p. 128

²⁶⁰ Esse número é citado por muitos autores, muito embora os dados do censo não o indiquem: BARRÁN, José Pedro, NAHUM, Benjamin. *Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967; PETRISSANS, Ricardo, FREIRÍA, Gonçalo. *Extranjerización de las tierras nacionales*. Montevideo: Proyeccion, 1987; VASCONCELLOS, Henrique Pinheiro de. *Uruguay-Brasil Comércio e Navegação 1851-1927*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblio, 1985.

²⁶¹ ZABIELA, Eliane. *Op. Cit.* p. 26

Até o fim da Guerra Grande, a posse e mesmo a propriedade da terra no Estado Oriental não era completamente segura. Como apontei anteriormente, o processo de regularização fundiária iniciada nos anos 1830 desacomodou um número grande de pequenos posseiros e de proprietários menores que não tinham título válido. Essa pode ter sido a motivação para muitos brasileiros inventariarem em comarcas do Império seus bens existentes no Estado Oriental. Como aponta Joseph Younger, ao pesquisar disputas judiciais no espaço platino, buscar a legitimidade de tribunais e cartórios em um ou outro país foi procedimento bastante utilizado para garantir a propriedade.²⁶² Tanto pela insegurança reinante em períodos de conflito, quanto em momentos de paz, esse expediente podia ser empregado.

A viúva Eugênia Chagas de Oliveira foi um dos inventariantes que fez solicitação nesse sentido. Seu falecido marido possuía uma estância de 3 ³/₄ de sorte de estância no Cerro de Carpintería, no então departamento de Tacuarembó, a pouquíssima distância de Aceguá, um campo em Acharate, em Cerro Largo, além de um campo em Piratini. Ao abrir o inventário, em 1859 em Bagé, a viúva solicitou que os bens no Estado Oriental fossem levantados pelas autoridades locais, mas que “por ser de justiça”, o juiz autorizasse que a partilha fosse realizada no Brasil. O juiz autoriza desde que as autoridades orientais permitam. O pedido foi enviado à Junta de Carpintería, que se pronuncia aceitando a situação desde que a viúva pague todas as taxas pela transmissão da terra, respondendo por si e por seu filhos menores. Depois de dois anos, Eugênia Chagas de Oliveira consegue fazer a partilha no Brasil.²⁶³ Ainda que tenha respeitado os trâmites burocráticos, a desconfiança da viúva em relação à justiça oriental fica clara, demonstrando que não considerava que a partilha naquele país tivesse o mesmo reconhecimento que se realizada no Império.

Mas no início dos anos 1850 e mais ainda nos anos anteriores, nas décadas de 1840 e 1830, os inventários trarão bens sendo partilhados no Brasil sem nenhum registro de comunicação com as autoridades orientais. Muitas vezes, o expediente remeterá realmente a total desconsideração da soberania do Estado Oriental²⁶⁴. No caso das terras, essa postura pode estar bastante ligada à certeza de que a posse era a melhor garantia da propriedade, expediente que acompanhou a expansão lusitana na região. De toda forma,

²⁶² YOUNGER, Joseph. “Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata.” *Revista Aedos*, v. 1, nº1, p.290-311, 2008.

²⁶³ Inventário de Zeferino Maximiano Ribeiro (1859). Comarca de Bagé. Caixa 010.283 – APERS.

²⁶⁴ BENTON, Lauren. “The Laws of This Country”: Foreigners and the Legal Construction of Sovereignty in Uruguay, 1830-1875. In: *Law and History Review*, vol19, n.3, p.479-511, 2001.

é possível observar que os herdeiros não costumam ignorar a existência de uma mudança de legislação e instituições, eles buscam manejar essas diferenças a seu favor, observando possibilidades nas brechas. Em todos os inventários verifiquei que os herdeiros recebiam sempre uma quantidade equivalente de bens no Brasil e no Uruguai, não acontecendo nenhum caso em que as heranças fossem localizadas exclusivamente em um outro país. De certa forma, os envolvidos reconheciam que existia uma diferença entre os bens possuídos de um lado a outro da fronteira.

Uma possibilidade pelo uso desse artifício era a de garantir o reconhecimento de bens em um país, diante da impossibilidade de reconhecimento no outro, semelhante aos casos analisados por Joseph Younger e Lauren Benton. Esse é o caso do legado de Flora Gertrudes Maciel de Faria. Flora era tia-avó de de Eliseu Antunes Maciel – pai do futuro Barão de São Luís – e do Tenente Coronel Aníbal Antunes Maciel – pai do futuro Barão de Três Cerros, dois de seus herdeiros. Tendo falecido em novembro de 1852 e com inventário aberto no ano seguinte, Flora possuía, dentre outros bens, uma estância em Tacuarembó, nas proximidades do Arroio Hospital que contava com nada menos que 19 léguas.

Contudo, o dado mais interessante na partilha dos seus bens não se encontra na divisão das terras e ou do gado. Na propriedade do Hospital viviam dois escravos, um de nome Serafim de 36 anos e outro chamado Manoel, de 48 anos, ambos crioulos e campeiros. Esses dois escravos, que pelas leis orientais seriam livres, foram partilhados. Manoel foi dado por conta da legítima de Eliseu Antunes Maciel e permaneceu em sua propriedade em Paysandú, em escravidão ilegal, provavelmente considerada legítima por ser avalizada por um processo estabelecido no Império. Esse não foi um caso isolado: nos inventários analisados encontrei dezesseis ocorrências nos anos entre 1848 e 1862 de escravos vivendo em propriedades no Estado Oriental e sendo partilhados em inventários no Império, ou seja, todas claramente transgredindo a abolição da escravidão no Estado Oriental.

Ainda assim, terras são o bem mais inventariado. Apenas sete inventários não apresentavam nenhum tipo de propriedade fundiária. Três desses inventários apresentavam propriedades de casas em áreas urbanas e quatro eram casos de arrendatários que declaravam rebanhos. Nos demais inventários, propriedade de campos e estancias predominam, indicando em parte o movimento do crescente mercado de terras e as preocupações em assegurar sua propriedade em todos os meios legais possíveis, num contexto de valorização. No fim dos anos 1850, num momento de suspensão de conflitos,

a quase inexistência de terras públicas com bons pastos para ocupar e um novo impulso com os investimentos de estrangeiros, especialmente ingleses, na criação de ovinos, o mercado de terras se encontrava bastante aquecido. O valor da terra havia passado da média de \$0,6 em 1852-56 a \$2.09 em 1857-61²⁶⁵ num momento em que a suspensão das denúncias fixava a posse como propriedade.

Ainda que os maiores aumentos se concentrassem nas áreas de comportamento menos arcaico, onde estrangeiros compravam terras para a criação de ovinos²⁶⁶, essa fixidez da propriedade, acompanhada da valorização da terra levou a um processo que definitivamente garantiu aos brasileiros no norte não apenas segurança em relação a propriedade, mas a manutenção da concentração fundiária e seu gradativo aumento. Ao analisar algumas trajetórias posteriormente pretendo exemplificar melhor essa relação, entendendo o que Bertino e Millot chamaram de comportamento arcaico. Por enquanto, basta apontar que essa concentração fundiária aumentava o poder dos estancieiros brasileiros, na medida que implicava em estabelecimentos cada vez maiores, e num número proporcionalmente maior de agregados e peões empregados que dependiam deles para obter seu sustento – seja através de seu próprio trabalho, seja pela permissão para criar gado em terras desses grandes proprietários – dada a diminuição drástica da possibilidade de acessar a terra através da posse ou da compra.

Parece importante verificar semelhanças nesse movimento de aumento do valor das terras no outro lado da fronteira, especialmente se considerado que o período coincide com a aplicação da Lei de Terras no Brasil. Datada de 1850 e regulamentada em 1854, a lei instituiu a aquisição através da compra como única forma legal de acessar a posse da terra no Império, não teve uma aplicação uniforme em todos os pontos do Império²⁶⁷. No que compete à fronteira meridional, alguns estudos fornecem informações que se assemelham muito aos que observamos em relação as propriedades de brasileiros e à questão fundiária em geral no Estado Oriental.

²⁶⁵ BARRÁN, José Pedro, NAHUM, Benjamin. *Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967. p. 29.

²⁶⁶ BERTINO, Magdalena; MILLOT, Julio. *Historia Económica del Uruguay*. Tomo I: Desde los orígenes hasta 1860. Montevideo: Fundação de Cultura Universitária, 1991. p. 147

²⁶⁷ O tema da apropriação da terra no Brasil tem sido abordado por autores de diferentes pontos de vista, e tem extensa bibliografia. Algumas obras são: MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850*, 1996. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*, 1996. MOTTA, Márcia. *Nas Fronteiras do Poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil em meados do século XIX*, 1996.

Graciela Garcia, comparando a estrutura fundiária da década de 1830 e da de 1870 em Alegrete²⁶⁸, observou uma diminuição dos produtores de gado que não detinham a propriedade da terra de 40% para 20%. A autora identificou ainda um aumento nos conflitos agrários, com a diminuição da tolerância dos proprietários sobre ocupantes que se “arranchavam” em suas terras. De forma geral, a dificuldade de acessar terras devolutas aumentou com a Lei de Terras, gerando uma cautela maior dos proprietários, mas também outros elementos se agregam ao quadro. Garcia aponta, com bastante precisão, como a crise do trabalho escravo também colabora para a expulsão dos posseiros, que ficam disponíveis para se tornarem mão-de-obra assalariada e sazonal nas grandes estâncias.

A tendência da diminuição de criadores de gado sem a propriedade da terra também foi observada por John Charles Chasteen ao analisar um conjunto de inventários de Bagé²⁶⁹. Buscando entender os antecedentes da Revolução Federalista de 1893, o autor identificou o acirramento das alterações envolvendo terras, tanto entre proprietários e a população pobre, sem acesso a terra, quanto entre seus pares. Chasteen atribuiu essas tensões ao sistema de partilha igualitária, que diminuía o tamanho das propriedades e com isso, impedia a manutenção do tamanho dos rebanhos, impossibilitando que o modelo extensivo se reproduzisse.

Observando o mercado de terras de Santa Vitória do Palmar entre 1858 e 1888, Edsiana Aita²⁷⁰ encontrou a mesma diminuição no tamanho das propriedades por conta das partilhas igualitárias. Esse processo conectava a comercialização da terra na segunda metade do século XIX às heranças, quando 71% das propriedades negociadas tinham sido adquiridas pelo vendedor através dessa condição jurídica, apontando para a existência de um mercado de terras concomitante e mesmo anterior a 1850 e a à promulgação da lei²⁷¹. Esse mercado estava orientado por relações pessoalizadas, implicando que “as diferenças nas formas de acesso a terra eram marcadas pela posição dos sujeitos em relação ao bem

²⁶⁸ GARCIA, Graciela. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*, Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

²⁶⁹ CHASTEEN, J. C. *Backgrounds of the civil war: The process of land tenure in Brazil's southern borderland, 1801-1893*. *Hispanic American Historical Review*, 1991, v. 71, n.4.

²⁷⁰ AITA, Edsiana Belgrado. *"Entre a lagoa e o mar": propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

²⁷¹ Conclusão semelhante foi encontrada por Hebe Mattos, ao tratar de uma região periférica de produção cafeeicultora no sudeste fluminense e por Helen Osório, que encontrou como predominantes formas de acesso à terra que envolviam transações monetárias nos primeiros anos após a fundação de Rio Grande. MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987; OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editoria da UFRGS, 2007.p. 92-94.

e ao vendendor”.²⁷² Essa condição do mercado é muito semelhante com a que Bertino e Millot nominaram como “comportamento arcaico” e também foi apontada por Graciela Garcia.

Luís Augusto Farinatti, ao pesquisar as grandes fortunas de Alegrete, verificou a alta progressiva do valor da terra na composição dos patrimônios em inventários, ao mesmo tempo que, o valor dos rebanhos se reduzia.

Na década de 1830, o gado ocupava uma posição majoritária, compondo cerca de 53% do valor dos patrimônios produtivos. As terras e benfeitorias rurais vinham em segundo lugar, sem conseguir chegar a 30%. Nas décadas de 1840 e 1850, os bens de raiz rurais passaram à frente, com 44 e 42%, respectivamente, mas a situação era de relativo equilíbrio, pois o gado atingiu 36% do total dos patrimônios produtivos nos mesmos períodos. Nessa época, a diminuição dos rebanhos foi compensada por uma elevação no preço dos animais. A década de 1860 completou a tendência de ascensão das terras e radicalizou esse quadro. O conjunto das terras e benfeitorias alcançou a impressionante marca de 70% do valor total dos patrimônios, enquanto o gado, cujos rebanhos cresciam, mas os preços haviam baixado muito, chegava a apenas a 17%, sua menor participação em todo o período estudado. O percentual ocupado pelos escravos manteve-se estável durante as décadas de 1830, 1840 e 1850. Eles apenas diminuíram sua participação nos patrimônios ao longo da última década analisada, quando tanto seu número quanto seu preço sofreram quedas. Os equipamentos e instrumentos de trabalho, por sua vez, ficaram sempre em torno de 1%, demonstrando a manutenção de um nível tecnológico baixo, comum a todos os sistemas agrários extensivos²⁷³.

Farinatti, assim como Helen Osório²⁷⁴ ao tratar do período colonial, chamam a atenção para uma tendência de valorização da terra em períodos de paz, enquanto em momentos de guerra, rebanhos e escravos seriam itens mais valorizados. A valorização da terra no período posterior à Guerra Grande, tanto no Rio Grande do Sul, quanto no Estado Oriental, estava ligada a uma estabilidade da propriedade. De toda forma, as transformações do oitocentos brasileiro me parecem impactar sobre o mercado de terras

²⁷² AITA, Edsiana Belgrado. *"Entre a lagoa e o mar": propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. p. 149.

²⁷³ FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. p. 96

²⁷⁴ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editoria da UFRGS, 2007.

no Estado Oriental, especialmente no que toca às áreas predominantemente ocupadas por brasileiros.

A Lei de Terras era parte importante desse processo, dado seu caráter regulador, assim como o Tratado de Limites assinado em 1852, que definiria a linha divisória da fronteira. O reconhecimento do território entre os rios Quaraí e Arapehy como território oriental, ao mesmo tempo em que o Império detinha a integridade das águas da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão levaram a uma definição dos parâmetros legais sobre a ocupação, posse e propriedade das terras dessas áreas. Muito embora os efeitos dessas transformações possam ser observados ao longo da segunda metade do século XIX, os sinais da chegada dessas mudanças estavam presentes nas décadas anteriores.

Do total das propriedades, quase metade, 47,1% estavam localizadas ao norte do Rio Negro. Se somada a proporção de estabelecimentos em Cerro Largo, 35,6% das propriedades, podemos afirmar que essa distribuição aponta para a concentração das propriedades de súditos imperiais no norte e no litoral atlântico, com um total de 82,7% dos proprietários listados.

Esses dados, sem sobra de dúvida demonstram que as grandes concessões de terras no primeiro quartel do século XIX realizadas junto da expansão militar luso-brasileira acabou por permitir a fixação de um modelo de propriedade no norte oriental, o do latifúndio que, como apontei anteriormente, foi aprofundado pela política dos governos orientais nos anos 1830.

Na virada da década de 1840 para a de 1850 alguns dos indícios das dificuldades causadas pela diminuição das possibilidades de compra já podiam ser localizados na RRNE. Importante atentar, que mesmo que a historiografia em geral costume olhar esta como uma lista de proprietários de terra, na realidade, esta é uma lista de criadores de gado com estabelecimentos no Estado Oriental. Nem todas as propriedades declaradas são dos cidadãos brasileiros que as ocupam. Existiam arrendatários, inclusive de grandes propriedades, como o caso da estância do Tacumbú arrendada ao Barão do Jacuí pelo Coronel Olivério José Ortiz, que contava com 18 léguas de extensão, além de outros possuidores.

Entre agregados, arrendatários e posseiros que se declaram em terras pertencentes ao Estado Oriental temos 117 indivíduos declarados, totalizando 8,64% do total, um índice bem abaixo do verificado no Rio Grande do Sul do mesmo período. Esses cidadãos foram listados como possuidores de propriedades no país vizinho, mas deixava-se claro

que esta propriedade não era a das terras que ocupavam. Se retirarmos os indivíduos que se declaram agregados e, portanto, provavelmente mantinham suas propriedades – possivelmente pequena quantidade de gado – nas terras dos seus patrões, restam-nos 76 cidadãos que se declararam arrendatários privados ou ocupando campos de propriedade pública, alguns deles pagando taxas – e portanto em virtual condição de se tornarem proprietários -, o que leva ao percentual significativo de 5,61%.

É importante questionar o que faria com que esses cidadãos fossem incluídos nesta lista, formulada para, antes de tudo, enumerar os prejuízos de brasileiros no Estado Oriental, geralmente ligados a tomada de propriedades. Creio ser esse um indício de que os maiores prejuízos não fossem aqueles sofridos pelos brasileiros que viviam no Estado Oriental, mas os que a interrupção das atividades desses produtores causava aos que dependiam dela. Essa percepção me parece claramente reforçada pelo número de propriedades listadas que não se encontravam em poder do proprietário, que totalizam 190.

A grande maioria dessas propriedades, 186, se encontram nas listas com dados mais completos e ficavam localizadas nas fronteiras do Chuí, de Jaguarão, em Tacuarembó e na região do Rio Arapehy. Graças aos dados mais completos de algumas delas pode-se compreender melhor o impacto que a Guerra Grande vinha causando na produção pecuária desses estancieiros. Dos 190 estabelecimentos nessa condição, apenas 47% foi listada como simplesmente embargada. Os demais estabelecimentos tinham sido abandonados em algum momento pelos proprietários, alguns sofrendo embargo posterior, outros quedando apenas sem quem os administrasse.

As condições que implicavam no abandono das estancias eram determinadas, grande modo, pela impossibilidade de que cumprissem suas atividades produtivas. O caso dos dois filhos de Olivério José Ortiz, Olivério Filho e Gaspar, que criavam gado como agregados na estancia do Tacumbú, pode ser muito esclarecedor. Em 1848, o Barão do Jacuí arrendou a propriedade com todos os gados de seu proprietário. Essa situação está descrita no RRNE, logo acima da descrição das propriedades dos filhos de Olivério. Possivelmente os gados dos filhos fossem vendidos conjuntamente com o do pai, separando-se apenas o valor correspondente, prática bastante comum. A necessidade de listar Olivério Filho e Gaspar residia no fato de que a impossibilidade de tirar seus gados do campo embargado prejudicava a condução de seus negócios. Não apenas por lhes causar prejuízo imediato, com o gado perdido – não que essa não fosse uma grande

preocupação, dado que a quantidade de gado alegada pelo Barão na Tacumbú chegasse a cifra expressiva de 40 mil cabeças. O prejuízo dos irmãos Ortiz, caso a situação se prolongasse, residiria na incapacidade de manter seus compradores.

A possibilidade de que a escassez de matéria prima desarticulasse o mercado de gado era real. Muitos charqueadores de Pelotas se viam em sérias dificuldades depois de uma sequência de duas décadas ruinosas, marcadas pela derrota da Cisplatina, a eclosão da Revolução Farroupilha e a continuidade da Guerra Grande no Estado Oriental²⁷⁵. Voltarei a discutir essa questão e as propriedades dos Ortiz no capítulo 5, mas por enquanto basta dimensionar que a situação era de dificuldade para criadores de todos os tamanhos. Todas as faixas de dimensão de propriedade foram atingidas.

A propriedade de Olivério José Ortiz se encontrava numa das listas com maior detalhamento, aquelas que tratavam das regiões ao sul e ao norte do rio Arapehy e que tiveram listas com detalhes que incluíam nomes de capatazes e agregados. Essa era uma das porções do território uruguaio reivindicadas como brasileira pelos sul-rio-grandenses inclusive por que a totalidade das terras privadas lhes pertenciam. Além disso, essa foi umas regiões particularmente envolvidas no episódio das “*califórnicas*” e, portanto, alvo tanto das investidas dos grupos armados brasileiros quanto das tropas do comandante *blanco* Dom Diego Eugênio Lamas²⁷⁶. A necessidade desta lista ser particularmente detalhada se encontrava no fato político de que era uma região em disputa, ao menos na perspectiva dos estancieiros daquela fronteira.

O conteúdo de algumas das listas parece ter sofrido influência de outros documentos. A presença de refugiados da Guerra Grande em terras pertencentes ao Estado imperial – os chamados “Rincão Nacional”, denominação comum em vários pontos da fronteira para as terras reservadas para o cuidado dos cavalos das tropas militares – foi um dado que se reproduziu em quase todos os municípios sul-rio-grandenses do limite com o Estado Oriental, situação confirmada pelas listas existentes nas correspondências das Câmaras Municipais ao Presidente da Província.

A lista de refugiados de Jaguarão foi produzida no final da década de 1840 e trazia não apenas os nomes dos chefes de família como os números de filhos, agregados,

²⁷⁵ BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system (1850-1920)*. Standford: Standford University Press, 1998. VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

²⁷⁶ Discutirei melhor essa situação no capítulo 4.

escravos, animais e principalmente, de que viviam²⁷⁷. Todos os proprietários brasileiros ali listados – e não todos arrolados, dado que existiam refugiados orientais – aparecem nas diferentes listagens de 1850 e curiosamente mesmo nas listas com poucas informações, a grande maioria das propriedades desses refugiados aparece com a informação do embargo pelas tropas *blancas* ou do abandono causado pela violência.

O casal Comba Barbosa de Alencastro e Jerônimo Batista Alencastro, inventariados em 1852²⁷⁸, eram parte desses refugiados instalados no Rincão Nacional de Jaguarão e dos quais temos muitos dados. No processo, além da propriedade de Catallán, que na RRNE aparece embargada pelo comandante *blanco* Dom Diego Lamas, constam ainda 45 escravos e a chácara de Jaguarão. A propriedade de Catallán tinha sido abandonada pela viúva após o assassinato de Jerônimo Batista Alencastro, num caso que permanece pouco esclarecido na documentação. De toda forma, a inexistência de outras propriedades – a chácara do Rincão Nacional foi uma concessão para refugiados, portanto acessada depois do abandono de Catallán – , que não a estância no Estado Oriental, indicam que os 45 escravos do casal estivessem naquele estabelecimento. As notícias sobre o recrutamento forçado de escravos de brasileiros e as reclamações diplomáticas que indicam que o assassinato de Alencastro teve o envolvimento de autoridades orientais, podem indicar que a vítima demonstrou resistência as levas de seus cativos.

A presença de um número tão expressivo de escravos implica na percepção sobre como os brasileiros estabelecidos no Estado Oriental administravam suas estâncias. Esse tema está abordado no próximo capítulo, mas o caso dos Alencastro indica algumas considerações necessárias. A primeira delas se refere aquilo que estudos mais recentes tem afirmado, o reconhecimento do trabalho escravo nas estâncias como importante para

²⁷⁷ Fundo Correspondências das Câmaras Municipais (Jaguarão). Maço 80, caixa 36, 226b – AHRs.

²⁷⁸ Inventário Comba Barbosa de Alencastro e Jerônimo Batista de Alencastro (1852). Comarca de Piratini (Jaguarão). Caixa 008.001 – APERS.

a lida com o gado²⁷⁹ e não apenas em atividades secundárias como supunham trabalhos mais antigos²⁸⁰.

Quando a viúva Comba Alencastro foi arrolada como refugiada em Jaguarão em 1848 ocupava uma chácara de 10 quadros com benfeitorias junto com um de seus filhos e 25 escravos e se dizia que vivia da agricultura. Creio que a diferença no número apresentado no inventário quatro anos depois se deva possivelmente a uma distribuição dos demais cativos entre os herdeiros que não acompanhavam a mãe naquele estabelecimento. Esse expediente, em que os herdeiros mantinham em seu poder bens que pertenciam aos pais, como em empréstimo, funcionavam como um adiantamento de herança²⁸¹, bastante comum naquele contexto²⁸².

Ao se retirar do Estado Oriental com esse número de escravos, Comba protegeu seu patrimônio mais valioso: escravos podiam ser vendidos facilmente ou alugados, especialmente se fossem trabalhadores especializados. Ainda, permitiu que seus filhos tivessem formas de acessar facilmente esse patrimônio, permitindo assim que ele fosse capitalizável. A terra, essa era bem mais instável e ao mesmo tempo, indisponível como capital, mesmo que fosse uma propriedade de médio porte como a de Catallán. Infelizmente, como o inventário não foi concluído, não foi possível avaliar qual o percentual que esses escravos representavam sobre o montante dos bens, mas tendo a concordar com a historiografia que aponta que, nesses período, a escravaria podia compor a maior porção do patrimônio²⁸³.

²⁷⁹ LEITMAN, Spencer. "Slave Cowboys in the cattle lands of southern Brazil, 1800-1850." In: *Revista de História*, São Paulo, v. 51, nº. 101, jan/mar., 1975; BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system (1850-1920)*. Standford: Standford University Press, 1998; OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editoria da UFRGS, 2007; TEIXEIRA, Luana. "Abordagens atuais: escravidão e pecuária no século XIX." In: *Anais do VI Encontro Estadual de História – ANPUH-RS*. Caxias do Sul: UCS, 2006. FLORES, Mariana F. C. T. *Crimes de fronteira : a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014; FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. ARAÚJO, Tiago Leitão. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

²⁸⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 4ª. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1997. p. 60-69.

²⁸¹ COSTA, Dora Isabel Paiva da. "Formação de Famílias Proprietárias e Redistribuição de Riqueza em Áreas de Fronteira". Campinas, São Paulo, 1795-1850. In: *História Econômica e História de Empresas*, vol. VII, N. 2, jul-dez 2004.

²⁸² Alguns autores que apontam situações semelhantes: FARINATTI, Luís Augusto E. *Op. cit.* VARGAS, Jonas Moreira. *Op. cit.*

²⁸³ BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system (1850-1920)*. Standford: Standford University Press, 1998.

Outro ponto a considerar sobre as propriedades de produção pecuária – e aqui excluo propositalmente as propriedades de charqueadas abandonadas nas proximidades de Montevideu – que sofreram embargo ou foram abandonadas se refere a sua localização. Essas propriedades se encontram nas áreas de maior concentração de brasileiros. Nenhuma propriedade das listagens dos departamentos mais ao sul constava como fora do poder de seu dono. Esse me parece um indicativo importante de que as ações dos *blancos* objetivavam um confronto com os brasileiros de forma sistemática nas regiões em que eles eram maioria. Se tratava de estabelecer o monopólio da ordem e da legalidade, não permitindo a existência de outro entendimento que não o do projeto de Estado Oriental defendido pelos partidários de Oribe.

O topo deste grupo com propriedades embargadas indiscutivelmente está entre aqueles proprietários que tem mais de 20 léguas de terras. Na lista existem 44 propriedades com estas dimensões, pertencentes a 42 proprietários. Se acrescentarmos a estes os proprietários que tendo mais de uma propriedade somavam esta extensão de terras o número sobe para 46 proprietários. Dentre esses, ao menos 11 proprietários, ou seja, 24% declararam que suas terras haviam sido tomadas pelos *blancos*, quase um quarto dos maiores proprietários com terras no Estado Oriental do Uruguai. Se considerarmos que o índice geral de embargos fica em 14%, podemos considerar que esse grupo foi atingido de forma mais contundente. Os embargos contudo, se concentram no norte, enquanto os abandonos tem maior expressão no sul, região com menor presença de brasileiros.

De toda forma, a presença menor dos brasileiros ao sul indica também que os investimentos dos grandes líderes orientais se direcionavam para aquele espaço. Concordo com Bertino e Millot quando estes afirmam que o acesso à terra esteve ligado às relações mantidas com o centro de poder em Montevideu²⁸⁴, mas acredito que essa condição estava combinada a outra. Nas áreas com maior concentração de brasileiros, suas práticas orientavam o mercado para uma racionalidade distinta, aquilo que Bertino e Millot denominaram rapidamente de um “comportamento arcaico”. As grandes disputas estabelecidas entre as autoridades *blancas* e os brasileiros a partir da Guerra Grande são produto do encontro de duas fronteiras agrárias em fechamento: a que era empurrada desde o sul pelos grandes estancieros nacionais e as diferentes frentes empurradas pelos brasileiros desde a fronteira norte. A escassez de terras para serem distribuídas implicava

²⁸⁴ *Idem*, p.125.

numa alteração do jogo político, o que, no caso dos *blancos*, aliada a uma nova perspectiva de fiscalidade de que tratarei no quarto capítulo, se refletia em embargos e confiscos.

Mesmo que não disponhamos de dados para caracterizar o mercado de terras nas áreas ocupadas por brasileiros – especialmente porque cobrir todo esse território implicaria numa pesquisa de muito maior fôlego – algumas considerações são cabíveis. Em pesquisa anterior me deparei com dados sobre a venda de propriedades de criação de gado no Estado Oriental realizadas por charqueadores brasileiros²⁸⁵. Naquele momento, minha atenção estava concentrada em entender as redes sociais que permitiram que um sujeito proveniente da distante província de Minas Gerais se estabelecesse como charqueador e se tornasse um dos principais líderes da Revolução Farroupilha. Para isso, percorri todos os laços que aquele indivíduo criou, especialmente, persegui a rede familiar de sua esposa, oriunda de uma grande família, com pai e tios charqueadores e outros tios e primos criadores de gado.

Os Rodrigues Barcellos eram uma família de descendentes de açorianos que migraram para Rio Grande logo antes da tomada desta vila pelo governador espanhol do Rio da Prata, Pedro Cevallos, em 1863. A fuga de Rio Grande levou a família a se instalar nos campos de Viamão, até a retomada daquela vila, quando gradualmente os filhos de Antonio Rodrigues Barcellos e Rosa Perpétua de Lima voltaram seus investimentos para o sul, alguns se estabelecendo nas proximidades de Rio Grande, onde se fundaria alguns anos depois a Vila de São Francisco de Paula, a futura Pelotas, outros se dirigindo para a campanha, alguns conseguindo fazer ambos.

José Rodrigues Barcellos, que se tornaria uma das maiores fortunas entre os charqueadores, serviu no comando da fronteira de Jaguarão até chegar ao posto de major, nos anos da conquista da Cisplatina. Depois, se fixou em Pelotas, onde possuiu um estabelecimento de charqueada e atuou no comércio atlântico. Naqueles anos, fora descrito como um “dos maiores proprietários da fronteira do Rio Grande” e de boa conduta quando no comando dos oficiais militares²⁸⁶. Seu irmão, Luiz Rodrigues Barcellos possuía uma grande propriedade em Bagé e outra na porção norte de Cerro

²⁸⁵ MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos* (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2009.

²⁸⁶ VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. p. 458

Largo, com 10 léguas. Outro irmão Bernardino, da mesma forma possuía uma propriedade, da qual se ignorava a dimensão, no mesmo departamento. Essa propriedade era administrada por um dos filhos de Bernardino, Joaquim, que desde essa propriedade comprava gado de diferentes produtores não apenas para alimentar a charqueada do pai, mas também para o do cunhado, Domingos José de Almeida.

Os laços entre os irmãos eram fortes, como diferentes documentos atestam. No inventário de Dona Ana Bernarda da Cunha, esposa de José Rodrigues Barcellos, o principal credor era outro irmão, Cipriano Rodrigues Barcellos. Cipriano foi descrito pelo visitador o visitador D. José da Silva Coutinho, em 1815 como um dos mais ricos da então pequena freguesia de São Francisco de Paula. Assim como José, Cipriano foi um dos mais ricos charqueadores da primeira geração em Pelotas. Tão rico, que estabeleceu seus negócios também no Estado Oriental, primeiro com uma propriedade de criação na Costa do Jaguarão e depois com uma charqueada em Maldonado. Mas sua riqueza não permanecer investida nessas propriedades. Nos últimos anos de vida, Cipriano se tornou um “capitalista”, vivendo principalmente de rendas.

No ano de 1845 o Comendador Cipriano Rodrigues Barcellos e sua esposa Rita Bernarda da Silva compareceram ao 2º Tabelionato de Notas para vender a estância situada na margem uruguaia do Jaguarão. O comprador eram os irmãos Joaquim e Florêncio Correa Mirapalheta²⁸⁷. Assim como o Comendador e seus irmãos, os Correa Mirapalheta descendiam de famílias açorianas que se instalaram em Rio Grande ainda no século XVIII. Assim como os Rodrigues Barcellos eles haviam estendido suas atividades econômicas além da fronteira nas primeiras décadas do oitocentos. Além disso, membros de ambas as famílias tinham contraído matrimônio nas décadas anteriores. Cipriano vendia sua propriedade para velhos conhecidos.

Caso semelhante se deu com a compra de um campo no Estado Oriental pelos filhos de José Pedro Rodrigues no ao de 1857. O campo foi vendido pelo Comendador Domingos Faustino Correa a uma sociedade formada por netos do Comendador José Rodrigues Barcellos. O Comendador Domingos Faustino Correa será objeto de minha atenção logo adiante, mas para entender sua relação com os Rodrigues Barcellos tenho de remeter ao fato de que ele participava, de forma bastante pronunciada, de uma rede familiar que concentrava boa parte dos negócios na porção norte do então departamento de Maldonado, hoje Rocha. Nas décadas anteriores a esse negócio, especialmente nos

²⁸⁷ Livro de Transmissão e Notas. 2º Tabelionato de Pelotas. Livro 01.48. fl.122 v.

anos 1830, o grande centro das compras de gado dos irmãos Barcellos parece ter se localizado nessa região²⁸⁸. Ali também Cipriano teria participado do comércio ilegal de escravos, nos anos 1830²⁸⁹, bem como montado uma charqueada durante a Revolução farroupilha²⁹⁰.

Apesar de tímidos, esses são indícios de que esse mercado estava orientado para venda dentro de um círculo de relações, excluindo especialmente a comercialização da terra com orientais. Em realidade, todos os inventários que tem indicação da compra de campos no Estado Oriental – não são muitos, sete no total – indicam que a venda foi realizada por brasileiros, bem como os arrendamentos indicados nos processos. Outros oito inventários indicam que terras do inventariado estavam arrendadas por outros brasileiros. Se for possível supor que havia uma similaridade no funcionamento do mercado de gado com o do mercado de terras, a possibilidade de que este fosse bastante refratário a negócios com orientais aumenta.

O mercado de gado tem uma dinâmica mais fácil de rastrear nos inventários, através das contas correntes e das dívidas ativas e passivas. Em 61,9% dos inventários apresentam alguma indicação sobre a venda ou compra de gado. A grande maioria dos inventariados tinha dinheiro a receber pela venda de uma ou duas safras anteriores e nos permite verificar dois padrões de venda. O primeiro era constituído por um comerciante que comprava o gado. Esse padrão era mais comum nas áreas mais próximas da fronteira, onde o acesso as casas de comércio me pareceu ser regular. Em algumas situações, os criadores eram devedores desses comerciantes, indicando que nem sempre o gado necessariamente era pago em dinheiro, mas entrava numa conta corrente. Assim, fora da safra os estancieros se abasteciam dos gêneros necessários no comércio e o acerto de contas era realizado na safra. Esse modelo foi particularmente empregado por criadores menores, ou ao menos, que tinham quantias menores para receber nos inventários e não apenas estava ligado ao abastecimento das charqueadas brasileiras, mas ao consumo de gado da população em geral.

²⁸⁸ CV- 2455, AHRs. Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol 4. p. 290.

²⁸⁹ Em alguns dos depoimentos da “Comisión de esclavos”, instituída pelo *Gobierno del Cerrito* em 1847 e que buscava registrar escravos introduzidos ilegalmente no Estado Oriental, para evitar reclamos de indenização, duas ex-escravas, africanas, Balbina Costa e Josefa Lafuente acusaram terem sido introduzidas em desembarque ilegal, respectivamente nos anos de 1834 e 1836, por Cipriano Rodrigues Barcellos, *saladerista* brasileiro. Fondo Gobierno del Cerrito – Caja 1858 – AGNUy.

²⁹⁰ MONQUELAT, A. F. *Senhores da carne: charqueadores, saladeristas y esclavistas*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2010, p. 151.

Outra forma de organizar o comércio de gado era aquela em que um estancieiro intermediava a venda de outros criadores. Nessa modalidade, as tropas eram formadas na safra e enviadas ao destino por um pecuarista que vivia no Estado Oriental, ou administrando terras de outrem, ou que tinha bons contatos nos mercados consumidores. O inventário de João Simões Lopes, aberto em 1853, traz indícios interessantes de como esse mercado se organizava. O pai do futuro Visconde da Graça era um charqueador de grandes proporções²⁹¹, engajado no comércio atlântico²⁹² e criador com grandes propriedades no Brasil e no Estado Oriental. Em seu inventário suas dívidas passivas foram classificadas entre “recebíveis, difíceis de receber e dadas como perdidas”, um indicativo do volume movimentado em sua atividade mercantil. Porém, nas dívidas ativas, muitos valores eram destinados a nomes que identifiquei na RRNE, com propriedades numa região acessível desde as propriedades de Simões Lopes.

Ao inventariar os bens que possuía com suas duas esposas falecidas, Maria Faustina Furtado e Cipriana Gonçalves, o major Diogo Félix Feijó indicava uma série de dívidas do segundo casal com Rafael de Souza Netto. Sobrinho do General Antônio de Souza Netto, um dos líderes farroupilhas, Rafael era casado com Bárbara Leonor Gonçalves da Silva, sobrinha de Bento Gonçalves era proprietário de uma grande estância próxima a Bagé. Aliás, vizinhos de Rafael estavam parentes de outros líderes farroupilhas, como outros Gonçalves da Silva e Silveira Brum e também de muitos charqueadores, como os Azevedo e Souza e os Rodrigues Barcellos, além do dito major Feijó e seus filhos. Rafael de Souza Netto, assim como seu tio mais ao sul, provavelmente arregimentava tropas de gado, comprando de seus vizinhos, que eram levadas a Pelotas.

A dívida do segundo casal possivelmente fosse resultado de algum adiantamento por tropas que não puderam ser entregues nos anos finais da Revolução Farroupilha, indicando que as relações que mediavam as compras eram ditadas também pela perspectiva de contar com o suporte do comprador em momentos difíceis, numa rede de crédito que amarrava o criador aqueles que mediavam a comercialização das tropas²⁹³. O mercado de gado parecia ser guiado por outras normas que não apenas a da oferta e

²⁹¹ VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. p. 313

²⁹² BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, p. 91-92.

²⁹³ BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system (1850-1920)*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

procura. Jonas Vargas, ao analisar o grupo de charqueadores de Pelotas²⁹⁴ encontrou outros exemplos dessa prática e, portanto, não vou me estender.

Compreender que a lógica desse mercado era marcada pelas boas conexões com os mercados consumidores e pelas relações de confiança estabelecidas e alimentadas ao longo dos anos não exclui o fato de que eram os proprietários maiores que organizavam esse padrão de comércio de gado na campanha. Entender os tamanhos das propriedades e o impacto que isso tinha sobre a produção pode ser esclarecedor. Do total de 1353 propriedades listadas na RRNE 974 apresentavam dimensões registradas, distribuídas segundo a tabela 3. Como se pode perceber, o maior número de propriedades ficava na faixa de menor dimensão, o que não quer dizer que fossem pequenas propriedades.

Podemos ainda, tentar uma aproximação pela ocupação dos campos por rebanhos. A média de criação das propriedades em que a dimensão e a quantidade de gado foram declaradas nos inventários é de 1000 cabeças por légua. Pouco mais de 1% (14) das propriedades tinha menos de uma légua de campo – equivalente a 4356 ha de área – o suficiente para criar ao menos 1000 cabeças, o que indicaria o dobro do necessário para a subsistência de uma família²⁹⁵. Em 1856 foi produzida uma lista dos *hacendados* mais importantes de Cerro Largo e o cálculo aproximado do número de gado que cada um possuía. Dos 127 listados, 105 eram brasileiros, a grande maioria com rebanhos de mil a três mil bovinos²⁹⁶. Quando os dados dessa listagem foram cruzados com o RRNE, foi possível encontrar a dimensão de 46 propriedades. Analisando a média de ocupação a partir desses dois documentos, ela fica bem abaixo da apresentada nos inventários, com 343,54 animais por légua. Esse dado fica abaixo também das estimativas que o viajante francês Nicolau Dreys fez para as estâncias do Rio Grande dos Sul. Segundo Dreys, “calcula-se que nas estâncias cada légua quadrada [4356 hectares] pode receber e criar de 1500 a 2000 cabeças de gado”²⁹⁷.

²⁹⁴ VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. p. 299.

²⁹⁵ Jorge Gelman, analisando a campanha boanarense, diz que uma família poderia se sustentar com a produção de 500 cabeças de gado. GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros. Uma región del Rio de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial de los Libros del Riel, 1998. p. 85.

²⁹⁶ As exceções eram José Luís Martins e Antonio José Leitão, cada um com 10 mil cabeças, Carlos Silveira com 12 mil e Manoel Martins com 8 mil bovinos. Ofício de Dionísio Coronel, 9 jul 1856. Fondo Ministerio de Gobierno, Caja 52. AGNUy. Também é possível encontrar uma versão transcrita em ZABIELA, Eliane. *Op. cit.* p. 146.

²⁹⁷ DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Editora da PUC, 1990. p. 66.

**Tabela 2 – Número de propriedades segundo as listas do
Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros.**

Região	Número de propriedades	Percentual
Fronteira do Chuí e São Miguel	36	2,6%
Fronteira do Jaguarão e ao norte do Rio Negro, Fronteira de Bagé.	154	11,3%
Tacuarembó	87	6,4%
Norte do Arapehy e ao sul de Quaraí	161	11,8%
Ao Sul do Arapehy e ao norte da coxilha do Haedo	78	5,7%
Cerro Largo	483	35,6%
Durazno	33	2,4%
Maldonado	39	2,8%
San Jose	79	5,8%
Colônia	15	1,1%
Montevideu	8	0,5%
Salto ²⁹⁸	124	9,1%
Paysandú	39	2,8%
Soriano e Mercedes	17	1,2%
Total	1353	100%

Muitos poderiam ser os fatores que influenciavam numa baixa da produtividade: dificuldade de encontrar trabalhadores para as lidas do campo, dificuldades para a retomada do crescimento dos rebanhos após a guerra, o crescimento progressivo de outras criações – especialmente a de ovinos²⁹⁹ –, epizootias e ataques de cães selvagens. De fato, na campanha Rio-grandense, somente na década de 1860 se apresentaram sinais de recuperação dos rebanhos, depois e quinze anos de paz e de uma diminuição das calamidades naturais³⁰⁰, não sendo improvável que o mesmo se verificasse na campanha oriental. Ainda assim, arrisco a opinar que possivelmente alguns proprietários tenham alegado rebanhos de menores dimensões por desconfiarem do responsável pela

²⁹⁸ A lista especifica ser apenas uma parte do departamento de Salto compreendida na área que vai desde as postas de Queguay até sua desembocadura no Uruguai, Coxilha Grande, pontas de Matta-Olho, até Arapehy-Chico, seguindo Arapehy Grande até desaguar no Uruguai. No período, as áreas listados como sendo ao norte do Arapehy e ao sul do Quaraí e ao sul do Arapehy e ao norte da Coxilha do Haedo também pertenciam ao departamento de Salto, muito embora hoje formem o Departamento de Artigas.

²⁹⁹ WINN, Peter. *Inglaterra y Tierra Púrpura*. Tomo I. Montevideu: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UDELAR), 1997. p. 68-69. BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system (1850-1920)*. Standford: Standford University Press, 1998, p. 78.

³⁰⁰ BELL, Stephen. *Idem*. p. 80.

elaboração da lista, o Comandante Dionísio Coronel, *blanco*, que durante a Guerra Grande foi frequentemente alvo de reclamações dos brasileiros estabelecidos em Cerro Largo. Porém, o fato de Coronel ter listado produtores com mais de 1000 cabeças de gado como os mais notáveis daquele departamento por si só constitui um importante corte para percebermos qual era o tamanho dos rebanhos que garantiam notoriedade social a seus proprietários.

Dos 46 estabelecimentos com dimensão identificada, 38 ficavam na faixa abaixo das cinco léguas, indicando que essa dimensão de propriedade era suficiente para classificar um produtor dentro de um grupo de elite. Ainda que essas sejam as posses menores dentro do RRNE, possuir entre uma e cinco léguas era o suficiente para garantir uma condição econômica favorecida, onde não apenas o rebanho tivesse condições de se reproduzir a ponto de garantir o exclusivismo da atividade.

Tabela 3 – Propriedades segundo dimensões registradas no RRNE.

Dimensões	Número de propriedades	Percentual
Até 5 léguas (até 21780 ha) ³⁰¹	689	50, 88%
Entre 6 e 9 léguas (de 26136 a 39204 ha)	144	10, 63%
Entre 10 e 19 léguas (de 43560 a 82764 ha)	97	7,16%
Acima de 20 léguas (acima de 87120 ha)	44	3,24%
Ignoradas	380	28,6%
Total	1354	100%

De toda forma, o fato de 21,03% das propriedades listadas no RRNE – correspondendo a 29,26% das propriedades com dimensão apontada – terem capacidade de criar mais de cinco mil cabeças de gado é um dado que indica que essas não eram propriedades voltadas a subsistência, mas empreendimentos de médio e grande porte. Possivelmente esse número fosse maior se considerarmos que quase um terço das propriedades não tinha extensão declarada, e por outros documentos, é possível averiguar que muitas delas tinham mais de 10 léguas.

³⁰¹ A conversão de medidas do período do Império, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário pretende uma légua como correspondente a 6600 m² ou 4356 hectares. (http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf)

Se observarmos esses dados matizados por região, veremos que em relação às propriedades de menor tamanho a distribuição se mantém, apresentando pequenas alterações, porém em relação às propriedades de maior porte, a sua concentração na região de Tacuarembó parece ser bastante significativa, chegando a quase metade (47,7%). A concentração desse tipo de propriedade em uma área específica do território indica que essa área foi mais tardiamente ocupada por estes estancieros. Provavelmente no momento da produção destas listas as propriedades não tivessem passado ainda por processos como partilhas e heranças que poderiam implicar em desmembramentos das propriedades. Além disso, a região era alvo da última frente de expansão da fronteira agrária dos rio-grandenses, que se encontrava já num contexto pós-independência, em que a aquisição de terras no país vizinho representava um investimento de grandes proporções.

A região de Tacuarembó ocupada maciçamente pelos brasileiros corresponde aquela área de ocupação indígena pacificada nos anos 1830 e que foi objeto de concessões dadas por Rivera e, depois, alvo da regularização fundiária através das denúncias de ocupação de terras públicas. Sua posição geográfica adjacente a fronteira seca do Upamarotim – a faixa de terras de mais de cem quilômetros entre o Brasil e o Uruguai próximo a Bagé – mas recortada por pequenos arroios e cerros, o que combinado a presença de tribos indígenas nômades e hostis, como os charruas, retardou a ocupação daquela área.

Tacuarembó apresentava uma baixíssima densidade populacional, o que aumentava o impacto da presença dos brasileiros. Segundo o censo geral de 1852, Tacuarembó contava com 6567 almas, das quais 40,36% eram estrangeiras, como indicado na tabela 1, sendo a esmagadora maioria de brasileiros. Antes disso, o único dado populacional que se tinha da região dava conta da existência de 500 habitantes em San Fructuoso – Ciudad de Tacuarembó em 1837, ano da criação do departamento³⁰². Nos anos 1830 e 1840, segundo o estudo de Raquel Pollero, a população brasileira nesse departamento correspondia a 69,4% e 59,7%, respectivamente³⁰³. Mesmo que os números

³⁰² Dados do Ministério da Educação do Uruguai: Acesso em 25 de janeiro de 2014. <http://uruguayeduca.edu.uy/Portal.Base/Web/verContenido.aspx?ID=207879>

³⁰³ POLLERO, Raquel. “Estudio de la población de Tacuarembó em base a datos histórico-demográficos”. In: *Anales*, nº2, Junta Regional de Historia y Estudios Conexos. Montevideu, out 1990. p. 221-222.

tenham caído conforme avançava o século, em 1860, os brasileiros eram donos de 50% dos bovinos de Tacuarembó³⁰⁴.

A própria expansão da fronteira agrária no Rio Grande do Sul também acabou por ditar o ritmo da ocupação daquela região, que foi feita a partir de Jaguarão e Bagé. Essa era uma região entre as duas frentes mais antigas de ocupação do norte uruguaio pelos luso-brasileiros que correspondem às ocupações militares das primeiras décadas do oitocentos³⁰⁵. Ao contrário da frente de expansão no litoral, que ocupou Maldonado e depois Cerro Largo, acessível através do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim – além de ser parte do caminho para Montevidéu, tanto por terra, quanto pela Atlântico – ou da outra frente a oeste, aquela que ocupou o território entre o Arapehy e o Quaraí, junto à fronteira com a Argentina e acompanhou o fluxo do Rio Uruguay, a ocupação de Tacuarembó não obedeceu a nenhum caminho fluvial próximo.

Tabela 4 – Propriedades até 5 léguas distribuídas por região segundo o RRNE.

Região:	Número de propriedades:	Percentual:
Fronteira do Chuí e São Miguel	15	2,1%
Fronteira do Jaguarão e ao norte do Rio Negro, Fronteira de Bagé.	107	15,5%
Tacuarembó	76	11%
Norte do Arapehy e ao sul de Quaraí	88	12,7%
Ao Sul do Arapehy e ao norte da coxilha do Haedo	33	4,7%
Cerro Largo	201	29,1%
Durazno	6	0,8%
Maldonado	0	0%
San Jose	27	3,9%
Colônia	0	0%
Montevidéu	12	1,7%
Salto	93	13,4%
Paysandú	18	2,6%
Soriano e Mercedes	14	2%
Total	689	100%

³⁰⁴ ZUBILLAGA, Carlos. “Algunos antecedentes sobre acondicionamiento territorial em Uruguay (1611-1911)”. In: *Cuaderno del CLAEH*. N°4, Montevidéu, 1977, p. 51.

³⁰⁵ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855*. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004. p. 161

Tabela 5 - Propriedades com mais de 6 léguas até 9, por região segundo o RRNE.

Região:	Número de propriedades:	Percentual:
Fronteira do Chuí e São Miguel	5	3,4%
Fronteira do Jaguarão e ao norte do Rio Negro, Fronteira de Bagé.	29	20,1%
Tacuarembó	9	6,2%
Norte do Arapehy e ao sul de Quaraí	7	4,8%
Ao Sul do Arapehy e ao norte da coxilha do Haedo	7	4,8%
Cerro Largo	48	33,3%
Durazno	4	2,7%
Maldonado	0	0%
San Jose	6	4,1%
Colônia	0	0%
Montevideú	2	1,3%
Salto	19	13,1%
Paysandú	7	4,8%
Soriano e Mercedes	1	0,6%
Total	144	100%

Tabela 6 - Propriedades acima de 10 léguas até 19 léguas, por região segundo o RRNE.

Região:	Número de propriedades:	Percentual:
Fronteira do Chuí e São Miguel	9	9,2%
Fronteira do Jaguarão e ao norte do Rio Negro, Fronteira de Bagé.	8	8,2%
Tacuarembó	1	1%
Norte do Arapehy e ao sul de Quaraí	4	4,1%
Ao Sul do Arapehy e ao norte da coxilha do Haedo	4	4,1%
Cerro Largo	47	48,4%
Durazno	9	9,2%
Maldonado	0	0%
San Jose	3	3,0%
Colônia	1	1%
Montevideú	0	0%
Salto	7	7,2%
Paysandú	5	5,1%

Soriano e Mercedes	0	0%
Total	97	100%

Tabela 7 - Propriedades com mais de 20 léguas por região, segundo o RRNE.

Região:	Número de propriedades:	Percentual:
Fronteira do Chuí e São Miguel	7	15,9%
Fronteira do Jaguarão e ao norte do Rio Negro, Fronteira de Bagé.	10	22,7%
Tacuarembó	21	47,7%
Norte do Arapehy e ao sul de Quaraí	1	2,2%
Ao Sul do Arapehy e ao norte da coxilha do Haedo	1	2,2%
Cerro Largo	0	0%
Durazno	12	27,2%
Maldonado	0	0%
San Jose	0	0%
Colônia	0	0%
Montevideú	0	0%
Salto	4	9,%
Paysandú	9	20,4%
Soriano e Mercedes	0	0%
Total	44	100%

A essa combinação de fatores se juntaram outros. Nos anos 1830, com as dificuldades encontradas pelos charqueadores do Rio Grande do Sul e depois, com a eclosão da Revolução Farroupilha – ela mesma relacionada diretamente a essas dificuldades – alguns empresários do ramo buscaram se estabelecer nas proximidades de Montevideú, levando parte do mercado de gado dos produtores rio-grandenses a se direcionar nesse sentido também. A possibilidade de aquisição de terras com títulos seguros e o menor preço da terra nas proximidades do Rio Negro – inclusive na margem sul, no departamento de Durazno – atraiu investimentos altos. Das 33 propriedades de brasileiros listadas entres os rios Yí e Negro, ao sul deste último, doze tem mais de 20 léguas, representando mais de um terço de todas as estâncias de brasileiros da região e igualmente representa quase um terço das propriedades de grande porte da RRNE, como é possível observar na Tabela 7.

Desse grupo de proprietários, os seis maiores eram os irmãos Souza, que contavam com 28 léguas cada, todas na costa do rio Yí. Juntos, os irmãos eram donos de 36% das terras de brasileiros na região. Os irmãos eram parte de uma família de

Mostardas e tinham se instalado em suas propriedades no início dos anos 1830. Um deles, o Major José Antônio de Souza, teve seu inventário aberto em Jaguarão em 1858, depois de morrer subitamente de uma enfermidade aguda no ano anterior.

Importante negociante em Jaguarão, com sua casa de comércio o major concentrava uma importante rede de negócios de gado e cavalos que ligava a fronteira a Montevideu e a Rio Grande e Pelotas. A posição da propriedade do Yí era bastante estratégica para acessar os gados de diferentes pontos do norte oriental, do oeste – provavelmente com o auxílio de seu irmão, Antônio José de Souza Machado, ou Magro, que além da propriedade em Durazno tinha outra, em Paysandú – e de Cerro Largo, onde viviam outros parentes seus, como os Collares e os Teixeira Brasil, todos provenientes também de Mostardas³⁰⁶. A posição, no meio do caminho até a capital oriental, permitia comprar diferentes produtos vindos da Europa no porto de Montevideu usufruindo de taxas menores que as praticadas no Império e revende-los.

Naqueles anos em que a província se encontrava em guerra civil, assim como nos que o Estado Oriental teve seu próprio conflito, os irmãos parecem ter prosperado apesar das adversidades. Antônio de Souza Machado conseguiu manter sua estancia sob seu poder mesmo quando muitos de seus parentes e vizinhos abandonaram as propriedades fugindo da tomada de Paysandú pelos *blancos* em 1843. De fato, naquele mesmo ano, Sarandí e toda a região no entorno do rio Yí sofriam com as levas de recrutamentos de negros praticadas pelos *colorados*. Diversos proprietários simplesmente abandonaram seus estabelecimentos para evitar maiores prejuízos numa guerra em que a princípio, os dois lados os prejudicavam³⁰⁷. Em ambas as situações, contudo, as propriedades dos irmãos Souza eram indicadas na RRNE como em posse dos proprietários. Possivelmente, as propriedades dos irmãos tivessem melhores condições de enfrentar condições desfavoráveis.

O verão de 1842-1843 foi marcado por uma grande seca na campanha oriental, que praticamente dizimou os rebanhos em grandes áreas da campanha. A reação do *Gobierno del Cerrito* foi proibir as *faenas*, ou seja, a marcação, venda e abate de gado em todo o território controlado pelo seu exército. Ainda, na província do Rio Grande do Sul, no ano anterior, uma grande peste tinha dizimado parte importante da produção bovina.

³⁰⁶ COLARES NETO, Jayme. *Os Collares de Bagé*. Livro digital disponível em: <www.familiacollares.com>. Acesso em 20/06/2015.

³⁰⁷ Nota do Encarregado de Negócios Brasileiros de dez 1843. Códice 304/9/3. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro.

Nos arredores de Montevidéu e em San José, os charqueadores rio-grandenses que tinham migrado seus negócios para o país vizinho, em busca de condições mais vantajosas fecharam seus estabelecimentos por conta da abolição da escravidão, que lhes retirou a mão-de-obra e parte do patrimônio, além da escassez de matéria prima³⁰⁸.

Esse foi o caso de João Guerino Vinhas, que teve seu inventário aberto pela esposa em 1854. Naquele momento o inventariado possuía o estabelecimento de duas charqueadas, uma em Pelotas, outra em Montevidéu. A primeira em pleno funcionamento, a segunda, “em estado ruinoso³⁰⁹”. Provavelmente a charqueada do Cerro de Montevidéu estivesse abandonada desde que Vinhas e seu genro e administrador da propriedade José Joaquim Duarte da Silva embarcaram seus escravos em 1842, às vésperas da lei de abolição ser aplicada, fato que foi amplamente denunciado pela imprensa da capital oriental³¹⁰. A propriedade oriental de Vinhas foi partilhada no Brasil, mas seguindo a lei do país onde se localizava: todos os herdeiros, incluída a viúva, receberam parcelas de mesmo tamanho da propriedade. Por fim, os herdeiros formaram uma sociedade, para seguir administrando o patrimônio conjuntamente, mas mantiveram ativa apenas a charqueada de Pelotas, não retomando seus negócios no Estado Oriental.³¹¹

O mesmo se passou com os herdeiros de Serafim Pereira da Silva que, antes mesmo de finalizar o inventário em 1855 negociaram a venda da charqueada que o pai tinha em Toledo, no departamento de San José, muito próximo de Montevidéu³¹². Pereira da Silva fora um dos brasileiros que reivindicara nos anos seguintes à pacificação uruguaia o reembolso dos escravos recrutados³¹³. Alguns empreendimentos não conseguiriam se sustentar, especialmente aqueles que eram dependentes dos modelos e das redes de negócios que foram diretamente afetadas pelas transformações dos anos da Guerra Grande.

Os vizinhos de Antônio de Souza Machado que abandonaram suas propriedades tinham porções de campo muito menores que as dele: enquanto o primeiro tinha as

³⁰⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblio, 1985. p. 74-75.

³⁰⁹ Inventário João Guerino Vinhas (1854). Comarca de Rio Grande (Pelotas). Caixa 006.403 – APERS.

³¹⁰ MONQUELAT, A. F. *Senhores da carne: charqueadores, saladeristas y esclavistas*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2010, p. 119-123.

³¹¹ VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. p.411.

³¹² Inventário Serafim Pereira da Silva (1855). Comarca de Piratini (Jaguarão). Caixa 008.043 – APERS.

³¹³ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855*. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004. p. 114-120.

mencionadas 28 léguas em Durazno, e 20 léguas em Paysandú, a maioria de seus vizinhos havia abandonado propriedades de até 5 léguas³¹⁴. Ainda, a maioria dos listados como vizinhos de Souza tinham propriedades no Brasil, ao contrário dos irmãos Souza, que tinham migrado definitivamente para o Estado Oriental, muito embora mantendo relações fortes dentro do Império. Manter-se com uma pequena propriedade tão longe da fronteira e tendo outras propriedades para administrar talvez fosse um esforço muito grande frente a um retorno incerto e talvez, pequeno naquele contexto, enquanto para grandes proprietários os recursos poderiam ser melhores, incluindo a possibilidade de manter homens para realizar o trabalho.

O que parece ter feito a diferença no caso dos Souza foi uma diversificação dos recursos dentro da rede familiar, confirmando a afirmação de Stephen Bell, de que os mais bem sucedidos estancieiros da campanha eram aquele que não se restringiam a criação de gado³¹⁵. Logo depois da crise de 1843 na produção pecuária o Major José Antônio de Souza casou com Antônia Gomes de Mello, retornando para a província do Rio Grande do Sul e se estabelecendo como comerciante. Antônia era neta do tenente Bento Correa de Mello, um dos militares paulistas que participara das campanhas portuguesas nas primeiras décadas do século XIX e tinha sido agraciado com uma sesmaria de terras na região do Quaraí, formando a estância conhecida como Itaquiatiá próxima do Cerro de mesmo nome, não muito distante da Villa de Santana do Livramento.

Bento Correa de Mello morreu em 1848 e seu inventário foi aberto no mesmo ano. Além de Itaquiatiá, Mello possuía meia sesmaria de campos nas costas do Arroio Cuñapirú, do outro lado da fronteira. Essas terras eram contíguas as de Itaquiatiá³¹⁶ e muito embora sejam tratadas nos inventários em separado, essa contiguidade numa fronteira seca explicaria porque essa propriedade não pode ser localizada no RRNE. Possivelmente, as terras do finado tenente fossem consideradas uma única propriedade pelas autoridades da fronteira, vendo-as todas no território brasileiro. Esses campos também eram contíguas as terras do sogro de José Antônio de Souza, Bento Correa de Mello Filho.

³¹⁴ A exceção era a propriedade da viúva Maria Amara da Silveira, de 30 léguas e que se encontrava em dificuldades depois da morte do marido.

³¹⁵ BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system (1850-1920)*. Standford: Standford University Press, 1998, p. 59.

³¹⁶ Inventário de Bento Correa de Mello. (1848) Comarca de Santana do Livramento. Caixa 071.165 – APERS.

Bento Correa de Mello Filho e sua esposa Elisea Mendes de Arruda foram cruelmente assassinados em sua propriedade em 1845 e desde então, José Antonio de Souza era tutor e administrador dos bens dos irmãos menores de sua esposa. O inventário de Bento, o filho, foi aberto em 1849 e nos revela um momento dos negócios dessa rede familiar³¹⁷. No processo se esclarece que Bento filho administrava a estancia Itaquiatiá, de seu pai há alguns anos. Nesses anos, o principal comerciante que lhe abastecia e que cuidava de vender suas tropas de gado era nada menos que o Major Souza. Com a morte de Bento Filho, o major assume praticamente todas as negociações externas da propriedade. O registro minucioso de diferentes contas correntes de Itaquiatiá permite entender a proporção dos negócios de Souza.

A primeira conta corrente se refere ao abastecimento corrente da estancia e nela se encontram todas as transações comerciais possíveis e típicas do cotidiano administrativo da propriedade: compra de chita para vestir a escravaria, a compra de terras para ampliar a propriedade, o aluguel de escravos especializados e de prestadores de serviços. Todas as negociações a cargo de José Antônio de Souza. Outras quatro contas correntes se referem a suprimentos comprados para seus tutelados: roupas, sapatos, adereços e alguns móveis, todos cuidadosamente comprados em Montevidéu. Por fim, temos a conta de todos os bens do espólio vendidos e do dinheiro recebido por Souza, que se refere majoritariamente a gado e cavalos. O interessante nesse caso reside no fato de que todas as contas eram contas da estancia de Itaquiatiá – que pertencia não a seu sogro, mas ao pai dele. Com a morte do Tenente Bento Correa de Mello, Souza e seus tutelados tiveram de acertar contas com os demais herdeiros.

Muito embora seja difícil afirmar qual fosse a fortuna do sogro de Souza sem contar com o espólio de seu pai, outro inventário nos permite vislumbrar seu montante. No mesmo ano de 1849, Gabriel Antônio Rolim era inventariado por sua esposa Maria Antônia de Mello, a filha mais velha do Tenente Bento Correa de Mello e sogra do futuro Barão de Itaquiatiá³¹⁸. No inventário do marido, Maria Antônia declarava possuir o casal uma quantidade muito menor de gado que os herdeiros de seu irmão: 50 reses de criar e 300 novilhos, enquanto José Antônio de Souza declarava no espólio de seu sogro 4000 reses, os números de escravos, cavalos e éguas se equivalendo. Possivelmente o papel de

³¹⁷ Inventário de Bento Correa de Mello Filho. (1849) Comarca de Santana do Livramento. Caixa 071.165 – APERS.

³¹⁸ Inventário de Gabriel Antonio Rolim. (1849) Comarca de Santana do Livramento. Caixa 166.142D – APERS.

Bento Filho e depois de Souza na administração de Itaquiatiá tivesse multiplicado os bens do espólio.

Quando o patrimônio de José Antônio de Souza foi inventariado, quase uma década depois, encontramos Francisco Flores de Oliveira administrando sua casa de comércio³¹⁹. Casado com Anacleta, a única irmã de Antônio que não precisou ser tutelada por Souza, Oliveira assumiu os negócios e o trânsito no Estado Oriental enquanto Souza administrava Itaquiatiá, o que indica que o cuidado da propriedade não permitia ausências constantes, especialmente num negócio que envolvia tantos herdeiros. Mais uma vez, as minuciosas contas correntes e relatórios de vendas permitem ver como José Antônio de Souza encaminhava os negócios. Entre 1850 e 1851 pediu autorização para o Juiz de Órfãos em Santana do Livramento para vender reses de seus tutelados que se encontravam no campo de Cuñaperú, alegando que “sofreu muita perda no costeio e na destruição geral que sofreram os gados no dito Estado [Oriental], estando todo o gado alçado e chucro”. Recebeu autorização para proceder como melhor lhe parecesse e realizou a venda de nada menos que 1800 reses, usando o dinheiro para repor as “não pequenas quantias” que anteriormente havia desembolsado para manter a estância.

Na preparação da campanha de 1851 muitos foram os proprietários que lucraram com o abastecimento das tropas, sendo José Antônio Souza um deles. O gado que negociou foi pago com ordens assinadas pelo General David Canabarro, um dos comandantes das forças que se reuniram para adentrar o Estado Oriental³²⁰. Ainda, cavalhadas de Itaquiatiá forneceram montarias para o exército imperial. O que poderia ter se tornado numa situação ruínosa para alguns, foi uma oportunidade de negócio para o major Souza, negociando as propriedades de sua mulher e irmãos, logo do outro lado da fronteira seca. Tanto José Antônio de Souza, quanto seu irmão, apontam para a conclusão de que foi mais fácil para os grandes proprietários sobreviver aos anos de conflito e manter seus negócios no Estado Oriental, especialmente no caso de Antônio de Souza Machado, que tinha propriedades afastadas da fronteira. Quanto mais se adentrava o território do país vizinho maior a necessidade de aumentar o investimento para que ele se mantivesse.

Se confrontarmos os dados de Tacuarembó e Durazno relativos à concentração de grandes propriedades, com a lista da região com maior número de propriedades e com

³¹⁹ Inventário de José Antonio de Souza. (1858) Comarca de Piratini (Jaguarão). Caixa 008.040 – APERS.

³²⁰ Ofício Gabinete do Ministro – Série Guerra. IG¹ 183. ANRJ.

presença mais antiga, Cerro Largo – muito embora essa lista se refira a uma parte do que então era aquele departamento, a porção mais próxima da Lagoa Mirim – veremos que não consta nenhuma propriedade com mais de 20 léguas³²¹. Em comparação, quando analisadas as duas faixas menores de extensão das propriedades, a de até cinco léguas e a de seis a nove léguas, de encontra-se um número considerável, 249 propriedades deste porte que se localizam nessa zona bem próxima a fronteira e à bacia da Lagoa Mirim. Esse dado indica a possibilidade de que a proximidade com o território do Império permitiria que proprietários com condições de investimento menores adquirissem e/ou mantivessem terras no Estado Oriental, especialmente aqueles que não residiam nelas em tempo integral.

Os inventários apontam que, quanto menor a propriedade do inventariado no Estado Oriental, maior a probabilidade de que este residisse em algumas das cidades na linha da fronteira. Muito embora essa afirmação seja verdadeira apenas para os proprietários com campos nos dois países, ela aponta para uma dependência dessas pequenas propriedades do mercado de gado orientado para o Rio Grande do Sul. De toda forma, essas pequenas propriedades – mais uma vez, lembrando que a maioria das propriedades aqui referidas como pequenas o são em relação às dimensões das demais referidas na RRNE – parecem compor um quadro em que, os campos no Estado Oriental participavam de um conjunto mais diversificado de negócios, muitas vezes administrados em família, especialmente quando as propriedades eram concomitantes. Da mesma forma que os proprietários de grandes extensões, os das menores buscavam na família o suporte para a manutenção do estabelecimento.

O caso da família Porciúncula, permite observar claramente esse tipo de partição de patrimônio em que a propriedade segue sendo administrada em conjunto. Em 1836 o casal Joaquim Manoel da Porciúncula e Perpétua Felícia Gomes teve seu inventário aberto no 2º Distrito de Jaguarão, comarca de Piratini sendo concluído apenas em 1853³²². Entre tantos motivos de atraso, a concomitância de parte do período com a Revolução Farroupilha – esse ramo da família Porciúncula tinha laços de parentesco com Bento Gonçalves, o que pode ter significado tanto adesão à causa rebelde quanto isolamento

³²¹ Todas as grandes propriedades – acima de 20 léguas – que se localizavam no território do então departamento de Cerro Largo constam da lista da Fronteira do Jaguarão, que conta com parte dos atuais departamentos de Rivera e Treinta y Três.

³²² Inventário de Joaquim Manoel da Porciúncula (1836). Comarca de Piratini (Jaguarão). Caixa 008.001 – APERS.

para evitar que fossem confundidos com os farroupilhas – como na conveniência de manter os bens reunidos. Especialmente se considerarmos a ausência de herdeiros menores. Os registros mostram que durante a década e meia que se seguiu, sete herdeiros do casal³²³ deixariam em seus inventários partes da meia sesmaria que o casal possuiu no Estado Oriental.

As propriedades dos Porciúnculas estavam nas margens do Rio Jaguarão, dos dois lados, portanto, cobrindo a fronteira. Os herdeiros declaram no inventário estarem em posse das terras e vivendo nelas, tendo todos eles contas a acertar com o espólio, especialmente no que toca a retiradas de gado. Curiosamente na lista de 1850, apenas dois deles aparecem como proprietários: Floriano e Feliciano são declarados como donos das terras que dividem com os irmãos e das quais cada um possui uma pequena parcela, já que as propriedades têm dimensões diminutas: 3, 2 e 1 légua e meia.

Floriano e Feliciano eram os administradores da propriedade, o que possivelmente explica porque, a exemplo de outros casos, tenham sido listados como proprietários. O primeiro, passou a administração da propriedade ao irmão provavelmente no fim dos anos 1840, quando aparece o último recibo de venda em seu nome. Esse recibo, assim como outros quatro passados entre 1845 e 1847, eram por Dionísio Coronel, o comandante *blanco* de Cerro Largo³²⁴. Ao longo de quatro anos Floriano negociou 600 reses de seu irmão Claudiano para abastecimento das tropas estacionadas em San Servando e Cañada. Além disso, Floriano tinha dívidas a cobrar do espólio, indicando que correspondiam aos investimentos realizados nos anos em que administrara a propriedade.

Esse arranjo parece ter se revelado uma estratégia satisfatória para a manutenção do estabelecimento. As terras tinham um uso comum para criação de gado, conforme se pode inferir do depoimento de Floriano, que diz que em seu campo pastavam o gado de Claudiano, assim como o de outros irmãos, sendo a divisão executada nos rebanhos, cada um marcado segundo o dono.³²⁵ O arranjo familiar incluía os maridos das herdeiras e os genros dos herdeiros e perdurou pelo menos até meados da década de 1860, quando é possível ver sua reprodução com a geração seguinte, no inventário de Fermiano Gomes

³²³ Inventários de Marcelino Gomes da Porciúncula, Feliciano Gomes da Porciúncula. Comarca de Piratini (Jaguarão). Caixa 008.045; Claudiano Gomes da Porciúncula. Comarca de Piratini. Caixa 008.001; Fermiano Gomes da Porciúncula. Comarca de Piratini. Caixa 008.002; José Ramos de Carvalho. Comarca de Piratini. Caixa 008.038; José Joaquim Gomes da Porciúncula. Comarca de Piratini (Jaguarão). Caixa 008.040 – APERS.

³²⁴ Inventário de Claudiano Gomes da Porciúncula (1857). Comarca de Piratini. Caixa 008.001 – APERS.

³²⁵ *Idem*.

da Porciúncula³²⁶. Nesse processo, todos os genros declaravam ter bens em seu poder, além de gado no campo da família.

Esse arranjo familiar incluía uma certa diversificação dos papéis. Uma das irmãs de Fermiano, Merciana, assumira a casa comercial do marido José Dutra da Silveira depois de sua morte em 1848 e devia ao espólio do irmão por gado que vendeu. Ao que parece, depois da mudança de Floriano para Artigas, o casal assumira a negociação do gado da propriedade. O irmão de Fermiano, José Joaquim, investia na criação de cavalos, possuindo um número diminuto de reses³²⁷. No fim dos anos 1840, os Porciúncula chegaram a instalar uma charqueada em sua propriedade, fechando-a depois de 1851.

Além disso, outra estratégia que parece ter sido frutífera foi a do casamento entre membros da terceira geração. O genro e sobrinho de Fermiano, Melcíades Ramos de Carvalho, também mantinha uma conta corrente com o espólio, indicando seu papel de administrador naqueles anos. Melcíades era filho de Luciana que, segundo o inventário de seu marido também vivia na propriedade em 1851³²⁸. Mais uma vez, um membro da família administrava os bens de vários, dado que Melcíades também administrava os bens de alguns de seus irmãos. Outros primos de Melcíades haviam casado entre si, outros preferiram simplesmente entregar sua parte da propriedade, em troca de um pagamento a longo prazo. O importante é perceber que a divisão da propriedade não se deu na prática, permitindo um melhor aproveitamento dos campos e das condições de comércio dos rebanhos.

Os casos dos Porciúncula e dos Correa Mello indicam que a estratégia de deixar a propriedade nas mãos de um membro da família, aquilo que Dora Costa denominou como o “irmão-concentrador”³²⁹, poderia se mostrar bastante frutífera na manutenção do estabelecimento pecuário mesmo com a partilha igualitária. Essa estratégia permitia que o núcleo familiar usufruísse dos lucros da propriedade e inclusive multiplicasse o patrimônio, como no caso de José Antônio de Souza e seus cunhados. Permitia ainda, que dentro da rede familiar houvessem indivíduos que estavam liberados para realizar outras atividades, importantes também para a sobrevivência dos negócios conjuntos. Essa

³²⁶ Inventário de Fermiano Gomes da Porciúncula. Comarca de Piratini. Caixa 008.002 – APERS.

³²⁷ Inventário de José Joaquim Gomes da Porciúncula (1852) Comarca de Piratini (Jaguarão). Caixa 008.040 – APERS.

³²⁸ Inventário de José Ramos de Carvalho (1851). Comarca de Piratini. Caixa 008.038 – APERS.

³²⁹ COSTA, Dora Isabel Paiva da. “Formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em áreas de fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850”. In: *História Econômica & História de Empresas*. Vol. VII, n. 2, jul-dez, 2004, p. 7-35.

diversificação garantia que a rede de solidariedade formada por aqueles indivíduos e baseada em laços familiares e na herança comum, se mostrasse longeva.

Confrontar os dados dentro da própria lista oferece alguns indícios interessantes. O primeiro deles, a repetição dos nomes de alguns proprietários, demonstrando que possuíam mais de uma estância, numa provável estratégia para melhorar as condições de trânsito de gado. Dos 1198 nomes listados, 103 se repetem pelo menos uma vez. A possibilidade de que um número significativo desses nomes, que não encontramos em outras fontes para confronto, sejam de homônimos é grande, além de eventuais equívocos no momento de produção das listas, ainda assim, considero seguro trabalhar com um percentual de que 09% dos proprietários possuíam mais de uma propriedade no Estado Oriental.

O maior de todos os proprietários brasileiros com propriedades no Uruguai listados, o Comendador Domingos Faustino Correa possuía três propriedades: duas delas na fronteira do Chuí, uma com 30 léguas e outra com 20 léguas e a terceira em Paysandú, com 20 léguas. A localização das propriedades de Correa segue o movimento de ocupação da campanha uruguaia, com uma ocupação mais antiga e consolidada das áreas mais próximas do litoral, tanto marítimo quanto fluvial, e um posterior direcionamento para as áreas mais a oeste e afastadas dos antigos portos de comércio. Esses dois momentos de ocupação não se restringem às estâncias de brasileiros, mas sua contribuição nesse movimento, especialmente ao norte do Rio Negro é bastante importante.

O Comendador Domingos Faustino Correa recebeu as terras que ficavam na fronteira do Chuí durante a ocupação luso-brasileira do Uruguai, no período da província Cisplatina, numa expansão da propriedade que herdara na Sesmaria do Taim, imensa área no que hoje é a fronteira mais ao sul do Brasil e que havia sido concedida ao pai do Comendador. Foi também nesse período, mais precisamente em 1827 quando o Império do Brasil lutava para manter aquele território, que o Comendador recebeu sua comenda da Ordem de Cristo, pelos serviços que prestava na corrente guerra. Essa trajetória é um bom exemplo de que a relação entre posse de terra, guerra e expansão territorial para a maioria dos proprietários listados era direta e clara, significando um ciclo virtuoso onde eles garantiam ao mesmo tempo prestígio, fortuna e contatos próximos com a estrutura do Estado.

A ocupação das terras ao sul do Chuí, no que se tornou o departamento de Maldonado iniciou ainda no período da ocupação dos campos neutrais pelos portugueses, nos anos do último quarto do século XVIII. Segundo Saint-Hilaire

os campos neutrais foram originalmente, povoados por portugueses, que por força do tratado [de Santo Ildefonso] se viram obrigados a abandonar suas possessões. Homens pobres, vendo uma grande área de terras sem proprietário, sonharam aí se estabelecer, solicitando, para isso, a posse dela ao comandante português da fronteira. Esses, para não se comprometerem, recusaram-lhes autorização direta, mas se prontificaram a fechar aos olhos a essa violação do tratado, e recomendaram aos agricultores procurarem entendimento com os comandantes espanhóis que por dinheiro, consentiam tudo. Assim, os campos neutrais foram povoados pela segunda vez pelos portugueses.³³⁰

Com a concessão de vastas sesmarias no atual município de Santa Vitória do Palmar e depois, ao sul, por Dom Diogo de Souza a partir do Tratado de Badajós em 1801, a expansão se consolidaria³³¹, oficializando a propriedade sobre muitos campos já ocupados, ao mesmo tempo que favorecia os objetivos militares de proteção daquele território, fornecendo maiores garantias de posse portuguesa. Foi deste ponto que os luso-brasileiros avançaram, primeiro para o litoral atlântico da Banda Oriental e depois para a região de Cerro Largo, área de grande arriadas de gado.

O pai do Comendador, um dos açorianos que chegara ao Rio Grande em meados do século XVIII, foi um dos tantos súditos de Rio Grande que se beneficiaram desta expansão, conformando o início de uma rede familiar que se estenderia pelo litoral ao sul. Parte importante da rede de apoio do Comendador Correa pode ser visualizada nas listas de 1850, contando com cerca de 25 familiares, nos levando a pensar na própria reprodução desse modelo. Sua abrangência no território uruguaio também era grande: muito embora quase metade das propriedades se concentrasse na fronteira do Chuí, os familiares do Comendador Correa possuíam propriedades também em outras seis regiões do Estado Oriental: Fronteira com o Jaguarão, Taquarembó, Cerro Largo (interior), Maldonado, Colônia e Salto.

³³⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002, p.102.

³³¹ AITA, Edsiana Belgrado. *"Entre a lagoa e o mar": propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. p. 13

Esse grupo foi amplamente estudado por Edsiana Aita, em sua dissertação de mestrado sobre propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar. Segundo a autora, a elite econômica dessa localidade no último quartel do século XIX se confundia com a elite econômica de Rocha – então a porção norte de Maldonado – e Minas, dado que a análise dos negócios envolvendo grandes propriedades de terra que realizou era “basicamente a análise das transações feitas por um grupo, cujos laços de parentesco os aproximavam intimamente”³³². Esse grupo era encabeçado por Serafim Faustino Correa, sobrinho do Comendador, que teve a segunda maior fortuna inventariada das que Aita analisou.

O pai de Serafim, Juan ou João Faustino Correa era um dos mais ricos estancieiros do Estado Oriental e do Rio Grande do Sul³³³. Segundo Borucki, Chagas e Stalla, este grupo familiar controlava 12% do rebanho de Rocha e 54% do rebanho de Castillos, e era proprietário de 28 sortes de estância em 1854³³⁴,

el mayor propietario territorial de Castillos, así como de Rocha. Los campos de Correa situaban entre las lagunas Negras y Merín, cerca de la frontera. El terreno era próximo a las fortificaciones de San Miguel y Santa Teresa. Sólo a través de los campos de Correa era posible atravesar esa franja fronteriza, si se quería evitar el control de ambas fortalezas.³³⁵

Os autores, que analisaram o período compreendido entre 1835 e 1855 apontam que a primeira geração, a dos pais do Comendador, se estabeleceu através dos matrimônios consanguíneos de seus filhos com membros de outras famílias açorianas como os Dias de Oliveira, os Terra e os Correa Mirapalheta. Essa estratégia se repetiu na geração seguinte, quando os sobrinhos do Comendador casaram-se com um reduzido grupo de famílias: os Oliveira, Cardozo Brum, Pereira D’Ávila, Porciúncula e Correa

³³² AITA, Edsiana Belgrado. *"Entre a lagoa e o mar": propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. p.125

³³³ Juan Faustino Correa, ou João Faustino Correia, era casado com Agueda Dias de Oliveira, e além dos campos no Uruguai, o casal possuía duas sesmarias nos Rio Grande do Sul, uma no Chuí e outra localizada na freguesia de Rio Grande, no “fundo do Rio São Gonçalo”. AITA, Edsiana. *Op.cit.* p. 126.

³³⁴ Uma sorte de estância equivale a uma porção de uma légua e meia de frente e duas de fundo, ou trinta quadras uruguaias. REGUERA, Andrea. *Estancias pampeanas del siglo XIX. Estrategia empresarial para su funcionamiento: chacras agrícolas y puestos ganaderos*. Quinto Sol, n.3, 1999, p.53-82. Em hectares, uma sorte de estância equivale a 1.992,2787, portanto Juan Faustino Correa teria no Uruguai 55.783 hectares de terra.

³³⁵ BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla, STALLA, Natalia. *Op. Cit.* p.176

Mirapalheta³³⁶. Esses mesmo oito grupos familiares foram caracterizados por Aita como o “núcleo duro dos patrimônios analisados em Santa Vitória do Palmar”³³⁷, no período de 1858 a 1888. Na minha amostra de inventários, que foi de 1830 a 1865, encontrei os Correa casando com os Correa Mirapalheta, os Porciúncula, os Pereira D’Ávila e os Cardozo Brum, de forma que, algumas das constatações se repetem em relação a esses outros dois trabalhos, com eventuais diferenças que parecem se justificar pelos recortes temporais distintos.

Essa rede familiar compõe praticamente toda a primeira lista do RRNE, aquela enviada pelo Brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira desde Rio Grande. O Brigadeiro era ele próprio próximo dessa rede, sendo amigo pessoal do Comendador Domingos Faustino Correa. Dos 36 estabelecimentos listados, 34 estavam embargados pelas tropas de Oribe, o que em parte explica a rápida mobilização que levou essa a ser a primeira lista enviada, além do fato de que 16 dessas propriedades tivessem mais de 10 léguas de dimensão. Para entender o impacto que as intervenções dos *blancos* tinham naquela rede familiar, das 16 propriedades, nove pertenciam a irmãos, cunhadas ou sobrinhos do Comendador, que somados tinham 232 léguas, ou 1.010.592 hectares.

Desse grupo de propriedades, algumas claramente indicavam ser fruto da divisão de herança, pela sua contiguidade e pelos tamanhos exatamente iguais, como as dos filhos do citado João Faustino Correa, Serafim, José e Francisco, que receberam propriedades de idênticas 18 léguas. Essa prática, como tratado anteriormente, foi amplamente difundida na transmissão dos legados, fazendo com que cada herdeiro tivesse acesso a um quinhão de todas as propriedades dos inventariados, fossem elas localizadas no Brasil ou no Uruguai.

Não foi o caso dos filhos de João Faustino Correa, mas essa prática gerava um número considerável de propriedades reduzidas que parece se confirmar com a avaliação de alguns grupos familiares nas listagens de 1850. Os dados de alguns inventários apontam que essa estratégia de divisão das propriedades poderia ser uma tentativa de manter a unidade de um sistema produtivo. As propriedades espalhadas pelos territórios brasileiro e uruguaio tinham características distintas que, combinadas, permitiam que um ciclo produtivo se completasse de tal forma, que o conjunto da herança de cada herdeiro permitia certo nível de autossuficiência, com áreas de aguadas ou lenha para todos por

³³⁶ Idem, p. 183

³³⁷ AITA, Edsiana. *Op. Cit.* P. 126.

exemplo. A divisão de recursos produtivos era igualitária, garantindo que nenhum dos herdeiros seria prejudicado recebendo bem de menor valor.

Uma estratégia para barrar as dificuldades causadas pela repartição das propriedades era não realizar uma separação imediata dos negócios nela realizados, como no caso dos Porciúncula. Outro exemplo pode ser visto no inventário de outro irmão do Comendador Domingos Faustino Correa, o Padre Bernardo Faustino Correa que permite observar que a permanência das transações conjuntas nessas propriedades poderia persistir por décadas. Ao declarar seus bens, o padre expõe uma extensa rede de negócios, em que o irmão Comendador tem centralidade. Diferentes valores referentes a vendas de gado conjuntas e heranças estão em poder de Domingos Faustino Correa. Da mesma forma, o padre tinha um escravo que era de propriedade de seu irmão.

Contudo, o mais impressionante neste documento são as contas de “deve e haver” que o padre tem com mais de uma pessoa, indicando seu papel de prestamista regular. Diferentes indivíduos devem ao padre através de letras de crédito, a maioria deles facilmente identificável entre aquelas famílias que Edsiana Aita indicou como o núcleo duro de proprietários de Santa Vitória do Palmar. Stephen Bell, apontou o uso do mecanismo de crédito para financiar a produção de grandes estancieiros como uma forma eficiente de captar as tropas de gado destes para as charqueadas do litoral³³⁸. Mais uma vez percebe-se a distribuição de diferentes papéis entre os indivíduos de uma rede familiar, de forma associada, permitia o aumento dos ganhos.

A observação dessa rede familiar ainda permitiu observar alguns padrões, que são comuns a outros pontos do norte uruguaio ocupado pelos brasileiros. O primeiro, se refere ao fato de que as propriedades no lado oriental, na maioria dos casos, são maiores que as propriedades no Rio Grande do Sul. O custo mais baixo da terra no Estado Oriental nos anos de 1830, 1840 e 1850 permitiu que muitos proprietários ampliassem a dimensão de suas propriedades investindo no país vizinho. Edsiana Aita também verificou essa situação ao analisar os inventários de Santa Vitória do Palmar, assim como Jonas Vargas, ao estudar os charqueadores de Pelotas. Essa situação se repete nos inventários de Bagé que analisei. A exceção, parece ter se configurado a oeste, dado que as propriedades de

³³⁸ BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system (1850-1920)*. Standford: Standford University Press, 1998, p. 58.

estancieiros no Alegrete e em Santana do Livramento tinham dimensões bastante semelhantes dos dois lados da fronteira.

Se considerarmos a repetição de sobrenome nas listagens de 1850 e sua presença sequencial como indício da concomitância das propriedades, podemos avaliar que a estratégia dos Souza, dos Porciúncula e dos familiares do Comendador Domingos Faustino Correa foi bastante comum e como os exemplos mostram, não estava condicionada a uma determinada camada dos proprietários. Sobre a concomitância temos que acrescentar que as listagens correspondentes às regiões da Fronteira do Chuí, da Fronteira do Jaguarão e de Taquarembó, que trazem os dados de localização das propriedades e de suas divisas confirmam tal possibilidade, ao mostrarem propriedades lindeiras de parentes próximos e mesmo propriedades divididas por viúvas e herdeiros. Se considerarmos a repetição de sobrenomes entre os muitos indivíduos que não conseguimos identificar por outros documentos como indício da participação numa mesma família, temos o reforço dessa percepção. Estabelecer negócios ou migrar para o país vizinho exigia uma rede de suporte que poderia ser identificada em grande medida nas relações familiares.

Por fim, creio ser necessário recolher algumas considerações sobre a finalidade do RRNE e sua produção. Uma das regiões que mais registrou propriedades embargadas foi Tacuarembó, que apresentava a maior concentração de propriedades listadas com dimensões acima de 20 léguas. Da mesma forma, a região que margeava a norte e a sul o rio Arapehy teve listas cuidadosamente construídas. Ambas as regiões não apenas concentravam grandes propriedades, mas se constituíam em alvos de disputa de soberania. Foi nestas regiões que aconteceram as “*califórnia*”, as expedições de apresamento de gado lideradas pelo Barão do Jacuí, que buscavam reaver o que um grupo significativo de estancieiros considerava ser seu por direito.

O fato de que essas duas regiões concentravam os embargos indica que a preocupação dos *blancos* com os brasileiros era bastante localizada na campanha norte e se preocupava com as regiões onde a presença dos súditos do Império era prevalente. Interessante comparação pode-se estabelecer com a ausência de propriedades declaradas como atingidas pelos *colorados* de Rivera. O caso daqueles que ocupavam terras públicas se faz extremamente interessante para o confronto dos dados. Pelo menos sete indivíduos atribuíram a concessão das terras públicas que ocupavam ao próprio General Rivera. Por

outro lado, as propriedades abandonadas nas levas de recrutamento de negros feitas pelo *Gobierno de la Defensa* em 1842 e 1843, não tem nenhuma indicação sobre o fato.

Ao mesmo tempo que essas listas foram produzidas como prova das violências sofridas pelos brasileiros no Estado Oriental, elas foram pensadas como parte da argumentação que levaria a um desfecho desejado por parte desses proprietários e por outros entes políticos: a campanha militar que derrubaria Oribe e depois, Rosas. Entender as implicações que diferentes elementos tinham sobre a articulação das reivindicações desse grupo e sua relação com o poder central passa pelas considerações aqui realizadas sobre a natureza das propriedades desses estancieros, para nos próximos capítulos discutir como suas reclamações se articulavam politicamente.

Segunda Parte

As reivindicações dos brasileiros com propriedades no Estado Oriental: as reclamações, os indivíduos e as soberanias das nações.

Em meados do século XIX o Estado Oriental do Uruguai era uma nação em disputa. Diferentes forças, internas e externas disputavam diferentes modelos de nacionalidade para o país. As reclamações dos proprietários brasileiros de terra eram parte de um modelo de nação em disputa³³⁹. Esse modelo estava articulado também a uma forma de conceber a nação no próprio Brasil e, portanto, exigia a articulação de suas batalhas em ambos os países. Esse conjunto de reclamações também revela uma heterogeneidade, permitindo entrever que mesmo entre os brasileiros que tinham propriedades no Uruguai existiram diferentes propostas. Outras ainda podem ser vistas quando analisadas as atas do Conselho de Estado do Império.

Essa diversidade de propostas era acompanhada pelos diferentes planos dos governantes das províncias argentinas *litoraleñas*³⁴⁰ e claro, pelos planos vindos desde Buenos Aires, que englobavam tanto a Confederação Argentina quanto o Estado Oriental e, não podemos deixar de ressaltar os diferentes projetos que os próprios orientais tinham para seu país e que apresentamos no primeiro capítulo. Tendo essa complexa rede em que diferentes propostas de nação estavam interligadas ou contrapostas de forma circunstancial pretendo analisar o teor das reclamações realizadas pelos brasileiros em relação às autoridades orientais.

O conjunto de reclamações que foram pesquisadas está compreendido entre os anos de 1845 a 1865 e se encontram no Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul em Porto Alegre e no Archivo General de La

³³⁹ BENTON, Lauren. “The Laws of This Country”: Foreigners and the Legal Construction of Sovereignty in Uruguay, 1830-1875. In: *Law and History Review*, vol19, n.3, p.479-511, 2001.

³⁴⁰ Aqui me refiro a expressão usada pelos contemporâneos e que persistiu até nossos dias para designar as províncias que ficavam às margens do Rio Uruguai e Paraná: Entre Ríos, Corrientes e Misiones, que fazem divisa com o Brasil.

Nación em Montevideú. Esse período foi recortado baseado em três conflitos armados envolvendo o Império e as nações platinas: a Guerras dos Farrapos (1835-1845), a Campanha contra Oribe e Rosas (1851-1852) e a Guerra do Paraguai (1864-1870); todos esses conflitos envolveram e mobilizaram amplamente os proprietários brasileiros estabelecidos no Estado Oriental. De fato, nas três ocasiões os interesses desses proprietários foram parte do estopim dos conflitos.

A Guerra dos Farrapos, o mais longo conflito civil dos que eclodiram durante o período regencial, tinha em sua raiz a derrota na Guerra da Cisplatina e a consequente perda do território que originou o Estado Oriental. Em realidade, mais precisamente a perda das pastagens da campanha norte. A impossibilidade do trânsito de gado livre de taxas era parte importante dos problemas que levavam àquilo que os farroupilhas consideravam o desprestígio da Corte sobre o produto local e conseqüentemente, sobre a elite que controlava sua produção. Outros fatores envolviam a derrota na Cisplatina: a falta de reconhecimento dos comandantes militares locais, que conheciam muito melhor o terreno e a forma de realizar a guerra naquelas paragens, mas que foram ignorados em benefício de comandantes enviados pela Corte; os termos do acordo mediado pela Inglaterra, que garantiu a independência oriental, mas também favoreceu o comércio com Montevideú em detrimento do comércio com a Província do Rio Grande do Sul; a perda dos investimentos que muitos próceres sul-rio-grandenses realizaram durante a Guerra da Cisplatina; e os altos impostos cobrados na Província depois do conflito para compensar as perdas³⁴¹, aquilo que Bento Gonçalves chamou de tratar o Rio Grande do Sul como a estalagem do Império³⁴². Mas certamente, a importância do trânsito de gado sem taxaço se faz perceber no longo prazo. Essa foi a reclamação mais forte e presente durante todo o período analisado.

O objeto aqui proposto não é analisar a presença brasileira no Estado Oriental durante a Guerra dos Farrapos³⁴³ – muito embora já tenhamos indicado no capítulo anterior que foi neste período que se intensificou a aquisição de terras por brasileiros ao norte do Rio Negro. O fim da revolta dos farroupilhas marca o início do que gradualmente se tornou, até o fim dos anos 1840, outra forma de se relacionar com o Estado Oriental e,

³⁴¹ LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; GUAZZELLI, Cesar A. B *Op. cit.*

³⁴² MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império. Crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Aderaldo e Rotschild, 2009.

³⁴³ Há imensa bibliografia sobre a Revolução Farroupilha e algumas obras dão conta da relação dos rebeldes com o Estado Oriental e suas facções políticas, como por exemplo: GUAZZELLI, Cesar A. B *Op. cit.*

especialmente, uma forma que envolvia um comportamento diferente dos brasileiros residentes naquele país.

As reclamações dos proprietários de terra brasileiros em relação às autoridades orientais surgem nesse período e se intensificam nos anos de 1847 e 1848, até o momento em que, 1850, alguns proprietários reagiram ao que consideravam uma violência das autoridades orientais – *blancas* – realizando as *califórnicas*. A documentação nesse momento vai se concentrar na compilação das reclamações existentes, num mapeamento da presença brasileira no Estado Oriental e na intensificação da cobrança sobre as autoridades *blancas* e *coloradas*. Nesse momento foi produzido o RRNE com suas listas de proprietários, analisadas no capítulo anterior.

O relatório, como indicado previamente, fez parte do contexto político que levou à Campanha contra Oribe e Rosas. Naquele momento, o Tratado Preliminar de Paz da Guerra Cisplatina, considerado anteriormente como uma afronta por muitos sul-riograndenses, foi usado para atender os interesses que esses tinham no Estado Oriental. A cláusula que colocava o Brasil em papel de zelar pela independência uruguaia foi usada como argumento para socorrer os *colorados*: a proteção que Rosas dava à Oribe foi declarada como rompimento dos termos do acordo. Muitos dos antigos revoltosos farroupilhas que tinham migrado para o Estado Oriental foram beneficiados pelo uso de um tratado que haviam considerado vergonhoso. Os farroupilhas haviam buscado alianças com *blancos*, *colorados* e com Rosas, anos antes. Muitas das alianças eram circunstanciais no contexto das disputas platinas, assim como o que antes acintoso passou a ser vantajoso.

Derrotados Oribe e Rosas o exército brasileiro permaneceu em território do Estado Oriental por mais três anos. Nesse período, o país passou a ser governado pelo *blanco* fusionista Juan Francisco Giró e as reclamações dos proprietários brasileiros reiniciaram. Basicamente as reclamações passaram a girar em torno do cumprimento dos tratados assinados com o Império, especialmente no que toca a suspensão da taxaço sobre o gado em pé. O contexto desse primeiro governo constitucional pós Guerra Grande foi bastante tumultuado e a contribuição dos brasileiros no aumento da tensão interna foi objeto de análise no quinto capítulo. Por hora, cabe dizer que apesar das tentativas de pacificação do país, Giró acabou deposto por um golpe militar capitaneado pelo *colorado* Melchor Pacheco y Obes e apoiado pelos credores do governo.

Durante o resto do período em que o exército brasileiro permaneceu no território oriental e os *colorados* governaram, as reclamações dos proprietários brasileiros

diminuem consideravelmente e seguirão assim ao longo do restante da década de 1850. No início da década de 1860 as reclamações recomeçam em torno de dois problemas: a escassez de mão-de-obra e a taxaço do gado em pé enviado ao Rio Grande do Sul. Novamente um *blanco* governava o Uruguai: Bernardo Prudêncio Berro. Desde a Guerra Grande Berro se destacava entre os políticos do Partido Nacional pelo seu debate intelectual e pela clareza de seu projeto político para o Estado Oriental. As reclamações dos proprietários brasileiros dão conta de como a implementação dessa proposta de nação confrontava a forma como os súditos imperiais tinham organizado seus negócios no país vizinho. Novamente as reclamações serão recolhidas e compiladas de forma a sistematizar o argumento do conflito. A Missão Saraiva e a entrega de seu relatório de reivindicações ao governo oriental foi o último ato diplomático brasileiro no Estado Oriental antes de eclodir a Guerra do Paraguai.

Ao percorrer de forma breve o período analisado a intenção aqui foi demonstrar como as reclamações aumentam e se concentram em momentos com contextos específicos e não tem um caráter homogêneo. Muito embora a preocupação com a taxaço, indevida ou não, sobre o trânsito de gado tenha sido uma constante em todo o período, a manifestação dos problemas relacionados foi variada. Além disso, outras dificuldades, não menos representativas da percepção dos brasileiros sobre qual deveria ser o alcance da soberania oriental, eram reclamados. Mas antes de realizar uma análise pelo tipo de reclamações, creio ser importante situar a forma como essas reclamações eram redigidas e seus múltiplos caminhos até sua apreciação na Corte.

Desde o período colonial, a tradição portuguesa garantia que qualquer súdito pudesse enviar petições ao seu rei³⁴⁴. O setor de manuscritos da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro tem depositados em seu acervo diferentes tipos de petições dirigidas ao Imperador em quantidade que comprova o emprego largo deste expediente. Todas as petições eram lidas e encaminhadas por conselheiros reais, zelosos em cuidar dos deveres do monarca com seus súditos e claro, em garantir que o desenrolar das petições fossem condizentes com a manutenção do próprio Império³⁴⁵. A questão aqui é entender quais petições realmente eram apreciadas e levadas adiante e quais eram dispensadas. E ainda,

³⁴⁴ PEREIRA, Vantuil. “Petições: liberdades civis e políticas na consolidação dos direitos do cidadão no Império do Brasil (1822-1831)”. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Brasileiros e Cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008. P.104.

³⁴⁵ GRINBERG, Keila. “Alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos”. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 27, 2001. p. 71.

avaliar qual o caminho que essas petições podiam percorrer e o impacto que esse poderia ter sobre a aceitação desses pedidos.

Diferentes autores³⁴⁶ vem apontando o ano de 1850 como um marco na “crescente institucionalização e burocratização do Estado Imperial”³⁴⁷. A promulgação da Lei de Terras, da abolição do tráfico com a Lei Eusébio de Queiróz e do Código Comercial são parte de um processo profundo de transformação dentro da estrutura do Estado Imperial e na própria sociedade brasileira. O efeito dessas mudanças era sensível no que se referia a uma nova forma de acessar ao Estado, ou ao menos, o desejo dos dirigentes dessa política imperial de que as relações fossem direcionadas a canais oficiais, de preferência seguindo uma hierarquia ascendente chegando até a Corte apenas quando fosse necessário. Na prática, essas mudanças demoraram a se concretizar numa burocracia bem orientada, e digamos que, no cotidiano, esse processo conviveu com o exercício da política já estabelecido, o que equivale dizer que a mudança foi gradual e lenta e, portanto, encontramos híbridos de diferentes tipos nas fontes.

A necessidade de institucionalizar e por consequência burocratizar as interações entre os súditos do imperador e o Estado estava na própria raiz da aplicação das leis aprovadas em 1850. Ampliar a presença do Estado imperial era imprescindível para garantir a realização da política relacionada à nova legislação.

À fase de construção do Estado (até meados do século) teria correspondido a predominância de atividades governativas de extração de recursos e de controle coercitivo sobre a sociedade. A estrutura administrativa relativa a essas atividades (Ministério da Fazenda, Justiça e do Império) era desconcentrada, atingindo todos os níveis de governo, do central até o local. O mesmo não ocorria quanto às atividades “redistributivas”, ligadas ao desenvolvimento social e econômico; para estas tarefas, a ação do governo dificilmente chegava ao nível local. A partir de meados o século XIX, quando tais

³⁴⁶ Apenas alguns exemplos: CARVALHO, José Murilo (org.). *Coleção História do Brasil Nação: A construção nacional (1830 – 1889)*. vol. 2. Rio de Janeiro/ Madrid: Editora Objetiva/Fundación Mapfre, 2012. p. 55; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira (org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; COSTA, Wilma Perez, OLIVEIRA, Lúcia H. S., BITTENCOURT, Vera L. N. *Soberania e conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.

³⁴⁷ A expressão surge num artigo de 1973: LOBO, Eulália M.; CANAVARROS, Otávio; ELIAS, Zakia F.; NOVAIS, Simone; MADUREIRA, Lucena B. “Estudos das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930.” In: *Revista Brasileira de Economia*, nº4, vol. XXVII, Rio de Janeiro, out./dez. 1973.

atividades ganharam maior peso, tornou-se necessário capacitar o Estado para fazer frente à nova realidade.³⁴⁸

Essa nova realidade era permeada por muitas permanências, uma delas a das petições. Expediente garantido pela Constituição de 1824, que estabelecia que

todo cidadão poderia apresentar por escrito ao Poder Legislativo e ao Executivo, reclamações queixas e petições. O instrumento facultava ainda o direito de expor qualquer infração da Constituição perante a competente autoridade e da efetiva responsabilidade dos seus infratores. [...] Entretanto, os legisladores não clarificaram a definição de quem poderia peticionar, queixar-se ou reclamar. [...] Além disso, não estava claro se as petições deveriam ser assinadas por uma ou mais pessoas.³⁴⁹

Se o uso das petições para realizar reclamações por si constituía um expediente que remetia a uma tradição estatal a ser superada, as reclamações dos proprietários brasileiros no Estado Oriental ainda se encontravam na névoa de outros limites. O mais facilmente identificável era o limite nacional, ao estabelecerem reclamações sobre aquilo que julgavam injusto sob a soberania de outra nação. Ainda, o problema das diferenças na concepção de cidadania entre República e Império e a própria condição de súditos, que implica de certa forma na invocação de uma figura de monarca como protetor e de figura capaz de promover a justiça em última instância³⁵⁰ tornavam complexa a relação.

Um dos limites borrados não era exclusividade dos queixosos, mas se estendia aos que recebiam a reclamação em diferentes níveis. Havia uma dificuldade imensa em estabelecer o que era interesse público e o que era privado. A indefinição que esse período de mudanças causava aprofundava aquilo que sempre foi pouco claro nas relações de poder e na ordem administrativa. E possivelmente a questão geral sobre essa nova forma de administrar o Império estivesse relacionada nessa ordem de coisas, definir e separar o

³⁴⁸ AMBROSINI, Diego R.; NUNES, Gabriela F. “Os debates sobre a organização do Estado e do Poder Moderador no Segundo Reinado.” In: MOTA, Carlos Guilherme; NUNES, Gabriela Ferreira. *Os juristas na formação do Estado-Nação brasileiro (de 1850 a 1930)*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 133.

³⁴⁹ PEREIRA, Vantuil. *Op. cit.* p. 104.

³⁵⁰ SANTANNA, Elizabeth. “Súplicas a Vossa Majestade Imperial: as negociações em tempos de mudança.” In: RIBEIRO, Gladys S.; MARTINS, Ismênia de L.; FERREIRA, Tânia M. T. B. C. *O Oitocentos sob novas perspectivas*. São Paulo: Alameda, 2014. p. 157.

público do privado. Pretendo demonstrar que na prática foi bastante conjuntural definir um e outro, mas antes considero importante reparar na formulação dessas petições.

A forma como as reclamações foram redigidas remetia a essa tradição lusitana de pedir a intercessão do monarca para uma situação de infortúnio. De fato, a Guerra Grande e depois, as ações dos governos do Estado Oriental poderiam ser encaradas como infelizes contextos sofridos pelos brasileiros, cidadãos estrangeiros no território uruguaio se não fosse pelos inúmeros indícios que comprovam que esses proprietários participavam ativamente da vida política daquele país, às vezes indiretamente, às vezes muito diretamente. De toda forma, parte do que se esperava numa petição era que o redator fosse capaz de construir uma narrativa que ao mesmo tempo tornasse o súdito imperial merecedor da graça do Imperador e vítima de uma injustiça acima de sua capacidade para suportá-la.

Períodos de grandes mudanças costumavam gerar manifestações desse tipo. No contexto pós-1850, o uso do expediente da súplica ao Imperador parece ter tomado algum volume. Questões ligadas ao acesso a terra, ao assentamento de imigrantes europeus e às transformações no serviço público³⁵¹ se misturaram a pedidos de liberdade de escravos³⁵². Esse tipo de fonte tem o privilégio e o ônus de carregar a versão do próprio interessado sobre sua possível desgraça e desta forma, permite entrever pretensos interesses. Ainda, permite que observemos de forma bastante próxima como o indivíduo que demanda se localiza em relação a diferentes posições. Claro, exige esforço redobrado para a necessária crítica da intencionalidade da versão apresentada.

Nesse sentido, podemos considerar que em relação aos reclamantes brasileiros estabelecidos no Estado Oriental, o confronto com as explicações das autoridades uruguaias contribui para pensar a intencionalidade do suplicante, e colocar em perspectiva seu discurso. De toda forma, é importante ter presente que a construção em formato de narrativa sobre os eventos considerados trágicos ou ofensivos vividos por esses brasileiros, por si só implica num processo propositado de organização dos fatos e dos argumentos de forma que a reclamação permitisse favorecer quem a realizou³⁵³. Renovo minha convicção de que não se pode, contudo, atribuir uma racionalidade

³⁵¹ *Idem*, p. 139-159.

³⁵² GRINBERG, Keila. “Alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos”. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 27, 2001. p. 67-92.

³⁵³ O ato da escrita implica em tentar formatar a realidade a um mundo de possível posteridade, mesmo que “o anseio de escrever esteja sempre relacionado ao desejo de algo que gostaria de possuir e dominar, algo que nos escapa”. CALVINO, Ítalo. “A palavra escrita e a não escrita”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 147.

totalizante a esses indivíduos³⁵⁴, mas creio ser possível afirmar com segurança que no caso específico destas fontes, ao menos os autores das reclamações não eram meros narradores de fatos.

O que nos leva a outra questão, a de como essas reclamações foram redigidas. Dentro daquela percepção anteriormente apresentada de que essas petições são um híbrido entre o velho exercício de pedir socorro ao monarca frente às desgraças e uma crescente estrutura burocrática que vinha sendo construída em meados do século XIX, observar quem redige a reclamação se revela bastante elucidativo, assim como o percurso que esses documentos percorrem dentro da estrutura do Estado.

O modelo mais antigo de petição ou súplica era dirigido diretamente ao Imperador. O primeiro trânsito nesse hibridismo é identificado quando as reclamações passam a ser dirigidas a diferentes instâncias do Estado. Ao transferir o poder de resolução do monarca para a estrutura estatal há uma dispersão da autoridade e claramente uma dificuldade dos súditos de identificarem a quem se dirigir. Ao fim, se esperava que o Império do Brasil fosse o salvador de seus súditos, mas quem de fato poderia responder às demandas apresentadas não estava claro. Veremos que não foram poucas as vezes que os reclamantes usaram diferentes canais para chegar às mais altas autoridades imperiais, assim como veremos que esses diferentes caminhos respondiam de forma variada entre si e a diferentes reclamantes. Vale dizer que, muito embora houvesse um esforço em constituir uma hierarquia, este era um processo em execução em meados do Oitocentos.

Quando verificamos a redação da reclamação, do texto propriamente dito, também é possível perceber uma das mudanças que o processo de burocratização impunha. Em diversos casos, o redator não era o autor da reclamação. Encontramos casos redigidos pelos funcionários da legação ou do consulado brasileiro em Montevideu, notavelmente os casos acontecidos naquela cidade, especialmente quando o reclamante era analfabeto. Nesses casos, alguns analisados no terceiro capítulo, o diplomata se transformava em redator, investigador e muitas vezes, advogado do reclamante. Com isso, sua descrição dos fatos acabava preenchida de dados que não faziam parte da narrativa do reclamante e que acabavam influenciadas por interesses ou demandas alheias aos do brasileiro que demandava auxílio da autoridade consular.

Outra possibilidade de redator era aquele que prestava serviço ao reclamante. Em um dos casos, analisados a seguir, veremos que o relato foi confeccionado por um tabelião

³⁵⁴ LEVI, Giovanni. "Usos da Biografia". In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta M. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.169

e registrado com a presença de testemunhas capazes de confirmar a veracidade do que havia sido exposto. A intenção de tornar legítimo o relato, de garantir a ele poder de juízo foi claramente expressa pelo reclamante, bem como sua condição foi legitimada por outras pessoas solidárias em seu infortúnio. Em muitos casos, veremos outras autoridades brasileiras que não as consulares servindo de relatores para os proprietários brasileiros no Estado Oriental, desta forma, oferecendo muito mais que sua capacidade de redigir uma missiva, a força de seu prestígio como abalizador do que era descrito.

Se observarmos estritamente a autoria das reclamações encontradas na correspondência diplomática entre o Império e o Estado Oriental, perceberemos ainda duas formas de avaliar a autoria. Existiam casos em que o autor da queixa procurava sozinho o auxílio do Império; em outros casos, grupos de indivíduos buscavam encaminhar suas reclamações de forma articulada, seja em documentos produzidos por mais de um indivíduo atingido por um mesmo problema, seja quando diferentes indivíduos se mobilizam para relatar um evento que não os atingiu diretamente mas ao qual são sensíveis. Nesses casos em que diversos reclamantes enviavam conjuntamente suas demandas ao Império, ainda é possível identificar em algumas situações a combinação dessa postura com outra bastante interessante: a de buscar múltiplos caminhos até a Corte, mobilizando diferentes canais ao mesmo tempo.

A combinação de alguns dos fatores apontados até aqui permite afirmar que os estancieiros brasileiros de fato formavam um grupo socialmente orientado como a historiografia vem declarando. Quando observado o conjunto das reivindicações e avaliados os dados a partir desses parâmetros, se percebe que estes proprietários de estâncias eram autores de reclamações articuladas e eram os atores que mobilizavam diferentes canais. A combinação desses vetores permite visualizar a capacidade desses indivíduos de articularem seus interesses.

Além disso, ao analisarmos numericamente o volume das reclamações encontramos um interessante coeficiente na relação entre volume de documentos por caso e montante por tipo. De um total de 285 entradas – cada entrada se refere a um episódio reclamado e não aos documentos – 54% são petições realizadas por apenas um indivíduo, enquanto 46% são petições geradas por mais de um indivíduo sobre um mesmo caso. Se observarmos esses números de forma isolada, a conclusão é a de que sendo o número de reclamações realizadas por um único indivíduo maior, estas teriam mais importância nesse corpo documental.

Porém, quando observamos o volume de páginas dedicadas a essas petições percebemos que o tempo dedicado a pleitear cada um desses casos é bastante distinto: as petições individuais têm em média seis páginas cada uma, incluídas aí as respostas do governo oriental e o encerramento do caso pelo corpo diplomático brasileiro. Quando tratamos de casos encaminhados por mais de um indivíduo, encontramos petições espalhadas em até 12 documentos, muitas vezes agrupadas em formato de dossiê, e que geraram até uma centena de páginas, se arrastando às vezes por até uma década – em alguns casos, como veremos, até mais. Ainda, esse segundo tipo de petição, coletiva, encontra documentos correspondentes em diferentes arquivos, indicando a capacidade de mobilização de diferentes esferas do governo Imperial. Quando observados essas outras fontes, o número de páginas se multiplica em quatro ou cinco.

Algumas dessas reclamações produzidas por conjuntos de indivíduos acabaram também se tornando cíclicas, porque o problema era gerado pela implementação de políticas governamentais às quais os brasileiros resistiam, como o caso apontado anteriormente da taxaço sobre o gado, por exemplo. Essa repetição na origem da reclamação, mesmo que o evento conflituoso que gere a gere seja diferente do anterior, permitiu identificar alguns grupos de onde partiam periodicamente reclamações. Ao observar esses documentos ao longo do período aqui compreendido, foi possível delimitar com maior clareza quais eram os principais desejos desses estancieros em relação ao governo do Estado Oriental.

Observando as reclamações dos estancieros em comparação com as de outros brasileiros no Uruguai do mesmo período é possível perceber a organização destes em grupo de forma mais clara. Para tanto, vamos acompanhar dois casos de reclamações ligados a uma mesma questão: o recrutamento forçado e equivocado de indivíduos que se declaravam súditos brasileiros pelas forças de ambos os governos do Estado Oriental do Uruguai durante a Guerra Grande.

Capítulo III

O recrutamento militar, a cidadania e a liberdade.

Em dezembro de 1846 o exército *blanco* havia tomado a Vila de Salto, na margem oriental do Rio Uruguai. Essa era a povoação mais próxima da região ao sul do Rio Arapey e da fronteira do Quaraí e situada defronte à povoação de Concordia, na província *litoraleña* de Entre Ríos. A região era densamente povoada por estancieiros brasileiros que pretendiam desde a derrota da Cisplatina a anexação da região, ao menos a porção ao norte do Arapehy, ao território do Império.

Segundo a lista do RRNE de 1850, 124 proprietários brasileiros tinham terras em Salto e, se considerarmos os que tinham propriedades ao Sul do Arapehy e ao norte da coxilha do Haedo e ao norte do Arapehy e ao sul do Rio Quaraí, podemos acrescentar 239 estâncias de criação pertencentes à súditos do Império, correspondendo há mais de um quarto (26,6%) do total das propriedades listadas. Considerando que Salto era um ponto estratégico para a comunicação entre o território brasileiro e as regiões de Paysandú e Tacuarembó, onde estavam localizadas grande parte das maiores propriedades listadas, a tomada da Vila pelos *blancos* por si só representava um significativo impacto sobre os negócios dos brasileiros na campanha oriental.

Quatro documentos³⁵⁵ relatam as violências que os proprietários brasileiros alegaram sofrer. Dentre estes, há uma representação com a assinatura de vários súditos do Império pedindo providências em relação a um “*bando*”³⁵⁶ publicado pelo comandante *blanco* Don Gregório Berdim. Segundo o relato, o documento revogaria a imunidade de estrangeiros dos brasileiros e os incitaria a tomar em armas se quisessem defender suas propriedades e suas vidas, forçando-os a servir no exército de Oribe ou obrigando-os a se

³⁵⁵ Notas de 15 e 22 jan. 1847, CAJA 1732 – Fondo Relaciones Exteriores –AGNUy; Nota de 13 de janeiro Códice 309/4/23 e de 01 dez 1846 Códice 221/3/6 AHI.

³⁵⁶ Nesse caso *bando* se refere a uma proclamação pública por escrito distribuída e afixada em espaços de circulação comum e não a um grupo de criminosos.

retirar da Vila de Salto em 24 horas e procurarem passaporte para retornar ao Brasil em Montevideu.

A questão do recrutamento militar na região do Rio da Prata tem nuances bastante particulares, e no caso da Guerra Grande, que se estendeu por mais de uma década, merece atenção particular. Mesmo em momentos de paz, o recrutamento forçado/indevido segue sendo reclamado nos documentos, o que fez com que esta pesquisadora voltasse sua atenção para entender esse contexto em que constantemente o exército precisava de novos soldados e o ato de arregimentar se tornava uma violência.

Por outro lado, a questão das armas estava intimamente relacionada à ampla concepção de cidadania que varreu as repúblicas que se formaram depois do processo de independência das colônias espanholas. No Estado Oriental do Uruguai não foi diferente. Discuti brevemente no primeiro capítulo algumas diferenças entre a percepção de nação entre *blancos* e *colorados*, assim como apresentei as existentes entre os orientais das duas facções políticas e os súditos do Império, e como essas diferenças implicavam em um exercício da cidadania diferente entre esses indivíduos. O emprego das armas era uma das manifestações mais claras dessa ampla noção de cidadania, que pensava a nação como o espaço da soberania popular.

Os conceitos norteadores dessa percepção não eram unânimes, como já demonstramos, e apresentaram um percurso conflitante, mas ainda assim, bem mais radical do que o possível dentro da estrutura monárquica brasileira.

A noção liberal de nação como entidade abstrata de soberania única e indivisível e integrada por indivíduos livres e iguais – os cidadãos – circulou desde cedo em concorrência com outras e, quando conseguiu sua imposição, ela não foi feita sem ambiguidades ou matizes. [...] A definição de cidadania foi um aspecto indissociável desta história. Sua introdução sugeria uma ruptura completa com as visões tradicionais do corpo político porque a igualdade política marca a entrada definitiva no mundo dos indivíduos.³⁵⁷

A percepção de uma cidadania atuante abrangia três grandes campos da relação entre a nação e indivíduos: a representação política – incluindo as práticas eleitorais; a constituição das instituições da esfera pública – onde se insere a estrutura estatal e as

³⁵⁷ SABATO, Hilda. “Soberania popular, cidadania e nação na América Hispânica: a experiência republicana do século XIX”. In: *Almanack Brazieliense*, nº09, maio 2009. p. 7-8.

práticas para sua manutenção, como a fiscalidade; e por fim o exercício das armas³⁵⁸. Por isso, o recrutamento militar no contexto do Estado Oriental assume outra dimensão, a de nos permitir entrever quem era cidadão para cada um dos lados da contenda, incluindo uma percepção sobre os brasileiros e seus bens.

A própria eclosão da Guerra Grande estava implicada numa das mais fortes assertivas dessa cidadania ampla: ser cidadão estava estreitamente associado ao direito e ao dever de portar armas em defesa da pátria, a própria materialização do “povo em armas”. Essa legitimidade passava aos comandantes, que estavam a serviço do povo e, portanto, carregando os interesses da nação. O problema de definir o que era a nação era apenas parte dessa defesa legítima e neste caso, implicava em combater dentro do território nacional aqueles que atraíam a nacionalidade oriental. Ao mesmo tempo, tal definição era condizente com uma percepção de que “a defesa da República tanto dos inimigos externos quanto dos internos era obrigação dos próprios cidadãos”³⁵⁹. No Estado Oriental essa percepção assumiu a forma prática de arregar todo e qualquer indivíduo que estivesse em condições de empunhar uma arma. Assim, diferente do voto, o serviço militar tomou o caráter obrigatório e na maior parte das vezes, compulsório.

O entrelaçamento entre cidadania política e cidadania armada era de tal dimensão no Estado Oriental, que mesmo antes da Guerra Grande a autoridade política local mais importante era o Chefe de Polícia, também conhecido como Chefe Político. Sua autoridade se estendia desde o recrutamento de tropas para manutenção da ordem – atividade que veremos, adquirindo vários matizes durante a guerra civil – até a organização dos pleitos eleitorais, passando por inquéritos policiais e algumas atribuições judiciais civis. A esses Chefes Políticos também era atribuído o poder de requisitar o que fosse necessário para a manutenção das tropas e a boa condução dos seus trabalhos. O mandatário do poder local era nomeado pelo presidente e acabava tendo importante papel na condução do cotidiano político local, ao mesmo tempo em que oferecia um panorama importante a quem governasse em Montevideu.

Esse fenômeno não foi exclusivo do Uruguai no século XIX. Diferentes estudos demonstram como a ocupação do poder local entrelaçando política e armas foi bastante comum em toda a região, especialmente no que toca às Províncias Unidas, e depois a sua

³⁵⁸ Essa percepção de cidadania se remetia diretamente à tradição inaugurada com a Revolução Francesa. Para mais: TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus: 990-1992*. São Paulo: Edusp, 1996. MANN, Michael. “O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados”. In: HALL, J. A. (Org.). *Os Estados na história*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p.173-182.

³⁵⁹ SABATO, Hilda. *Op. cit.*

sucessora Confederação Argentina. A instabilidade política do segundo quarto do século, somada à indefinição sobre a conformação da estrutura nacional deixavam lacunas imensas. Nessas brechas, os governadores das diferentes províncias executavam o papel de legisladores, garantindo aos seus comandados todo o alcance que julgassem necessário na esfera local, e desta forma, criando uma estrutura que retornava até o nível provincial.

Todas estas atribuciones, a las que se sumó la de poder integrar las mesas electorales, no estaban previstas por un reglamento sino que provenían de decretos del gobernador derivados de situaciones que así lo demandaban. De esta manera, los comandantes se erigieron en una pieza clave tanto en la configuración del poder del gobernador como en el afianzamiento y centralización del ejército provincial y especialmente en la articulación de un sentido de patriotismo de tipo provincial y personal. Las revoluciones y pronunciamientos no fueron instancias de acción cívico-política abandonadas en estos años. Sin embargo, la fuerte presencia militar del gobernador a través de fieles comandantes, la consolidación de un fuerte sistema de lealtades político-militar configurado en torno a su persona y las garantías de “orden” que el mismo representaba frente a diferentes grupos sociales permitió al mandatario controlarlos³⁶⁰.

Muito dessa estrutura de poder era tributária da organização miliciana herdada do período colonial, mas de certa forma renovada pós-independência na perspectiva do cidadão em armas³⁶¹. A coexistência do exército de linha e de guardas nacionais ou milícias foi uma das características do século XIX platino³⁶², onde a disputa sobre o que era a nação passava por definir quem tinha o direito a exercer a violência e ao fim, o poder. E nesse sentido, a organização das forças militares num nível local estava profundamente ligada ao exercício de outros poderes, inclusive aqueles que delimitavam a cidadania. Servir era uma condição que permitia acessar espaços de participação política. Mas ainda assim, é importante atentar ao fato de que esse exercício de poder

³⁶⁰ MACÍAS, Flavia. “Ciudadanos armados” y fuerzas militares en la construcción republicana decimonónica. In: *Ediciones Honorable Senado de la Nación, Argentina*. 2010. Disponível em: <<http://www.realinstitutoelcano.org>>. Acesso 21/06/2015. p. 10

³⁶¹ SABATO, Hilda. *Op. cit.*

³⁶² Mesmo no Brasil Imperial, a coexistência das duas instituições foi bastante notória. Para tanto, ver: RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: editora da UFSM, 2005; CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Org.). *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004; KRAAY, Hendrick. *Política racial, Estado e forças armadas na época da independência: Bahia 1790-1850*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

amplo não era indiscriminado ou isento de limites, a questão é entender como essa conformação se estabelecia e quais os fatores que a regulavam.

O debate historiográfico sobre o caudilhismo vem sofrendo profunda renovação na última década³⁶³, especialmente ao restabelecer as zonas rurais como espaços não isentos de algum tipo de ordenamento institucional. A percepção do caudilho como alguém que exercia o poder “sem lei ou rei” vem se mostrando cada vez mais equivocada e o que as pesquisas têm demonstrado é que existia de fato “um conjunto de relações formais com importantes implicações no desenvolvimento do caudilhismo, sem negar neste empreendimento a importância e a complexidade das relações informais”³⁶⁴. O poder do caudilho não emanava da inexistência do Estado – muito embora as suas instâncias fossem bastante rudimentares no segundo quarto do século XIX – , ao contrário, as instituições estatais faziam parte da conformação das decisões do caudilho. Como bem demonstrou Chiaramonte³⁶⁵, foi a estrutura da província – mesmo que precária e remanescente do passado colonial – que permitiu que as cidades coloniais se tornassem soberanas e pudessem, com isso, manter sua autonomia dentro dos princípios do pacto de confederação de 1831.

A trajetória da antiga Banda Oriental teve suas peculiaridades que não podem ser ignoradas, ainda assim, partir dessas novas perspectivas sobre o fenômeno do caudilhismo para repensar o Estado Oriental pós-independência e a própria Guerra Grande permite avaliar melhor a conformação do poder dentro de cada uma das duas facções. Especialmente quando é possível se favorecer de uma renovada concepção sobre a relação entre urbano e rural e destes com o acesso ao poder pelos caudilhos. No primeiro capítulo aponte o simplismo da percepção de que *blancos* dominavam a campanha, ou seja, a zona rural uruguaia enquanto *colorados* mantinham o controle sobre a capital e demonstrei como essa percepção não corresponde a formação dos indivíduos que participavam de cada grupo. Agora, quero propor a observação de que mesmo a constatação de que os *blancos* dominavam o interior é circunstancial. Essa tem sido uma

³⁶³ CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997; GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (org.) *Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998. p. 136; SABATO, Hilda. *Povo e política. A construção de uma república*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

³⁶⁴ GOLDMAN, Noemí; TEDESCHI, Sonia. “Los tejidos formales del poder. Caudillos en el interior y el litoral rioplatenses durante la primera mitad del siglo XIX”, en GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (org.) *Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998. p. 136.

³⁶⁵

afirmação realizada pela historiografia de forma estática, quase anacrônica, sem observar sua dinâmica dentro da passagem do tempo.

Analisando a própria região de Salto podemos conectar algumas pistas. A maioria das propriedades de brasileiros na região ao Sul do Arapehy foram adquiridas no decorrer da década de 1830, como apontamos no capítulo anterior. Tradicionalmente tem se relatado que a ocupação dessas terras, especialmente aquelas contíguas à fronteira do Rio Quaraí foi um movimento de sequencia da expansão da fronteira agrária e seguia a necessidade de mais pastos para o gado. O que a historiografia tem ignorado, com raras exceções³⁶⁶, é que esse movimento não foi de todo espontâneo e nem marcado apenas pela simples apropriação ligada as concessões da segunda década do século XIX. Como exposto anteriormente, a partir de 1831 o governo de Rivera iniciou uma campanha de “pacificação” da região ao norte do Rio Negro, que como vimos, incluiu a concessão de terras devolutas, incentivando a presença dos estancieros brasileiros no território oriental.

Esse processo fortaleceu o poder pessoal de Rivera nos territórios ao norte do Rio Negro, ao mesmo tempo em que o ligou diretamente àqueles que tinham recebido terras por sua concessão. A força do líder *colorado* naquela região pode ser medida não apenas pelas diferentes manifestações de reconhecimento de sua autoridade, tanto em documentos brasileiros quanto orientais, mas também pela força do contingente que Oribe designa para controlar a área logo após a conquista em 1846. Os relatos dos brasileiros que pedem auxílio após a publicação do bando de Don Gregório Berdin dão conta de que a Vila de Salto está completamente ocupada, exigindo a requisição de casas e prédios para a acomodação das tropas.

O processo de concessão de terras realizado por Rivera, como apresentamos anteriormente, não era inquestionável, mas ainda assim seguiu dentro de parâmetros institucionais e mais que isso, legais. Assim como sua iniciativa de fundar povoações por decreto no norte do Rio Negro, muito embora o status político dessas povoações dependesse ainda da aprovação do legislativo. Rivera iniciou um processo, inacabado, onde abriu espaço para alocar futuros aliados políticos, criando postos de poder local. Num jogo em que ficava claro que a fonte de seu poder não era baseada tão somente na

³⁶⁶ AROCENA, Fernando. *Regionalización cultural del Uruguay*. Montevideo: UDELAR/Dirección Nacional de Cultura, 2011. p.55-56; BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855*. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004; PALERMO, Eduardo R. *Tierra esclavizada: el norte uruguayo en la primera mitad del siglo 19*. Montevideo: Tierra Adentro, 2013.

sua condição de chefe de armas, mas sim num conjunto de decisões bem articuladas com as possibilidades que a ocupação do cargo de presidente do Estado Oriental oferecia. Mesmo sua carreira militar seguia as regras institucionais, tendo Rivera galgado cada posto dentro dos méritos obtidos segundo os critérios das instituições em que serviu. A percepção do caudilho como alguém que não se sujeitava ao Estado precisa ser atualizada.

Ao conceder terras no território ao norte do Rio Negro e próximo à margem oriental do Rio Uruguai, Don Fructuoso fez uma aposta em defender a fronteira com as Províncias Unidas, ao mesmo tempo em que desarticulava a ocupação indígena do território, improdutiva aos olhos do projeto nacional que os *colorados* passam a defender nos anos 1830. Ainda, ao conectar pessoalmente a si a outorga das terras, Rivera conformou um grupo de apoio a seu projeto, transformando um problema em recursos que poderiam ser acionados em momentos chave. Isso tudo dentro de um escopo de aumento da presença estatal no interior do país. Até a ocupação do exército do *Gobierno del Cerrito*, Salto e sua região eram território dominado pelos *colorados*, não pela presença do exército do *Gobierno de La Defensa*, possivelmente insuficiente, mas porque a simpatia dos indivíduos mais importantes da localidade estava com os *colorados*.

Essa certeza, combinada à insipiente institucionalização das formas de exercício da política e da cidadania naquela região talvez tenham sido o principal fator da tomada de Salto pelos *blancos*, juntamente com o enfraquecimento que as tropas coloradas sofriam depois de quase uma década de conflito. A queda de Salto pode ter sido resultado da impossibilidade de mobilizar indivíduos armados suficientes para defender a Vila, seja porque os brasileiros mantiveram sua alegada neutralidade, seja porque faltavam figuras que fossem capazes de arregimentar combatentes. Rivera estava exilado e faltavam aos *colorados* de Montevideú, em sua grande maioria letrados, condições de mobilizar recursos no interior do país. De toda forma, ao contrário do que se suporia pelas repetidas afirmações, até fins de 1846 uma grande parte da campanha oriental não era dominada pelos *blancos*.

Provavelmente ao publicar o “*bando*” que instava os brasileiros a assumir posição no exército oribista Don Gregório Berdin, Chefe Político de Salto tinha como intenção, de forma enérgica, forçar os estancieiros brasileiros a assumirem uma cidadania oriental, defendendo a terra onde geravam sua riqueza, um conceito de cidadania bastante presente ao longo do oitocentos³⁶⁷, mas ao qual esses proprietários parecem ter se tornado pouco

³⁶⁷ Essa percepção de cidadania, derivada também da Revolução Francesa, dialoga diretamente com a percepção de pátria como o espaço onde se produz, se obtêm o sustento. É uma noção que implica a defesa

simpáticos. Muito provavelmente, Berdin também partia do reconhecimento de que esses estancieiros eram *vecinos*, ou seja, os localizava socialmente através da velha categoria espanhola dada aos habitantes com algum tempo de residência reconhecido na povoação, que eram chefes de família e eram considerados úteis à comunidade³⁶⁸, ou seja, estava elevando-os à categoria de *notáveis*³⁶⁹. Como tais, pretensamente deveriam desempenhar algumas obrigações com sua comunidade, como a defesa militar, daí resultando na convocação em armas. De forma enérgica, o comandante *blanco* estava forçando-os a observar a condição de que esses estancieiros não poderiam se deter em apenas proteger suas propriedades, eles teriam que fazer parte da comunidade e esta era a nação dos orientais. Nacionalidade, identidade, pertencimento e cidadania vinham enredados em novos e velhos conceitos políticos, forçando práticas distintas.

Estavam presentes outras questões relacionadas ao recrutamento militar que atingiam aqueles que estavam em Salto em inícios de 1847 e que não implicavam necessariamente a assunção de uma cidadania oriental a esses estancieiros, mas que certamente podem ter se combinado para criar o estopim para um reforço da identificação desses estancieiros como súditos de Sua Majestade Imperial Dom Pedro II³⁷⁰.

Observando o discurso oficial contido nas reclamações e defendido também pelos agentes diplomáticos, esses brasileiros exigiam como parte do reconhecimento de sua nacionalidade uma condição de neutralidade na disputa entre as duas facções orientais. O princípio reivindicado era simples, sendo estrangeiros, não tinham direito à participação política, logo não poderiam ser obrigados ao serviço de armas³⁷¹. O argumento era condizente com aquela percepção ampla de cidadania que apontei a algumas páginas, mas não podia ser empregado em relação aos bens desses brasileiros. O patrimônio, este, estava em solo uruguaio e, em consequência, passível de requisição. E como discutido no capítulo anterior, a composição de uma estância não se fazia apenas de terras, mas especialmente de gado e da mão-de-obra nela existente. No primeiro capítulo explorei o

da nação como lugar também de honra, reconhecendo que a posição social de cada indivíduo depende daquilo que lhe pertence. É um caminho conceitual que pode levar a uma noção de cidadania ligada ao patriotismo. FEBVRE, Lucien. *Honra e pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 164-166.

³⁶⁸ TERNAVASIO, Marcela. *La revolución del voto. Política y elecciones en Buenos Aires. 1810-1852*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

³⁶⁹ Este conceito ajuda a pensar as permanências de percepção social do tipo de Antigo Regime: notáveis eram aqueles que, graças à sua fortuna combinada a ao prestígio social, possuíam proeminência em uma comunidade. MANIN, Bernard. *Los principios del gobierno representativo*. Madrid: Alianza, 1999.

³⁷⁰ FIGUEIREDO, Joana Bosak. *O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o Estado nacional (1851-1865)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

³⁷¹ Carta de 10 ago 1847. Códice 309/4/23. AHI.

papel dos brasileiros na persistência do tráfico de escravos, agora, creio ser importante me deter sobre um outro aspecto da manutenção da escravidão em solo uruguaio com participação direta dos súditos do Império: a resistência à abolição e a permanência de escravos de forma ilegal nas estâncias.

Para tanto, precisamos analisar com cuidado a relação que o recrutamento militar nesse contexto da Guerra Grande teve sobre a abolição no Estado Oriental e mais largamente como a tradição de corpos militares de negros e pardos contribuiu para a libertação da população afrodescendente na Bacia do Rio da Prata e que comecei a esboçar no primeiro capítulo.

Em relação à abolição da escravidão o caso uruguaio certamente foi o que apresentou a execução mais abrupta da região. No Brasil a escravidão perdurou até praticamente o fim do século XIX e seus defensores tiveram voz predominante até o fim da Guerra do Paraguai. Na Argentina o fim do tráfico e as guerras de independência acabaram levando a uma extinção gradual não apenas da escravidão, mas da população de origem africana e afrodescendente, num processo com um posicionamento bem menos claro dos dirigentes do Estado. A abolição no Estado Oriental obedeceu a circunstâncias únicas: aquelas que poderiam acabar com a própria sobrevivência do território como uma nação, a guerra civil que ameaçava a existência do território como país soberano.

*Sólo un contexto político internacional favorable y una conyuntura bélica apremiante determinaron la concreción de la abolición. Más allá de la legislación y de los discursos contra la esclavitud, las prácticas de manumisión del poder político fueran signadas por una dinámica estrictamente bélica.*³⁷²

A guerra se confrontava com outra realidade. Para os pecuaristas era um momento de expansão, e aumentar os negócios significava maior necessidade de mão-de-obra. Os estancieiros brasileiros não apenas aumentaram a área de produção de gado ao ocuparem as terras do norte do Estado Oriental, eles também carregaram o formato dessa produção totalmente baseado na escravidão. De fato, os ideais de independência das repúblicas platinas, tão fundamentais para a concretização da abolição de um lado a outro do Rio da Prata, acabaram por ir de encontro com a sua inserção num mercado internacional em

³⁷² VON-HOOFF, Herman. *Memorias del Simposio – La ruta del esclavo en el rio de La Plata: su historia y sus consecuencias*. Montevideo: UNESCO, 2005. p. 132

expansão que exigia cada vez mais disponibilidade de braços para a lida no campo e na manufatura da carne salgada.

3.1 O recrutamento de negros e pardos, escravos e libertos.

Imediatamente após a Revolução de Maio de 1810, em 29 daquele mesmo mês, a Primeira Junta de Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata organizou por decreto as unidades militares de Buenos Aires, elevando a regimentos veteranos 1.116 praças dos batalhões de milícias urbanas de infantaria. O chamado Batalhão de Castas, existente desde o século anterior, que concentrava como milicianos os indígenas, pardos livres e negros libertos, contudo, seguiu com sua condição de milícia por mais alguns dias, quando seria desmembrado. Em 8 de junho, os indígenas seriam enviados a regimentos de *Patricios*³⁷³ enquanto negros e pardos formaram um novo regimento, o de *Regimiento de Pardos y Morenos*. Quando os primeiros enfrentamentos começaram na Banda Oriental, em Soriano a 28 de fevereiro de 1811, este foi o regimento enviado desde Buenos Aires³⁷⁴.

Apesar da presença desses corpos como uma tradição colonial, a existência de batalhões de negros e pardos se restringia aqueles que gozavam do estatuto da liberdade, ou no máximo, ao emprego daqueles que foram tomados do inimigo ou dele fugiram. Foi a crise revolucionária que abriu espaço para o recrutamento obrigatório de escravos, não sem resistência dos seus amos, e não de forma que a República de início estivesse inviabilizando a permanência da instituição escravista. A exemplo disso, a Assembleia Constituinte das Províncias Unidas baixou um decreto em 31 de maio de 1813 autorizando o governo a formar um batalhão de negros escravos pagando a seus proprietários seu respectivo valor³⁷⁵.

Segundo G. R. Andrews, o recrutamento de soldados escravos implicava no recebimento da liberdade sob a condição de que estes servissem ao exército de Buenos Aires ainda um ano após finda a guerra. A resistência dos amos era punida com multas de 500 pesos, o equivalente ao preço de dois escravos, em caso de ocultamento de

³⁷³ No regimento de patricios se encontravam os descendentes de espanhóis nascidos nas Américas, que compreendiam os chamados *criollos*. O envio dos indígenas para esse regimento específico os colocava um degrau acima dos negros e pardos na hierarquia social da nova nação.

³⁷⁴ VON-HOOFF, Herman. *Memorias del Simposio – La ruta del esclavo en el rio de La Plata: su historia y sus consecuencias*. Montevideo: UNESCO, 2005. p. 117

³⁷⁵ ALONSO, Gustavo Fabian “Estudio del comercio de esclavos en el Río de la Plata Archivo General de la Nación de Argentina” In: VON-HOOFF, Herman. *Op. cit.* p. 45.

qualquer varão entre 16 e 30 anos em condições de recrutamento. Esse sistema permitiu o recrutamento de 1016 soldados escravos no primeiro ano de aplicação do decreto³⁷⁶.

Ao mesmo tempo, na Banda Oriental de Jose Gervasio Artigas, apesar da adoção da liberdade de ventres e do direito de libertos e mestiços às *suertes* de estância distribuídas pela pátria³⁷⁷, não se observa a conformação de um corpo mais geral de legislação abolicionista. Ainda assim

*El gobierno artiguista no escapo al imperativo de reforzar las tropas con los esclavos, ni tampoco a la tradición de respetar la propiedad privada de los “patriotas”, por lo que la leva de morenos y pardos fue una de las primeras medidas del gobierno oriental en la Provincia. Como en otros casos, se comenzó com los esclavos de los “enemigos de la revolución”.*³⁷⁸

Quando não era possível recrutar mais os escravos dos inimigos, o governo de Artigas passou a solicitar o envio de todo negro sem ocupação e sem carta de liberdade que pudesse ser encontrado pelos *alcades*³⁷⁹, possibilitando assim o recrutamento forçado de livres e libertos que não tivessem documentação. Nos batalhões, eram os soldados negros e mulatos que ficavam com os serviços mais pesados e menos prestigiosos: a construção de galpões, os carregamentos de armamentos, a escavação de trincheiras. O prejuízo também podia ser medido no pagamento dos soldos, que era a metade do dos soldados brancos inicialmente, três e seis pesos, respectivamente. Três pesos era um valor muito próximo da subsistência. Em junho de 1816, quando o erário público passou por dificuldades, os soldos foram rebaixados até o limite para suprirem as necessidades mínimas dos soldados: brancos passaram a receber três pesos e negros e mulatos, dois e meio. Mesmo no nível da sobrevivência persistia uma percepção discriminatória.

³⁷⁶ ANDREWS, G.R. *Los afro-argentinos de Buenos Aires*. Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1989.

³⁷⁷ O *Reglamento Provisorio de 1815* ou *Reglamento de Tierras* estabelecido por Artigas tinha como objetivos combater os indígenas ameaçavam os que pretendiam habitar a campanha. A solução deste problema foi buscada com a entrega de terras aos indígenas evangelizados e com a evangelização dos indígenas pagãos e posterior entrega de terras, numa tentativa de civiliza-los e torna-los sedentários. Pretendia também legalizar a a permanência na terra de pequenos posseiros para terminar com o problema dos grandes latifúndios. Para tanto, Artigas confiscou as terras dos inimigos, definidos como “*emigrados, malos europeus e peores americanos*”, favorecendo negros livres, pardos, os indígenas mencionados e *criollos* pobres. A concessão se dava na medida de uma *suerte de estancia - legua y media de frente, por dos de fondo* – e o gado que nela estivesse, confiscado junto com as terras.

³⁷⁸ VON-HOOFF, Herman. *Memorias del Simposio – La ruta del esclavo en el rio de La Plata: su historia y sus consecuencias*. Montevideo: UNESCO, 2005. p. 121

³⁷⁹ Autoridade municipal remanescente da estrutura colonial que comportava papel tanto administrativo quanto de magistrado, dirigindo o *cabildo*, que era o conselho municipal.

A persistência desse sistema de diferenciação social se fundamentava em preocupações que não se restringiam a questões econômicas. Segundo os censos, no ano de 1819 se estima que um quarto da população de Montevidéu fosse escrava. Em San Carlos e Maldonado, no início da década de 1820 os censos indicam que ao menos 45% dos domicílios urbanos tivessem ao menos um escravo³⁸⁰, índice importante, dado que escravos domésticos costumavam ser vistos como sinal de prestígio social para seus donos. O recrutamento atingiu primeiro os senhores com maior número de escravos, evitando retirar os escravos daqueles que tinham menos de três escravos. Ainda assim, o perigo de perder a condição de senhor de escravo, e o status que ela carregava era uma das motivações da resistência.

Da mesma ordem de preocupações, eram as queixas relacionadas ao impacto que armar negros e mulatos resultaria sobre a ordem social. A presença de corpos militares habitualmente costumava gerar receio na população, que costumava ser alvo da indisciplina das tropas quando desocupadas e de seus desmandos em situações de conflito. A ideia de que tais tropas fossem formadas por negros e pardos duplicava o alarme³⁸¹.

Apesar de todas essas preocupações, quando em 1825 se inicia a guerra contra o Brasil, todos os antigos soldados dos regimentos de *pardos y morenos* são reconvocados. A maioria tinha retornado ao serviço de seus amos. Quando finda a guerra em 1828, a possibilidade apresentada para que o retorno à escravidão não fosse novamente concretizado foi seguir servindo por no mínimo três anos³⁸². O serviço militar podia ser um caminho para a liberdade, mas seu traçado não necessariamente era linear. Ainda assim, servir significava enfrentar os perigos da guerra. Segundo Ana Frega, nesse período das guerras de independência houve uma sensível diminuição da população escrava, com maior proporção entre os homens. Essa diminuição pode sim ser resultado da liberdade, mas pode ser resultado das mortes em combate. Infelizmente os dados não permitem realizar essa diferenciação³⁸³.

³⁸⁰ FREGA, Ana. “Caminos de libertad en tiempos de revolución. Los esclavos en la Provincia Oriental Artiguista” In: BETANCOUR, Antonio. BORUCKI, Alex; FREGA, Ana. *Estudios sobre la cultura afro-rioplatense. Historia y presente*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación: 2004. p. 55.

³⁸¹ Idem, p. 56.

³⁸² FREGA, Ana. *Historia Regional e Independencia del Uruguay*. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2009. p. 147-148.

³⁸³ FREGA, Ana; BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. “Esclavitud y abolición en el Río de la Plata en tiempos de revolución y república”. In: VON-HOOFF, Herman. *Memorias del Simposio – La ruta del esclavo en el río de La Plata: su historia y sus consecuencias*. Montevideo: UNESCO, 2005. p. 123

Foi durante a Guerra da Cisplatina – ou Guerra contra o Brasil, como convencionou chamar a historiografia uruguaia – que datam as primeiras reclamações de incorporação de escravos fugidos da Província do Rio Grande do Sul. Ao contrário dos escravos recrutados pelas levas no território oriental, esses soldados foram imediatamente considerados livres, assim como os escravos de proprietários brasileiros que houvessem sido tomados por partidas militares³⁸⁴. Nesse momento, arregimentar escravos brasileiros na fileira da República era toma-los ao inimigo e, portanto, prática considerada legítima. Aliás, as requisições e embargos sobre bens do inimigo não se reduziram a escravaria, mas atingiram também e principalmente o gado, fonte de alimento para as tropas e através do couro, fonte de divisas para o exército patriótico.

A composição do exército republicano contava com a participação não apenas de negros e pardos, a incorporação de indígenas exerceu um papel importante na luta contra os brasileiros. Segundo o relato de Saint-Hilarie, sob a dominação portuguesa depois da derrota de Artigas, essa população enfrentava a fome e tinha sido impelida a uma incorporação em posições mal remuneradas na sociedade *criolla* – exército, mão de obra não qualificada, serviço doméstico, prostituição³⁸⁵. O reinício das batalhas pela independência permitiu que os indígenas se recolocassem, oferecendo os recursos que dispunham como guerreiros. Dentre vários relatos, há o de um grupo de charrúas que se apresentou em 1º de janeiro de 1826 à Rivera no acampamento do rio Yí. Apesar de não haver registros sobre o teor das negociações que resultaram em passaportes ao grupo de cerca de vinte charrúas, dez dias depois de sua retirada do acampamento houve comunicações de que as estâncias de sul-rio-grandenses estavam sendo saqueadas pelo grupo³⁸⁶. Nos anos que se seguiram à independência Rivera favoreceu a fixação desses mesmos sul-rio-grandenses nesta região como forma de aplacar a selvageria dos charrúas e outros indígenas que se mantinham do roubo. Mais uma vez, a diferença entre problema e recurso estava na circunstância.

O aumento da população escrava ao longo dos anos 1830 acompanhou o crescimento da produção pecuária ligada à produção de charque. Os padrões estatísticos do período evidenciam o impacto demográfico da população escrava em departamentos que, como expus anteriormente, tinham ampla presença brasileira: Minas, Rocha, Cerro

³⁸⁴ *Idem*, p. 148

³⁸⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2002

³⁸⁶ FREGA, Ana. *Historia Regional e Independencia del Uruguay*. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2009. p. 150.

Largo e Tacuarembó. Nestes pontos do território, a população escrava atingia índices que variavam de 25 a 30%³⁸⁷, números bem semelhantes àqueles encontrados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul³⁸⁸, de onde emigrava a imensa maioria dos brasileiros que ocupavam o norte do Estado Oriental.

Para além das modalidades de tráfico que descrevi no primeiro capítulo, durante a década de 1830, duas conjunturas regionais favoreceriam a entrada de escravos no território oriental acompanhando seus amos. A subida de Juan Manuel de Rosas conduziria muitos de seus opositores a atravessar o Rio da Prata e se refugiar em Montevideú, num movimento semelhante àquele realizado pelos patriotas orientais que se refugiaram anos antes em Buenos Aires durante a dominação luso-brasileira. De outro lado, durante todo o período regencial do Império do Brasil (1831-1841), revoltosos derrotados e perseguidos políticos liberais se refugiaram na capital oriental. Ao mesmo tempo, durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845) alguns rio-grandenses se refugiaram com sua escravaria em Montevideú, onde montaram seus negócios de carne salgada. Ainda depois de 1845, alguns farroupilhas preferiram se refugiar na campanha norte do Estado Oriental, para onde transferiram suas criações de gado e junto com elas, a mão-de-obra escrava. Tanto argentinos como brasileiros “*si ampararon en el artículo constitucional que garantizaba el respeto de la propiedad de los inmigrantes, en la cual se situó indefectiblemente a los esclavos*”³⁸⁹.

Este mesmo princípio seria reivindicado pelos estrangeiros, como atesta a documentação diplomática ao longo da Guerra Grande. Desde o sítio de Montevideú proliferaram reclamações de brasileiros com negócios estabelecidos na capital do Estado Oriental sobre o confisco de seus bens. Em março, abril e maio de 1848 o *Gobierno de La Defensa* lançou diferentes decretos buscando aumentar sua capacidade de financiamento e manutenção geral da guerra, bastante precária então. As respostas do Encarregado dos Negócios brasileiros são muitas, compondo uma discussão bastante

³⁸⁷ STALLA, Natalia. “A população de origem africana e afrodescendente no litoral e na fronteira do Estado Oriental na década de 1830: um olhar comparativo através dos censos.” In: GRINBERG, Keila (org.) *As fronteiras da escravidão e liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

³⁸⁸ OSÓRIO, Helen. “Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial.” In: *Anais da Segunda jornada de História Regional Comparada*. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

³⁸⁹ FREGA, Ana; BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. “Eslavitud y abolición en el Río de la Plata en tiempos de revolución y república”. In: VON-HOOFF, Herman. *Memorias del Simposio – La ruta del esclavo en el río de La Plata: su historia y sus consecuencias*. Montevideo: UNESCO, 2005. 129.

interessante sobre o Direito das Gentes e suas aplicações em casos de guerra e sobre estrangeiros³⁹⁰.

A principal questão está justamente em torno da pretensa neutralidade de estrangeiros nesse tipo de conflito, mais especificamente o direito a neutralidade das propriedades destes, reclamado pelo Encarregado brasileiro. Novamente aqui a questão diz respeito a qual o lugar da propriedade na nação, como bem apontou em nota o Ministro das Relações Exteriores oriental, ao declarar que para oferecer segurança tanto aos nacionais quanto aos estrangeiros em seus negócios, a República precisava de recursos. Os interesses dos brasileiros em Montevideu estavam sendo atacados não apenas de forma direta, com requisições, mas também com uma sobretaxação da importação de produtos que atingia principalmente itens produzidos no Império e importados por seus súditos, como café, açúcar e fumo – que passaram a pagar 24,5% de taxa – e aguardente – taxada em 31%, além do impacto do imposto por patente – uma categoria de taxação onde o valor variava conforme o tipo de estabelecimento/profissional taxado. O caso mais grave parecia ser o do gado em pé, taxado em um peso por cabeça, valor indicado como inviabilizador da atividade pelo encarregado.

Ao longo da discussão o encarregado de negócios brasileiro expõe os diferentes sacrifícios que os brasileiros tinham sido obrigados a fazer para manter seus negócios no Estado Oriental, inclusive retomando a questão do recrutamento compulsório de escravos e libertos iniciado em 1842 e que acompanhou o processo de abolição da escravidão pelo *Gobierno de La Defensa*. Em sua concepção, os esforços de guerra já haviam atingido demais os súditos do Império que não eram objeto da disputa. A resposta do ministro oriental foi clara e óbvia: a guerra não permitia distinções, porque ninguém estava seguro; o Estado Oriental propriamente dito corria perigo, portanto, antes de defender particulares, era necessário defender a própria nação.

As formas de resistência dos brasileiros ao recrutamento de escravos em Montevideu foram muitas, mas foram antecidas em 1841 pela resistência no interior ao recrutamento dos *morenos* livres. Evitando atacar a propriedade, as primeiras levadas forçadas foram dirigidas à população de negros e pardos livres, excetuados aqueles que eram estrangeiros ou serviam legações estrangeiras. Essa exceção gerou um precedente importante para reclamações de recrutamento ilegal. De fato, essas reclamações se

³⁹⁰ Notas de 31 mar; 3, 5, 16 e 18 abr; 20 maio 1848 – CAJA 1733 – Fondo Relaciones Exteriores –AGNUy.

tornarão comum e compõem um grande número daquelas reclamações realizadas às autoridades do Império por apenas um indivíduo.

A frequência com que indivíduos pardos ou negros que buscaram resistir ao recrutamento usaram o argumento da nacionalidade brasileira pode ser medida pela hostilidade crescente apresentada pelas tropas da capital, como atesta o caso de João José, súdito brasileiro que buscou o auxílio do encarregado de negócios em janeiro de 1847³⁹¹. O pardo João José foi abordado na Rua Ituzaingó – uma das principais da *ciudadela* de Montevideu – por uma *partida*³⁹² de soldados e segundo o relato que deu, ao apresentar o título de nacionalidade lhe disseram: “*Si es brasileño, lo maten!*” Depois disso, João José relatava ter sido espancado e levado para quartelamento.

O inquérito ao qual teve acesso o encarregado e do qual fez um relato bastante detalhado deixa entrever que apenas apresentar o título de nacionalidade brasileira não resultava necessariamente em liberação da leva de recrutamento. João José apresentou duas testemunhas, os negros Manuel Leite dos Santos e José Pedro da Conceição, que confirmaram que este era trabalhador, empregado na casa de um inglês de nome Stward e que era liberto. O dado de que a vítima estava empregada foi repetido várias vezes no relato do encarregado brasileiro. Os agressores de João José foram identificados e prestaram depoimento também no inquérito, ao que responderam que o pardo não havia apresentado *papeleta* de nacionalidade, mas havia dito que “era brasileiro, liberto e não reconhecia autoridade nenhuma”, palavras consideradas como agressão à pátria pelos oficiais.

A necessidade de associar a condição de trabalhador ao título de nacionalidade brasileira pode ser entendida melhor por outro caso, o do *moreno* Joaquim Francisco, que em 23 de setembro de 1847 em localidade não identificada, foi arrebatado por uma tropa, apanhou e ficou preso por uma noite, até ser solto pelo Chefe Político da guarnição. A tropa que levou o súdito brasileiro tinha saído em missão de “*arrestar individuos mal entretenidos y hombres de color que indujesem sospechas*”³⁹³. Ao que parece, o decreto de 1841 e a política subsequente de encarar os negros livres como propriedade à disposição do Estado³⁹⁴ seguiram onde os *colorados* conseguiram dominar. Além de

³⁹¹ Nota de 12 jan 1847 – CAJA 1732 – Fondo Relaciones Exteriores –AGNUy; Nota de 08 jan 1847 - Códice 221/3/6 – AHI.

³⁹² Pelotão, numa tradução direta, ou apenas pequena tropa, num uso coloquial.

³⁹³ Nota de 29 out 1847 – CAJA 1732 – Fondo Relaciones Exteriores –AGNUy.; Nota de 26 out 1847 - Códice 221/3/6 – AHI.

³⁹⁴ BORUCKI, CHAGAS, STALLA, *Op. cit.* p. 36.

justificar suas ações classificando Joaquim como um negro suspeito, os soldados alegaram que lhe aplicaram uma surra por ter fugido da patrulha e não ter reconhecido sua autoridade. Joaquim Francisco não carregava sua carta de nacionalidade e sofreu com a prática comum das tropas prenderem primeiro e depois averiguarem, o que por sua vez explica sua reação ao fugir dos soldados.

A autenticidade das cartas de nacionalidade brasileiras foi constantemente questionada e inclusive, o Ministro das Relações Exteriores do *Gobierno de La Defensa* declarou abertamente sua suspeita de que os títulos brasileiros fossem utilizados por indivíduos que buscavam fugir do serviço militar. A insistência das autoridades *coloradas* em buscar aqueles que fugiam ao recrutamento chegou ao ponto de prender várias vezes um mesmo indivíduo para averiguação. Calixto Lopes da Silva, natural de Mariana em Minas Gerais, buscou seu título de nacionalidade na legação quando foi lançado o decreto do recrutamento compulsório de *morenos* livres em 1841. Sua nacionalidade foi atestada por quatro respeitáveis comerciantes: dois deles brasileiros, Manoel Guimarães da Costa e Antônio Marques Guimarães, um escocês, Edward Mac Eachen e um francês de nome Duplessil; todos muito bem relacionados com o alto escalão do governo *colorado*. Ainda assim, em 1848, após sete anos de múltiplas detenções para averiguações, ele tinha sido finalmente obrigado a servir, mesmo que fosse pública a informação de que há 22 anos Calixto trabalhava em barracas e como peão em *saladeros*³⁹⁵.

De fato, o inquérito sobre a nacionalidade de Calixto revelou um caso em que a determinação da nacionalidade se tornou um jogo de versões. Maria Lopez Garcia, africana, testemunhou dizendo que era mãe de criação de Calixto, tendo o recebido para cuidados quando ele contava sete anos de idade e fora trazido pelo espanhol Hermenegildo Antonio Lopez, antigo amo de ambos. A africana, que tinha vivido uma relação marital com seu senhor, da qual resultaram duas filhas, Maria Lopez Rodrigues e Carmen Lopez, afirmou ainda que o espanhol possivelmente era pai de Calixto, ou que ao menos, que este o tratava como filho. No mesmo processo, segundo o relato do agente diplomático brasileiro, depuseram oficiais e soldados que disseram que Calixto havia servido entre 1837 e 1838, sob a presidência de Oribe, que este era oriental, que havia crescido na *Calle San Carlos* e que sempre falara espanhol. Todas essas afirmações foram confirmadas pelas filhas de Maria Lopez Garcia que, contudo, afirmaram que não eram nascidas ao tempo em que Calixto fora viver em Montevideu. Por fim, o encarregado

³⁹⁵ Nota de 11 jul 1848 – CAJA 1733 – Fondo Relaciones Exteriores –AGNUy.

afiança que Calixto foi declarado oriental e ficara em serviço do exército de *La Defensa*, sem possibilidade de contestação.

Em alguns casos, a cidadania parecia uma questão de interpretação aos olhos dos requerentes e mesmo, daqueles que emitiam o título. Em 1849, o Ministro das Relações Exteriores Manuel Herrera y Obes escreveu à Andres Lamas, Ministro Plenipotenciário da República no Rio de Janeiro pedindo que esse enviasse uma representação ao Visconde de Olinda demandando esclarecimentos sobre a emissão de títulos de nacionalidade brasileira a cidadãos orientais nascidos naquela República enquanto essa era a Província Cisplatina e exigindo a demissão do encarregado brasileiro em Montevideú, responsável pelo abuso³⁹⁶. A nota de Lamas ao governo imperial retoma o papel do tratado de independência ratificado pelo Brasil e sua aceitação dos termos da constituição do Estado Oriental, que define a cidadania naquela república. Mas também deixa entrever um outro ponto importante, ao declarar que: “*los ciudadanos no pueden negar su cidadania para huirse de sus deberes con la nación.*” O governo imperial, depois de consultar o Conselho de Estado³⁹⁷, acaba por emitir nota orientando os agentes consulares no Uruguai a não emitirem títulos de nacionalidade baseados no nascimento durante o período da Cisplatina³⁹⁸.

O processo de emissão do título de nacionalidade brasileiro, além de sujeito a interpretações do agente, era passível de fraude, dado que consistia de uma breve investigação onde três testemunhas conhecidas e residentes na cidade de emissão faziam declarações assinadas da nacionalidade do requerente. Esse processo acabava por oferecer falhas em dois sentidos: aquele que preocupava as autoridades orientais, ou seja, a possibilidade de que as testemunhas cometessem perjuro e com isso, propiciassem a recusa ao arrolamento; a outra, ao limitar a emissão dos títulos às cidades que tinham cônsul ou vice-cônsul, no caso, Montevideú, Maldonado e San Servando, um amplo espectro de súditos imperiais se encontrava incapacitado de comprovar sua condição de estrangeiro. Ambas as situações deixavam espaços para mal-entendidos e oportunismos, justificativas usadas largamente por brasileiros e orientais, fossem eles *blancos* ou *colorados* ao responderem reclamações.

O recrutamento não foi visto por todos como um destino a ser evitado, houve aqueles que o viram como oportunidade. Desde 1844 o encarregado brasileiro em

³⁹⁶ Nota de 19 set 1849 – CAJA 1720 – Fondo Relaciones Exteriores – AGNUy.

³⁹⁷ Parecer ago 1849 – Códice 52 – SDH – Fundo Conselho de Estado – ANRJ.

³⁹⁸ Nota de 20 out 1849 – Códice 221/3/8 – AHI.

Montevidéu envia várias notas aos orientais reclamando da acolhida que desertores brasileiros da divisão naval estabelecida na capital uruguaia tinham no exército de *La Defensa*. Há mesmo a denúncia de que em 1846 um corpo inteiro de soldados da guarnição de Montevidéu formado por estes desertores, fato negado pelas autoridades orientais. Em palavras do agente diplomático imperial tal situação “se torna em um dificultador [sic] da disciplina dos navios de guerra, pois mostra quão fácil é desertar da marinha brasileira desde que se pegue em armas pela República Oriental³⁹⁹”. A reclamação do diplomata brasileiro estava calcada na percepção de que a fuga só se tornava bem-sucedida com a concretização da acolhida. Tal se deu com o acontecido a um negro, de nome Carlos que servia no brigue Pensamento de bandeira brasileira. Em algum momento do ano de 1846 ele foi seduzido a sair do navio e fugir para servir num batalhão da guarnição da capital, sendo localizado apenas no ano seguinte, quando passou a ser reclamado pelas autoridades brasileiras⁴⁰⁰.

O decreto do *Gobierno de La Defensa* que aboliu a escravidão em dezembro de 1842 destinou os varões úteis que haviam sido escravos, colonos ou pupilos ao serviço das armas, quanto as mulheres escravas, remeteu a questão à uma disposição de 1837 que tratava do tempo de pupilagem. A instituição da pupilagem ou patronato remontava ao período colonial, quando o liberto tinha que encontrar um *criollo* espanhol que o tutelasse e sob o teto do qual vivesse, muito embora, na prática, essa regra fosse amplamente descumprida. Na versão pós-independência, a pupilagem era defendida como um intervalo preparatório para a liberdade, mas de fato, era um simulacro da escravidão e uma representação da percepção racista da sociedade oriental, que defendia a incapacidade da população liberta se manter de forma honesta. Os argumentos em torno do patronato o caracterizavam como a salvação da vadiagem, da prostituição e da criminalidade, mas concretamente ele representou a sujeição de menores e mulheres aos antigos amos. Ainda assim, houve casos de resistência, marcados por fugas, por pedidos de trocas de amos e até pelo expediente do casamento⁴⁰¹.

De toda forma, se a manutenção de negras em regime de patronato equivalia à sua condição anterior de escravas, a defesa de sua nacionalidade oriental passava pela manutenção destas no território. Ao menos três casos de brasileiros que realizaram tentativas frustradas de levar escravas para fora do território oriental aparecem na

³⁹⁹ Nota de 30 abr 1847 – CAJA 1732 – Fondo Relaciones Exteriores –AGNUy

⁴⁰⁰ Nota de 29 out 1847 – CAJA 1732 – Fondo Relaciones Exteriores –AGNUy

⁴⁰¹ BORUCKI, CHAGAS, STALLA. *Op. cit.* P. 51

documentação diplomática brasileira. Um desses casos foi o de Maria Roza, que em 1845 foi conduzida por seu amo, o súdito brasileiro João dos Santos Perdigão, até o porto de Montevideú. Perdigão exibiu o título de propriedade da negra, mas os agentes do porto não expediram passaporte, objetando que ela era cidadã oriental e não poderia ser conduzida para fora da República, pois era responsabilidade do Estado. Passados dois anos, seu amo ainda reclamava sua propriedade.⁴⁰²

Certamente o expediente da acolhida ao escravo fugido foi o que mais preocupou a legação brasileira, especialmente depois de 1846, quando Oribe também decretou a abolição da escravidão. Se na capital, controlada pelos *colorados*, com quem o governo imperial mantinha ainda contato direto, a situação era conflituosa, no interior onde dominavam os *blancos*, representados diplomaticamente pelo governo de Buenos Aires, a possibilidade de intervir através da legação estava inviabilizada.

Em 1851, findada a Guerra Grande, houve um imenso afluxo de pedidos de restituição de escravos fugidos, entre eles, o pedido do Tenente do Exército Imperial Aureliano Amaro da Silveira que havia localizado seu escravo Domingos, que se denominou Joaquim, como soldado *blanco* que servia no Batalhão dos Restauradores Orientais. Tendo fugido da Província do Rio Grande do Sul, o escravo passara anos nas tropas de Oribe e gozava de boa reputação entre os oficiais que o comandavam. Plenamente incorporado não só ao exército, como também à sociedade, Domingos, ou Joaquim, conseguira a proteção de seus superiores e daí provinha a dificuldade de seu dono em resgatá-lo. As fugas e a acolhida dos orientais aos escravos fugidos tinham se tornado uma preocupação constante para os senhores de escravo sul-rio-grandenses, e não apenas para eles, mas para o Império.

3.2 As fugas e a acolhida: guerra, exército e razão de Estado

A partir de 1848 o Império começou a pleitear com as autoridades orientais, *coloradas*, mas também com o representante do governo de Buenos Aires no Rio de Janeiro, Tomás Antonio Guido, que também respondia em nome de Manuel Oribe, um acordo para a extradição dos escravos fugidos. A discussão com o Ministro argentino não frutificou, como em outras questões, ao passo que os *colorados* em Montevideú, interessados em obter suporte militar do Império, ao menos se mostraram capazes de

⁴⁰² Nota de 30 abr 1847 - Códice 221/3/6 – AHI.

ouvir as queixas. Os argumentos de Rodrigo de Souza Pontes, o encarregado de negócios brasileiro, permitem observar importantes transformações desde a abolição de 1842: o da aceitação da abolição da escravidão no Estado Oriental como um fato.

[...] o Governo Imperial entende que se podem combinar os direitos e interesses de dois países, fazendo distinção de duas épocas das quais compreende todo o tempo anterior à emancipação dos escravos e compreende a segunda todo o tempo que tem decorrido e decorre desde aquela emancipação. Pelo que respeita aos escravos introduzidos no Estado Oriental durante a primeira época, entende o Governo Imperial que os respectivos donos podem exigir a competente indenização no caso que se lhes denegue a faculdade de fazerem sair do território da República os escravos aí introduzidos. Pelo que respeita aos escravos introduzidos no Estado Oriental durante a segunda época entende o Governo Imperial que se os escravos vieram a este país fugidos, violentados ou aliciados, há direito para exigir a extradição deles ou o pagamento imediato de seu valor.⁴⁰³

A transição para o reconhecimento da abolição pode ser entendida como parte de uma estratégia que buscava resolver um problema muito maior, expresso na página anterior da mesma nota, a de que o direito de qualquer governo de dar a emancipação aos escravos em seu território “só pode ser legitimamente exercido quando é levado a efeito com as necessárias cautelas para não ofender os direitos adquiridos de propriedade, nem perturbar o sossego, tranquilidade e segurança dos Estados vizinhos”.

O contexto internacional do fim dos anos 1840 ameaçava de forma direta e clara a instituição da escravidão, cara e mais que isso, necessária ao Império do Brasil. As pressões pelo fim do tráfico por parte dos ingleses e o isolamento do Brasil como único país abertamente escravista do Atlântico Sul resultaram no fim do tráfico em 1850. Ao encerrar a fonte de abastecimento de mão-de-obra, o Império precisava garantir que não haveria também perdas através das fronteiras. Como parte das negociações, foram produzidas listas dos escravos fugidos que foram compiladas, a exemplo do que aconteceria depois com os proprietários de terra, em um único conjunto enviado aos Negócios Estrangeiros do Império⁴⁰⁴.

Sendo o objetivo desta pesquisa tratar dos proprietários brasileiros estabelecidos no Estado Oriental, e a finalidade desta parte dela, tratar da questão da propriedade

⁴⁰³ Nota de 18 jan 1848 – Códice 221/3/7 – AHI.

⁴⁰⁴ Dossiê de notas de 10 out 1849 – Códice 309/4/23 – AHI.

escrava como um dos fatores ruidosos na relação entre o Império e a República, me facultarei realizar uma longa discussão sobre a escravidão no Rio Grande do Sul e sua negação por parte da historiografia mais tradicional. A historiografia mais recente vem comprovando, com bases bastante empíricas, que os escravos negros se faziam presentes na província, como mão-obra tanto nas áreas urbanas quanto no mundo rural e que a escravidão no Rio Grande do Sul não era isenta do uso da violência, nem tampouco a sociedade de marcar as diferenças sociais e legais em relação aos cativos.⁴⁰⁵ De toda forma, a existência dessa lista, compilada em 1849, é prova da necessidade que os escravos sentiam de buscar alguma possibilidade de liberdade, mas também da vontade de seus senhores de manterem suas propriedades e com ela a instituição escravista.

Antes de realizar a discussão do teor dessa lista e de outras utilizadas por outros pesquisadores que se dedicaram a fuga escrava no Rio Grande do Sul, proponho observar cuidadosamente o processo que levou à sua confecção, por acreditar que seja esclarecedor de como as demandas locais e particulares podiam se tornar um problema nacional. Em quatro de outubro de 1848, o General Francisco José Soares de Souza d'Andrea⁴⁰⁶, Presidente da Província do Rio Grande do Sul e comandantes de armas, encaminhou uma circular ordenando às polícias dos municípios da fronteira a realização de levantamentos discriminando os escravos fugidos. Muito embora diferentes Câmaras de vereadores viessem encaminhando listas desde 1845⁴⁰⁷, nem todos os municípios atenderam a ordem do General Andrea. A lista que se encontra no Arquivo Histórico do Itamaraty e que foi cuidadosamente redigida sob os cuidados do Presidente da Província do Rio Grande do Sul apresenta um número de 467 escravos fugidos para o Estado Oriental. Nessa lista, se encontram os seguintes dados: nome do escravo, cor, naturalidade, nome dos donos, lugar de onde fugiu e para onde fugiu. Diferente da lista de proprietários que discuti no segundo capítulo, a lista de escravos fugidos era uniforme em suas informações, tendo inclusive o mesmo dado nos dois últimos campos, ou seja, todos os escravos haviam fugido da Província do Rio Grande do Sul para o Estado Oriental.

⁴⁰⁵ Para um recorrido rápido na historiografia sobre escravidão no Rio Grande do Sul sugiro a leitura de FLORES, Mariana F. C. T. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 219-222.

⁴⁰⁶ Francisco José Soares de Souza de Andrea, militar de origem portuguesa, foi presidente da província do Rio grande do Sul em duas ocasiões: em 1840, durante a Revolução Farroupilha e de 1848 a 1850. Foi ainda presidente da província de Santa Catarina, durante o período que o farroupilha David Canabarro tomou Laguna e declarou a República Juliana. Volto a tratar do General Andrea no próximo capítulo, onde apresento melhor sua trajetória.

⁴⁰⁷ Essas listas podem ser encontradas tanto no Fundo Polícia, quanto no Fundo Correspondências das Câmaras de Vereadores do AHRs. Nem sempre as reclamações são homogêneas, como discuti nessa segunda parte, incluindo diferentes problemas: fuga de escravos, terras embargadas, gado roubado.

As listas enviadas ao General Andrea demonstram uma diversidade muito maior de dados que os compilados por ele. Informações importantes como a data das fugas, o lugar preciso de onde fugiu no Rio Grande do Sul, marcas distintivas, se a fuga foi coletiva ou um empreendimento individual, todos esses dados foram excluídos pelo Presidente da Província. Mas mais importante que isso, o número de escravos constantes nas listas enviadas a Andrea e aquele da lista que ele compilou para o Ministério das Relações do Estrangeiro foi bastante divergente. Muito embora seja difícil precisar o total de escravos contidos naquelas listas – três pesquisas diferentes indicam números distintos: Silmei Petiz contabilizou 944 indivíduos⁴⁰⁸, Mariana Thompson Flores achou 647⁴⁰⁹ e Daniela Vallandro de Carvalho encontrou 736 escravos em fuga⁴¹⁰ – e não fosse meu objetivo quantificar esses dados, a diferença entre esses números indica que nem todos os casos de cativos fugitivos fossem concernentes ao pleito do Império frente ao Estado Oriental.

Os estudos realizados sobre as listas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul ajudam a identificar algumas possibilidades para explicar essa disparidade. De fato, tenho de precisar uma informação: os números levantados pelos pesquisadores que citei são baseados numa compilação realizada em 1850, e conseqüentemente, contêm dados posteriores ao envio da lista que encontrei no Arquivo Histórico do Itamaraty. Ainda assim, creio ser válido considerar a diferença de números não apenas resultado de uma coleta mais minuciosa no período entre uma e outra lista, mas também fruto de outros fatores.

Ao analisar os nomes dos proprietários de escravos da lista de 1848 – forma à qual irei me referir à lista compilada e enviada pela General Andrea ao Rio de Janeiro – pode nos fornecer algumas pistas sobre os critérios utilizados para sua confecção. Antes mesmo de compilar os dados sobre os proprietários desses escravos me chamou a atenção o fato de que alguns nomes me eram familiares tanto da pesquisa em inventários *post-mortem* quanto da lista de proprietários de estâncias do RRNE de 1850. A partir dessa constatação, tomei o cuidado de identificar esses nomes, realizando uma análise cruzada dessas três

⁴⁰⁸ PETIZ, Silmei S. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: EdUPF, 2006

⁴⁰⁹ FLORES, Mariana F. C. T. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

⁴¹⁰ CARVALHO, Daniela V. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional - 1830-1850)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

listas. Também expandi a intersecção desses dados para nomes com um mesmo conjunto de sobrenomes.

Considerando apenas a comparação entre a lista de 1848 e a de 1850 do RRNE os nomes que se repetem são poucos, porém se encontram localizados num espaço geográfico definido e quando comparamos a lista de 1848 com os nomes constantes como inventariados e principalmente como herdeiros desses inventários, ressurgem algumas das redes que analisei no capítulo anterior.

Os Corrêa Mirapalheta, estabelecidos na atual Santa Vitória do Palmar com suas propriedades nas costas do Chuí e região, têm nove ocorrências, totalizando 17 escravos reclamados. Os Porciúncula, outra rede de proprietários com terras dos dois lados da costa do Rio Jaguarão, apareceram três vezes reclamando quatro escravos. Outros 22 proprietários de escravos que compunham redes familiares ou que eram eles mesmos nominalmente donos de estâncias no Estado Oriental aparecem na lista, pedindo a devolução de 47 cativos, quase 10% do total de registros. Esses dados suscitam duas reflexões, uma relacionada à condição da fuga desses escravos e outra à condição de seus senhores para reivindicar seu retorno.

Como apontei, todos esses proprietários estavam geograficamente localizados, vivendo na fronteira com ocupação mais antiga, aquela entre o Rio Grande do Sul e os departamentos de Maldonado e Cerro Largo. Sendo estes 47 escravos propriedades de pessoas que eram parte de famílias que tinham terras dos dois lados da fronteira podemos inferir que muito provavelmente eles tenham transitado em momentos anteriores à sua fuga pelo território oriental, ou no mínimo conviveram com outros escravos e peões que o fizeram. Muito provavelmente esses cativos tivessem vivido nas estâncias do Estado Oriental, e possuíssem laços com habitantes daquele território, conhecessem libertos, outros escravos fugidos ou orientais que lhe fornecessem refúgio. Certamente a grande maioria deles sabia das leis de recrutamento de negros e mulatos e da abolição.

O histórico das fugas cativas na fronteira era preocupação das autoridades desde o período colonial⁴¹¹ e se agrava com a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, e sua decisão em oferecer a liberdade a todo escravo que atravessasse a fronteira⁴¹².

⁴¹¹ ACRUCHE, Hevelly. *Escravidão e liberdade em territórios coloniais: Portugal e Espanha na fronteira platina*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2013; KUHN, Fábio. “Os batismos de escravos na Colônia do Sacramento (1732-1759): notas de pesquisa”. In: *Anais 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Maio 2013, Florianópolis, UFSC.

⁴¹² Keila Grinberg refere-se a um documento da diplomacia portuguesa, intitulado “Reclamação do governo português para a entrega de escravos refugiados ao Brasil no território das Províncias Unidas do Rio da Prata”, datado de 1813. Nesta reclamação, os portugueses mostram-se inquietos com a grande quantidade

Esta determinação encerrava uma longa tradição devolucionista, ao menos na lei, em que os antigos Impérios ibéricos tentavam colaborar na manutenção da propriedade de seus súditos⁴¹³. Durante o período artiguista o número de fugas desde o Rio Grande de São Pedro aumentou consideravelmente, especialmente na fronteira sul⁴¹⁴. O alistamento de cativos nas tropas artiguistas foi apontado pelo naturalista francês Saint-Hilaire:

(...) todos são unânimes em afirmar que, dos soldados de Artigas, os que em todas as ocasiões mostraram mais coragem foram os negros fugidos; o que é natural, porque eles lutam por sua própria liberdade; além disso, o negro é mais valente do que o índio, porque menos alheio do que este à ideia do futuro, donde sua valentia em arriscar tudo em busca de um destino melhor.⁴¹⁵

O trânsito para a fuga também aconteceu no sentido inverso com alguns escravos de senhores orientais fugindo para o Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, o exército português não se furtou a recrutar escravos desertores das tropas artiguistas em troca da liberdade, tendo o General Lecor em maio de 1817 promulgado decreto nesse sentido.⁴¹⁶ A guerra abria possibilidades novas em relação à liberdade.

Com a expansão da área ocupada pelos brasileiros no Estado Oriental, creio ser possível apontar para uma configuração do que seriam caminhos. Daniela Vallandro de Carvalho aponta que a maioria dos escravos fugidos para o Estado Oriental ia para os departamentos de Salto, Cerro Largo, Paysandú, Tacuarembó e Montevideu. Ainda, na Confederação Argentina, Entre-Ríos e Corrientes se configuram como as mais acessadas pelos cativos em fuga⁴¹⁷. Se excluirmos a capital do Estado Oriental é possível observar que a área geográfica forma uma espécie de “corredor” na fronteira do Rio Grande do

de fugas de cativos da capitania de Rio Grande para os territórios das Províncias Unidas. Além disso, criticam os "fatais efeitos" de um decreto que declarava a liberdade de todos os escravos de países estrangeiros que passassem para o território das Províncias Unidas. GRINBERG, Keila. "Escravidão, Alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o 'princípio da liberdade' na fronteira sul do Império Brasileiro." In: CARVALHO, J. M. (org.) *Nação e Cidadania no Império: Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 274.

⁴¹³ CARVALHO, Daniela V. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional - 1830-1850)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. p. 251.

⁴¹⁴ PICCOLO, Helga. "A resistência escrava no Rio Grande do Sul". Cadernos de Estudos da UFRGS. Porto Alegre, n. 6, 1992.; PETIZ, Silmei S. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: EdUPF, 2006.

⁴¹⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2002. p. 54.

⁴¹⁶ ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800 – 1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 159.

⁴¹⁷ CARVALHO, Daniela V. *Op. cit.* p. 118

Sul, na direção contrária ao litoral. Coincidentemente esse mesmo sentido do “corredor” é o sentido da ocupação das terras pelos pecuaristas sul-rio-grandenses no Estado Oriental. Creio ser possível afirmar que a rota das fugas escravas desde o Rio Grande do Sul estava bastante ligada ao trânsito da mão-de-obra a partir da ocupação ao norte do Rio Negro. Esse trânsito fornecia as informações que permitiam tornar mais segura a fuga e esta ser uma possibilidade de liberdade.

Tenho claro que a fuga era um empreendimento de certa dificuldade⁴¹⁸. Mesmo aqueles que conseguiam entrar suficientemente no território ao cruzar a linha de fronteira, podiam encontrar condicionantes para a liberdade, como nos casos de recrutamento forçado que apresentei. Os castigos pesados infligidos aqueles que eram recapturados, além de uma série de outros expedientes utilizados na repressão e controle das fugas, como os prêmios aos escravos que delatassem possíveis fujões tornavam a fuga uma decisão arriscada⁴¹⁹.

Havia ainda a possibilidade de uso de incentivos que melhoravam material e socialmente sua condição por parte dos senhores como controle⁴²⁰ – a permissão para pequenos rebanhos⁴²¹, inclusive com a contribuição de cabeças de gado; a formação de família escrava; o acesso à compra da alforria. Essas práticas também foram detectadas no contexto platino, seja com a gratificação em dinheiro, seja com o incentivo aos casamentos entre escravos⁴²². Fugir era romper com as possibilidades de negociações entre senhores e escravos⁴²³, parte de um amplo espectro de relações desiguais na sociedade brasileira do oitocentos. As condições de vida escrava oscilavam muito e as fugas não podem ser vistas como um caminho fácil em busca da liberdade.

⁴¹⁸ Como bem apontou Mariana Thompson Flores, há um certo romantismo em um número considerável de autores para que não “alertem para essa questão de o quão difícil era a empreitada da fuga dos escravos. Ocorre que, em geral, os autores estão tão concentrados em exaltar a ‘liberdade’ existente do outro lado”. FLORES, Mariana F. C. T. Op. Cit. p. 234.

⁴¹⁹ O trabalho de Thiago Leitão de Araújo contribuiu enormemente para repensarmos as estratégias de domínio senhorial, ou seja, ao contrário do que a maioria dos trabalhos vinha fazendo, nos perguntarmos porque não fugiriam os escravos, especialmente aqueles que trabalhavam na pecuária. ARAÚJO, Thiago L. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila de Cruz Alta, província de São Pedro, 1834-1932)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. p. 174.

⁴²⁰ *Idem*, p. 185.

⁴²¹ FARIA, Sheila C. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 241.

⁴²² Osório indica que, para o contexto buenairense, os historiadores Mayo e Perri constataram a prática de gratificar com dinheiro alguns escravos, assim como Jorge Gelman detectou o incentivo ao casamento entre escravos. OSÓRIO, Helen. “Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial”. In: *Anais da Segunda jornada de História Regional Comparada*. Porto Alegre: PUCRS, 2005. p.11

⁴²³ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Nesse sentido, fugir para o desconhecido não era uma alternativa, como afirmou Jônatas Caratti, “para cada decisão de fuga havia uma motivação, um cálculo”⁴²⁴. Muito embora o contexto fronteiriço⁴²⁵ tivesse suas peculiaridades, volto a ressaltar que não estou observando essas fugas como fáceis, mas a fronteira e o contexto bélico foram fatores que as favoreceram. A condição de trânsito frequente e mesmo de permanência no território do Estado Oriental a serviço do senhor alterava positivamente o quadro de insegurança para os escravos fugitivos. Ainda a possibilidade de encontrar acolhida nas tropas de ambas as facções orientais durante a Guerra Grande e mesmo depois, desequilibrava o sistema de controle sobre as fugas. De fato, a preocupação com a recuperação dos 467 escravos listados em 1848 era parte de uma tentativa muito maior de manter esse sistema de controle e manter a própria ordem social no Império.

Voltando a observar aqueles 22 senhores de escravos que participavam de famílias que tinham terras no Estado Oriental, sendo o trânsito desses escravos tão frequente, e como apontei no capítulo anterior, sua permanência naquele território comum mesmo após a abolição, pode-se questionar os dados de seu ponto de fuga e aventar se eles não poderiam ter fugido de seus amos estando no Uruguai. Não sendo possível validar essa possibilidade com os dados que coletei, ainda assim, gostaria de fazer um esforço analítico sobre ela. Se esses escravos estivessem em solo oriental e fugissem, estariam sujeitos a conseguirem a liberdade segundo as leis de abolição orientais e seus senhores poderiam, com todas as dificuldades que o processo apresentava, pedir indenização. Nesse caso, temos que nos perguntar o que tornava a indenização tão pouco atrativa em relação a uma incerta captura e devolução desses cativos fujões?

O ano de 1848 marcou a reabertura das discussões sobre a repressão e o fim do tráfico no Parlamento do Império. Segundo Sidney Chalhoub, antes da queda do gabinete liberal, a discussão sobre a revogação da lei de 1831 – aquela conhecida como “lei para inglês ver” – e a opinião pública contra o tráfico marcaram as últimas sessões públicas daquela legislatura⁴²⁶. A repressão ao tráfico transatlântico realizada pela Marinha de Guerra inglesa, especialmente na costa brasileira, se tornava cada vez mais agressiva, tornando o comércio de grosso trato de escravos uma atividade tão arriscada que

⁴²⁴ CARATTI, Jônatas M. *O Solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2013. p. 126.

⁴²⁵ Mariana Thompson Flores aponta reflexões interessantes ao se perguntar sobre as circunstâncias das fugas. FLORES, Mariana F. C. T. *Op. Cit.* p. 238-257.

⁴²⁶ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 111.

questionava sua lucratividade, ao mesmo tempo que colocava em cheque a capacidade de defesa da soberania do Império do Brasil. Em 1850, a manutenção do tráfico parecia impossível e o tema dominava todos os debates.

Em geral, nesses debates, os conservadores reafirmavam que as dificuldades em eliminar o tráfico não concerniam a esse ou àquele partido, mas se deviam a motivos de força maior que enredavam as duas facções da política nacional (numa referência elíptica, como de hábito, ao descumprimento da lei de 1831 e à propriedade escrava ilegal decorrente disso); os liberais cobravam do governo tomar a iniciativa quanto ao assunto, pois a desenvoltura da Marinha inglesa na repressão ao tráfico na costa brasileira ofendia a soberania nacional e causava prejuízos comerciais crescentes. Não obstante essas querelas partidárias nota-se logo que os dois partidos professavam, ao menos retoricamente, dois pontos em comum: primeiro, o tráfico se tornara prejudicial ao país, logo a questão consistia tão somente no modo e oportunidade de dar cabo dele; segundo, a “opinião do país” era agora contrária ao tráfico, “nenhum ministério poder-se-ia hoje [...] sustentar no poder, se não se declarasse inimigo do tráfico de africanos, se não empregasse esforços para reprimi-lo”.⁴²⁷

Podemos entender a elaboração das listas de escravos fugidos como parte desse processo que se encerra com a extinção do tráfico através da aprovação da Lei Eusébio de Queiroz em 4 de setembro de 1850, e que inicia outro longo processo, o de resistência dos senhores ao fim da escravidão. A inflação sobre o preço dos escravos, a concentração da propriedade desses nas atividades mais capitalizadas, o chamado tráfico interprovincial, todas essas consequências da extinção do comércio de escravos vindos diretamente da África tornariam difícil que, caso aqueles 22 senhores de escravos optassem pela indenização, eles tivessem condições de adquirir outros cativos para “repor” seu plantel. A sobrevivência da escravidão na fronteira sul em meados do Século XIX se tornara uma preocupação nacional.

O que agravava este quadro era uma postura importante dos *blancos* dentro de seu projeto de nacionalidade oriental. Dentre as constatações de Rodrigo de Souza Pontes, naquela nota de janeiro de 1848 que citei há algumas páginas, uma não estava em discussão: a fronteira era dominada por Oribe, que dava proteção aos escravos fugidos.

⁴²⁷ *Idem*, p. 119

O fato foi citado sem contestação, reconhecendo que a solução do problema não passava pela mesma via na qual se construía o debate com o governo de Montevideú.

A lei de abolição do *Gobierno del Cerrito* foi sancionada em 1846 pela Assembleia Geral e foi promulgada dois dias depois por Manuel Oribe e Bernardo P. Berro, integrantes do poder executivo. Mais radical que a legislação de *La Defensa*, estabeleceu no primeiro de seus sete artigos a abolição total da escravidão na República a partir daquele momento. Inicialmente a lei de abolição reconheceu a do patronato de 1837, que dizia que todos os varões com menos de 25 anos deviam ficar sob tutela de seus antigos amos, mas ainda em dezembro de 1846 uma circular delimitou que homens negros casados ou que tivessem pais legítimos que pudessem reivindicá-los não deviam ser atingidos pelo patronato⁴²⁸. A mesma lei da abolição determinava que os senhores seriam recompensados, segundo mecanismos que seriam discutidos depois da guerra, mas ficou admitida a dívida da nação para com os donos dos cativos.

Ao contrário da lei promulgada em 1842 por *La Defensa*, a lei de 1846 não faz menção alguma ao recrutamento dos libertos, nem condiciona a liberdade ao serviço de armas. Foi a aplicação da lei a partir da leitura de que a liberdade concedia a cidadania que demonstrou seu caráter militar. Borucki, Chagas e Stalla demonstram como as primeiras manifestações do Ministério da Guerra *blanco* desde o dia da promulgação da lei foram para engrossar as fileiras do exército com os libertos e como a regulamentação pelo executivo das formas de registro dos escravos e de seus amos, para indenização, na verdade favoreciam o recrutamento em massa⁴²⁹.

O processo consistia da formação de Comissões Departamentais, constituídas pelo Chefe Político ou, na ausência deste, o Comandante Militar para a presidência, pelo *Alcalde Ordinario* de cada vila e por dois indivíduos eleitos – pelo presidente – entre os mais distintos, com a sugestão de que se possível houvesse médicos nessas comissões. Os senhores deveriam comparecer ante à Comissão acompanhando seus escravos e caso não fosse possível, por ausência ou enfermidade, um representante deveria ser enviado em seu lugar, em troca receberiam boletos com os valores dos libertos, para posterior busca de indenização. Mas a função principal dessas comissões não era garantir o registro indenizatório. De fato, seu papel era fazer um levantamento detalhado das condições dos escravos apresentados e de sua possibilidade de recrutamento. Essas comissões passaram

⁴²⁸ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855*. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004. p. 65

⁴²⁹ *Idem*, p. 66

a operar em fins de 1846 e princípios de 1847. Este período coincide com o das primeiras reclamações de violência praticada pelo *blancos* contra brasileiros por resistência ao recrutamento no interior da campanha oriental.

Por sua vez, servir no exército oribista podia significar a liberdade, mas também podia significar condições de vida menos dignas do que aquelas encontradas no cativeiro. A vida em barracas, com condições de higiene e comodidade mínimas, com toque de recolher e acordar, exigindo a permissão dos superiores para saídas, com o pagamento irregular dos soldos e com possibilidade de promoção limitada às vacâncias de cargos, além da distribuição das tarefas mais pesadas para os libertos, todas essas condições podiam ser vistas como motivos para deserção. E elas não foram poucas, porém foram punidas severamente.

Segundo Magariños de Mello, em sua coleção de documentos do *Gobierno del Cerrito* os castigos aos que eram pegos demonstrando má conduta eram pesados, indo desde pelo rebaixamento de patente até violência física⁴³⁰, reproduzindo práticas de disciplinamento reconhecidas a senhores de escravos. O uso de açoites e grilhões, ou mesmo a prisão ao tronco não foram incomuns, fazendo parte das histórias de deserções e de recusa ao recrutamento. Essas condições talvez expliquem a permanência de cativos sob a “proteção” de seus senhores, alguns deles estancieiros brasileiros que encontrei na documentação diplomática.

É o caso de um grupo de estancieiros de Cerro Largo que envia representação em dezembro de 1851 reclamando do embargo de terras que sofreram ao serem flagrados pelas tropas do comandante *blanco* Dionísio Coronel⁴³¹ escondendo seus escravos. A intenção do grupo era ao mesmo tempo pedir a restituição de suas propriedades, dado que a vitória dos *colorados* deveria tornar sem validade todos os atos do governo de Manuel Oribe, e também pedir a retirada de outro membro da família Coronel do posto de Chefe Político de Cerro Largo, o Comandante Pio. O relato de todas as humilhações infligidas pelas tropas orbistas deixa claro como o tema da escravidão era sensível: dentre as acusações de abuso feitas contra Dionísio Coronel constam o acobertamento de escravos fugitivos da Província do Rio Grande do Sul, a libertação dos escravos e seu consequente

⁴³⁰ MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *El gobierno del cerrito: coleccion de documentos oficiales emanados de los poderes del gobierno presidido por el brigadier general D. Manuel Oribe, 1843-1851*. Poder ejecutivo, Tomo 2. Montevidú: Imprenta El Siglo Ilustrado, 1948. P. 333.

⁴³¹ Dionísio Coronel foi objeto de maior atenção no capítulo seguinte, quando retomo suas ações no governo de Cerro Largo revendo brevemente sua biografia.

recrutamento forçado, além do embargo das terras como punição pelo acobertamento dos cativos e por atravessarem gado para o Império sem pagar taxas⁴³².

O medo de que a política de recrutamento de negros impulsionasse as fugas de escravos era ponto importante nas preocupações das autoridades brasileiras. Vislumbrar a possibilidade de uma vida melhor do outro lado da fronteira trazia riscos inegáveis para a manutenção da escravidão. Em carta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Manuel Antônio Galvão chama a atenção a documentos enviados por brasileiros residentes no Estado Oriental que denunciam “o iníquo proceder de agentes daquele intruso Presidente [Oribe] recrutando nessa província escravos com o duplicado fim de prejudicar debaixo de mais de um ponto de vista os interesses do Império e encher as fileiras de seus exército”⁴³³.

A historiografia dá conta de uma quantidade considerável de libertos que viram no exército oribista uma possibilidade de melhorar suas condições de vida⁴³⁴. Os confiscos de propriedade ofereceram ao *Gobierno del Cerrito* a possibilidade de oferecer benefícios àqueles que o apoiavam, tanto civis como militares. Muito negros e pardos, graças aos seus bons serviços de armas puderam aceder a bens e posições que lhes eram impossíveis antes. Ironicamente, muitos desses confiscos foram propriedades de antigos senhores de escravos.

Várias dessas propriedades foram terras de sul-rio-grandenses, que seguiram reclamando-as nos anos que se sucederam ao fim da guerra. Tratarei da questão dos confiscos mais adiante, por agora creio ser importante perceber como essa ação dos *blancos* constituía parte de um conjunto de Estado, implicando a doação de bens dos inimigos da nação na recompensa daqueles que tinham se comportado como bons cidadãos⁴³⁵. Da mesma forma como anteriormente apontei ao falar de Fructuoso Rivera, creio ser necessário demonstrar que Manuel Oribe e seus partidários *blancos*, não ignoravam a estrutura de Estado e sua legalidade como se pressupunha em relação aos caudilhos, mas a usavam em seu favor, ao mesmo tempo que a iam construindo segundo sua percepção.

⁴³² Nota de 1851. Códice 310/1/1 – Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ. Parte das acusações contra Dionísio Coronel diz respeito a questão da retirada dos escravos das charqueadas de San Servando e outras imediações do Rio Jaguarão em 1849 de que trato no capítulo 4.

⁴³³ Nota de 10 ago 1847. Códice 309/4/23 – AHI.

⁴³⁴ CARVALHO, Daniela V. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional - 1830-1850)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. p. 251-258.

⁴³⁵ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855*. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004. p. 243-256.

As tentativas de evasão de diferentes proprietários, especialmente daqueles que viviam nas áreas menos populosas e remotas do interior, que escondiam seus escravos e se negavam ao comparecimento às comissões, levou à necessidade de patrulhas militares para realizar investidas nas estâncias dos que não se apresentavam voluntariamente.

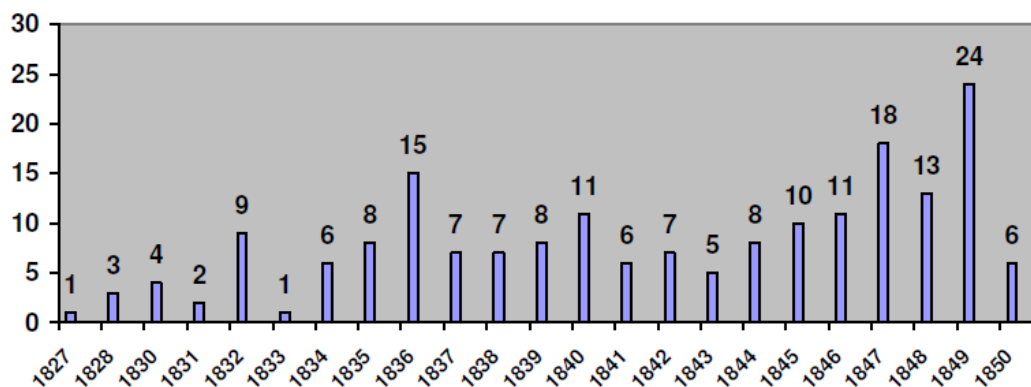
Retomando as reflexões sobre a lista de 1848 de escravos fugidos, acho importante pensar quem eram os senhores que podiam reivindicar escravos fugidos, até para poder estabelecer um dos fatores que provavelmente explicam a variedade de números entre essa lista depositada no Arquivo do Itamaraty e aquela compilada em 1850 – habitualmente utilizada pelos estudos sobre fugas – e que se encontra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Já aventei que uma das possibilidades se encontra na diferença de dois anos que separam a primeira lista da segunda, que teria permitido que um número maior de proprietários e escravos fugidos fossem listados. Mas creio que até esse ponto merece aprofundamento, avaliando o contexto desses dois anos.

Ao analisar casos de alforria de escravos que se utilizaram repetidamente do argumento de terem vivido no Estado Oriental e sido (re)introduzidos no Brasil após 1831, Marcelo Matheus apontou que houve casos em que o senhor preferiu conceder a alforria ao escravo para evitar o litígio na justiça e se perguntou: “Seria o caso de passarmos a questionar, também sobre a dificuldade de alguns *senhores* em acessar a justiça para se defender de seus cativos?”⁴³⁶ O autor não oferece respostas conclusivas, mas creio que posso apontar alguns indícios nesse sentido.

O primeiro deles pode ser justamente esse aumento vertiginoso no registro centralizado de escravos fugidos para o Estado Oriental num intervalo de dois anos. Dependendo do autor com quem dialogarmos, o incremento será de 100%. Podemos observar que nesse período o poder provincial estava sensível a todos os problemas relacionados à fronteira e ao território oriental. Muitos senhores talvez tenham visto esse momento como a oportunidade para reivindicar algo que antes lhes parecia impossível. Considerando os dados analisados por Thompson Flores em relação à distribuição das fugas por anos – que não atingem o total da lista de 1850, mas apenas 190 cativos – acredito ser possível supor que apesar do incremento das fugas entre 1847 e 1850, percentualmente elas não justificariam por si só o aumento dos registros no período entre a confecção da primeira e da segunda lista.

⁴³⁶ MATHEUS, Marcelo. “Manejando a fronteira: estratégias escravas e senhoriais em torno dos limites entre o Brasil e o Uruguai (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, século XIX)”. In: *As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 141.

Gráfico 01: Ano das fugas dos escravos a partir da relação de 1850:⁴³⁷



Fonte: AHRGS. 1850 – Rio Grande do Sul. Relação e descrição dos Escravos (por proprietários) fugidos para Entre Rios, Corrientes, Estado Oriental, República do Paraguai e outras províncias brasileiras. Estatística. Documentação Avulsa. Maço 1. AHRGS. Sem data. Serra do Caverá. Relação de escravos de José Maria de Sousa fugidos para Cisplatina. Estatística. Documentação Avulsa. Maço 2.

Outro fator que pode explicar essa diferença consistia na necessidade de documentos comprobatórios da posse dos escravos. Até 1872, quando se instituiria a matrícula em decorrência da Lei do Ventre Livre, não havia no Império do Brasil um registro de posse de escravos. Para efeitos, era possível utilizar a certidão de nascimento, no caso dos nascidos no Brasil e/ou a certidão de compra e venda, especialmente no caso dos africanos. A questão era, como bem apontou Beatriz Mamigonian ao tratar de debate sobre o tema no Conselho de Estado do Império no ano de 1863⁴³⁸, a forma vaga como os registros se constituíam. Ao escravo não era imputado estado civil, sobrenome ou mesmo, na maior parte das vezes, nem o lugar de nascimento e a idade; tudo que constava nos registros era o primeiro nome, o nome do senhor e em caso de compra e venda, o comprador e vendedor. A partir do primeiro nome se tornava possível falsear uma série de situações, que se tornariam reais quando validadas socialmente.

A historiografia tende a tomar a propriedade escrava como segura e incontestada, especialmente pela convivência geral em relação ao tráfico ilegal. Todo escravo introduzido entre 1831 e 1850 não possuía registro, como parte da própria ilegalidade de

⁴³⁷ FLORES, Mariana F.C.T. *Op. cit.* p.247.

⁴³⁸ MAMIGONIAN, Beatriz. “O Estado Nacional e a instabilidade da Propriedade Escrava: A Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872.” *Almanack*, n.2, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/view/727>>. Acesso em: 03 Jul. 2015.

seu desembarque e escravização: essa precisava ser ocultada. E realmente essa não foi uma questão entre os nacionais, que reconheciam a posse daqueles escravos. Mas na relação entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai foi possível observar a fragilidade dessa instituição. E no caso dos estancieiros sul-rio-grandenses, a dimensão dessa fragilidade derivada da ilegalidade podia ser dupla: havia os que além de comprar africanos do tráfico ilegal com destino no Brasil, compraram africanos desembarcados no Estado Oriental depois da proibição do tráfico naquele país⁴³⁹. Uma possibilidade em relação à diferença entre as duas listas era a de que a que foi enviada ao governo do Estado Oriental cumprisse minimamente com os critérios de comprovação da propriedade escrava em relação aos fugitivos.

As contestações sobre a propriedade escrava seguiram por muitos anos e os problemas dos estancieiros brasileiros em relação à de mão-de-obra serão apontados por décadas. Mas durante os anos que antecederam a intervenção brasileira que levou ao fim da Guerra Grande, a diplomacia brasileira acreditou que a instituição de um tratado de extradição dos escravos fugidos seria a solução para o problema na fronteira sul. Na verdade, todo o empenho em manter a escravidão no Brasil, ocorreu em paralelo ao de formação do Estado Nacional, e com ele houve todo um esforço para codificar. Fez-se necessário definir e regulamentar o “solo escravo” como bem apontou Keila Grinberg⁴⁴⁰. Acompanhando esse esforço, era necessário regulamentar a situação da relação que o Brasil, escravista, teria com o “solo livre” oriental.

Logo após a derrota de Manuel Oribe, duas questões se impõem na correspondência diplomática. A primeira delas são os pedidos de restituição de escravos feitos por senhores, que durante a campanha militar os encontraram. Foi o caso de Domingos, ou Joaquim, escravo do Tenente Aureliano Amaro da Silveira, de quem já falei. E também da reclamação feita por um grupo de súditos brasileiros em relação ao comandante da Fortaleza de Santa Teresa: este teria declarado que os escravos que fugiam para o Estado Oriental eram livres, em nome do governo da República. A exemplo do caso dos súditos estabelecidos em Cerro Largo, esse relato vem acompanhado de outras reclamações e foi intitulado “Atos de malevolência contra os súditos brasileiros”⁴⁴¹. O

⁴³⁹ Borucki, *Abolicionismo y tráfico de esclavos em Montevideo tras la fundación republicana. (1829-1853)*. Montevideo: Biblioteca Nacional/UDELAR, 2009.

⁴⁴⁰ GRINBERG, Keila. “Escravidão, direito e alforria no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o “princípio da liberdade” na fronteira sul do Império brasileiro.” In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.267-287

⁴⁴¹ Nota de 27 set 1852 – CAJA 1734 – Fondo Relaciones Exteriores – AGNUy.

Então Encarregado dos Negócios do Brasil no Estado Oriental José Maria Paranhos escreveu carta acompanhando a indignação dos súditos, o que demonstra mais uma vez a sensibilidade do assunto da fuga de escravos através da fronteira, mobilizando figuras importantes da Corte.

Logo do encerramento da Guerra Grande, houve um grande esforço do governo brasileiro de fazer valer os interesses de seus súditos, mas de fato, o estabelecimento de um Estado de direito no Uruguai foi diminuindo a capacidade de reivindicação dos estancieiros. Reivindicações como a do Major Francisco Maciel de Oliveira, que em 1852 teve o capataz de sua propriedade, Antonio Medina, preso por perseguir um escravo fugido campanha do Estado Oriental adentro⁴⁴², não se sustentavam sob o olhar do direito internacional, pois claramente feriam a soberania da República. O Major dizia que a prisão de seu capataz o causara prejuízo porque três mil reses ficaram abandonadas na sua estância situada entre Cañas e o Arapehy-Chico. Como poderia possuir escravos em uma estância no Estado Oriental após a abolição, persegui-los em caso de fuga em “solo livre” e acreditar que havia legalidade em reclamar prejuízos na interrupção dessa ação? Como observado, era difícil para muitos desses senhores compreenderem que a legislação brasileira não se aplicaria no território do país vizinho.

Diferente dessas situações, que poderiam ser localizadas de alguma forma num limbo da compreensão da legislação, os casos de reescravização por sequestro consistiam um crime claro. O governo oriental passa a reclamar desde 1848⁴⁴³ do sequestro de cidadãos uruguaios negros e pardos para serem vendidos no Brasil. As condenações públicas das autoridades brasileiras foram muitas, muito embora, segundo Rafael Peter de Lima, na prática – como em todos os temas ligados à manutenção da escravidão – tenham sido coniventes, e às vezes, até participantes dessas situações⁴⁴⁴. Os crimes eram publicamente repudiados, mas os seus executores nunca eram punidos e as reclamações nesse sentido proliferam nos fundos documentais. Ainda assim, em dois momentos o Governo Imperial se pronunciou sobre a ilegalidade dessas tentativas de reescravização: quando do Aviso 188 de 1856 do Ministério da Justiça, que ratificava a validade da lei de 07 de novembro de 1831, que proibia a entrada de pessoas escravizadas no Império; e o

⁴⁴² Nota de 27 set 1852. CAJA 1734 – Fondo Relaciones Exteriores – AGNUy.

⁴⁴³ O primeiro documento que consegui encontrar relatando um caso de sequestro é posterior, de 1852, mas em 1848, há uma nota do governo oriental denunciando o crime de forma genérica. Códice 309/4/23 – AHI.

⁴⁴⁴ LIMA, Rafael Peter. *A Nefanda Pirataria de Carne Humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

parecer de 25 de abril de 1859 do Conselho de Estado confirmando a ideia de que a nacionalidade de um indivíduo é relativa ao local de nascimento do mesmo⁴⁴⁵. Neste mesmo sentido, o governo imperial também se manifestou em 1851, alertando seus cidadãos que levavam voluntariamente seus escravos para o Estado Oriental de que não seria possível apresentar reclamações sobre a libertação ou fuga desses escravos, juridicamente eles tinham se tornado livres ao pisar em solo uruguaio.

Exatamente para evitar esses problemas, advindos da impossibilidade de o governo imperial apoiar esses pleitos, mas conscientes da dificuldade que esses estancieiros alegavam ter em suprir suas estâncias de mão-de-obra, em sete de agosto de 1852, o vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul publica uma nota oficial sugerindo o mecanismo dos contratos de peonagem, de que falei brevemente no primeiro capítulo. Nessa nota, Luís Alves Leite de Oliveira Bello reconhece que aqueles que levam seus escravos voluntariamente para o Estado Oriental não os têm protegidos pela existência do Tratado de Extradicação de 12 de outubro de 1851⁴⁴⁶. Os riscos, assumidos pelos senhores, incluíam a não reclamação de cativos fugitivos nessa situação, nem do recrutamento ou libertação destes por tropas de polícia e Comandos Militares.

As preocupações em realizar os contratos de peonagem não apenas incluíam a necessidade dos senhores de que os escravos não procurassem outro rumo que não suas estâncias tão logo chegassem no Estado Oriental, mas também que não fossem recrutados pelas tropas nacionais, dado que o contrato reconhecia esses “ex-cativos” como brasileiros e comprovava sua condição de trabalhadores, retirando-os da categoria de *mal-entretidos*, ou seja, desocupados. O documento que encontrei no Arquivo General de La Nación tinha uma transcrição desta nota em espanhol, como um alerta de que os brasileiros estavam realizando um simulacro para manter seus escravos⁴⁴⁷. Mas de fato, até 1863, na presidência do *blanco* Bernardo Berro, nenhuma atitude oficial além da denúncia foi tomada pelo governo oriental. Os contratos tinham a aparência da legalidade e era difícil rebatê-los sem tocar numa questão de direito internacional. Concordo com Beatriz Mamigonian, que ao citar a pesquisa de Lauren Benton, afirma que “as demandas e os conflitos legais gerados pelos residentes estrangeiros (entre eles expressivo contingente de brasileiros) foram fundamentais para a construção da soberania do Estado

⁴⁴⁵ LIMA, Rafael P. “Escravidões ilegais na fronteira sul do Brasil: nacionalidades (in)definidas e questões internacionais.” In: GRINBERG, Keila (org.). *As fronteiras da escravidão e liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

⁴⁴⁶ Circular 13 ago 1852. Correspondência Presidentes da Província. A.2.10. n° 26, f.48. AHRs.

⁴⁴⁷ Nota de out 1852 - CAJA 1734 – Fondo Relaciones Exteriores – AGNUy

uruguaio no século XIX, incentivando a codificação e o fortalecimento das instituições e autoridades nacionais”⁴⁴⁸.

Da mesma forma, o Estado brasileiro passou a constituir instâncias legais e a conformar instituições e papéis a partir de demandas externas. Foi a pressão inglesa pelo fim da escravidão, em dois momentos, em 1850-1851 e nos primeiros anos da década de 1860, que forçou um processo de organização estatal para mantê-la até 1888. Ao mesmo tempo, a insistência das autoridades de fronteira uruguaias e mesmo do alto escalão daquele governo, em evitar ao máximo o retorno de qualquer indivíduo à situação de escravo, forçavam a um recrudescimento da postura dos senhores de escravos e das autoridades de fronteira brasileiras. Não é mera coincidência que as instituições da Guarda Nacional e dos Comandos da Fronteira do Rio Grande do Sul, tenham passado por um processo profundo de reorganização logo após o fim da Revolução Farroupilha.

A tradição do silêncio na documentação imperial era vasta. Assim como não se podiam registrar os escravos desembarcados após 1831, a paz negociada com os farroupilhas nunca foi assinada pela Coroa. Silenciar diante do público e tratar de algumas questões de forma reservada foram expedientes largamente empregados pelas principais lideranças políticas do Império do Brasil, sem distinção de partido político. Alguns dos termos da negociação entre os farroupilhas e o Barão de Caxias nunca poderiam ser publicados, como a exigência de que os rebeldes indicassem o próximo presidente da Província⁴⁴⁹. Sendo assim, os artigos de paz divulgados pela Coroa tomam uma importância ainda maior. Os quatro pontos: anistia dos rebeldes, a dispensa do serviço miliciano e militar e o reconhecimento dos postos militares anteriores à revolta, assim como a possibilidade de os oficiais gozarem das honras de seus postos eram o início de um processo de reorganização do aparato militar na fronteira sul.

Iniciado com a tão difícil quanto necessária reintegração dos rebeldes à política da província e do próprio Império⁴⁵⁰, esse processo elevaria a capacidade militar da Província, permitindo a vitória na campanha contra Oribe e Rosas em 1851-1852. A atuação de Caxias, nessa altura já agraciado com o título de Conde, foi profundamente conciliadora nos momentos seguintes à paz com os farrapos. Quase ao mesmo tempo em que isentou do serviço militar 350 oficiais rebeldes, através de normativa enviada ao Ministro da Guerra em 26 de abril de 1845, Caxias recomendava o agraciamento de

⁴⁴⁸ MAMIGONIAN, Beatriz *Op. cit.* p.24.

⁴⁴⁹ SOUZA, Adriana Barreto. *Op. cit.* p. 528.

⁴⁵⁰ ZALLA, MENEGAT, *Op. cit.*, p.52

legalistas apontados num documento de 47 páginas que não apenas nomeava esses oficiais, mas também sugeria qual seria a melhor recompensa por seus serviços⁴⁵¹.

A reorganização da Guarda Nacional levou a centralização dessa instituição. Não vou me aprofundar na discussão da questão por ora porque retomo ela no capítulo 4, mas cabe dizer que o arranjo anterior que tanto favorecia o poder local e que levou Jeanne Berrance de Castro a caracterizar a instituição como uma “milícia cidadã” deixou de existir. No lugar do juiz de paz o presidente de província passou a deter os direitos de demitir oficiais, suspender e reorganizar quaisquer comandos superiores. Houve uma reorganização dos Comandos Superiores e estes passaram a abranger áreas maiores ao invés de se deter no limite da municipalidade, emergindo a figura do Coronel Comandante Superior e foram extintas gradações anteriores⁴⁵². Enquanto concentrava o poder, diminuindo instâncias, a reorganização da instituição resultou em posições que atendiam melhor as necessidades regionais de representatividade, ou seja, os ocupantes dos novos cargos possuíam maior capacidade de articulação com o poder central.

Se o fim das regências significou um repactuar das alianças entre as elites regionais e a Corte, na fronteira essa realidade se manifestou de forma mais profunda. “Soldar a aliança com os caudilhos da fronteira era a peça mais importante da política imperial”⁴⁵³ em se tratando da estremadura sul do Império em meados do Século XIX. O peso das reivindicações que estiveram presentes durante a revolta farroupilha estaria presente na atuação do Império em relação aos vizinhos platinos. Nessa relação, os militares sul-rio-grandenses – que tinham sido rebeldes ou legalistas durante a farroupilha – também encontravam espaço para se representar dentro da expansão do Estado imperial na fronteira.

Aqui faço uma ressalva em relação à historiografia sobre o tema, que tende a marcar a importância desses senhores da guerra de forma absoluta às vezes. Acho importante não superestimar o poder reivindicatório – que realmente não era pequeno – dos sul-rio-grandenses, mas compreender que sua caixa de ressonância na Corte se dava exatamente na medida em que os interesses de ambas as partes vinham a confluir. Como espero ter demonstrado as questões relacionadas à manutenção da escravidão foram parte

⁴⁵¹ MUGGE, Miquéias H. “Sobre pacificação e reorganização: a guarda nacional e a Província do Rio Grande do Sul após a Revolução Farroupilha.” In: *Oficina do Historiador*: Porto Alegre, EDIPUCRS. Suplemento especial – I EPHIS/PUCRS – p. 1478

⁴⁵² RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: editora da UFSM, 2005. p. 280.

⁴⁵³ COSTA, W. P. *A espada de Dâmocles. O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 101.

importante dessa confluência em 1850. Creio que o mais importante se referiu a imposição dos tratados assinados em maio de 1851, especialmente o de Extradicação⁴⁵⁴.

Em 1860, quando Bernardo Prudêncio Berro chegou à presidência no Estado Oriental e começou uma ofensiva para exterminar os contratos de peonagem, mais uma vez os estancieiros brasileiros enviaram suas reclamações ao governo do Império. Tanto no Estado Oriental do Uruguai quanto no Império do Brasil o clima político estava em ebulição. No primeiro, a ascensão de um governo *blanco*, que contava não apenas com um presidente que defendia abertamente o estabelecimento de um corpo legal que inibisse a atuação caudillesca na política, como contava com um Ministro de Governo e de Relações Exteriores, Eduardo Acevedo, que agressivamente defendia a regulação das leis baseada na soberania do Estado. A intenção do governo composto majoritariamente por letrados, muitos deles com formação universitária e tradição na advocacia, era estabelecer um corpo jurídico que impedisse qualquer forma de imposição de legislação extraterritorial⁴⁵⁵.

No Brasil, o início dos anos 1860 trouxeram novamente a instituição da escravidão para um intenso debate público, mas que desta vez não se centrava na condenação de um de seus mecanismos, como acontece uma década antes com o tráfico, mas passaram a atacar o cativo em seu centro. A postura do representante britânico, William Christie, que forçava o cumprimento da lei de 1831 e a libertação dos africanos desembarcados depois lançou as primeiras chamas que incendiaram o debate.

Pouco mais de seis meses depois de sua chegada, já em meados de 1860, estava pedindo informações oficiais do governo brasileiro a respeito dos africanos livres transferidos da Fábrica de Ferro de Ipanema para a Colônia de Itapura. Fez também algumas representações acerca dos africanos ilegalmente escravizados, denunciando a existência de anúncios de africanos nos jornais e a venda deles em leilão sem que as declarações públicas servissem à polícia como prova do contrabando. Mas foi da liberdade dos africanos livres que Christie fez sua bandeira mais pública: reclamou da política do governo imperial de utilizar a mão de obra de africanos livres nas instituições públicas sem pagar-lhes salários, insistiu muito na reclamação de que a maioria deles já havia completado (e ultrapassado) o tempo de tutela e que deveriam ser emancipados, solicitou

⁴⁵⁴ Secretaria del Senado: Documentacion y antecedentes legislativos. Tratados y Convenios Internacionales suscritos por el Uruguay en el periodo mayo de 1830 a diciembre de 1870. Tomo I. Montevideo, 1993.

⁴⁵⁵ BENTON, Lauren. "The Laws of This Country": Foreigners and the Legal Construction of Sovereignty in Uruguay, 1830-1875. *Law and History Review*, vol19, n.3, 2001. p. 506

incansavelmente uma lista dos africanos cuja tutela fora confiada ao governo imperial e talvez tenha também ajudado nas petições de emancipação de africanos livres junto ao Ministério da Justiça.⁴⁵⁶

As denúncias na imprensa, sobre a condição dos africanos livres – possivelmente feitas numa colaboração entre Francisco Otaviano, Tavares Bastos e Christie – e a forma como o governo tratava, ou melhor era conivente com seu cativo ilegal, contribuíram para o acirramento dos ânimos⁴⁵⁷. Ainda, a Guerra da Secessão estadunidense – e por conta dela o medo de uma guerra entre defensores da escravidão e abolicionistas – e depois a promulgação da libertação dos escravos por Lincoln em 1863, mantiveram o debate aceso. O Brasil se tornara a última grande nação americana a manter a escravidão e a percepção de que seu fim era iminente ficava cada vez mais clara. O aumento das ações de liberdade e da denúncia de escravos ilegais começaram a colocar em perigo a propriedade escrava no Império⁴⁵⁸.

Quando a Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul envia, em abril de 1863, uma representação ao Imperador reclamando do procedimento das autoridades uruguaias ao exigirem especificamente a certidão de nascimento certificada pela autoridade consular de qualquer escravo fugido reclamado através do Tratado de Extradicação de 1851 como prova de propriedade, novamente o assunto merece atenção na Corte⁴⁵⁹. Os deputados sul-rio-grandenses acreditavam que esse procedimento feria o Tratado, dado a prática aplicada frente a inexistência de lei que exigisse, no Império, que o escravo vendido fosse acompanhado de sua certidão de batismo. A questão foi debatida pelo Conselho de Estado e o parecer, como demonstra Beatriz Mamigonian, acabou por revelar posturas muitas vezes possíveis porque silenciosas⁴⁶⁰.

A autora indica a conivência como o mais marcante desses silêncios. Como apontei anteriormente, quando se tratava de direito internacional, os juristas brasileiros tendiam a respeitar a soberania do país vizinho, e neste caso reconhecem que o Estado Oriental tem o direito de exigir documentação comprobatória da propriedade. Mas de

⁴⁵⁶ MAMIGONIAN, Beatriz. “O Estado Nacional e a instabilidade da Propriedade Escrava: A Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872.” *Almanack*, n.2, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/view/727>>. Acesso em: 03 Jul. 2015.

⁴⁵⁷ *Idem*, p. 26.

⁴⁵⁸ GRINBERG, Keila. *O Feador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.215-216.

⁴⁵⁹ “Parecer de 22 de junho de 1863”. *O Conselho de Estado e a Política Externa do Império: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1863-1867*. Brasília: Funag, 2007. p.39.

⁴⁶⁰ MAMIGONIAN, Beatriz, *Op. Cit.* p. 21

fato, o problema se concentrava na questão anteriormente discutida da inexistência desses registros exatamente para não incriminar aqueles que se beneficiaram do tráfico ilegal e não comprometer a posse dos escravos obtidos através dele. Essa era uma deficiência brasileira em termos de registro, mas uma deficiência reconhecida pelos conselheiros como proposital e, portanto, o que tinha sido benefício para a maioria de senhores de escravos nessa condição, tinha se tornado a desgraça dos proprietários com cativos fugidos para o Estado Oriental. Mamigonian alerta para o fato de que cuidadosamente, ao definir a ilegalidade como prática corrente e intencional, nenhum dos conselheiros apontou responsáveis por ela, se mantendo no campo da generalidade em todo o texto, atribuindo ao coletivo a validação da prática⁴⁶¹.

Se no campo da legalidade não era possível tomar atitudes claras em relação aos escravos perdidos por ações do governo oriental, a diplomacia apresentava seus esforços. Em 1864 o Império, através da Missão Saraiva passa a demandar de forma mais incisiva a criação de uma comissão mista – já discutida desde 1862⁴⁶² – formada por dois representantes brasileiros e dois orientais, que avaliassem os reclames dos súditos imperiais em relação a prejuízos sofridos. O precedente aberto pela formação de uma comissão similar com representantes franceses e ingleses⁴⁶³ que, em 1861, acabou por reconhecer dívidas com indivíduos dessas nações num total de quatro milhões de pesos⁴⁶⁴. A negação do governo oriental em sequer aceitar o documento, visto como uma afronta à soberania uruguaia, foi o estopim da invasão brasileira e da própria Guerra do Paraguai.

Me deterei mais adiante sobre os tipos de reclamações listadas no documento da Missão Saraiva, mas há dois dados que creio ser necessário explorar de imediato. O primeiro, é a inexistência de reclamações relacionadas a escravos. Ainda assim, até onde pude apurar, havia ao menos quatro casos de reclamações, um por prisão e três por recrutamento indevido de trabalhadores de estâncias negros de nacionalidade brasileira e com contrato de trabalho. O que pode apontar tanto para um reconhecimento dos estancieiros brasileiros – ou apenas da diplomacia que formulou o documento – da ilegitimidade de reclamar escravos, mas também para uma nova formulação para

⁴⁶¹ MAMIGONIAN, Beatriz. Op Cit.p. 23.

⁴⁶² Em realidade, persistentemente exigida desde 1862, como se pode ver pela documentação: Códices 221/4/3 e 221/4/4 – AHI.

⁴⁶³ ETCHECHURY BARRERA, M.. “De súbditos y acreedores. Las deudas franco-inglesas en el Uruguay, entre las redes mercantiles y el imperialismo informal (1857-1863)”. *Revista de Historia*, Mar. 2015, 127-142. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/historia/article/view/6518>>. Acesso: 06 Jul. 2015.

⁴⁶⁴ BENTON, Lauren. Op. Cit. p. 487

reclamações relacionadas à mão-de-obra. Até a promulgação do Código Rural no Estado Oriental na década de 1870, que estabeleceu os termos do trabalho no campo e com ele, altas penalidades para a vagabundagem, as questões relacionadas a contratação de trabalhadores rurais ainda seriam conflituosas⁴⁶⁵.

O segundo dado a ser observado é o de que, de todas as reclamações que o governo imperial recebeu nos vinte anos anteriores, apenas 64 foram selecionadas para o documento levado pelo Conselheiro Saraiva. Mais uma vez, foi possível verificar um processo de eleição das reclamações. Os critérios dessa escolha, certamente foram muitos, mas creio, estão contidos no contexto de sua formulação que será objeto da última parte deste capítulo e, portanto, não pretendo enumerá-los agora. Importante é reforçar a percepção de que alguns estancieiros conseguiam fazer com que seus pleitos chegassem até a Corte e outros não. Da mesma forma, a Corte mostrava uma audiência mais ou menos sensível aos problemas dos estancieiros no Estado Oriental, conforme seus interesses coincidiam ou não.

A seguir analisarei a questão dos confiscos e das práticas de retirada de bens pelo Estado, e creio que será possível perceber outro mecanismo utilizado pelos estancieiros para chamar a atenção do centro do Império em questões bem mais específicas.

⁴⁶⁵ Stephen Bell trabalhou muito bem o caráter repressivo do Código Rural no Uruguai. BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system (1850-1920)*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

Capítulo IV

Embargos, confiscos, títulos de terras e marcação do gado: violências contra as propriedades.

No Archivo General de La Nación em Montevideu se encontram sessenta caixas identificadas como o Fundo *Gobierno del Cerrito*. A falta de catálogo sobre o conteúdo das caixas tanto inibe o pesquisador, como demonstra que essa documentação não tem recebido grande atenção⁴⁶⁶. O que surpreende ao abrir cada uma dessas caixas é o próprio cotidiano da administração pública frente à guerra civil. O que inicialmente parece uma forma desordenada de armazenamento de documentos, aos poucos começou a se revelar como um relato mais ou menos condizente com a pouca separação entre a existência do conflito e a tentativa de conformar um aparelho Estatal, especialmente no âmbito fiscal. Junto a guias de autorização para passagem de soldados entre as linhas, ordens de prisão e soltura de indivíduos, confisco/requisições de propriedades e permissões para casamentos, encontram-se um volume quase igual, às vezes maior, de guias de comércio de gado e couro.

A um pesquisador da história econômica seria possível identificar inclusive quais as rotas mais frequentes nos territórios controlados pelo exército de Oribe, esforço esse que me furtei, não sendo parte do escopo desta pesquisa. Aponto tal possibilidade para esclarecer o montante em volume e a qualidade dessa documentação e através disso,

⁴⁶⁶ De fato, as caixas não tinham registro de consulta desde 1988. Uma conferida à bibliografia produzida no Uruguai sobre o período nos leva a crer que talvez a permanência dos partidos Nacional (*blanco*) e *Colorado* na política uruguaia atual seja um inibidor de trabalhos de maior fôlego sobre a Guerra Grande. As exceções são os clássicos: BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco*. (1839-1875). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1988. p. 19-20; BARRÁN, José Pedro, NAHUM, Benjamin. *Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1967; SALA, Lucía; ALONSO, Rosa. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1989. p. 171. Mais recentemente: Borucki, *Abolicionismo y tráfico de esclavos em Montevideo tras la fundación republicana. (1829-1853)*. Montevideo: Biblioteca Nacional/UDELAR, 2009; BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855*. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004.

afirmar que, para além de sustentar suas tropas no conflito, o estabelecimento de guardas onde eram emitidas as guias e onde eram cobradas as taxas é um indício claro do estabelecimento de um sistema fiscal nacional sob o comando do *Gobierno del Cerrito*.

O esforço que o *Gobierno del Cerrito* empreendeu em instituir um sistema fiscal na campanha do Estado Oriental do Uruguai ainda foi pouco analisado⁴⁶⁷. Muito embora o objetivo deste capítulo não se encontre em determinar como *blancos* tentaram garantir receitas para o Estado, foi necessário esboçar algumas considerações, ao menos no que toca à relação com as propriedades legítimas de brasileiros, como terras e gado, na campanha norte do país vizinho. A primeira delas se localiza em torno da afirmação historiográfica bastante repetida de que tanto *blancos* como *colorados* criavam impostos e taxas conforme as necessidades do conflito. O problema em si não é afirmar tal realidade – de fato, em todas as guerras na Bacia do Rio da Prata impostos foram criados como expediente de guerra – mas tomá-la como absoluta, acreditando que todo o Estado Oriental era pensado em função da disputa, anulando o universo das práticas que materializavam a política.

Antes de nada, é preciso estabelecer que as diferenças na concepção institucional do Estado Oriental do Uruguai não se concentravam apenas na arena dos discursos apresentados no primeiro capítulo. Essas diferenças tinham implicações concretas no cotidiano das áreas ocupadas por cada grupo. E creio que foi particularmente na constituição de um conjunto impostos e taxas que se tornou possível perceber, não apenas no contexto da Guerra Grande, mas nos anos que se seguiram, quais as implicações materiais das duas concepções de Estado defendidas. A semelhança entre *blancos* e *colorados* se encontrava na certeza de que era necessário criar uma fonte de renda permanente para o Estado Oriental, sólida e que garantisse o desenvolvimento da “indústria nacional”, enquanto a diferença residia na origem dessa renda.

Em todo o antigo Vice-Reino do Rio da Prata, a desarticulação da estrutura colonial deixou largas lacunas no que tangia às receitas públicas. Os emergentes poderes locais, nascidos da fragmentação da soberania enfrentavam uma fiscalidade magra e o surgimento de moedas sem respaldo, com a interrupção do modelo colonial que redistribuía os proventos da Prata de Cuzco⁴⁶⁸. Com o Estado Oriental do Uruguai não

⁴⁶⁷ A única obra que encontrei que menciona essa abordagem de forma breve foi BARRÁN, José Pedro, NAHUM, Benjamin. *Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

⁴⁶⁸ SCHMIT, Roberto. *Ruina y resurrección em tempos de guerra*. Sociedad, economia y poder em el Oriente Entrerriano posrevolucionario, 1810-1852. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004. p. 204.

foi diferente. Desde a independência a principal fonte de renda para os cofres públicos era a aduana do porto de Montevideu, com capacidade arrecadatória reduzida frente as necessidades da nascente república. O comércio na capital oriental era dominado por grupos de estrangeiros, com destaque para ingleses, franceses, italianos e luso-brasileiros, como apontado anteriormente. A política do Estado Oriental sofria por ser permeada por interesses do capital estrangeiro, o que ocasionalmente constituiu uma reação por parte da elite uruguaia, formadora do grupo *blanco*, marcada pela necessidade de proteger os nacionais. A conformação dessa posição estava bastante centrada no incentivo ao que se chamava à época de “indústria nacional”, que nada mais era que a produção pecuária, especialmente num primeiro momento de gado bovino e seus derivados: couro e carne salgada.

Essa posição implicava também num determinado ordenamento social e numa organização da produção, o que acabava por diferenciar as propostas políticas em relação à campanha norte. Frequentemente a historiografia tem tomado como fato a percepção de que os *colorados* desde Montevideu observavam com exclusividade a Aduana da capital como receita pública, ignorando os esforços para tornar a campanha norte produtiva. Como apontado anteriormente foi durante a segunda presidência de Rivera nos anos 1830 que se incentivou o povoamento do território ao norte do Rio Negro, com concessão de vastas extensões de terras, inclusive para rio-grandenses. Ao ocupar áreas de populações indígenas, Rivera não apenas “pacificava” uma região considerada selvagem e, portanto, fora do controle do Estado, mas também tornava essa região produtiva dentro da economia nacional, criando a possibilidade de geração de divisas. Entretanto, esse processo reproduziu e expandiu o modelo de ocupação das pastagens sul-rio-grandenses, fixando os pecuaristas em extensas propriedades, onde as reses eram contadas em milhares ou até dezenas de milhares. A diferença entre *blancos* e *colorados* se constituía não sobre a ocupação pecuária da campanha, mas sobre o modelo dessa ocupação e sobre que produtos deveriam ser taxados.

A taxação empregada sobre os produtos pecuários exportados realmente era significativa no cálculo fiscal dos *colorados*, o que tornava essa produção importante. Mas a concentração da cobrança sobre os couros ou sobre a carne salgada em sua exportação era a tônica dessa política, fazendo com que a grande diferença para o projeto *blanco* se encontrasse sobre o momento da taxação. Enquanto o modelo dos primeiros pensava a cobrança sobre o comércio com o exterior, o dos segundos investia na possibilidade de fazê-lo desde seu trânsito interdepartamental no território oriental, o que

significava acompanhar a movimentação e taxar o gado em pé comercializado dentro do país e, sobretudo, manter o beneficiamento do gado no território nacional. O efeito disso sobre a prática produtiva dos pecuaristas brasileiros era catastrófico. Mesmo pecuaristas orientais e outros estrangeiros não se mostravam satisfeitos com a cobrança de taxas no deslocamento entre os departamentos⁴⁶⁹.

O primeiro dos problemas se referia ao expediente de aproveitar pastagens de diferentes qualidades, o que tornava o trânsito do gado entre campos prática comum para aumentar a qualidade dos rebanhos. Muitos pecuaristas engordavam seu gado no Estado Oriental, às vezes inclusive em campos arrendados, e os transferiam num momento mais próximo à venda, para campos no Rio Grande do Sul. O expediente da propriedade de terra dos dois lados da fronteira foi argumento em alguns casos para tentativas de evasão da cobrança ou da proibição sobre a passagem do gado em pé⁴⁷⁰.

Na amostra de inventários *post-mortem* coletada no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – objeto de análise no segundo capítulo – encontrou-se 126 processos em que os proprietários tinham terras dos dois lados da fronteira e em alguns casos, inclusive, essas propriedades eram contíguas. Nesses casos, a fronteira era um marco político que muitos proprietários preferiam ignorar. Ainda, a mudança de pasto do gado em pé era parte importante do processo de transporte desse produto até as charqueadas, diminuindo a perda de peso. Também era importante no próprio sistema de criação extensiva, propiciando que o gado fizesse sua engorda final num campo mais próximo do ponto de entrega e permitindo que o pecuarista manejasse de forma mais eficiente sua criação entre campos com pastos de diferentes qualidades. Isso tudo, num contexto inseguro para qualquer atividade econômica.

Na segunda metade dos anos 1840 esse trânsito se tornou complicado ou mesmo inexistente, se intensificando as dificuldades com a tomada de Salto e com o controle mais efetivo do território por Oribe e a proibição de passagem da fronteira⁴⁷¹. Todo o

⁴⁶⁹ Essa foi uma das questões tratadas pela comissão mista de indenização anglo-oriental. ETCHECHURY BARRERA, M.. “De súbditos y acreedores. Las deudas franco-inglesas en el Uruguay, entre las redes mercantiles y el imperialismo informal (1857-1863)”. *Revista de Historia*, Mar. 2015, 127-142. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/historia/article/view/6518>>. Acesso: 06 Jul. 2015.

⁴⁷⁰ O caso da reclamação encaminhada por Canabarro, em nome da viúva de um amigo seu, de quem era inventariante pode ser bastante esclarecedor. Segundo o General, possuindo terras em limite dúbio da fronteira não demarcada a dita senhora tivera seu gado embargado para que não transitasse dentro de sua propriedade. Para mais exemplos ver documentos do Códice 221/3/7 e 221/3/9- AHI.

⁴⁷¹ Essa proibição não foi exclusividade dos *blancos*, *colorados* também impediam a saída de gado do Estado Oriental em momentos considerados de risco durante o conflito, quando a taxa de reprodução não permitiria a manutenção da pecuária. Todavia, os registros dessas situações são ínfimos se comparados com

sistema fiscal almejado pelos partidários de Oribe se mostrava desfavorável à forma como os pecuaristas rio-grandenses organizavam a criação de gado e especialmente o escoamento de sua produção.

As práticas do embargo e do confisco foram usadas para impor essa proposta de fiscalidade. O embargo consistia na ocupação da estância por um administrador indicado pelo próprio Manuel Oribe e era resultado de dívida com o erário público, sendo um expediente não circunscrito ao contexto de guerra, mas bastante comum neste; por sua vez, o confisco atingia os bens dos traidores da pátria, e permitia a espoliação de todos os recursos alcançados, sendo bastante exclusivo do contexto de dissenção política. Havia, ainda, a prática da requisição, recurso usado pelas tropas para tomarem algum recurso para sua manutenção, emitindo uma guia de pagamento posterior. Essa última prática era reservada em todos os seus detalhes aos partidários do lado requisitante, em geral, e especialmente na falta da possibilidade de acessar o confisco e o embargo.

Como discutirei adiante essas práticas não foram isentas de abusos. Por exemplo, era possível as tropas requisitarem comida ou cavalos, seus comandantes não distribuírem guia e o ato se configurar de fato em confisco. Todos esses expedientes, o confisco, o embargo e a requisição não surgiram durante a Guerra Grande, sendo práticas empregadas em todo o espaço platino desde a Colônia. A grande diferença de seu emprego nestas circunstâncias residia no fato de que além de fornecerem recursos para alimentar a guerra, eram vistas pelos dirigentes do *Gobierno del Cerrito* como parte da aplicação de um novo regime de fiscalidade, que tornaria o Estado Oriental independente de fato, ao provê-lo com receitas próprias advindas de sua produção interna.

O que aparentemente pôde ser tomado por historiadores como dificuldade em separar o uso da força do debate institucional resultante da imaturidade política, ou mesmo da barbárie, era na realidade um intrincado processo em que a força militar esteve a serviço de um projeto de Estado. Por sua vez, para garantir a efetividade desse Estado, era necessário financiar o aparato militar, a forma de garantir o monopólio da ordem legal. Portanto, a força militar tinha um papel também exemplar, de romper com a resistência à implantação de um novo regime administrativo. Tal situação não foi tão diferente da prática que consolidou outros Estados modernos após a Revolução Francesa⁴⁷² e

a aplicação da proibição realizada pelos *blancos*, e pelo seu significado sobre o projeto político oribista. Apontarei ao longo desse capítulo os momentos de proibição.

⁴⁷² TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus: 990-1992*. São Paulo: Edusp, 1996.

certamente foi muito próxima da dos demais territórios da Bacia do Rio da Prata⁴⁷³, como na província de Entre Rios, onde

*Las cuestiones institucionales de los nuevos poderes fueron significativas para entender los vaivenes ocurridos en el consenso político, en el sostenimiento de las fuerzas armadas, en el soporte de los costos de las guerras, en las posibilidades materiales de asegurarse el control y dominio del territorio, en la capacidad de administrar la justicia y el orden público e impulsar el poblamiento y puesta en producción de la nuevas fronteras.*⁴⁷⁴

Segundo Roberto Schmit, na província argentina Entre Rios o processo de cobrança de impostos sobre a chamada produção genuína, basicamente o gado, aumentou as rendas estatais e permitiu uma maior estabilidade econômica, tornando o erário público menos vulnerável às flutuações nos mercados externos e garantindo com isso também uma maior estabilidade institucional e principalmente, uma significativa autonomia política, ao libertar o governo *enterreriano* dos empréstimos externos – que naquele caso significava uma considerável dívida com Buenos Aires⁴⁷⁵.

No caso uruguaio, os déficits das rendas nacionais foram preenchidos com subsídios ingleses e franceses, o que implicava na desagradável prevalência dos interesses dos representantes desses países quando se tratava de rever as cobranças alfandegárias. O projeto de fiscalidade dos *blancos* almejava uma soberania nacional completa, ao tentar eliminar os interesses de outras nações do jogo da política nacional, ao instituir um Estado que estendia sua presença a todo território nacional e com ele, aumentava sua capacidade arrecadatória. Estava interligado a concepções autonomistas compartilhadas com outras áreas da Bacia do Prata. Esta perspectiva colocava Manuel Oribe e seus partidários próximos de Justo José Urquiza, o governador de Entre Ríos. Urquiza, durante a década de 1840 foi aliado de Juan Manuel de Rosas, mas em 1851, se uniria ao Brasil para derrotá-lo, exatamente por discordar da centralização alfandegária imposta desde Buenos Aires.

Numa dessas ironias históricas, devo apontar que o Império ao derrotar Oribe em 1851 frustrou duplamente o projeto político defendido pelos partidários do *Gobierno del*

⁴⁷³ GOLDMAN, Noemí. SALVATORE, Ricardo (org.) *Caudillismos rioplatenses*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

⁴⁷⁴ SCHMIT, Roberto, *Op. Cit.* p 205.

⁴⁷⁵ *Idem*, p. 213.

Cerrito: os acordos assinados entre os dois países não apenas previam o trânsito de gado livre de impostos como forneciam subsídio financeiro. A alfândega estava comprometida com o pagamento do empréstimo realizado pelo empresário brasileiro Irineu Evangelista de Souza, o futuro Visconde de Mauá, aos *colorados*⁴⁷⁶. A soberania oriental seguiria sendo um projeto de Estado para os *blancos* na década seguinte ao conflito. Por sua vez, Rosas estava derrotado e a perspectiva de centralização política na Argentina foi realizada por Uruquiza, ao mesmo tempo em que este redefinia a economia das províncias *litoraleñas*. Com isso a arrecadação fiscal cresceu baseada no incremento da produção genuína.

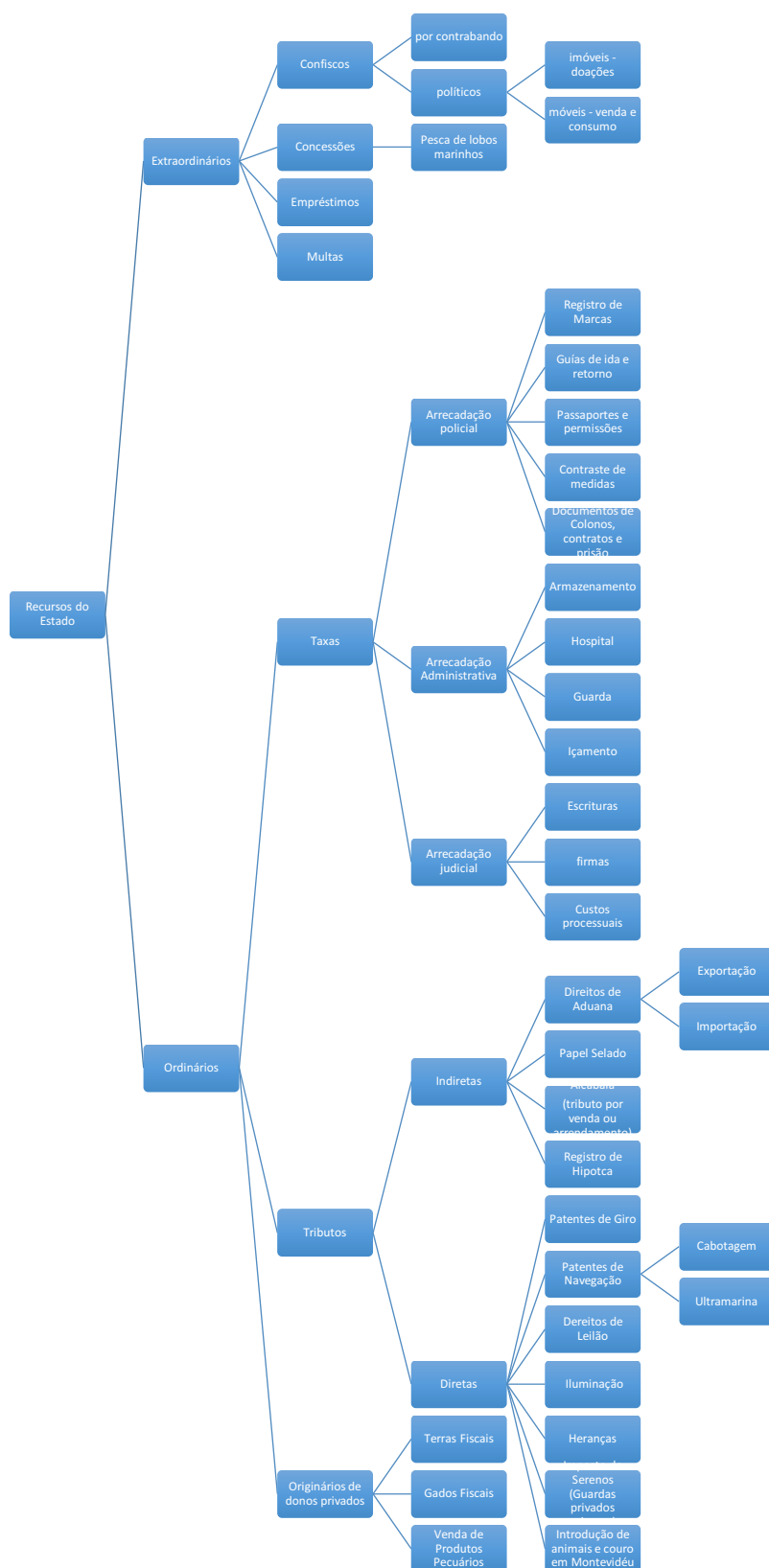
O que nos leva a outro aspecto do problema entre o projeto de sistema fiscal do *Gobierno del Cerrito* e os proprietários brasileiros. Este residia na sua tradução em política de povoamento/ocupação do território ao norte do Rio Negro. O sistema fiscal que os partidários de Oribe intentavam implantar era marcado pela construção de uma identidade oriental, e por sua vez, seus agentes privilegiavam estrangeiros que aceitassem se “orientalizar”. O princípio se concentrava naquela concepção de cidadania, discutida no primeiro capítulo, de que ao estabelecer-se no território nacional, qualquer indivíduo poderia contribuir para o desenvolvimento da nação. A tradução prática desse discurso estava no redirecionamento das terras disponíveis para aqueles que se colocavam ao lado dos “Defensores de las Leyes”.

A postura dos estancieros brasileiros se confrontava com a perspectiva de construção de um Estado Oriental com receitas advindas de economia própria e não dependente das oscilações alfandegárias. A expectativa era criar o gado e vendê-lo onde o ganho fosse mais garantido, e para muitos estancieros rio-grandenses, e num contexto em que o comércio era baseado na confiança no comprador, isso significava na maior parte das vezes mandar seus novilhos aos charqueadores de Pelotas. Na perspectiva dos *blancos*, a passagem do gado livremente pela fronteira sangrava as divisas do erário público, mas também impedia o crescimento da “indústria nacional”⁴⁷⁷. Entregar campos a partidários de Oribe era também uma forma de garantir que o gado fosse beneficiado em Montevideu e não em Pelotas.

⁴⁷⁶ ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Cavegação, de Extradicação e de Limites*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

⁴⁷⁷ MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *El gobierno del cerrito: coleccion de documentos oficiales emanados de los poderes del gobierno presidido por el brigadier general D. Manuel Oribe, 1843-1851*. Poder ejecutivo, Tomo 1. Montevideu: Imprenta El Siglo Ilustrado, 1948. p. 522-529.

Organograma 1 – Sistema Fiscal do Gobierno del Cerrito



Fonte: MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *El gobierno del cerrito: coleccion de documentos oficiales emanados de los poderes del gobierno presidido por el brigadier general D. Manuel Oribe, 1843-1851*. Poder ejecutivo, Tomo 1. Montevideo: Imprenta El Siglo Ilustrado, 1948. p.

Não se trata de afirmar que as práticas de apropriação violenta da propriedade pelo Estado estivessem somente a serviço deste projeto fiscal. Isso seria excluir uma série de vetores que nos permitem entender a complexidade desta realidade em que, ao mesmo tempo se tentava construir um Estado baseado nas premissas modernas e se convivia com práticas políticas e militares bastante enraizadas. Ao assumir novos significados, o confisco e o embargo não foram automaticamente esvaziados de seus usos tradicionais. Os couros, confiscados de imediato, seguiam para o Cerrito, onde eram comercializados, rendendo divisas para a compra de armamentos. Ainda era preciso abastecer as tropas com comida, cavalos e armas, além de que se garantir de alguma forma o soldo, sob pena de aumentar o índice de deserção. Mas, por enquanto, me deterei nos usos inovadores dessas práticas para a constituição de uma almejada economia oriental pelos *blancos*.

Para tanto, não se pode ignorar o impacto que tinham sobre a arrecadação pública. Sob a administração do *Gobierno del Cerrito*, as propriedades embargadas seguiam produzindo, mas voltavam sua produção para o mercado oriental, garantindo assim a pretendida contribuição para o desenvolvimento da “indústria nacional”, ao contribuírem para o aumento do número de cabeças de gado que estariam disponíveis para os saladeiros nacionais, ou ao menos evitando que os rebanhos se reduzissem até sua extinção. Quando possível, seus produtos se revertiam em rendas importantes para o Estado, contribuindo para a tentativa de equilíbrio fiscal, num contexto de carestia ampla causado pela guerra.

A julgar pelos estudos que dimensionaram o peso que as rendas que fazendas públicas tiveram em outros territórios platinos⁴⁷⁸ e a quantidade de gado que os reclamantes brasileiros alegavam ter nas propriedades embargadas – os números em geral variavam entre 3 e 7 mil cabeças, mas houve quem declarasse 30 mil reses⁴⁷⁹ – se torna possível afirmar que as rendas produzidas por estes estabelecimentos certamente tornavam interessante a manutenção dessas práticas antigas mesmo num contexto que almejava uma modernização estatal. Ainda, se tratava da longa discussão sobre qual o alcance da violência permitida desde o Estado que permeou a formação dos Estados

⁴⁷⁸ Segundo Cesar Guazzelli, era o envio para o Estado Oriental de gado confiscado como propriedade inimiga e tornado propriedade pública que mantinha o erário público da República Rio-grandense. Para Roberto Schmit, a importância da produção das estancias del Estado em Entre Ríos era responsável por parte importante do superávit do erário daquela província nos anos 1840. GUAZZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província. A república Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013. p. 91-94; SCHMIT, Roberto. *Ruina y resurrección em tempos de guerra*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004. p. 211-214.

⁴⁷⁹ O Barão do Jacuí declarou em carta ao conde de Caxias, que nas cinco estâncias que possuía e estavam embargadas tinha gados com marcas em nome de sua sogra e de sua mulher no montante de 30 mil cabeças, antes dos confiscos sofridos pelas tropas dos *blancos*. Carta de 03 jul 1845. IG¹ - Série Guerra – Gabinete do Ministro – 1851.

Nacionais no século XIX, e que neste caso tinha como centro, o alcance sobre a propriedade.

A extensão dos danos sofridos pelos pecuaristas brasileiros durante a Guerra Grande tem de ser compreendida como parte desse processo, em que práticas propagadas como violentas nas reclamações desses proprietários foram resultado de sua resistência ao projeto nacional dos *blancos*. As reclamações de estancieiros brasileiros que tiveram suas estâncias embargadas omitiam o fato de que a justificativa a esses atos das autoridades orientais estava ligada à sonegação de taxas relacionadas ao trânsito de gado⁴⁸⁰. Ocupar as estâncias e colocá-las sob a administração de nacionais *blancos* era parte do processo de garantir a aplicação das novas leis fiscais, acrescido do salutar efeito colateral de impedir a saída do gado do território uruguaio. Por outro lado, compreender a reação do Império exige compreender qual era o circuito de comércio de gado em que os estancieiros estabelecidos no Estado Oriental estavam inseridos e seu peso para a política monárquica brasileira ao fim dos anos 1840.

O principal destino do gado criado por brasileiros no Estado Oriental eram as charqueadas estabelecidas no município de Pelotas, na Província do Rio Grande do Sul. O mercado de gado da região foi muito bem analisado por Jonas Moreira Vargas⁴⁸¹ que avaliou uma série de mecanismos que o estruturavam. Muito embora a preocupação tenha sido avaliar esse mercado a partir das necessidades dos charqueadores, muitas de suas conclusões esclarecem o quanto o sistema fiscal dos *blancos* compunha uma racionalidade⁴⁸² distinta daquela que advogavam os produtores brasileiros, mais próxima mas ainda assim diferente da dos charqueadores. Como em muitas outras áreas da vida

⁴⁸⁰ Dom Tomás Guido, representante diplomático de Buenos Aires e também de Manuel Oribe, deixa claro que os embargos podem ser levantados caso se pague as taxas sonegadas. Ainda assim, em nenhum documento em que se relatam embargos, ou mesmo nas súplicas de súditos se encontra menção à sonegação desses impostos. Para ver a afirmações de Guido: “Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª. Sessão da 8ª. Legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza – Anexo A- negócios do Rio da Prata (1850)”. ANRJ. p. 01.

⁴⁸¹ VARGAS, Jonas M. "Na trilha das tropas": os charqueadores de Pelotas e suas estratégias para atuar nos mercados do gado vacum (rio grande do sul, c. 1850 - c. 1890)". *Revista Territórios e Fronteiras*, vol. 7, nº 2, 2014.

⁴⁸² Partindo da Antropologia Econômica e seu diálogo com a História, Jonas Vargas observou o pressuposto de que naquela sociedade coexistiam diferentes espaços econômicos de trocas, cujos sistemas de estruturação interna reuniam racionalidades distintas. Para mais sobre este conceito ver: KULA, Witold. *Teoria econômica do sistema feudal*. Lisboa: Presença, 1979; POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

na fronteira, os negócios no mercado de gado eram permeados por relações pessoais, não dependendo somente da lei da oferta e procura⁴⁸³.

Ainda assim, precisar a oferta de gado neste mercado permite observar a dimensão do impacto que a política dos *blancos* causava. Antes de nada, preciso advertir sobre a referência constante às charqueadas de Pelotas, muito embora existissem outras, em outras localizações. No Rio Grande do Sul, coexistiram charqueadas no Rio Jacuí, relativamente próximas à Porto Alegre e as da região sul, que além do núcleo pelotense ainda contavam com outras em Rio Grande e em Jaguarão. No Estado Oriental, além de charqueadas ou *saladeros* – como eram chamados do outro lado da fronteira – na margem do Jaguarão em Cerro Largo, existia o núcleo do Porto do Buceo, anexo a Montevideu e um número menor delas em Salto e Paysandú, que se beneficiavam do Rio Uruguai para escoar a produção. A questão é que, a exceção dos *saladeros* do Buceo, nenhum destes outros núcleos adquiriu a atração que o de Pelotas teve sobre o mercado de gados da região. E ainda assim, é preciso diferenciar Pelotas de Montevideu, a primeira não se constituía no núcleo administrativo sequer da Província, enquanto a segunda era a capital de um Estado Nacional. Essas considerações indicam que entender por que a escolha por vender gado para os charqueadores de Pelotas era tão vantajosa para pecuaristas brasileiros dos dois lados da fronteira.

Precisar a quantidade de gado enviado à Pelotas em meados do século XIX se constitui numa tarefa impossível, dada a falta de controle sobre o comércio. Não apenas pelo costumeiro contrabando de gado, do qual tratarei logo a seguir, mas pela própria inexistência de outros tipos de registros. Magariños de Mello, intelectual do Partido *blanco*, em 1948, argumentando que a ruína econômica do Estado Oriental naquele período era a extração do gado para o consumo das charqueadas de Pelotas dizia

Ahora bien, como veremos oportunamente, del 1º de Noviembre de 1848 al 30 de Junio de 1849, es decir, en el breve plazo de ocho meses, los saladeros de Pelotas consumieron 186.500 reses extraídas por robo o contrabando de la Republica Oriental, sin contar as que fueron enviadas a Montevideo por mar, de la misma procedência. Esto da un promedio de 23.312 reses mensuales, que en los 105 meses de guerra hacen un total de 2.447.760. Admitiendo que fueran

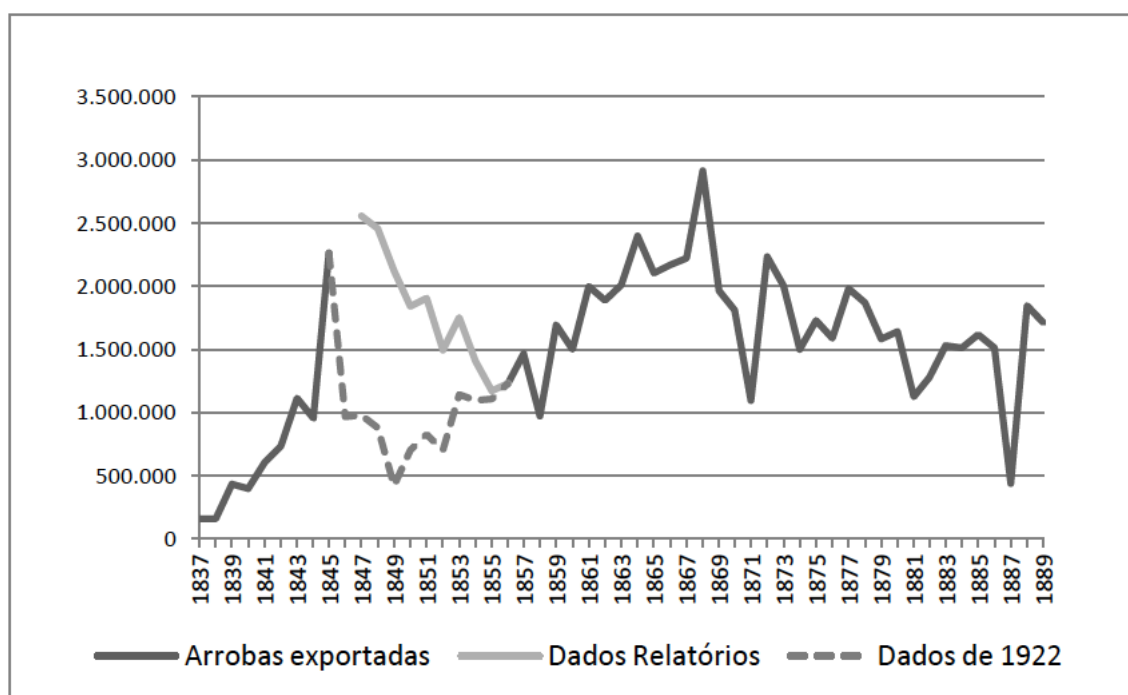
⁴⁸³ Para estudos que apontem situações semelhantes: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; LEVI, Giovanni. “Economia camponesa e mercado de terra no Piemonte do Antigo Regime.” In: OLIVEIRA, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009; GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

la mitad, suma facilmente alcanzada por el constante drenaje de vacunos – fenómeno muy anterior a la Guerra Grande – tendríamos todavia la bonita cifra de 1.223.880⁴⁸⁴.

Obviamente Magariños de Mello tinha um ponto a provar, que era demonstrar que o consumo de gado pelo exército era bem menor que o que ele chama de “drenagem” do gado para as charqueadas⁴⁸⁵. Ao passo que ignora alguns detalhes relacionados a produção do charque, como a existência de uma safra, que corresponde ao período de abate do gado nos estabelecimentos produtores de charque, por isso, é difícil mensurar o consumo mensal de reses por uma charqueada, dado que o abate se concentrava nos meses do verão.

Se não há dados de abate para os primeiros anos da década de 1850, ao menos pode-se usar os dados de exportação de charque.

Gráfico 02 - Charque exportado pelo Rio Grande do Sul entre 1837 e 1890 (em arrobas)



Fonte: VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico*. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese de doutorado, UFRJ, 2013. p. 328.

⁴⁸⁴ O autor não tem a preocupação de apontar de onde tira o número de reses enviadas no período citada para Pelotas. MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *Op. cit.* p. 510.

⁴⁸⁵ A título de referência, Magariños de Mello aponta que no mesmo tempo de 105 meses o exército, segundo seus cálculos aproximados, teria consumido entre 525.000 e 880.000 reses. MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *Op. cit.* p. 511-512.

Se tomarmos como base os dados de exportação de charque que Jonas Vargas aponta, retirados dos anexos dos Relatórios Presidenciais⁴⁸⁶ (representados pela linha cinza clara contínua), o decréscimo de 40% nas exportações de charque nos anos entre 1848 e 1852, temos uma dimensão dos problemas sistêmicos causados pela implantação de uma nova fiscalidade pelos *blancos*. Além disso, havia o problema do privilégio da indústria nacional, parte importante do projeto de Estado empreendido pelos oribistas. Para tanto, era preciso garantir a disponibilidade de matéria-prima e uma restrição da concorrência. Mas esse segundo ponto discutirei mais adiante, antes, preciso fazer algumas considerações sobre os *saladeros* do Estado Oriental.

Entender o quanto a existência concomitante das charqueadas brasileiras e orientais era impraticável do ponto de vista da sobrevivência no mercado internacional exige que ultrapassemos a Guerra Grande e observemos os desdobramentos da década de 1850. O aumento nas exportações de charque do Rio Grande do Sul a partir de 1852 foi resultado direto dos acordos realizados entre o Império e o Estado Oriental, que entre outras vantagens previam a proibição do confisco de terras, a tarifa de 25% sobre o *tasajo* – como era chamado o charque uruguaio – importado pelos portos brasileiros e a livre passagem do gado uruguaio para o território rio-grandense. Todas medidas que beneficiavam diretamente os charqueadores da Província. Ao passo que, num Estado Oriental em que os produtores nacionais viam suas propriedades despovoadas de bovinos, o número de *saladeros* baixou dos 37 registrados em 1842, apenas 3 ou 4 seguiam funcionando no início dos anos 1850⁴⁸⁷.

Se tomados os censos de gados de 1852, onde se registraram 1.267.522 reses de gado bovino costeado e 621.100 de gado alçado, e compararmos com os dados da patente (taxa) extraordinária estabelecida em 1835, que registraram o número de 1.600.000 reses, e do qual se supõe grande índice de ocultação de cabeças – em torno de um milhão – tem-se a dimensão das dificuldades encontradas pelos *saladeros* orientais⁴⁸⁸. Esses números

⁴⁸⁶ Vargas explica que há uma discrepância entre os dados estatísticos mais comumente utilizados pela historiografia, compilados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1922 e os anexos dos Relatórios, muito mais detalhados, especialmente nos anos que se seguem ao fim da Revolução Farroupilha. Como Vargas, creio que os dados dos Relatórios sejam muito mais fidedignos, dado condizerem com os movimentos no Estado Oriental que explicarei no próximo tópico deste capítulo. VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. p.326-327.

⁴⁸⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblio, 1985. p. 74-75.

⁴⁸⁸ MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *Op. cit.* p. 452-454.

se tornam mais expressivos se considerarmos que em 1835 a fronteira agrária do norte uruguaio não se encontrava completamente fechada, com algumas áreas ainda desocupadas e, mais importante, com muitos pontos do território ainda sem a presença de autoridades designadas pelo poder central, ou seja, talvez os arrecadadores não tenham atingido muitos produtores nas áreas novas em Tacuarembó, Salto e Paysandú. Alguns historiadores falam em 6 milhões de bovinos em 1843⁴⁸⁹.

As reclamações sobre a queda da produção de carne salgada no Estado Oriental antecedem o fim da Guerra Grande, como é possível antever pelas reclamações relacionadas às charqueadas na margem do Rio Jaguarão. Essas fábricas de carne salgada prosperaram graças a navegação da Lagoa Mirim, que permitia a aproximação do porto de Rio Grande. Produzindo em território oriental, os produtores exportavam pelo território brasileiro, o que proliferava reclamações e antipatias. Em 1849, a Câmara de Vereadores de Pelotas enviou a Assembleia um manifesto dando conta dos prejuízos que aqueles estabelecimentos causavam aos negócios dos charqueadores da cidade – e no que nos interessa, também causou uma distorção dos indicadores de exportação de charque, já que parte do que saía do Rio Grande do Sul era produto uruguaio.

A questão, segundo os charqueadores, se concentrava no fato de que, ao estabelecerem seus negócios à beira da Lagoa Mirim, os produtores competiam de forma desleal, se furtando de pagar os 25% que o *tasajo* devia nas alfândegas brasileiras.

Para mais agravar essa posição ruínosa, a autoridade que dirige os negócios do Estado Oriental proibiu a exportação de seus gados para esta, consentindo que nele, à margem direita do Jaguarão, se estabelecessem charqueadas sob pretexto de facilitar aos brasileiros um mercado para as vendas de seus gados; e prevendo que esta medida acarretaria em represália a subida de direitos, como gênero estrangeiro, permitiu que o espólio do gado ali morto beneficiado fosse deste lado para figurar em nossas alfândegas como gêneros de manipulação nacional e iludir o nosso fisco. Escárnio atroz nem a menos foi percebido; imensas charqueadas como por encanto ali se montaram, parte das nossas deixaram de trabalhar e mais de dois mil peões, que se empregavam na extração de gados daquela para esta parte, ficaram sem meios de subsistência.

Para destruir este mal sinistro alcance pena a Câmara que deveis propor uma Lei que obrigue ao pagamento de 25% os gêneros provenientes do boi manipulado à direita do Jaguarão, como no sal para ali exportado pelo Brasil. Este artigo, porém, como matéria-prima para as charqueadas desta Província, deve nela ser

⁴⁸⁹ VARGAS, Jonas M. *Op. cit.* 2013 p. 312. BANDEIRA, L. A. M. *Op.cit.* p.75.

introduzido sem ônus algum, e diminuir-se o direito que pagam a carne, graxa e sebo que dela se exportar diretamente para portos estrangeiros.

Além da destruição de nossas charqueadas com o estabelecimento daquelas no ponto que se indicou, outro mal ainda maior enxerga a Câmara no avultado número de brasileiros que tem de ali procurar trabalho, relacionar-se e estabelecer-se e mais tarde introduzirem por toda a extensão da linha divisória, vindas de Montevidéu, as mercancias que ora recebemos do Rio, Bahia e Pernambuco por ficarem mais baratas em razão do menor direito que exibem na Alfândega daquela praça. Pelo exposto vereis, Srs. Deputados, que a questão de estabelecimentos tais na margem direita do Jaguarão não ataca somente conveniências comerciais desta e de outras províncias do Brasil, mas sim mui seriamente a política e integridade do Império.⁴⁹⁰

Dentre os vereadores de Pelotas estavam charqueadores que viam seus negócios serem prejudicados pelos estabelecimentos de Jaguarão. Um deles, Domingos José de Almeida, tem uma trajetória que pode particularmente nos elucidar quem eram esses charqueadores reclamantes. Almeida fora Ministro da Fazenda da República Rio-grandense e durante o decênio da revolta, apesar dos esforços de sua esposa e dos seus próprios, vira seus negócios pessoais minguaem junto com a Revolução. Com a chegada da paz fez algumas petições ao Império buscando manter seus negócios, como um de isenção de taxas sobre os produtos de sua fábrica de sebos e velas – sub produtos da produção do charque – ao mesmo tempo que se reintegrava à vida política na Vila de Pelotas. Ainda assim, precisou pedir uma moratória de dez anos para pagar seus credores e um empréstimo⁴⁹¹.

Em 1849, Almeida se encontrava em uma situação difícil em relação a sobrevivência de sua charqueada: remediado pelas condições que conseguira, precisava garantir uma recuperação definitiva, sob pena de ter de encerrar suas atividades de charqueador. Domingos José de Almeida tivera como sócio e amigo Antônio Gonçalves Chaves, com quem também partilhava os ideais políticos liberais e a fraternidade maçônica, além de uma rede de negócios que se estendia por muitos portos, de Recife a Montevidéu. Chaves faleceu em 1837, quando do naufrágio da pequena embarcação que o conduzia até sua charqueada próximo a Montevidéu. Antes havia transferido seus

⁴⁹⁰ Ofício de 24.10.1849 – CV 659, Anais do AHRs, v. 3, 1978.

⁴⁹¹ Domingos José de Almeida, sua esposa e sua rede de relações foram objeto de pesquisa de minha dissertação de mestrado. MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos* (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

negócios e parte dos de Almeida para o Uruguai buscando salvuardá-los da insegurança reinante na Província do Rio Grande do Sul.

Chaves se manteve neutro no conflito, salvaguardando seus negócios no país vizinho, e junto, parte dos de seu amigo, que no início da revolta já se encontrava numa situação complicada. Almeida enviou 42 escravos para Montevideu aos cuidados de Chaves para serem alugados em troca de recursos para a República Rio-grandense. A ruína de Almeida se deu quando esses cativos foram libertados pelos *colorados* em 1842. Tanto a morte de Chaves de quem Almeida era o maior credor no inventário, quanto a perda desses escravos tinha tornado sua situação financeira complicada.

Muito do seu negócio dependia do gado que conseguia comprar através da rede familiar de sua esposa Bernardina Rodrigues Barcellos, que faleceu em 1846. Durante a Revolução Farroupilha, o papel de dois de seus cunhados, João e Joaquim Rodrigues Barcellos, como negociantes de gado ficou evidente. A rede familiar dos Rodrigues Barcellos, bastante extensa, havia permitido que o pai de Bernardina e seus irmãos se constituíssem em parte da primeira geração de charqueadores de Pelotas, ao disporem de parentes – outros tios de Bernardina, assim como primos – que ao se estabelecerem como pecuaristas na campanha do Rio Grande do Sul e do Estado Oriental, faziam o papel de intermediadores das compras, afiançando o pagamento pelas tropas de gado de produtores menores e sem relações diretas com outros charqueadores pelotenses⁴⁹².

Muitos charqueadores tinham parentes – sanguíneos ou por afinidade – com propriedades no Estado Oriental. Alguns possuíam eles próprios criações de gado no Estado Oriental. Como bem demonstrou Jonas Vargas, o propósito destas, porém, não era um auto-abastecimento da charqueada, a questão se colocava em criar um ponto de contato próximo e constante – e não apenas às vésperas da safra do charque – para a compra de gado. Comprar gado dos vizinhos trazia a vantagem de fazer melhores negócios, lidar com vendedores mais confiáveis, conseguir gado de melhor qualidade e possivelmente ter uma maior certeza sobre a compra.

O proprietário do maior rebanho que consegui apurar na minha amostra de inventários – analisados no capítulo 2 –, o Coronel Aníbal Antunes Maciel⁴⁹³, por exemplo, contava com 34 mil cabeças espalhadas por oito propriedades dos dois lados da fronteira, o que nem de perto permitia que abastecesse sozinho sua charqueada, dado que,

⁴⁹² MENEGAT, Carla. *Op. cit.* 2009. p. 148; 161-174. Me referi a essa rede no capítulo 2.

⁴⁹³ O inventário a que me refiro é o da esposa de Aníbal Antunes Maciel, Felisbina da Silva Antunes. Caixa 006.103, Comarca de Pelotas, 1ª Vara Cível – APERS.

o abate poderia numa safra alcançar cifras entre 20 e 25 mil cabeças⁴⁹⁴. A taxa de reprodução média dos rebanhos na campanha platina, segundo a historiografia que se dedicou ao mundo agrário do século XVIII e XIX, ficava entre 20 e 25%, número alcançado a depender de boas condições, sendo que apenas a metade desse percentual era de novilhos – machos acima de 3 anos – e portanto, estava em condições de ser comercializado. De fato, o Coronel foi acusado em 1848 de estar realizando contrabando de gado para sua charqueada, sob o disfarce de tropas que teria comprado para levar às charqueadas de San Servando⁴⁹⁵.

Luís Augusto Farinatti retomou uma estimativa de produtividade, gastos e lucros de estancieiros e charqueadores elaborada por Domingos José de Almeida em 1848.

Almeida aponta uma taxa de procriação de cerca de 22,5% para os rebanhos bovinos, ainda que ressalve que eram poucos os campos da província onde se podia, de fato, alcançar tal desempenho. Segundo suas estimativas, uma estância com 18.000 reses produziria 4.050 crias, metade machos, metade fêmeas. Da primeira metade (2.025 machos) se deveria deduzir 325 animais que morriam antes de atingir a idade de comercialização, “devoradas pelos cães chamados chimarrões, ou nas capaões, ou de bicheiras, picadas de cobras, &c.”. Restariam, então, 1.700 reses, o que dá 9,4% do rebanho total. Esse era o percentual de novilhos, de mais de quatro anos, que podiam ser vendidos, sem risco para a reprodução do rebanho, pois seriam substituídos por essas 1.700 crias machos. A outra metade das crias, compostas por fêmeas, serviria para recompor o rebanho, substituindo as vacas que saíram da idade de procriar, descontados 525 animais (25% do total dessas crias fêmeas) que pereceriam em situações semelhantes às descritas acima, ou seriam consumidas no sustento da “gente empregada no custeio da estância”⁴⁹⁶.

Considerando estes cálculos, Antunes Maciel conseguiria abastecer pouco mais de um décimo de sua produção de charque com os novilhos que criava em seus campos. Mas o próprio fato de ter várias propriedades podia ser interessante – ainda que algumas delas fossem bastante próximas, como as de Hospital, Três Cruzes, Salsipuedes e no

⁴⁹⁴ Correio Mercantil de Pelotas. Edição de 20.07.1875. Citada por VARGAS, Jonas M. "Na trilha das tropas": os charqueadores de Pelotas e suas estratégias para atuar nos mercados do gado vacum (rio grande do sul, c. 1850 - c. 1890)". *Revista Territórios e Fronteiras*, vol. 7, nº 2, 2014. p. 265

⁴⁹⁵ Fondo Relaciones Exteriores, Caja 1732. AGNUy.

⁴⁹⁶ O autor cita ter retirado os dados de CORREA DA CÂMARA, Antonio Manoel. *Ensaio estatístico da província do Rio Grande do Sul*, 1979 (1ª. ed. 1863). FARINATTI, Luis Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. p. 139.

Arroyo Malo, todas em Tacuarembó e a de Arroyo Grande, em Paysandú – do ponto de vista da presença em regiões distintas. Cada campo de criação poderia ser um ponto para reunir tropas compradas na sua vizinhança, e um espaço para criar e organizar relações que solidificassem os laços de confiança tão importantes na compra do gado. Como veremos no próximo tópico deste capítulo, quando tratarei das situações de violência física, grandes proprietários de gado, também eram importantes comerciantes no mercado de abastecimento das charqueadas. Ainda, os charqueadores com maior fortuna, como demonstrou Jonas Vargas, eram aqueles que tinham a maior capacidade de intervenção no mercado de gado e no mercado atlântico onde vendiam o charque⁴⁹⁷. Estes tiveram melhores condições de sobreviver em crises, os demais, buscaram todas as possibilidades políticas para resolver sua situação.

O que tornava o momento difícil para a maioria dos charqueadores no fim da década de 1840 a ponto de levar ao manifesto enviado a Assembleia Geral era a própria dificuldade dos charqueadores de conseguirem comprar gado. A diminuição da oferta prejudicava a todos, mas para aqueles que contavam com menos recursos de capital, tanto financeiro quanto social – estamos falando de poucos anos após a Farroupilha, onde muitas relações foram construídas, mas muitas desconfianças também – como Domingos José de Almeida, a situação era pior. Competir num mercado com pouca oferta significava elevar os preços, diminuir a qualidade do gado e conseqüentemente tornar a produção mais difícil. Para os pequenos as chances de sobrevivência no negócio da carne salgada eram menores. A questão era eliminar a concorrência na compra de gado que representavam as charqueadas estabelecidas na margem oriental do Rio Jaguarão, muito mais do que taxar a produção. Os charqueadores deixaram claro no manifesto que o gado não deveria ser taxado, por se tratar de matéria prima para sua produção.

A intenção das autoridades orientais em desviar o gado das mãos dos charqueadores pelotenses era clara também, ao fornecer todas as vantagens possíveis aos empreendimentos. E, muito embora muitos brasileiros realmente tivessem se instalado ali, desde os tempos da Farroupilha, haviam produtores orientais e europeus. Segundo José P. Barran e Benjamín Nahum, na safra anterior aos tratados de 1852, foram enviados 618.926 arrobas pela fronteira fluvial da Lagoa Mirim, um terço de todo o charque exportado pela província naquele ano⁴⁹⁸. O número cabeças abatidas era significativo. “A

⁴⁹⁷ VARGAS, Jonas M. *Op. cit.* 2013. p. 372-419.

⁴⁹⁸ BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. *Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967, p. 50.

firma anglo-francesa Paulet & Williams, por exemplo, abatia 16 a 20 mil reses anualmente, a do espanhol Francisco Traeba, 12 a 16 mil e a de Silva & Co de 12 a 15 mil, sem contar as outras. O número de reses que elas consumiam era muito significativo para desviar as tropas de gado que podiam ser levadas até as charqueadas pelotenses, por exemplo.⁴⁹⁹,

A situação se tornava mais preocupante sob outro prisma. No ano de 1848 as dificuldades de comerciar o gado com os charqueadores de Pelotas eram tantas, que mesmo os produtores brasileiros cederam e venderam seus gados para o exército *blanco*. Dionísio Coronel, o Comandante de Cerro Largo informava ao presidente no *Cerrito* ter conseguido comprar bovinos de brasileiros.

Jamás creí berme [sic] en el forsoso caso de distraer la atención de V.E. de los innumerables queaseros que le rodean, en mi particular servicio pero hoy lo creo necesario. He hecho negocios con varios brasileiros, de ganados, los que aun debo y como ya se han lebandado [sic] ochocientas reses que tengo que pagar este año, estimaria la bondad de V.E. ordenase se es posible, que no se me toquen esos intereses inter concluyo de pagarlos: despues que no los deba gusto tendré que concluyan sirviendo de alimento a mis compratiotas.⁵⁰⁰

Assim como todos os comerciantes, o Comandante Dionísio Coronel sabia que pagar seus fornecedores de forma rápida era fundamental, especialmente se queria contar com novo abastecimento. As dificuldades podem ter feito muitos criadores reconsiderarem seus hábitos de venda. De toda forma, as vendas não foram realizadas com títulos do governo oriental, Coronel deixava claro que teria que pagá-los com dinheiro, sinal do grau de desconfiança de seus fornecedores. Essa situação fez-se num notável exemplo de como a fidelidade dos criadores brasileiros com seus charqueadores estava condicionada a uma perspectiva de maior segurança e lucro. A convergência dos interesses de ambos não era automática e os charqueadores percebiam essa condição.

A questão era bastante complexa, como apontou o presidente da província do Rio Grande do Sul, Pimenta Bueno, em ofício em 1850 ao Ministro da Fazenda. Taxar os produtos vindos pela fronteira fluvial não resolveria o problema dos charqueadores de Pelotas.

⁴⁹⁹ VARGAS, Jonas M. *Op. cit.* 2013. p. 330.

⁵⁰⁰ MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *Op. cit.* p. 505

V. Exa verá nos mapas juntos o grande movimento de iates que navegam entre o Jaguarão e o porto de Rio Grande, e conseqüentemente o avultado frete, comissões e direitos que os proprietários brasileiros e os cofres públicos recolhem. Se estabelecem-se impostos pesados sobre os produtos do gado provenientes do Estado Oriental fora de temer o inconveniente de mudarem-se as charqueadas para o Buceo e outros pontos e privarem-se os iates, negociantes e cofres públicos de semelhantes vantagens, sem por isso se diminuísse a concorrência estrangeira por que o Rio Grande não tem gados.⁵⁰¹

Muito embora Pimenta Bueno tenha chegado a realizar uma proposta de taxaço, assim como outras medidas diplomáticas essa se mostrou infrutífera. Reestabelecer o transito de gado através da fronteira era a única solução para resolver a crise dos charqueadores. Para resolver essa situação crítica, uma ampla campanha pela guerra teve início e trato dela a seguir. Antes quero observar o que aconteceu logo depois de assinados os tratados entre o Império e o Estado Oriental em 1852 e depois, na crise do charque em 1857, quando o trânsito de gado em pé era livre pela fronteira.

As charqueadas no Rio Jaguarão voltarão a ser tema de discussão das autoridades depois do fim da Guerra Grande, mas desta vez, serão as autoridades orientais que reclamarão das dificuldades. Em 1856, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos escreveu ao presidente da Província do Rio Grande do Sul Jerônimo Francisco Coelho e solicitou que se formasse uma comissão que elaborasse parecer sobre uma série de questões envolvendo os negócios na fronteira do Rio Jaguarão⁵⁰².

Paranhos havia participado da missão liderada por Honório Hermeto Carneiro de Leão a Montevideu em 1851, e permaneceu na capital uruguaia após a vitória contra Rosas como Encarregado dos Negócios do Brasil. Conhecedor da política no Prata, o pedido de Paranhos indica a importância da matéria, suscitada pelas reclamações do Ministro Plenipotenciário do Uruguai na Corte de que a inexistência da cobrança sobre o gado em pé estaria exterminando os *saladeros* orientais. Mais uma vez o debate girava em torno do abastecimento de gado e da incapacidade da indústria uruguaia se desenvolver pela inexistência de matéria-prima suficiente, sendo o gado criado no Estado Oriental levado para as charqueadas do Rio Grande do Sul. As preocupações de Paranhos eram fortes, indicando a iminência do rompimento dos tratados de 1852 pelo Uruguai o que poderia novamente levar a um conflito armado.

⁵⁰¹ Correspondência do Presidente da Província, Maço 20, nº 24 1850. A – 7.02. AHRS.

⁵⁰² Correspondência do Presidente da Província, Maço 27, nº 17, 1856. A – 7.04. AHRS.

O documento elaborado pela comissão se mostra muito revelador da dinâmica frágil entre a produção do Estado Oriental, do Império e os mercados de gado e charque. O primeiro ponto a que a comissão se dedicou foi a questão do comércio pela fronteira. A comissão esclarecia que o comércio antes do tratado de 1851 era considerado precário e reduzido à transito de gado em pé e de cavalos, além de alguns poucos produtos europeus despachados desde Montevidéu. Esclarecia ainda, que como resultado da guerra civil na Província e da peste de 1842 – que dizimara grandes quantidades de bovinos – quase todo gado que atendia às charqueadas de Pelotas e Rio Grande vinha do Estado Oriental. Antes de 1851 esse gado, necessário para retomada das estâncias e charqueadas após a paz de 1845, segundo os relatores, passava pagando imposto, que nunca era fixo, mudando conforme o desejo dos comandantes militares orientais ou das autoridades civis de fronteira, havendo também a ocorrência do embargo de passagem.

Segundo a comissão, seriam esses problemas que teriam levado charqueadores de Pelotas e Rio Grande a estabelecerem suas charqueadas na margem Oriental da Lagoa Mirim, nas localidades de San Servando, Tacuary, Arredondo, Cebolatti e Olimar, usando a tolerada navegação dessa como forma de despacharem seus produtos pelo porto de Rio Grande. A comissão considerava esse arranjo convergia também em “desgraçadas relações pessoais e de propriedades” que os redatores preferiam não comentar. Entretanto diziam que alguns orientais entraram no negócio, seja como sócios de charqueadores, seja se tornando charqueadores eles mesmos. Ao mesmo tempo, produtos agrícolas passavam ao Estado Oriental saídos do Rio Grande sem pagarem impostos e fazendas europeias entravam com preços mais competitivos já que não pagavam impostos no desembarque em Montevidéu. Durante os anos de guerra essa situação pareceu tolerável no parecer dos membros da comissão, assim como apontavam com naturalidade que o reestabelecimento da paz, tanto no Rio Grande do Sul quanto no Estado Oriental era a causa das mudanças que incomodavam o governo do país vizinho.

As acusações do plenipotenciário oriental no Rio de Janeiro de que as medidas do Tratado de Comércio e Navegação tinham sido estabelecidas como parte de um plano para destruir as orientais charqueadas à margem do Jaguarão foram veementemente rechaçadas com o argumento de que o intuito realmente era combater o contrabando e aumentar a arrecadação da Mesa de Rendas de Jaguarão. A questão se concentrava no fato de que os brasileiros mantiveram o direito à livre navegação do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim, enquanto orientais e outros estrangeiros estavam proibidos, favorecendo de fato as fábricas de carne salgada dos brasileiros e os comerciantes que negociavam

suas mercadorias no Porto de Rio Grande. De fato, o Tratado havia combatido o contrabando que prejudicava a alfândega brasileira e simplesmente eliminara o contrabando de gado do Estado Oriental, ao extinguir a cobrança na fronteira sobre o gado em pé. Exatamente o desejo daquele manifesto de 1849.

Figura 6 – Mapa da região das charqueadas uruguiaias do Rio Jaguarão



Fonte: Google maps. (Adaptação realizada pela autora).

O apontamento da comissão de 1856 que melhor explica porque o sucesso da manufatura de charque no Brasil não podia conviver com o mesmo tipo de empreendimento no Estado Oriental possivelmente seja a explicação para a evasão dos charqueadores brasileiros do país vizinho. Segundo os pareceristas, a necessidade de escravos para a produção do charque teria levado a maioria dos brasileiros a conduzir seus negócios para Pelotas e Rio Grande, convertendo os campos próximos à fronteira num uso mais rentável, que era a criação de bovinos. Em 1849, Oribe, através de Dionísio Coronel, deu ordem para que os charqueadores brasileiros que usavam mão de obra

escrava, conduzissem seus cativos imediatamente para fora do território oriental, sob pena de perdê-los, sendo considerados libertos⁵⁰³. Essa medida teria provocado o retorno de quatrocentos escravos para Pelotas e Jaguarão⁵⁰⁴. Com o fim da escravidão o Estado Oriental teria se convertido num espaço onde a produção de charque era impraticável para os rio-grandenses, resultando serem os próprios orientais os causadores da extinção das charqueadas da margem do Jaguarão. Nos anos seguintes, os *saladeros* uruguaios e argentinos mostraram que era possível produzir com mão de obra assalariada.

Outra consideração importante da Comissão era a de que, apesar de declararem ser impossível definir a quantidade de gado que atravessou a fronteira, pela inexistência em Porto Alegre desses dados, podiam afirmar duas coisas. A primeira era que o comércio de gado de um lado a outro da fronteira era feito exclusivamente por brasileiros, ainda que colocassem a ressalva de que o fluxo não era exclusivo do Estado Oriental para o Brasil, mas que tinha sofrido um incremento significativo durante o período de paz, no sentido contrário. Esse fluxo não necessariamente significava comércio de gado, mas contava com expressiva participação de brasileiros que levavam seus bois para engordar no país vizinho, em terras de sua propriedade ou arrendadas.

A segunda afirmação era a de que havia um decréscimo da importação de gado uruguaio. Os fatores apontados pelos redatores eram o repovoamento da província do Rio Grande do Sul com gado novo e o crescimento das charqueadas em Montevideu e suas proximidades, como o Buceo. E mais, a comissão afirmava que a alta da importação de reses havia se dado quando os distúrbios aumentaram muito no Estado Oriental, gerando um aperto na fiscalização de ambos os lados. A prática de *blancos* e *colorados* de se abastecerem taxando o gado seria a motivação de tantos criadores enviarem seus animais para o território brasileiro. Mais uma vez, segundo a comissão, o problema era criado pelos próprios orientais.

Claramente os redatores do documento estavam preocupados em demonstrar um ponto de vista que tornava uma má fortuna a falência dos estabelecimentos de carne salgada na margem uruguaia do Rio Jaguarão. Mas ao mesmo tempo nos oferecem um indício de que o mercado de gado seguia realmente uma racionalidade ligada por relações pessoais. Afirmam que os charqueadores brasileiros, ao atravessarem a fronteira, preferem sempre comprar gado de seus nacionais, nunca dos orientais, deixando estes disponíveis para os *saladeros* de Montevideu. Entender o impacto dessa afirmação sobre

⁵⁰³ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Op. cit.* p. 128.

⁵⁰⁴ Rio de Janeiro, 5 de maio de 1849. Avisos do Ministério de Estrangeiros - B.1.027 - AHRS.

a indústria de carne salgada no Estado Oriental só é possível se agregada essa afirmação com a de que

[...] os estabelecimentos de fronteira são exclusivamente brasileiros e numa faixa paralela de trinta léguas da fronteira, o predomínio pesado é dos brasileiros também. Há muitos brasileiros que possuem mais de dez léguas de campo no Estado Oriental. A intenção desses brasileiros não está anexação do território, apenas no aproveitamento de campos superiores, maiores e mais baratos que os brasileiros⁵⁰⁵.

A postura dos redatores foi de observar as dificuldades dos orientais como uma fatalidade, afirmando que “o efeito colateral de matar a indústria oriental em tal porção de território era natural e não premeditado”, ao mesmo tempo que se recusavam a expressar um parecer direto sobre os pedidos do plenipotenciário uruguaio de reestabelecer a cobrança sobre a passagem de gado. Embora seus argumentos realizassem sem sombra de dúvida uma defesa da produção charqueadora rio-grandense, é possível que os membros da comissão percebessem que demarcar uma posição claramente contrária a taxaço poderia dar corpo a manifestações contrárias das autoridades de fronteira no Uruguai.

O conteúdo desse documento corrobora a percepção de que a intervenção de 1851 foi realizada para atender os interesses dos charqueadores em contarem com um abastecimento contínuo e de qualidade no que se referia à matéria-prima da sua produção. As dificuldades de produção na margem do Jaguarão refletiram numa queda: das 618.926 arrobas enviadas por via fluvial para a exportação no porto de Rio Grande em 1850/1851⁵⁰⁶ chegaram a 126.062 na safra de 1854/1855⁵⁰⁷. A proibição da navegação por orientais impedia qualquer possibilidade desses estabelecimentos sobreviverem sem sociedades com brasileiros, dado que nem para o transporte de enfermos era possível usar embarcações⁵⁰⁸. Apesar do *tasajo* que entrasse por Jaguarão não ser taxado, transportar o

⁵⁰⁵ Rio de Janeiro, 5 de maio de 1849. Avisos do Ministério de Estrangeiros - B.1.027 - AHRS.

⁵⁰⁶ Como comentei anteriormente a safra do charque se dava nos meses próximos ao verão, iniciando em novembro e se estendendo até as chuvas e o frio tornarem quase impossível os trabalhos, por isso a referência às safras ser de um ano a outro. Para entender todo o processo de produção do charque ver: VARGAS, Jonas M. *Op. cit.* 2013; CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1983.; GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: UFPel, 2001.

⁵⁰⁷ BARRAN, Jose P.; NAHUM, Benjamin. *Op. cit.*, p. 50.

⁵⁰⁸ ZABIELLA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradicação e de Limites*. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2002, p. 40.

charque por terra era pouco rentável, o que significava que impedir os uruguaiois de navegar pelo rio Jaguarão e pela Lagoa Miriam era na prática, a forma de controlar o comércio de charque e dificultar a concorrência. Um demonstração de força política dos charqueadores de Pelotas, que conseguiram, através da política imperial fazer valer seus interesses na região⁵⁰⁹.

Se por um lado era primordial eliminar os *saladeros* na fronteira para controlar o mercado de gado na região, a concorrência no mercado atlântico com a produção dos estabelecimentos também era uma preocupação nada desprezível que pode ser verificada pela crise de 1857-1858. Para entender essa crise, faz-se necessário atentar ao fato de que nem sempre os interesses de charqueadores, estancieiros e os da Corte se coadjuvavam. A crise de abastecimento que atingiu a Corte em 1854 colocou em relevo o fato de que os lucros dos charqueadores sul-rio-grandenses dependiam de um mercado sem competição, que elevava os preços do charque. Até 1858 os preços se mantiveram favoráveis e foi neste período de maior volume dos carregamentos de charque que chegavam ao Rio de Janeiro partindo da província. Foi também quando o Rio Grande do Sul se constituiu na principal província fornecedora de alimentos para a população da Corte, não apenas enviando charque, mas também milho, feijão e farinha⁵¹⁰.

O charque rio-grandense não era o único a chegar na Corte, mas a ausência do *tasajo* oriental e as altas taxas cobradas sobre o argentino permitiram que o charque embarcado em Rio Grande dominasse o mercado e mais, o fizesse com um preço elevado. Essa alta coincidiu com o início de uma crise de abastecimento que atingiu a cidade do Rio de Janeiro desde 1854 de forma cíclica. Ao se manifestar sobre o manifesto da Câmara de Vereadores de Pelotas, o Conselheiro Pimenta Bueno, então presidente da província do Rio Grande do Sul, apontou com clareza que o efeito de favorecer os charqueadores daquela cidade impondo impostos que extinguiriam os *saladeros* da margem uruguaia do Jaguarão era aumentar o preço do charque nos portos do sudeste e nordeste do Império. Em 1858, na Bahia, estourou um motim pelo elevado preço dos alimentos, sendo o da carne o mais impressionante: nos anos entre 1854 e 1858 o produto tinha dobrado seu valor⁵¹¹. O preço do lucro dos charqueadores pelotenses era a carestia da população mais pobre das regiões consumidoras. Como afirmou Jonas Vargas, “para

⁵⁰⁹ VARGAS, Jonas M. *Op. cit.* p. 332.

⁵¹⁰ GRAÇA FILHO, Afonso. *Op. cit.*, p. 58-60.

⁵¹¹ REIS, João José; AGUIAR, Márcia G. D. de. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. *Revista de História*, São Paulo, n.135, 2º sem., 1996, p. 133-160. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-revolta-da-farinha>>. Acesso em 25 out 2015.

que os charqueadores pelotenses ganhassem o lucro desejado, todos os demais tinham que sair perdendo”⁵¹².

A reação da Corte foi reduzir a taxa de importação do *tasajo* em 1854-1855 de 25 para 11%. Nessa situação, os interesses dos charqueadores e da Corte divergiam fortemente. Mas não foi apenas a redução da taxa que causou a crise dos charqueadores rio-grandenses, como eu disse o charque enviado de Rio Grande não chegava sozinho aos demais portos brasileiros. A indústria *saladeril* de Buenos Aires não foi afetada pelas guerras como a uruguaia, exportando mais de 100 mil toneladas entre 1850 e 1854⁵¹³. No mesmo período, a província do Rio Grande do Sul exportou 125 mil toneladas – incluído nesse número aquele charque oriental produzido nas margens do rio Jaguarão⁵¹⁴.

Ainda, impulsionados pela revisão dos tratados entre o Império e o Estado Oriental em 1857, os *saladeros* uruguaios se recuperaram e voltaram a crescer. O *tasajo* voltou a inundar os armazéns dos comerciantes cariocas e a queda das exportações da província do Rio Grande do Sul foi brusca. Acompanhada por um declínio no preço da arroba do charque a partir daquele ano, o novo quadro de concorrência gerou manifestações dos charqueadores pelotenses, incapazes de concorrerem com a expansão do setor no Prata. Ainda no fim dos anos 1850, a província argentina de Entre Ríos viria a se tornar grande produtora de charque. Estavam lançadas as bases para a crise de superprodução, com o aumento da oferta e a manutenção da demanda⁵¹⁵.

As reclamações dos charqueadores começaram ainda em 1857. Foi nesta época que Domingos José de Almeida passou a publicar seu jornal *Brado do Sul*, voltando a carga contra o Império. Em 1860, provavelmente num movimento de barganha política, Almeida começou a se corresponder com antigos aliados farroupilhas, pedindo documentos e chegou a publicar em seu jornal sua intenção de fazer uma memória da sedição contra o Império. Retomar o assunto pouco mais de uma década depois era um aviso sobre o poder do descontentamento com a Corte. Se tal movimento teve efeito, é difícil dimensionar claramente, mas de toda forma, em 1861 as taxas sobre o *tasajo* foram

⁵¹² VARGAS, Jonas M. *Op. cit.* 2013 p. 333.

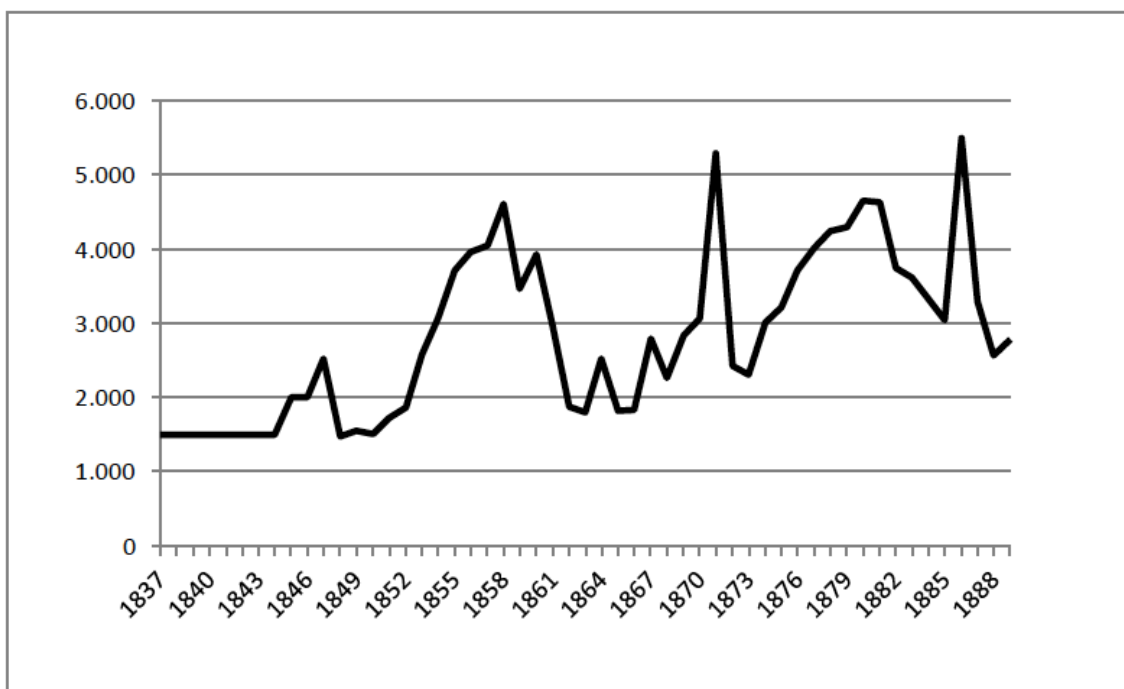
⁵¹³ ROSAL, Miguel A.; SCHMIT, Roberto. *Del reformismo colonial borbónico al librecomercio: las exportaciones pecuarias del Río de la Plata (1768-1854)*. Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana. 3ª serie, n. 20, 2º sem. 1999. p. 86.

⁵¹⁴ VARGAS, Jonas M. *Op. cit.* 2013 p. 333.

⁵¹⁵ BARRAN, Jose P.; NAHUM, Benjamin. *Op. cit.*, p. 118-130.

retomadas, mas os preços se mantiveram no patamar mais baixo, como é possível ver no quadro a seguir.

Gráfico 03 - Preço da arroba de charque exportado em réis (\$)



Fonte: Revista do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, n. 8, dez. 1922, p. 246-247; Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Sul (1846-1860). In: VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico*. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese de doutorado, UFRJ, 2013.

Com o crescimento da indústria *saladeril* no Prata e por uma série de condições que colocavam seus comerciantes de carne salgada em vantagem no comércio Atlântico do produto, os charqueadores de Pelotas nunca mais retomariam seu espaço de destaque naquele mundo, adquirindo um papel secundário naquele mercado. Vou me furtar de dissertar sobre esse momento do charque pelotense, dado que extrapola os objetivos dessa pesquisa e tal tema foi objeto de pesquisa de outros⁵¹⁶. Mas no que toca ao mercado de gado da fronteira meridional, cabe ainda perceber algumas coisas.

O estabelecimento da paz, que permitiu um aumento dos rebanhos, as mudanças diplomáticas que levaram a taxaço do gado em pé na fronteira e o conseqüente aumento do abate de gado pelos estabelecimentos de carne salgada no Estado Oriental

⁵¹⁶ Para mais: BARSKY, Osvaldo; DJENDEREDJIAN, Julio. *Historia del capitalismo agrario pampeano. La expansión ganadera hasta 1895*. Buenos Aires: Universidad de Belgrano/Siglo XXI, 2003. BARRAN, Jose P.; NAHUM, Benjamin. *Op. cit.*, p. 118-130. VARGAS, Jonas M. *Op. cit.* 2013. p. 327-346.

parece ter começado um processo que lentamente se consolidaria em um novo mercado de gado ao fim da Guerra do Paraguai. Ainda que os números anteriores indiquem um crescimento no abate das charqueadas do Rio Grande do Sul nos anos que antecederam o conflito, o crescimento no Estado Oriental foi muito mais expressivo, o que é um indicativo bastante importante de quão atrativos podiam os *saladeros* como compradores para os criadores de bovinos. Essa perspectiva podia significar que além de perderem seu espaço no mercado atlântico de carne salgada, os charqueadores também poderiam perder espaço na compra de matéria prima, o que poderia implicar em negócios piores, com animais de pior qualidade ou preços mais altos.

Tabela 8 – Gado bovino abatido nas charqueadas e *saladeros* da América do Sul (1857-1862)

	<i>1857-58</i>	<i>1858-59</i>	<i>1859-60</i>	<i>1860-61</i>	<i>1861-62</i>
Uruguai	168.100	243.300	272.000	293.000	505.000
Buenos Aires	324.800	531.300	360.000	290.000	279.000
Entre Rios (ARG)	53.500	144.300	265.000	237.000	204.000
Rio G. do Sul	190.000	280.000	360.000	360.000	362.000
Totais	736.400	1.198.900	1.257.000	1.180.000	1.350.000

Fonte: PINTOS, Anibal Barrios. *Historia de la ganadería en el Uruguay (1574-1971)*. Montevideo: Biblioteca Nacional, 1973, p. 193.

Além disso, o retorno dos *blancos* ao poder deu novo fôlego a seu projeto de Estado, o que novamente significou distúrbios com os brasileiros em relação à mão de obra das estâncias – foi nesse período que o governo uruguaio começou a rever os contratos de peonagem até concluir por sua proibição – e ao trânsito de gado, gerando uma nova leva de reclamações ao Ministério dos Negócios do Estrangeiro do Império. Mas o volume muito menor de reclamações e o teor delas me levam a crer que nesse momento o mercado de gado estivesse mudando significativamente, assim como diminuía gradualmente a resistência dos brasileiros estabelecidos no Estado Oriental em aceitar as mudanças políticas e institucionais naquele país. Novamente, o ritmo dessas mudanças podia sofrer interferências dos agentes envolvidos. No próximo tópico deste capítulo, quando tratarmos das reclamações relacionadas a violências contra a vida de súditos do Império, observari com mais vagar um caso em que um agente manipulava seus recursos para manter seu espaço, dependente das vendas de gado para as charqueadas pelotenses.

Nesse momento, retomarei os conflitos de fronteira que antecederam a campanha contra Oribe para através das ações de uma autoridade oriental, um *blanco* estabelecido na fronteira, entender as implicações desse modelo de Estado Nacional que tanto ameaçava mudar o mercado de gados e os poderes locais estabelecidos na fronteira.

4.1. Agentes políticos na fronteira: a expansão do Estado Nacional dos *blancos*.

Um dos mais importantes defensores do modelo fiscal *blanco* e um dos principais implementadores desse modelo foi Dom Diego Eugenio Lamas⁵¹⁷, um dos *Comandantes Generales* do exército oribista. O papel desses Comandantes em diferentes ocasiões se confundiu com o dos Chefes Políticos, num contexto em que a ocupação militar era ao mesmo tempo a implantação de um novo Estado. Figura recorrente na documentação diplomática, Diego Eugênio Lamas – ou Diogo Lamas, grafia portuguesa utilizada por muitos reclamantes – era um dos agentes mais apontado como culpado pelas violências ligadas à propriedade de brasileiros. Especialmente a partir de 1848 quando, depois da ocupação de Salto, o Comandante ficou responsável pela vasta área de fronteira com Brasil e Argentina que ficava ao sul Quaraí e ao norte do Rio Negro.

Como apontei anteriormente essa área era ocupada por grandes propriedades de brasileiros, algumas das maiores da amostra. Se tomarmos como base os dados do censo pecuário realizado em 1852, logo depois do conflito, observaremos Salto com a segunda maior concentração de rebanhos, constando 300 mil cabeças de gado *vacum*⁵¹⁸. Antes disso, Lamas tinha comandado pontos da fronteira em Cerro Largo, outra área com uma presença brasileira grande.

Ao assumir o posto em Salto, o Comandante Lamas realizou um levantamento detalhado das condições de produção e povoamento da região, elaborando uma extensa nota com um plano para o fomento da agricultura e a colonização do Departamento de

⁵¹⁷ Diego Eugenio Lamas começou sua carreira militar em 1829. Quando Oribe foi retirado da presidência do Estado Oriental e se exilou em Buenos Aires, o acompanhou, participando de toda a campanha federalista do General. Participou do sítio de Montevideu até ser deslocado para postos no norte da campanha, incluindo Salto, onde se notabilizou pela perseguição a Francisco Pedro de Abreu, o Barão do Jacuí, no episódio das *califórnicas*. Depois do fim da Guerra Grande foi nomeado pelo presidente Juan Francisco Giró como Chefe Político de Minas. Com a queda de Giró, foi demitido desse cargo e se exilou em Entre Ríos, de onde retornaria em 1855 para assumir a *Jefatura* de Salto. No governo de Gabriel Pereira foi nomeado Chefe Militar de todas as tropas ao norte do Rio Negro, tendo papel importante na supressão da revolta de 1858. Tamanho seu prestígio político no fim dos anos 1850, foi cogitado como candidato a presidência em 1860, mas apoiou Bernardo Berro, se tornando seu Ministro da Guerra. Comandou as tropas que combateram a invasão de Venâncio Flores, mas sofreu sucessivas derrotas. Com o triunfo de Flores em 1864, Lamas se exilou em Entre Ríos, onde faleceu.

⁵¹⁸ MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *Op. cit.* p. 454.

Salto⁵¹⁹. Ao elencar os impedimentos para o desenvolvimento da região, resumiu suas considerações ao avaliar que

*existen en este pueblo porción de familias pobres, la mayor parte de ellas pertenecientes a Defensores de las Leyes; las hay también emigradas en el Brasil, Entre Ríos y otras partes; todas claman por un pedazo de terreno en que establecerse pues el estado de indigencia en que se encuentran no les permite vivir en poblado, ni pueden contar tampoco con el favor de los hacendados de la campaña, porque en este Departamento son Brasileiros [sic] en su mayor parte y com ellos nunca tendrán simpatias.*⁵²⁰

A solução oferecida por Dom Diego era buscar terras passíveis de aquisição pelo Estado Oriental e usá-las para assentar essa população partidária da causa, distribuindo lotes relativamente pequenos – creio que essa informação fosse relacionada ao tamanho de uma propriedade de criação de gado – onde seria estimulada a agricultura. Ao aumentar o contingente populacional, Lamas acreditava ser possível diluir a influência dos brasileiros. Em correspondência trocada com o General Oribe, houve a sugestão de uma propriedade passível de compra, tendo o presidente liberado as negociações, que não se concretizaram antes da intervenção brasileira em 1851⁵²¹. Essa expectativa, de longo prazo, denota que o projeto defendido pelos *blancos* não se restringia à vitória militar, mas buscava se materializar numa intervenção estatal sobre o território.

Esse plano não era de todo distante de outras possibilidades aventadas pelo *Gobierno del Cerrito*, que chegou a contatar um comerciante da Liga Hanseática chamado Luis Bahre que se encontrava em Rio Grande em princípios de 1850 para avaliar a possibilidade de estabelecer colônias de imigração germânicas no Uruguai⁵²². A área provável para uma primeira colônia seria no Departamento de Maldonado, onde a presença de descendentes de lusitanos e de brasileiros também era grande.

A perspectiva de utilizar um modelo de ocupação diametralmente oposto aquele das extensas propriedades de criação de gado dos estancieiros brasileiros acompanhará a

⁵¹⁹ MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *Op. cit.* p. 341

⁵²⁰ *Idem*, p. 342.

⁵²¹ Essa tentativa de compra de terras também esclarece muito sobre transações econômicas em períodos belicosos. Os herdeiros, ao descobrirem que a intenção era o Estado comprar as terras, inflaram seu preço, buscando atingir maior lucro. Segundo Oribe escreveu a Lamas, essa era uma tática baseada na urgência, e o projeto podia esperar. MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *Op. cit.* p. 343.

⁵²² MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *Op. cit.* p. 344

política do Partido Nacional durante todo o restante do século XIX⁵²³, mas mesmo em suas administrações mais radicais, não houve avanço significativo desse modelo ao norte do Rio Negro. Ainda assim, seu impacto discursivo como parte de um conjunto de iniciativas que visava os brasileiros como inimigos da nacionalidade oriental foi bastante grande ainda naquela metade do século XIX, como deixam vislumbrar algumas das reclamações de brasileiros com propriedades embargadas. O medo do parcelamento da propriedade e sua distribuição era uma das preocupações apontadas. Ao parcelar a propriedade aumentava-se o número de ocupantes, o que segundo alguns proprietários potencializava os danos e também o número de pessoas a se enfrentar para uma retomada da terra e da produção.

Serafim José dos Santos escreveu em dezembro de 1851 apelando em seu nome e no de seus irmãos, herdeiros de sua falecida mãe Dona Rosa Maria de Oliveira⁵²⁴. Em fevereiro de 1848 o General Oribe tomou um dos campos de sua propriedade em Tacuarembó, nomeando um certo Juan Valdez como procurador. Terminado o conflito, o procurador persistia no campo sob a alegação de que o motivo do confisco das terras persistia, dado que os herdeiros da viúva Oliveira não teriam pagado os impostos devidos. Santos, ao que tudo indica, supunha que essa cobrança não tinha validade já que as taxas haviam sido estabelecidas pelo derrotado *Gobierno del Cerrito*. Reclamava que o campo era fundamental para sua propriedade, sendo o espaço de invernar o gado, e, portanto, possivelmente um dos seus melhores pastos; mas principalmente alegava que o parcelamento tornava inviável a produção, além de colocar um agente inimigo dentro da estância, permitindo riscos relacionados aos roubos de gado. Evidentemente Santos considerava que o parcelamento de sua propriedade e a ocupação por um partidário de Oribe ameaçava seus bens.

As reclamações relacionados à tomada forçosa de gado foram muitos nos primeiros dois anos após o fim da Guerra Grande. Visando a indenização pelos bens perdidos, muitos brasileiros recorreram ao governo imperial. Ainda que evitar o saque e regulamentar as condições do confisco e da requisição tenham sido uma das preocupações mais presentes na documentação do *Gobierno del Cerrito*, mesmo os partidários mais ferrenhos reconheceram que houve abusos. A questão estava na comprovação destes.

⁵²³ SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício. “Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX”. In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

⁵²⁴ Nota de dez 1851 – Caja 1733 – Fondo Ministério del Gobierno – AGNUy.

Ainda assim, em muitos momentos os Comandantes *blancos* atentaram à inibição do saque de forma geral. Essa preocupação não era apenas localizada na proteção da propriedade, mas se encontrava enlaçada numa queda nos números de animais que poderia inviabilizar a pecuária. Depois de 1848, quando o decréscimo nos rebanhos comprometia a produção, mesmo o abate para consumo local foi restringido e o controle sobre o gado em trânsito foi intensificado, permitindo-se apenas a locomoção de touros e novilhos, e ainda assim, somente entre departamentos lindeiros⁵²⁵.

Esse conjunto de restrições implicava num controle cada vez maior dos *blancos* sobre a produção nas áreas por eles dominadas, tanto para evitar o que intitularam de “drenagem dos frutos do país”, como para garantir a constituição de uma ordem pública que protegesse a propriedade. Constituir o monopólio da ordem era parte do que garantia legitimidade ao projeto de Estado⁵²⁶. Como num espelho às críticas dos brasileiros que viam as ações dos agentes do *Gobierno del Cerrito* como ataques à propriedade, as comunicações entre os Comandantes e a presidência davam conta de um conjunto de ações que visavam impedir fraudes e abusos dos súditos do Império, regulando as práticas ligadas à criação. A instituição de regulamentos em relação à marcação de gado e às *faenas*⁵²⁷ tinha como preocupação minimizar os danos causados por indivíduos que buscassem se beneficiar da desordem que as atividades militares causavam.

Mariana Thompson Flores, ao tratar da área de fronteira do Rio Grande do Sul, mostrou que esse tipo de regulamentação foi comum em toda a campanha, dadas as condições próprias da criação extensiva. Como a autora ressalta, “contrariando as abordagens tradicionais que compreendiam a pecuária como algo desprovido de projeto, como se o gado se gerasse e se gerisse espontaneamente, dispensando qualquer tipo de trabalho especializado dada sua rusticidade”⁵²⁸, a lida do campo exigia diversos meios e técnicas no manejo do rebanho, que podia compreender milhares de cabeças de gado, tanto bovino, quando ovino ou cavalariço, sem separação, em campos desprovidos de cerca.

⁵²⁵ MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *Op. cit.* p. 458

⁵²⁶ A instituição do monopólio da ordem me parece ser a chave para entender o entrelaçamento entre política e armas no Rio da Prata de meados do século XIX. Para mais: SABATO, Hilda. *Povo e política. A construção de uma república*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011; SCHMIT, Roberto. *Ruina y resurrección em tempos de guerra*. Sociedad, economía y poder em el Oriente Entrerriano posrevolucionario, 1810-1852. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004; GOLDMAN, Noemí. SALVATORE, Ricardo (org.) *Caudillismos rioplatenses*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

⁵²⁷ O uso do termo preferencialmente se refere ao abate, seja para consumo da carne, seja para a extração do couro. Mas, eventualmente, é possível encontrar alguns documentos usando essa expressão para tratar de todo o conjunto de atividades referentes ao trato do gado. Aqui, uso na primeira acepção.

⁵²⁸ FLORES, Mariana F. C. T. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 283

Marcar o gado e mantê-lo reunido, ou na linguagem do trato, fazer o rodeio, eram as principais práticas da pecuária, além de outras ocasionais, ligadas ao tratamento de animais doentes e o controle sobre as crias.

Tanto marcar o gado, quanto fazer o rodeio eram recursos necessários para garantir a propriedade e, ambas as práticas foram reguladas por decretos de Oribe ou por circulares de seus Comandantes. O rodeio consistia na prática de reunir o gado periodicamente para que este se mantivesse dócil, manso no jargão do campo, acostumado tanto ao território quanto ao contato com os peões, evitando que o gado ficasse alçado, ou seja, ficasse solto pelo campo e se tornasse selvagem, xucro ou *cimarrón* como o chamavam nessa condição. Tanto a falta de peões, quanto problemas climáticos – como a seca que atingiu a campanha do Estado Oriental no verão de 1842 que fazia o gado sair em busca de aguadas – podiam provocar o aumento do gado alçado, o gado solto em estado selvagem, muito embora, em muitos inventários seja possível perceber uma expressiva quantidade de gado nessa condição em propriedades grandes, onde a extensão das terras talvez compensasse a inexistência de cercas⁵²⁹. Nas regulações dos *blancos*, tanto o gado alçado, quanto as condições em que se faziam o rodeio eram objeto de preocupação.

A maior parte dessas inquietações estava relacionada a outra prática, a da marcação do gado. Usar ferro quente para deixar marcas que representam o proprietário do animal é prática comum mesmo atualmente, mas num contexto de inexistência de cercados era fundamental. Ainda, há a prática do assinalamento, em que as orelhas dos animais são cortadas formando combinações características, este último, o único recurso no caso de ovinos⁵³⁰. Para os demais gados, a combinação das duas técnicas permitia conferir a quem pertencia o animal, mesmo quando este se tornava *cimarrón*. A exemplo da regulamentação descrita por Thompson Flores para as marcas na fronteira do Rio Grande do Sul, que colocava a Câmara de Vereadores como detentora dos registros⁵³¹, no Estado Oriental sob comando de Oribe, os *Comandantes Generales* eram responsáveis por recolher as atas das marcações nas estâncias e enviar cópias ao Cerrito.

⁵²⁹ Quanto a composição dos rebanhos e sua divisão em gado de criar, xucro e alçado, discuti a questão no capítulo anterior. Uma boa referência em termos de números é apontada por Farinatti, que diz que quanto maior o número de reses numa propriedade, maior o percentual de gado alçado, sendo que, nas propriedades com números superiores a 2000 reses, o percentual de reses de criar era de 10%. FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. p. 294-296.

⁵³⁰ FLORES, Mariana F. C. T. *Op. cit.* p. 283-285.

⁵³¹ *Idem.* p. 283.

Quando um proprietário precisava realizar a marcação tinha de apresentar em papel selado – e, portanto, taxado – o pedido na *Comandancia General* respectiva. Autorizada a marcação, era outorgado o pedido e se designava o Juiz de Paz mais próximo, ou na falta desse, um comissionado especial em substituição, e se juntavam a estes representantes dos vizinhos lindeiros para realizar a marcação. A razão para tal procedimento era evitar a marcação de gado alheio, garantida pelo registro da ata que era recolhida então pelo Comandante da região.

Esse procedimento em período de paz seria bastante complicado, durante o conflito ainda mais. Seja pela distância de algumas propriedades até a *Comandancia* mais próxima, seja pela logística de encontrar substitutos isentos para um juiz ausente ou indisponível, todo o processo era cercado por possibilidades de impedimentos. O medo de fraude se baseava no fato de que muitos proprietários se aproveitavam do gado alçado alheio para aumentar o rebanho, especialmente em casos de ausência do proprietário. Inúmeras foram as reclamações de brasileiros que implicavam nessa situação, especialmente após os períodos de proibição da marcação⁵³². É caso de Constantino de Souza, súdito do Império do Brasil, que teve seu gado marcado por Gaspar Merbes, enquanto esteve ausente⁵³³. Ou do anteriormente citado Major Francisco Maciel de Oliveira, que teve três mil cabeças de gado alçadas quando seu capataz foi preso por perseguir um escravo fugido e as considerava como prejuízo⁵³⁴.

A questão toda estava no poder assumido pelos agentes do Estado no processo de marcação. Em caso de disputa sobre gado alçado, o juiz, ou seu representante, podia determinar a propriedade do gado segundo sua avaliação dos testemunhos, o que garantia uma margem de ação bastante grande para fraudadores. Mas as reclamações se concentravam no momento anterior mesmo à marcação. A possibilidade de marcar o gado era negada quando se pedia a autorização na Comandância. Inúmeros são os casos de reclamações de súditos brasileiros sobre o tema, que impossibilitados de queimarem seus símbolos nos animais de sua propriedade, não podiam comercializa-los.

Houve momentos em que a proibição não atingia seletivamente, mas era estendida a todos os proprietários. O argumento era tentar evitar situações dúbias em circunstâncias em que muito gado se encontrava alçado. A proibição podia também não ser declarada por Oribe, mas ser realizada por um *Comandante General* no departamento sob sua

⁵³² Nota de 05 nov 1847 - Códice 221/3/6 – AHI.

⁵³³ Nota de 06 fev 1852 - Caja 1734 – Fondo Relaciones Exteriores – AGNUy.

⁵³⁴ Nota de 27 set 1852 - Códice 310/1/1 – AHI.

responsabilidade. Em Salto, em 1848, Dom Diego Lamas proibiu a marcação de gado com menos de um mês de costeio, buscando evitar o que ele chamou de fraude, ou seja, a marcação de gado alheio. Manuel Gonçalves, súdito imperial enviou súplica de que o governo brasileiro interviesse junto ao presidente Oribe, para que se levantasse a interdição da marcação de gado acima do Arapehy. Segundo ele, enquanto seus vizinhos ao sul do Arroio dispunham de seu gado, Gonçalves se encontrava em penúria, por conta da impossibilidade de atravessar o gado sem autorização⁵³⁵. No mesmo sentido iam as regulações que exigiam que depois da marcação, o gado seguisse recolhido, evitando que voltasse a ser alçado imediatamente.

No contexto em que nem todo o rebanho era costeado, o comum era marcar o gado, mesmo que esse não estivesse totalmente domesticado. Podia se marcar o gado xucro na perna e o de criar nas ancas, diferenciando assim o gado que estaria em condições de venda⁵³⁶. Assim, a escassez de mão de obra podia ser contornada, com diferentes níveis de domesticação: o gado de criar, provavelmente mais próximo da idade e condições de venda; o xucro, parcialmente domesticado, com maior probabilidade de se manter dentro dos limites da propriedade; o totalmente selvagem, alçado e recebendo uma atenção menor. A presença da distinção entre as duas modalidades do rebanho nos inventários que analisamos indica realmente que havia uma diferença no valor de reses de criar e xucras⁵³⁷. Indica também que quanto maior a propriedade e o rebanho inventariado, maior a proporção do gado alçado. De fato, dentre os inventários que analisei, os proprietários menores com rebanhos de até 500 cabeças não indicavam possuir gado xucro ou alçado.

A insistência de Dom Diego Lamas em regular as marcações se concentrava no princípio de que a garantia mais importante sobre a propriedade do gado estava na sua presença nas terras de seu proprietário – e aqui me refiro tanto a terras de propriedade ou arrendadas. Ao permitir a marcação, Lamas permitiria outra garantia sobre a posse do gado e, portanto, forneceria a chancela do Estado para possíveis casos de fraude. Mesmo

⁵³⁵ Nota de 11 jan 1848 - Códice 221/3/7 – AHI.

⁵³⁶ Essa era a orientação que o Conde de Piratini em 1832. CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Porto Alegre: EST/IEL/UCS, 1978. p. 78.

⁵³⁷ Ao analisar o inventário de Dona Maria Mância, esposa de Bento Manuel Ribeiro, importante estancieiro e líder militar da região, Farinatti encontrou diferenças nos preços das reses conforme seu grau de domesticação. “No processo constava a presença de 200 reses mansas, 340 reses de gado xucro “costeado” e aproximadamente 700 reses de gado alçado. As primeiras valiam 9\$000 e as segundas 7\$000, dentro da média de preços correntes para reses mansas e xucras nos inventários cujas avaliações de bens ocorreram naquele ano. As reses alçadas, porém, apresentam uma avaliação de 5\$000, portanto inferior e não compatível com nenhum preço de reses xucras dos outros processos”. FARINATTI, Luís A. *Op. cit.* p.294.

o rodeio foi regulado, não podendo ser realizado antes do nascer do sol, para que não se pudesse reclamar a escuridão como causadora de enganos ao visualizar marcas. A obrigatoriedade de reunir o gado nas terras de seu proprietário ia no mesmo sentido.

Regulações sobre as práticas pecuárias em geral não foram vistas como problema. O que por vezes era apontado como empecilho era o excesso de pontos que deviam ser manipulados pelos agentes do governo oriental, acompanhada de uma crescente burocratização, que não refletia em instituições compatíveis. Parte do problema se encontrava no Registro de Marcas, instituído em 1844 e que fora centralizado em Montevideu – ao contrário do Rio Grande do Sul, onde o registro era controlado pelas Câmaras Municipais – o que consumia tempo na verificação de disputas e colocava os proprietários de gado à mercê das autoridades locais nesse meio tempo.

Em 1847, quando se renovou este registro, se realizou um levantamento distrito a distrito, com cópias para os Juizes de Paz ou Comissários de Polícia que emitiam as guias de trânsito, o que permitiu maior agilidade nas disputas, que eram resolvidas pelo *Tenente Alcaide* com apelação ao Juiz de Paz⁵³⁸. Essa estrutura que localizava a resolução de disputas tampouco satisfazia criadores de gado brasileiros, que viam espaço para a vazão da parcialidade política das autoridades que julgavam os casos e buscavam a ajuda do Império nessas contendas. O descontentamento novamente se voltava à extensão do poder atribuído às autoridades que se localizavam na fronteira. Ainda assim, a maioria das reclamações não apresentou um desfecho nos documentos diplomáticos, possivelmente por não encontrarem respaldo naquelas instâncias.

O controle sobre os rodeios passou a ser mais forte a partir de 1847. Muito embora a proibição de passagem de gado não fosse permanente durante todo o conflito, os períodos de livre comércio ficaram cada vez mais raros na segunda metade da década de 1840 e a burocracia envolvida no transporte legal de tropas de gado prejudicava o comércio. Para os brasileiros, identificar essas mudanças com a chegada às *Comandancias* de determinados indivíduos foi um caminho lógico. Além de Diego Lamas, em Salto, Dionísio Coronel Muniz em Cerro Largo era frequentemente citado como um inimigo dos súditos do império. Na verdade, diferentes documentos citam não apenas Dionísio, mas também seus irmãos Ventura e Pio e o sobrinho Rolano como perseguidores dos estancieiros rio-grandenses.

⁵³⁸ Art. 8º do decreto de 19 nov 1847. CAJA 40 – Fondo Jefaturas de Polícia (Salto) – AGNUy

A trajetória militar dos irmãos Coronel Muniz iniciou na luta contra o Império do Brasil com sua adesão ao exército Libertador em 1826, sob o comando de Lavalleja. Desde então, segundo seus biógrafos⁵³⁹, sua profissão era lutar como patriota oriental contra os brasileiros desde Cerro Largo, sua terra. Dionísio e seus irmãos foram os contatos entre os farroupilhas e Oribe no período em que estes foram aliados⁵⁴⁰, o que lhes permitiu conhecer bem os brasileiros estabelecidos em Cerro Largo. Todavia, com o fim da aliança, sua posição parece ter voltado a ser de desconfiança em relação as pretensões dos brasileiros sobre o território oriental. Ao longo das décadas de 1830 e 1840, Dionísio adquiriu tamanha importância naquela região que se dizia popularmente, que “*no se mueve un pasto en el Departamento, sin la decisión de don Dionisio*”⁵⁴¹. Por ora, basta dizer que durante a Guerra Grande, muitas reclamações o citavam como responsável por arbitrariedades, entre elas, a proibição da passagem de gado.

Sob seu comando em Cerro Largo, os proprietários de gado passavam inclusive pela interdição das invernadas próximas à fronteira. Coronel determinou uma divisão do departamento em duas zonas, uma ao sul dos arroios Tacuarí, Conventos e Chuí e outras ao norte dos mesmos. Nesta última, era proibido invernar o gado, sendo possível apenas recolhê-lo em tropa com autorização do próprio Comandante. Invernar o gado, prática comum para a garantia de um bom peso para a venda, nada mais era do que levar o gado todo para um bom pasto recolhido – de preferência cercado por acidentes naturais, que diminuiriam a locomoção das reses – onde este seria engordado.

Considerando a distância que o gado podia percorrer até o seu destino, invernar o gado no meio do caminho, ou a uma distância menor do comprador era estratégia desejável para garantir bons negócios. Essa prática parece ter sido especialmente empregada pelos negociantes de tropas. Como apontei no segundo capítulo, muitos brasileiros que tinham terras no Estado Oriental mantinham propriedades menores no Rio Grande do Sul, o que permitiria o uso dessa estratégia. Contudo, não podemos descartar a possibilidade de que muitos utilizassem propriedades do lado uruguaio, próximas à fronteira para essa atividade. Ainda, certamente, havia os indivíduos que possuíam exclusivamente propriedades nessa zona fronteira, que como vimos, corresponde à ocupação mais antiga por luso-brasileiros no Uruguai. Nessa região, as propriedades eram

⁵³⁹ ALJANTI, Daniel (org.) *Cerro Largo. Publicaciones Periódicas del Uruguay*. Montevideo: Nuestra Tierra, 1970; DELFANTE, Carlos D. *Uma flor branca em el cardal*. Joinville: Clube de Autores, 2009.

⁵⁴⁰ CV 7883, *Anais do AHRs*, vol. 18; GUAZZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província. A república Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013. p. 118.

⁵⁴¹ Reclamações de Contantino de Souza. Códice 309/4/24 – AHI.

menores, e a impossibilidade de invernar o gado podia inviabilizar a produção de muitos estabelecimentos. O impacto da proibição das invernadas nessa porção do território afetava um número muito grande de brasileiros, o maior de nossa amostra, que estavam sujeitos a apreensão do gado e até mesmo à prisão.

A lógica da interdição das invernadas era da mesma ordem que a da proibição da passagem das reses: impedir que as criações de gado do Estado Oriental tivessem sua produção direcionada para as charqueadas do Rio Grande do Sul. Ainda assim, por mais que o *Gobierno del Cerrito* desejasse impedir a exportação de gado para o Brasil, sabia que era pouco factível defender tal posição de forma permanente, tanto pela redução de receitas para o erário⁵⁴², como do ponto de vista das relações diplomáticas com o Império do Brasil. Em contrapartida, impor um rigoroso sistema fiscal e, mais que isso, dificultar de todas as formas o procedimento para conseguir as autorizações e guias de transporte foi um mecanismo largamente utilizado, ao menos na fronteira sob o comando de Dom Diego Lamas. Ao se manifestar sobre os primeiros meses em que a passagem de gado esteve proibida depois da tomada de Salto, declarou

*La Prohivicion de exportar haciendas al Brasil ha sido un beneficio incalculable p^a nuestro Pais; con esa medida se han cortado abusos perniciosos, y si há ella agregássemos la de cumplir com la esactitud devida el orden de V. E. p^a la manteniçion de las fzas del Ejto. Conservariamos sin duda la mayor riqueza de nuestra Patria.*⁵⁴³

Quando a proibição foi levantada e as tropas voltaram a passar pela fronteira com o Brasil, Lamas engendrou um sistema que ao mesmo tempo permitia o controle sobre as tropas exportadas e dificultava sua legalização. O tropeiro que fosse conduzir o gado tinha de, antes mesmo de reunir o rebanho, realizar uma solicitação a *Comandancia Militar* da seção onde se reuniria a tropa, especificando quais as propriedades de onde era proveniente o gado, quais eram as marcas correspondentes e qual o destino. Para realizar a autorização, o responsável – que poderia ser o Comandante militar local, o Comandante de Polícia do distrito ou o Juiz de Paz – conferia a existência das marcas no registro local

⁵⁴² Em carta de junho de 1845 o Receptor General D. José Ma. Morales indica ao *Colector* de Soria que se a proibição de exportação de gado decretada dois meses antes persistisse, a dívida pública cresceria na mesma medida, dado que, o pagamento pela compra de suprimentos para o exército em toda campanha se dava em troca de descontos dos direitos de passagem na fronteira. Caja 1656 – Fondo Archivo del Gobierno del Cerrito – AGNUy.

⁵⁴³ Carta de Lamas a Oribe de 8 ago 1848 – CAJA 40 – Fondo Jefaturas de Policía (Salto) – AGNUy.

e conferia se todos os animais eram gado de costeiro com no mínimo três anos de idade, ou seja novilhos – era expressamente proibido levar gado com idade inferior a esta – e depois disso podia emitir uma guia de trânsito, sob o pagamento das taxas locais. De posse de uma ou mais guias de trânsito, o tropeiro se dirigia à Receptoría onde então requeria a guia de exportação, sob o pagamento de novas taxas. Chegando na fronteira, em um dos cinco passos habilitados em Salto, ou dos outros cinco em Cerro Largo, o gado era conferido pelos guardas. Havendo divergência entre as marcas registradas e as dos animais, ou a presunção de que um animal tinha idade inferior à permitida, toda a tropa poderia ser impedida de passar e até mesmo confiscada⁵⁴⁴. Mais uma vez, a ação dos indivíduos que representavam o Estado tinha uma margem grande de subjetividade.

As reclamações sobre impedimentos de passagem pelos passos abundam na documentação diplomática, mas especialmente nas correspondências dos Comandantes de Fronteira do Rio Grande do Sul e na do Presidente daquela província. Pecuaristas com propriedades em ambos os países se sentiam prejudicados ao serem impedidos de realizarem o manejo do rebanho entre propriedades com pastos distintos. O desabastecimento das charqueadas da região de Pelotas também preocupava, dado que eram responsáveis por parte significativa das exportações da província. As vezes a única forma de passar gado legalmente nessas situações era conseguir uma autorização direta do presidente Oribe. Essa possibilidade não era de todo inacessível, mas para os que tinham cultivado laços mais estáveis no Rio Grande ou com os *colorados*, podia ser bastante difícil chegar à Montevideu⁵⁴⁵.

Enquanto isso, as justificativas dos orientais para criar tantas regulações e proibições relacionadas ao gado se calcavam em duas questões complexas e que, no que se tratava da inibição à recepção, pareciam receber menos atenção das autoridades do Rio Grande do Sul do que os *blancos* gostariam: o contrabando e as arriadas de gado que ficou conhecido pela alcunha de “*califórnicas*”.

⁵⁴⁴ MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *Op. cit.* p. 458

⁵⁴⁵ Na documentação do Fundo Gobierno del Cerrito, não encontrei nenhuma guia de permissão para passagem da fronteira norte, mas dentre as reclamações e súplicas há diversas citações de “vizinhos” que receberam essa autorização. No mundo dos rumores, também é possível especular que o então Tenente Coronel Manuel Luís Osório fosse um desses brasileiros que recebeu autorização de Manuel Oribe para passar gado, acusação realizada em um dos documentos que tratam das *califórnicas*. A acusação foi feita dentro do dossiê de documentos enviados pela presidência da Província do Rio Grande do Sul ao Minsitério da Guerra. IG¹ 182 – Série Guerra – Gabinete do Ministro – ANRJ.

4.2. As *califórni*as: o Barão do Jacuí se encontra com a formação de dois Estados Nacionais ou como homens, cavalos e guerra se relacionavam com a capacidade de intervenção na fronteira.

[...] e é tal a influência e ambições dos desordeiros para levantarem gados e cometerem outros atentados que parece para eles ser a fronteira do Estado Oriental outra Califórnia de descoberta de gado e cavalos.⁵⁴⁶

Ocorrência somente possível na zona fronteiriça, fazer uma *califórnia* consistia em invadir o território vizinho – foram registradas expedições desse tipo partindo de Corrientes para o Brasil e de Entre-Ríos para o Estado Oriental, além da invasão desde a zona do Quaraí para o território do Estado Oriental – com um grupo armado, apresar o máximo possível de gado, à força se necessário, e transportá-lo através da fronteira. A denominação, como denota a citação acima era uma alusão à descoberta de ouro no Estado norte-americano em 1848⁵⁴⁷. Por uma série de características que serão objeto de análise aqui, receberam denominação e atenção especial as expedições desse tipo comandadas pelo Barão do Jacuí, mas de fato, a prática de atravessar a fronteira em busca de reses não era novidade, e remontava em parte ao costume de realizar grandes arriadas de gado alçado em campos públicos nas primeiras décadas do século XIX, muito antes da Guerra Grande. A prática do saque e busca de gado nas terras da Banda Oriental antecedeu a ocupação daquele território pelos brasileiros, fazendo parte da dinâmica conflituosa nas fronteiras entre castelhanos e portugueses na Bacia do Prata. Depois, seguiu em paralelo à forçosa expansão da fronteira agrária no sul do Brasil⁵⁴⁸, como apresentei no segundo capítulo.

⁵⁴⁶ Ofício enviado pelo Brigadeiro Francisco da Arruda Câmara ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul em 23 nov 1849, desde Alegrete. AHRS, Fundo Autoridades Militares.

⁵⁴⁷ Sérgio da Costa Franco, ao discutir a denominação a atribui à Arruda Câmara, argumentando ser obra de um indivíduo culto, dado que as notícias sobre o ouro estadunidense não chegariam facilmente ao interior do pampa. Não creio que esse argumento seja realmente válido, pois a própria documentação demonstra que as informações circulavam com rapidez naquele espaço de fronteira, especialmente entre os homens de comércio, como era o caso do Barão do Jacuí. De toda forma, na documentação diplomática e militar não se trata com esse nome as ações de Francisco Pedro de Abreu, elas são referidas como as reuniões do Barão do Jacuí, ou menos formalmente como suas correrias. Para outras referências ver: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblio, 1985. p. 68-69. FRANCO, Sérgio da Costa. *As califórni*as do Chico Pedro. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006. p. 22

⁵⁴⁸ FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. p. 66.

A prática não era exclusiva de brasileiros. Durante a guerra da Cisplatina se reportava o saque de propriedades de brasileiros por grupos de charruas⁵⁴⁹ e, mesmo nos anos 1840, houve casos de incursões pela fronteira oeste do Rio Grande do Sul, desde Corrientes⁵⁵⁰. Observando a apropriação indevida numa escala muito menor, o uso da fronteira como estratégia de fuga baseada no princípio de que um crime só pode ser julgado onde ocorreu, tornava o furto de gado de um lado a outro relativamente comum, como demonstrou Thompson Flores, ao encontrar 126 réus com nacionalidade oriental ou argentina num universo de 576 indivíduos processados por esse crime⁵⁵¹. De toda forma, as autoridades do *Gobierno del Cerrito* relatavam esses episódios como recorrentes desde 1843⁵⁵². Mesmo depois de finda a Guerra Grande seguem acontecendo essas arriadas, como a que foi interrompida próxima ao Arroio Mataperros, ao norte do Arapehy, em 1853, quando 19 brasileiros foram detidos em flagrante⁵⁵³.

O que levou as investidas sobre o território oriental para tomar gado a receber atenção especial no fim dos anos 1840 foi uma combinação da frequência sistemática da ação, do grande montante de reses subtraídas do território oriental e de um contexto que envolvia não apenas refugiados *colorados* e exilados unitários – oponentes do Governador de Buenos Aires, Dom Manuel de Rosas – mas a participação de um proeminente líder político da Província do Rio Grande do Sul, Francisco Pedro de Abreu, o Barão do Jacuí. De fato, há vasta documentação sobre a ação deste grupo específico. Para compreender a dimensão das *califórnicas* existem três aspectos a serem observados: a) o da apropriação indevida de bens; b) o de ato político no contexto da relação entre o Império e o Estado Oriental; e por fim, c) sua expressão dentro de um conjunto de alianças transnacionais no espaço platino.

No que toca à apropriação indevida de bens, diferenciar a situação das *califórnicas* de um simples crime de furto de gado exige compreender que há uma longa tradição, não ignorada pelos envolvidos, de saque como parte de uma tática de enfraquecimento do exército inimigo, de atrativo de recrutamento e abastecimento das tropas⁵⁵⁴. Nas palavras

⁵⁴⁹ FREGA, Ana. *Historia Regional e Independencia del Uruguay*. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2009. p. 150.

⁵⁵⁰ Correspondência do Presidente da Província, Maço 19, nº 7, 1848. AHRs.

⁵⁵¹ FLORES, Mariana F. C. T. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 336

⁵⁵² MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *El gobierno del cerrito: coleccion de documentos oficiales emanados de los poderes del gobierno presidido por el brigadier general D. Manuel Oribe, 1843-1851*. Poder ejecutivo, Tomo I. Montevideú: Imprenta El Siglo Ilustrado, 1948. p. 283; 463; 502-503.

⁵⁵³ Nota de 22 set 1853 – Carpeta 2 – Caja 1734 – Fondo Relaciones Exteriores – AGNUy.

⁵⁵⁴ RIBEIRO, José Iran. “A poder de maneiras, ia amoldando o povo”: os guerreiros de Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí.” *Anais eletrônicos SNH-ANPUH*. Florianópolis, UFSC, 2015.

do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Manuel Antônio Galvão, “o roubo é um princípio duvidoso, mas comum de administração no acampamento militar⁵⁵⁵”.

Arregimentar homens para o serviço das armas era um intrincado jogo de relações no mundo platino do Século XIX. Discuti anteriormente a questão do recrutamento escravo no Estado Oriental como parte desse contexto, mas quando se tratava de homens livres, que serviam voluntariamente as condições eram diferentes, tanto no Estado Oriental, quanto no Brasil, quanto nas Províncias Unidas. Mesmo que o recurso do recrutamento forçado em períodos belicosos existisse, ele não daria conta do número de homens necessários para sustentar a força de um exército em guerra. Outros expedientes tinham de ser empregados. E aí reside a persistência de práticas de saque. Receber a distribuição de presas de guerra podia permitir a um indivíduo começar a construir um patrimônio, numa sociedade com resumidas possibilidades de mobilidade social ascendente.

Foi através das arreadas realizadas em paralelo às expedições militares durante o período da dominação luso-brasileira na Banda Oriental que muitos estancieiros constituíram seus rebanhos. Como aponta Luís Augusto Farinatti, nesse momento, não apenas gado, mas escravos, cavalos, mulas e o que mais fosse possível transportar era saqueado ao inimigo⁵⁵⁶. A própria ocupação da região em torno do Quaraí e depois, em direção ao Arapehy, foi antecedida de grandes arreadas de gado na região⁵⁵⁷. Por sua vez, as tropas orientais retribuíram a prática, arreando muito gado brasileiro durante a guerra de independência. Sob o comando de Lavalleja e Alvear, os ataques eram constantes⁵⁵⁸. Rivera também levou gado ao desocupar as Missões Orientais, nada menos que 7000 cabeças⁵⁵⁹. Durante a Revolução Farroupilha, os rebeldes também se abasteceram através do saque no Estado Oriental. O General da República Rio-grandense Antônio de Souza Netto comunicava em 1839 ter capturado de uma vez 300 cavalos, sendo 100 destes encilhados⁵⁶⁰. Mesmo o exército legalista saqueava os rebeldes, sendo comum a menção

⁵⁵⁵ Neste caso, Galvão se referia ao exército de Oribe, mas a afirmação exprime um contexto partilhado. Carta ao Ministro dos Negócios do Estrangeiros, 20 set 1847. Códice 309/4/23 – Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ.

⁵⁵⁶ FARINATTI, Luís A. E. *Op. cit.* p. 213.

⁵⁵⁷ BARRÁN, José Pedro; NAHÚN, Benjamín. *Bases Económicas de la Revolución Artiguista*. 4ª ed. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1972. p.93.

⁵⁵⁸ TORRE, Nelson de la; RODRÍGUEZ, Julio; TOURON, Lucía Sala de. *Artigas: tierra y revolución*. Montevideu: Arca, 1967, p.p. 120-121.

⁵⁵⁹ CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América meridional*. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

⁵⁶⁰ GUAZZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província. A república Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013. p. 79

a cavalos e reses obtidas em campos dos farrapos na fronteira com o Uruguai⁵⁶¹. O saque era prática generalizada nos exércitos do Rio da Prata do século XIX.

Mesmo o prestígio de comandantes militares estava intimamente relacionado a sua capacidade de recolher presas de guerra. Essas presas se revertiam não apenas no arrolamento de homens, mas na manutenção das tropas durante a guerra, dois pontos que pretendo discutir daqui a pouco. Por enquanto, vamos atentar ao fato de que à diferença dessa tradição de saque, o grupo liderado por Francisco Pedro de Abreu, a princípio, não era parte de um esforço militar do Império, o que os colocava na ilegalidade. Seus feitos não deveriam ser encarados como atos de guerra, mas o foram. Os *blancos* orientais os reclamaram desta forma, seja como barganha para forçar o Império a impedir o Barão do Jacuí, seja para aumentar a animosidade com o Brasil, seja pela dificuldade de classificá-los como outra coisa.

Desta forma, essa percepção se expressa na documentação diplomática entre Dom Tomás Guido – agente diplomático de Buenos Aires que também representava o governo de Manuel Oribe – e Paulino José Soares de Souza – Ministro e Secretário de Negócios Estrangeiros do Império⁵⁶² – quando os atos do grupo do Barão do Jacuí são classificados como vandalismo e agressão, ao mesmo tempo em que se encontram excluídas expressões como furto ou roubo. Mesmo que não fossem autorizados pela Coroa, os atos dos súditos do Império eram vistos como responsabilidade do governo brasileiro.

Do ponto de vista legal, era pouco provável provar a existência desses arrebatamentos, para caracterizá-los, sem o auxílio das autoridades brasileiras. Essa característica se estendia a outro crime bastante reclamado pelos orientais em relação aos brasileiros estabelecidos ao norte, o contrabando de gado, que segundo alguns comandantes, como o citado Diego Lamas e Dionísio Coronel de Cerro Largo, era a razão da penúria pública e principalmente, do definhamento da indústria pecuária oriental. Em 1848, próximo da fronteira do Jaguarão, na área que o Comandante Dionísio Coronel havia impedido as invernadas, este argumentava sobre a necessidade de manter a proibição denunciando uma curiosa combinação do contrabando e das arreadas. Proprietários que desejavam passar o gado ao Rio Grande do Sul sem as restrições impostas pelas autoridades estariam costeando o gado sob o argumento de o invernarem. Feito o rodeio,

⁵⁶¹ *Idem*, p.80.

⁵⁶² “Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 3ª. Sessão da 8ª. Legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza – Anexo A- negócios do Rio da Prata (1850)”. ANRJ.

o gado era saqueado por tropas de desordeiros que se refugiavam do lado brasileiro, tudo acordado entre o proprietário do gado e seus pretensos saqueadores⁵⁶³.

Há ainda outro aspecto a ser considerado sobre a apropriação indevida destes bens, considerando sua condição de semoventes, a necessidade de que a comprovação documental da posse dos bens fosse aceita em ambos os lados da fronteira. Como bem apontou Joseph Younger⁵⁶⁴ ao analisar as sobreposições de títulos de propriedade em forma de registros notariais em ambos os lados da fronteira, em caso de disputa as relações interpessoais tem papel extremamente relevante. Assim como podemos conferir relatos de abusos por parte das autoridades orientais nos passos de fronteira, a não cooperação das autoridades brasileiras impedia a aquisição de provas sobre o contrabando.

De toda forma precisa-se distinguir as *califórnicas* do simples contrabando por uma questão: o essencial ao sucesso do contrabando é sua condição clandestina, em que os envolvidos buscam seu próprio anonimato. Os volumes, tanto de produto quanto de pessoas envolvidas tinham de ser condizentes com essa condição. Mariana Thompson Flores, bem aponta que o estudo dessa prática tem de ser realizado sobre os casos em que ela foi frustrada pela apreensão⁵⁶⁵. As *califórnicas*, por sua vez, eram expedições anunciadas, se não em seus detalhes, em sua intenção. Por outro lado, outras formas de evadir o gado do Estado Oriental seguiram acontecendo, de forma mais silenciosa e sem ligação com as ações do grupo do Barão.

Parte do escopo dessa questão estava na sistemática negação por parte de muitos estancieiros rio-grandenses ao cumprimento da legislação do país vizinho, combinada à simpatia que algumas autoridades brasileiras na fronteira do Rio Grande do Sul nutriam com relação a essa postura. O conjunto de transformações que alteravam as relações de poder naquela sociedade com a implantação das instituições do Estado que faziam valer um novo regime jurídico e social sofriam forte resistência. Mesmo durante a investigação empreendida pelo Império contra o Barão do Jacuí, serão inúmeras as citações que diferentes autoridades convocadas a dar depoimento farão ao grande número de cidadãos

⁵⁶³ MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *Op. cit.* p. 464.

⁵⁶⁴ YOUNGER, Joseph. “Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata.” *Revista Aedos*, v. 1, nº1, p.290-311, 2008.

⁵⁶⁵ As pesquisas de Thompson Flores sobre o contrabando na fronteira do Rio Grande do Sul abriram novas perspectivas de análise sobre a conformação da presença do Estado e sua interação com os poderes locais e merecem atenção. FLORES, Mariana F. C. T. *Contrabando e Contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. _____, *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

que aprovavam as *califórnicas*. Essa percepção de que a legislação do Estado Oriental não alcançava os súditos do Império, tão presente nas reclamações das autoridades orientais, também formava parte subentendida nas manifestações dos próprios estancieiros e pode ser apurada em toda sua dimensão nos anos que se seguem à Guerra Grande.

Em diferentes momentos da década de 1850 as autoridades da Província do Rio Grande do Sul lembrarão os estancieiros das penalidades que podem sofrer ao não cumprirem rigorosamente procedimentos legais em relação às suas propriedades no Uruguai⁵⁶⁶. A aceitação desse conjunto de leis, implicava numa nova ordem de poder, em que a condição de intervenção era reduzida, ou ao menos tinha as regras de seu jogo alteradas. Esse processo pode parecer se localizar na metade do século, mas na verdade ele apenas se intensificou nesse momento, tendo iniciado com a independência uruguaia, dado que nada mais era que a conformação do Estado Nacional naquele país. Os brasileiros, em oposição, desejavam a ordem anterior, onde era possível a expansão de seu modelo de ocupação. A convivência de ambos os projetos havia chegado no seu limite e o recrudescimento das posições políticas estava dado.

No lado oriental, as autoridades seguiriam dispostas a levar o Estado até a fronteira como permitem ver as reclamações sobre o impedimento da passagem de gado após 1852. O chefe da missão diplomática brasileira, José Maria da Silva Paranhos escreveu uma longa carta ao presidente oriental Venâncio Flores, exigindo providências sobre a ação de diversos chefes políticos locais⁵⁶⁷. As principais reclamações eram a propósito da cobrança sobre a passagem de gado, suspensa pelo Tratado de Comércio e Navegação, mas que na prática seguia nas fronteiras de Bagé, Jaguarão e Quaraí. Em Cerro Largo, José Morales chefe político indicado pelos *colorados* acrescentava à lista de desacordos a proteção a escravos fugidos e o recrutamento forçado de brasileiros, acompanhados de declarações pouco amistosas em relação aos súditos do Império.

Seus subordinados, por sua vez, pareciam ter uma interpretação muito própria de suas ordens como demonstram anexos à carta anterior, documentos enviados pelo Presidente da Província do Rio Grande. Segundo comunicado enviado pelo Coronel Manuel Luís Osório desde a Fronteira do Bagé, alguns guardas insinuavam que os

⁵⁶⁶ A já citada Nota Oficial do Presidente da Província do Rio Grande do Sul sobre o impedimento de que se leve escravos ao Estado Oriental, é um bom exemplo. Nota de out 1852 - CAJA 1734 – Fondo Relaciones Exteriores – AGNUy. Ainda, a recomendação da Câmara de Alegrete de que se deve portar guias e registros de gado para conduzi-lo ao Estado Oriental, fazem parte desses indícios. FLORES, Mariana F. C. T. *Op. cit.*, 2014. p. 348.

⁵⁶⁷ Carta de 14 dez 1852 – Caja 1734 – Fondo Relaciones Exteriores – AGNUy.

impedimentos para passagem na fronteira poderiam ser removidos com a contribuição de algum gado para a tropa uruguaia⁵⁶⁸. Situações como estas permitem perceber mais uma vez que a aplicação dos procedimentos legais era dependente das relações e interesses dos agentes fronteiriços.

O contexto daquela fronteira permitia uma margem de manipulação da ordem legal e pública que possibilitava que indivíduos influíssem em nível local sobre a construção das instituições estatais que, a princípio seriam reguladas nacionalmente. Eles tinham impacto sobre o ritmo desse processo, por mais que ele estivesse em curso. Mas é importante perceber que essas pessoas agiam de formas distintas e com recursos diferentes, segundo suas possibilidades. Uma forma era a dos agentes de fronteira, que forçavam a apreensão das reses, ou pediam suborno. Outra forma era a dos prejudicados que buscavam o Comando da Fronteira e criavam uma cadeia de informações entre autoridades brasileiras que não passava necessariamente pelo Rio de Janeiro, como no caso dos anexos da carta de Paranhos. Os Comandos de Fronteira reportaram informações colhidas nas conversas cotidianas ou por súditos que procuravam a Guarnição para apresentar suas reclamações. Esses documentos foram enviados ao Presidente da Província, também Chefe de Armas na ocasião, que os enviou diretamente a Montevideú, sem passagem pela Corte. Esse trajeto encurtava distâncias entre a elite dos pecuaristas brasileiros e o centro de poder. Mas a construção dessa instância só aconteceu depois da intervenção do exército do Império do Brasil na Guerra Grande. A dimensão das *califórnicas* como atos políticos residia exatamente na sua condição de mecanismo de pressão aplicado por indivíduos localizados na fronteira.

Francisco Pedro de Abreu, o Barão de Jacuí, estava numa posição interessante para realizar pressões sobre os governos do Império e do Estado Oriental. Nascido em Porto Alegre, Chico Pedro como era conhecido, não seguia o padrão mais comum dos líderes militares da Província, que geralmente eram oriundos do mundo rural da fronteira. Sua trajetória adquiriu relevância quando atuou nas tropas legalistas durante a Revolução Farroupilha e sua ascensão foi bastante rápida.

Em 1835, Abreu começou atuando como simples guarda nacional, no ano seguinte tornou-se tenente, capitão em 1837 e assumiu o comando do esquadrão da Barra em substituição ao irmão João. Em 1838 recebeu a patente de major, no ano seguinte tornou tenente-coronel e o esquadrão foi transformado em 5º

⁵⁶⁸ Nota de 06 fev 1852 – Caja 1734 – Fondo Relaciones Exteriores – AGNUy.

corpo de cavalaria da Guarda Nacional sob seu comando, alcançou a patente máxima possível ao tornar-se coronel chefe de legião da Guarda Nacional em 1844, tendo sido agraciado, em 1842, com a insígnia de cavaleiro da ordem do Cruzeiro.⁵⁶⁹

O reconhecimento pelas ações durante a sedição dos farrapos veio em forma do título de Barão de Jacuí, título que nenhum outro rio-grandense recebeu por sua cooperação com as forças legalistas⁵⁷⁰. Francisco Pedro de Abreu havia se tornado notável pela sua perícia e empenho, trabalhando com o elemento surpresa e usando de múltiplos recursos combinados: cavalaria, infantaria, barcos, tocaia, o que fosse necessário para derrotar as forças rebeldes. Outra das façanhas que fez parte da consagração de Chico Pedro foi seu papel de comando na última batalha entre o Império e os farrapos, a Batalha do Cerro de Porongos, conhecida por ter praticamente dizimado o corpo de lanceiros negros do exército rebelde. Nesse momento do conflito, Abreu seguia ordens diretas do então Barão de Caxias, forjando uma relação de proximidade que persistiria depois do conflito e que imediatamente lhe renderia o posto de Comandante da Fronteira de Jaguarão logo após a assinatura da paz em Ponche Verde. Este posto o colocaria diretamente em contato com o volumoso número de refugiados de partidários de Rivera, que após a derrota em Índia Muerta, atravessaram a fronteira, tendo alguns inclusive se instalado no Rincão Nacional, um conjunto de terras devolutas às margens do Rio Jaguarão⁵⁷¹.

Nos anos que se seguiram à Revolução Farroupilha, Francisco Pedro de Abreu intensificou seus negócios estendendo-os do Rio Jacuí até a fronteira. Em algum momento entre 1845 e 1849, o Barão deu baixa do serviço das armas e direcionou seus esforços para ampliar seus dividendos no comércio e criação de gado. No mesmo período casou com sua prima, Maria Amália de Araújo Brusque, sobrinha de José de Araújo Ribeiro, o Visconde de Rio Grande, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul impedido de assumir pelos farroupilhas em 1835 e depois, diplomata brasileiro na França.

⁵⁶⁹ RIBEIRO, José Iran. “A poder de maneiras, ia amoldando o povo”: os guerreiros de Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí.” *Anais eletrônicos SNH-ANPUH*. Florianópolis, UFSC, 2015. p. 3

⁵⁷⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. cit.* p. 15

⁵⁷¹ Uma listagem de refugiados foi produzida em 1847, durante um esforço que levou várias Câmaras das municipalidades fronteiriças a levantarem os nomes dos exilados. Em Jaguarão, após três anos, 66 chefes de família foram listados. 1848, Documento nº 226b, maço 80, caixa 36 – Fundo Correspondência de Câmaras (Jaguarão) – AHRS.

Esse período correspondeu a consolidação da posição do Barão como parte do topo da hierarquia social da Província.

Nos anos anteriores às *califórnicas*, Chico Pedro se tornou um importante fornecedor do exército, vendendo cavalos e mulas às tropas na fronteira⁵⁷². Também se tornou um importante notável da Vila de Uruguaiana, de onde passou a dirigir seus negócios, que incluíam propriedades no Brasil e no Uruguai onde, segundo declaração própria⁵⁷³, chegou a possuir 30 mil reses somente no país vizinho⁵⁷⁴. Uma dessas propriedades arrendada do Coronel Olivério José Ortiz, possuía 18 léguas⁵⁷⁵ de campo ao sul do Rio Quaraí, e foi embargada em 1848 por Dom Diego Eugênio Lamas. Segundo a documentação, os orientais acusavam o Barão do Jacuí de acreditar ter o direito de dispor de suas reses como bem entendesse, não pagando taxas e não respeitando as restrições sobre a passagem de gado de criação de um país a outro.

O então Coronel Olivério José Ortiz, proprietário da estância de Tacumbú, no território espremido entre os rios Arapehy e Quaraí era um militar de carreira com extensa folha de serviços combatendo os castelhanos, que remontava à ocupação da Cisplatina em 1811. Possivelmente essa propriedade fosse resultado da distribuição de terras realizada pelo Comandante Militar durante a ocupação portuguesa, muito embora não seja possível afirmar tal dado, nem precisar qual a forma da aquisição. Talvez fosse a expansão por ocupação de terras próximas a outra propriedade. Em 1814, o então tenente de milícias Olivério Ortiz recebeu uma sesmaria na Fronteira do Rio Pardo, na margem do Quaraí, no que depois se tornaria o município de Alegrete. No pedido, declarava seus serviços à Coroa, demonstrando o que acreditava ser seu merecimento sobre o campo⁵⁷⁶.

Esse itinerário, compunha boa parte das histórias de aquisição de terras por concessão de mercês naquela década, naquela fronteira. Quando realizou o requerimento

⁵⁷² Conforme se percebe em documentos entre 1847-1850. IG¹ 179-183. Série Guerra – Gabinete do Ministro – ANRJ.

⁵⁷³ FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. cit.* p. 18-19.

⁵⁷⁴ A informação vem de uma carta do Barão para Caxias, no processo de sua defesa. IG¹ 183 – Série Guerra – Gabinete do Ministro. ANRJ. Considerando as circunstâncias, acredito ser factível afirmar que o Barão estava inflando os números para dar maior repercussão a seus argumentos, especialmente se persarmos na média otimista de ocupação dos campos de mil cabeças por légua. Se tomarmos a pesquisa de Luís Augusto Farinatti sobre os estancieiros de Alegrete, município brasileiro que também ficava às margens do Rio Quaraí, os maiores proprietários tinham rebanhos acima de 2000 reses. Apenas quatro inventários apresentaram mais de dez mil reses, o que torna pouco provável que a declaração do Barão do Jacuí tenha sido precisa. FARINATTI, Luís A. E. *Op. cit.*

⁵⁷⁵ A título de comparação, o equivalente a 31876 ha.

⁵⁷⁶ Luís Augusto Farinatti discute com bastante propriedade essa política de trocas entre os militares servindo na fronteira e o Império Português, pensando exatamente a trajetória de Olivério José Ortiz. FARINATTI, Luís A. E. *Op. cit.* p. 187-194.

em 1812, Ortiz ofereceu testemunhas que confirmavam que não possuía outro campo, demonstrando um claro conhecimento sobre a regra de concessão de sesmarias. Ao mesmo tempo, declarou ter gado em campo alheio, possivelmente fruto daquelas arreadas realizadas junto com o avanço do exército português. Essas duas condições o colocavam numa situação que parecia vantajosa à Coroa portuguesa, ao oferecer a possibilidade de povoar a fronteira com súditos leais que desenvolveriam atividades econômicas estáveis. Como bem apontou Farinatti, essas “trocas entre partes desiguais estruturavam muitas das relações, tanto no Reino quando na América Portuguesa, ambas sociedades de Antigo Regime.”⁵⁷⁷.

Ao longo da segunda e terceira décadas do século XIX, Ortiz acumulou terras e gado e se tornou não somente um importante líder militar, mas pecuarista e comerciante de gado prestigiado, com um expressivo cabedal social e político⁵⁷⁸. Ao arrendar a propriedade de Tacumbú, Ortiz também vendeu todas as reses nela existentes ao Barão do Jacuí. Em troca, ficou com a Estância de Santo Isidro, de propriedade do Barão em São Gabriel, ao lado da qual arrendou mais um campo. As dificuldades no Uruguai o fizeram redirecionar seus negócios para o território brasileiro, de forma que, após o inventário de sua esposa Dona Febrônia Cândida, em 1852, os herdeiros resolveram vender a estância, que se encontrava em estado de completo abandono.

O arrendamento incluiu Francisco Pedro de Abreu na extensa lista de proprietários brasileiros com estancias no Estado Oriental de 1850. E, em consequência, o colocou Abreu no centro de uma série de acontecimentos que acirraram os ânimos das autoridades dos dois países e que produziu um volume incomum de documentação, inclusive a dita listagem. Do ponto de vista historiográfico, as *califórnicas* são um daqueles fenômenos em que é possível avaliar diferentes recursos sociais de um mesmo indivíduo, olhando suas relações em diferentes escalas, tanto do ponto de vista horizontal, quando em contato com seus pares, quanto do ponto de vista vertical, em que as relações de poder estão aplicadas de forma desigual, compreendendo seu papel protagonista em um evento histórico. Nos permite reconhecer, desde um ponto de vista privilegiado, mecanismos que

⁵⁷⁷ FARINATTI, Luís A. E. *Op. cit.* p.189. Para aprofundar as discussões sobre sociedades de Antigo Regime: XAVIER, Angela; HESPANHA, Antonio Manuel. “As redes clientelares.” In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). *História de Portugal – Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993; FRAGOSO, João Luis. “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa”. In: *Tempo*. Niterói:UFF, vol. 8, nº 15, jul-dez 2003, pp. 11-36.

⁵⁷⁸ Farinatti estudou longamente a trajetória de Olivério José Ortiz e sua família, demonstrando como sua trajetória entrelaçava guerra, negócios e família. FARINATTI, Luís A. E. *Op. cit.* p. 32; 42-44; 115-121.

estruturam essas relações e a conformação de uma série de instituições. Portanto, para entender o segundo daqueles três aspectos das *califórnicas* que apontei anteriormente, o de ato político no contexto da relação entre o Império e o Estado Oriental, precisamos entender quem era o Barão do Jacuí dentro da política imperial, provincial e mesmo local.

Considerada sua origem familiar, Francisco Pedro de Abreu não era parte de uma longa estirpe de guerreiros, como muitos outros membros da elite provincial, o que torna sua trajetória militar ainda mais impressionante. Que pese a peculiaridade de sua origem urbana numa província em que a campanha era o palco da elite, sua família pode lhe prover algum cabedal social: sua mãe era descendente de Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcelos, um dos primeiros povoadores de Porto Alegre; seu pai, um comerciante português que prosperou enormemente em sua atividade. Como apontamos, em momento oportuno Abreu também realizou um bom casamento que aprofundou relações com políticos da Corte. Seus três irmãos, como ele, serviram às armas do Império, mas nenhum deles chegou a adquirir a notoriedade de Francisco, mesmo dois deles sendo mais velhos e, portanto, tendo iniciado sua carreira antes. Abreu inverte o modelo comum dos homens da elite rio-grandense, que em geral iniciavam seu ciclo de vida produtiva com as atividades pecuárias, e ali se iniciavam nas armas e, somente depois de alcançar algum sucesso, transportavam parte de seus negócios para atividades urbanas.

Antes de se tornar um pecuarista importante, Abreu se tornou um guerreiro reconhecido, como atestam não apenas seu título de nobreza, mas também a Ordem Imperial do Cruzeiro que recebeu especificamente por derrotar o líder farrapo Bento Gonçalves⁵⁷⁹ e a moção de felicitações que recebeu da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em março de 1846⁵⁸⁰. Outro indício, como bem aponta José Iran Ribeiro, eram os adjetivos utilizados pelos farroupilhas para descrevê-lo: “façanhudo”, “perverso”, “facínora”, “orgulhoso”, “verdugo da humanidade”, que o desabonavam na medida do ódio que suscitava, enquanto seus comandantes o reconheciam como “oficial vaqueano”, expressão que denotava seu conhecimento dos caminhos e dos meios de batalha.⁵⁸¹

Sua capacidade militar se destacava de forma particular no contexto da Guerra de Movimento, a tática militar empregada na região platina, que privilegiava o uso da cavalaria ligeira – também conhecida como *guerra gaucha*. Durante os primeiros anos do

⁵⁷⁹ RIBEIRO, José Iran. *Op. cit.* 2015. p.2

⁵⁸⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. cit.* p. 16

⁵⁸¹ RIBEIRO, José Iran. *Op. cit.* 2015

conflito, foi a inexperiência dos militares vindos da Corte nessa modalidade de guerra que garantiu vantagem aos rebeldes⁵⁸². Foi também a compreensão do então Barão de Caxias de que era preciso buscar rio-grandenses legalistas que conhecessem não apenas esse tipo de batalha, mas as formas de garantir o suprimento de cavalos para o exército que permitiu que o Império viesse a encerrar a revolta a contento. Na correspondência trocada com Caxias é possível apurar a singular habilidade de Chico Pedro reunir, seja através de confisco, captura ou recorrendo à compra, as cavalhadas necessárias para a remonta do exército do Império. Em duas ocasiões, Francisco Pedro de Abreu se gabou de ter capturado respectivamente quatrocentos e quinhentos cavalos⁵⁸³.

As características de Abreu dizem muito sobre como os recursos para a manutenção da guerra eram arranjados. Nas coxilhas do sul do Brasil – e também nas do Estado Oriental – os cavalos eram verdadeiros “agentes de guerra”⁵⁸⁴, sendo a vantagem sempre das tropas que estivessem melhor servidas de animais. A manutenção das cavalhadas se tornava mais difícil em tempos de guerra, não apenas pelas perdas em batalhas, mas por uma combinação da exaustão dos animais, da dificuldade de mantê-los em campos protegidos e do clima, graças ao inverno que reduzia as pastagens. Boa parte dos acordos realizados tanto pelos rebeldes farroupilhas, quanto pelo Império incluíam o fornecimento de montarias além de armamento. Seu valor para os exércitos era tão importante que um cavalo era comprado por quatro ou cinco reses no Rio da Prata de meados do século XIX, aumentando o preço durante conflitos tanto pela diminuição da oferta, quanto pela ação especulativa dos comerciantes⁵⁸⁵. Controlar o fornecimento de cavalos, ter os contatos para sua aquisição era um recurso extremamente valioso. Assim como o mercado de bovinos, o de cavalos era regulado por relações pessoais e laços de confiança reiterados periodicamente.

Muitos líderes militares usavam de seu prestígio para conseguirem garantir as montarias das tropas. Embora fosse possível comprar cavalos no Rio Grande do Sul, o mais comum durante a Revolução Farroupilha foi comprar no Estado Oriental e depois, quando se fez a investida do Império contra Oribe, na província Argentina de Corrientes. Esses movimentos exigiam do comissionado para a compra a confiança tanto do exército, quanto dos criadores. Mais adiante discutirei a relação com aliados no Prata e seu papel

⁵⁸² SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias, o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 408.

⁵⁸³ GUAZZELLI, Cesar A. B. *Op. cit.* p. 80

⁵⁸⁴ SOUZA, Adriana Barreto. *Op. cit.* p. 409

⁵⁸⁵ GUAZZELLI, Cesar A. B. *Op. cit.* 77

para a reposição de cavalcadas. Neste momento, vamos nos ater a sua dinâmica na província do Rio Grande.

Os comissionados eram escolhidos pelo comandante e acabavam tendo uma boa oportunidade ao manipularem, mesmo que num horizonte restrito, a escolha dos vendedores. Era possível assim, beneficiar aliados políticos locais, reiterar relações de proteção e com isso, aumentar o próprio prestígio. Lucrar com a guerra não era expediente incomum, e muitos o faziam. David Canabarro, ex-líder farroupilha, escrevia em 1850 ao Duque de Caxias oferecendo seus préstimos para intermediar a venda de cavalos de propriedade da viúva de um falecido amigo seu. Sendo o inventariante dos bens do casal, Canabarro sugeria que poderia receber em letras da pagadoria militar, que ele mesmo trocava por dinheiro, separando sua comissão⁵⁸⁶. No contexto da iminente invasão do Estado Oriental, a necessidade de cavalos fazia a ocasião daqueles que tivessem suas relações. E mais importante que isso, colocava o Império numa posição de dependência das relações de seus oficiais, permitindo inclusive a reabilitação de muitos dos farroupilhas.

Certamente o exército poderia requisitar legalmente cavalos, assim como tinha suas criações e internadas nos Rincões Nacionais⁵⁸⁷, mas estes pareciam insuficientes. Durante as campanhas militares, provavelmente porque cada cavalariano precisava de ao menos cinco animais para remonta, o que podia piorar com o acirramento de táticas de ataques rápidos, características do uso de cavalaria ligeira⁵⁸⁸. O outro lado da moeda do prestígio na compra também tinha de ser acionado. Se por um lado os Comandantes podiam beneficiar seus aliados ao comprarem deles, por outro, conforme o conflito se estendia por períodos mais longos, a escassez aumentava, era preciso mobilizar as relações para obter mais animais em condições quase sempre desfavoráveis ao comprador. As compras poderiam ser pagas em dinheiro, mas o uso de letras e títulos da Pagadoria Militar era corriqueiro. Esses títulos tinham pagamento inseguro aos olhos da maioria dos estancieiros, e muitos criadores inflacionavam os valores ou mesmo escondiam seus animais para evitar a venda⁵⁸⁹. Conseguir cavalos nessas condições muitas vezes significava empenhar a palavra, obter a confiança do vendedor, usar todo o seu prestígio.

⁵⁸⁶ IG¹ 182 – Série Guerra – Gabinete do Ministro. ANRJ.

⁵⁸⁷ Campos reservados as cavalcadas das tropas de Fronteira.

⁵⁸⁸ GUAZZELLI, Cesar A. B. *Op. cit.* p. 77.

⁵⁸⁹ FARINATTI, Luis A. E. *Op. cit.* p. 237.

Essa condição acabava por tornar interessante para a Coroa a manutenção dentre as fileiras de seus líderes militares homens que possuíam negócios e criação em pontos estratégicos da fronteira para a obtenção de montarias. Esse era o caso de um dos oficiais que acompanhava Francisco Pedro de Abreu, o capitão Hipólito Girio Cardoso, que durante a Revolução farroupilha foi um dos comissionados para comprar cavalos para as tropas de Caxias. Anos depois, seria em sua estância que se reuniram os *californianos* para avançar sobre o território do Estado Oriental.

O mesmo Coronel Olivério Ortiz, de quem o Barão do Jacuí arrendou as terras no Estado Oriental, fora comissionado em 1851 para comprar montarias na região das Missões para o exército que iria combater Oribe. A importância do abastecimento de cavalcadas para as tropas pode ser medido por um elemento da trajetória desse militar. Ortiz tinha originalmente se comprometido com os farroupilhas durante a guerra civil rio-grandense. Prevendo o definhamento da revolta, em 1843 ele abandonou as fileiras dos revoltosos e voltou ao Império. Sua condição de líder militar importante lhe permitiu não apenas se entender com Caxias, como também pôde interceder por seu genro e sobrinho, José Pedroso de Albuquerque, que havia sido ministro da justiça da República Rio-grandense⁵⁹⁰. Provavelmente sua condição de criador e comerciante com boas ligações foi levada em conta para sua rápida reintegração no serviço à Sua Majestade. Conhecer os caminhos e as gentes era recurso valioso na fronteira.

O próprio Barão do Jacuí era comerciante que havia provido em muitas situações o exército, o que indica que contava com o reconhecimento de seus superiores. Em 1849, mesmo ano em que convocaria seus compatriotas a lutarem no Uruguai, Francisco Pedro de Abreu pode ser encontrado na documentação reclamando do Presidente da Província o pagamento de 7 mil patações pelo fornecimento de cavalos. Além disso, teria fornecido também 280 mulas mansas para a artilharia⁵⁹¹, um número realmente expressivo, denotando que seu papel como comissionado não era pequeno. Sua importância como comerciante também pode ser medida pela relação que o Barão e Francisco José de Sousa Soares de Andrea, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul entre 10 de abril de 1848 e 6 de março de 1850.

Andrea foi um dos principais denunciadores das investidas sobre o território oriental pelo grupo do Barão, buscando inclusive leva-lo a prisão. Ao mesmo tempo que acusava publicamente Francisco Pedro de Abreu de buscar levar o Império à guerra com

⁵⁹⁰ FARINATTI, Luís A. E. *Op. cit.* p. 240

⁵⁹¹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. cit.* p. 19.

o Estado Oriental, emitia ordens de pagamento por provisões para as tropas na fronteira entregues pelo mesmo Francisco Pedro de Abreu. A questão era que a dinâmica do abastecimento das tropas na fronteira nem sempre acompanhava os acontecimentos políticos. Andrea não conseguiria nesta sua gestão na presidência provincial suplantar as relações que o Barão tinha na fronteira e mesmo com o centro do país. Mas voltarei a essa situação mais adiante, quando discutirei como o Império tratou as *califórniás* desde a Corte. Por enquanto, basta perceber que o papel de Chico Pedro como fornecedor das tropas e comissionado na fronteira do Quaraí não pode ser totalmente suplantado pelos protestos do Presidente da Província.

Nesse sentido, avaliar a escolha de Francisco Pedro de Abreu em abandonar as armas e investir no comércio pode nos permitir vislumbrar mais uma faceta de seu prestígio. Sendo, como dito antes, da alçada dos Comandantes passar as comissões para a compra de cavalos, a permanência de Abreu como fornecedor num período de paz, como era em 1849, pode ser um importante indicativo sobre suas boas relações na fronteira no que se refere a alguns líderes militares, ao menos antes das *califórniás*. Como pretendo demonstrar mais adiante, esse terreno local também não era livre de disputas, mas o cabedal do Barão foi grande o suficiente para apostar sua reputação ao agrupar homens e desafiar tanto o Império quanto o Estado Oriental, sem que isso o afetasse diretamente por algum tempo.

Mesmo que utilizados diferentes mecanismos para conseguir comprar montarias, essas seguiam sendo insuficientes. Com isso, as investidas sobre cavalcadas e rebanhos de vacuns do inimigo tinham um particular papel nesse processo de abastecimento da guerra de movimento. Durante a Revolução Farroupilha Francisco Pedro de Abreu se tornou um dos líderes militares que mais apreendeu animais para o exército legalista. Curiosamente, outro indivíduo, que depois da Farroupilha assumiria um papel importante entre os estancieiros brasileiros no Estado Oriental, o General da República Rio-grandense Antônio de Souza Netto, também ficou famoso por sua perícia em arrebatrar reses e cavalcadas, tanto das tropas do Império, quanto no país vizinho⁵⁹². De toda forma, tanto capturar cavalos do inimigo, quanto se apossar do gado, por confisco ou apreensão, era parte do cotidiano de abastecimento das tropas na *guerra gaucha*, fosse para a República Rio-grandense, carente de uma estrutura de Estado, fosse para o Império, que com todo seu tamanho, não podia mobilizar os recursos necessários na agilidade precisa.

⁵⁹² GUAZZELLI, Cesar A. B. *Op. cit.* p. 79.

A outra forma de conseguir cavalhadas dependia das alianças e relações com os vizinhos do Prata, mas tratarei disso daqui a pouco.

A combinação que permitia reconhecer um desses importantes líderes militares da fronteira do Rio Grande do Sul incluía esse conhecimento dos caminhos dos negócios e das artes da guerra em campo aberto. Mas talvez a característica mais marcante fosse a de conhecer as gentes e com isso, construir um conjunto de relações que permitisse agregar homens para lutar as guerras naqueles pagos. As condições que permitiam a um indivíduo recrutar homens eram variadas e muitas vezes difíceis de determinar em toda a sua extensão. Ainda assim, diversos estudos têm permitido visualizar essas condições⁵⁹³. Se por um lado, era a guerra que permitia a esses senhores guerreiros manterem seu poder na fronteira, a reprodução de uma série de relações em tempos de paz permitia mobilizar soldados quando surgisse um conflito. Muito embora não contassem em meados do século XIX com os mesmos recursos do início do mesmo século⁵⁹⁴, os poderes dos comandantes ainda tinham a seu alcance um campo de intervenção bastante interessante, o que lhes permitia impactar sobre a conformação da sociedade no seu entorno.

As duas décadas anteriores à intervenção brasileira no Uruguai foram de profundas transformações no que diz respeito a estrutura de Estado presente na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e com a Argentina. Da mesma forma que *blancos* tentavam garantir a presença estatal para garantir um projeto de nação no Estado Oriental, o Império avançava em busca de uma maior presença. Mesmo que essa presença representasse a construção do Estado com a ocupação de seus cargos por lideranças locais, ela transformava e, em certa medida, limitava os poderes que os líderes militares da fronteira possuíam.

De uma condição em que, no início do século XIX, os comandantes eram os principais responsáveis pelas informações no processo de concessão de terras, até o fechamento gradual da fronteira agrária, com a drástica diminuição de terras devolutas e a baixa qualidade das que sobraram na década de 1850; onde, a criação de municípios

⁵⁹³ RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas: Estado e nação na trajetória dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. FARINATTI, Luís A. E. *Op. cit.* FERTIG, André Atila. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional na província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

⁵⁹⁴ Luis Augusto Farinatti mostra como no início do século XIX os comandantes da fronteira podiam distribuir terras, recurso que se tornou restrito com o fechamento da fronteira agrária – e o fim das terras devolutas para distribuição – e que era um atrativo importante para recrutar homens para o exército. Ainda, a constituição de municípios na fronteira, diminuiu a liberdade desses militares FARINATTI, Luís A. E. *Op. cit.* p. 224-230.

fronteiriços – como Uruguaiana, Alegrete, Santana do Livramento – reduziu a dependência de informações militares sobre a região, ao ampliar os espaços de administração e participação política; também a especialização da burocracia o que implicava na retirada de funções não militares dos comandantes – como o recolhimento de impostos na fronteira com o Estado Oriental⁵⁹⁵; e com o processo que iniciava a centralização das forças militares, ao estabelecer a escolha dos oficiais pelo presidente da província em 1837, os líderes militares – especialmente aqueles que ocupavam os cargos de comandantes – passaram a ter que reorganizar a forma como angariavam a simpatia dos seus possíveis subalternos.

Porém, que é preciso observar que essa centralização não foi nem imediata, nem independente dos potentados locais, que podiam não ter forças para barrar as transformações, mas tinham condições de manipulá-las em seu favor⁵⁹⁶. A possibilidade de líderes políticos locais intervirem em prol de seus aliados nas nomeações da Guarda Nacional, permitia reproduzir esse poder tanto com membros da elite com menor cabedal, quanto com subalternos. Na fronteira, aqueles que possuíam trajetória militar tinham maior capacidade de intervenção, mas mesmo aqueles que construíram seu patrimônio político com as palavras tinham sua capacidade de influência. Domingos José de Almeida que fora Ministro da Fazenda da República Rio-grandense a exemplo de muitos outros notáveis locais em toda a Província, produziu listas detalhadas de homens em condições de servir em 1850.

Baseadas em seu conhecimento das experiências dos indivíduos em conflitos anteriores, especialmente entre os que engrossaram as fileiras da extinta República, adjetivando os indivíduos que constavam do rol, Almeida não apenas o constituiu no sentido de identificar possíveis recrutáveis, como utilizou de seu prestígio para convidá-los a pedido de Caxias. Ainda, utilizou de sua posição privilegiada para ao mesmo tempo em que enviava seu afilhado e cunhado Modesto Rodrigues Barcellos e seu filho Luiz Felipe de Almeida, solicitar a dispensa de outro filho seu, Bernardino Bráulio de Almeida, acometido há um ano por uma moléstia que o colocava como incapaz para o serviço

⁵⁹⁵ LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.p. 130-131.

⁵⁹⁶ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997; MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

real⁵⁹⁷. Se mesmo um farroupilha de tamanha importância na rebelião, mas sem experiência militar, conseguiu intervir de forma positiva em favor de seus aliados, um legalista como o Barão do Jacuí, que servira sob as ordens do próprio Duque de Caxias ao lado do Império, podia alcançar benefícios muito mais atraentes.

Certamente pode-se contar como outro aspecto da perícia militar de Francisco Pedro de Abreu sua capacidade de arregimentar homens. Durante a Revolução Farroupilha sua liderança entre as tropas permitia que as arriscadas investidas que Abreu planejava fossem executadas. Dias escondidos nas matas ou os arriscados ataques rápidos, que exigiam toda a energia de seus soldados, faziam parte das táticas que empregava. O êxito não seria possível sem a lealdade de seus comandados. Não se tratava apenas de recrutar efetivos num contexto em que a guerra se arrastava por anos, mas também de mantê-los. Porque se o recrutamento era um problema num mundo em que servir tinha cada vez menos vantagens e atrapalhava os negócios, a deserção caminhava lado a lado. Chico Pedro não era apenas um conhecedor dos caminhos, mas também das gentes naquele contexto, e se vangloriava de manter homens mesmo em momentos de desânimo⁵⁹⁸. Esse tipo de lealdade lhe permitiria arregimentar quinhentos homens durante as *califórnia*s, se considerarmos as informações daqueles que denunciavam o Barão de Jacuí⁵⁹⁹.

Se realmente Chico Pedro conduzia quinhentos homens nas suas incursões ao Estado Oriental não é possível saber quem eram todos estes homens. Mas uma lista – parcial como denota o autor ao dizer que de havia “mais alguns de quem nem se sabe o nome” – produzida pelo então Tenente Coronel Manuel Luís Osório e anexa a um ofício enviado a presidência da Província nos permite vislumbrar vinte e oito oficiais que o acompanhavam: cinco cidadãos orientais, um *entreriano* e vinte e dois súditos do Império⁶⁰⁰. Esses oficiais certamente gozavam de alguma notoriedade para ser percebidos por Osório, então Comandante da 2ª Brigada de Infantaria em Bagé.

⁵⁹⁷ MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos* (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. p. 168.

⁵⁹⁸ RIBEIRO, José Iran. “A poder de maneiras, ia amoldando o povo”: os guerreiros de Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí.” *Anais eletrônicos SNH-ANPUH*. Florianópolis, UFSC, 2015. p. 04

⁵⁹⁹ Nota de Rodrigo de Souza da Silva Pontes, desde a Legação brasileira em Montevidéu, para o Ministro dos negócios do Estrangeiro, Paulino José Soares de Souza em 26 fev 1850 - Códice 221/3/8 – Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ.

⁶⁰⁰ O ofício, existente no Fundo Autoridades Militares do AHRS foi parcialmente publicado Costa Franco em seu livro sobre Chico Pedro, com a lista completa. FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. cit.* p. 35

Entre estes oficiais estavam homens que agregavam seu próprio patrimônio militar ao grupo. O Capitão Hipólito Girio Cardoso fora, assim como o Barão, um oficial de relativa importância no serviço de armas contra os farroupilhas. Além disso, como já apontei, foi comissionado para compra de cavalos em diferentes ocasiões, justamente por suas relações no Estado Oriental. O Tenente Manoel Coelho Agaxa, era um importante pecuarista, pertencente a uma família de posses e serviços na fronteira do Alegrete. Na fronteira de Bagé, reunindo proprietários com posses embargadas em Tacuarembó, o Coronel João Antônio Severo, outro combatente legalista dos tempos da Revolução Farroupilha, pretendia se juntar ao grupo do Barão de Jacuí com duzentos homens, assim como o Tenente Vicente Fialho, que tinha trajetória semelhante. Muitos dos oficiais eram parte de famílias com terras no Estado Oriental, mas que construía sua trajetória política e social dentro dos limites do Império, o que incluía o serviço na Guarda Nacional.

Reunir estes homens permitiu que o número de combatentes que atravessavam a fronteira com o grupo possivelmente fosse de fato de quinhentos homens, o que por si só era um número impressionante. Muito embora, mesmo que o número não fosse esse, a simples notícia de que seria, enviada à Corte teria seu impacto. A título de comparação, para toda a campanha contra Oribe, foram mobilizados 20 mil homens reunidos a 1ª e a 2ª linha. Um único líder que conseguisse com suas relações mobilizar quinhentos homens era um poder a ser respeitado. A mobilização da Guarda Nacional era fundamental para a proteção da fronteira, sendo o Império dependente destes homens. A questão pode ser resumida justamente pela afirmação do então Tenente Coronel Manoel Luís Osório de que “já se vê que enquanto a Guarda Nacional guarnecer a fronteira é de requebrar que pouco sossego haja nela, porque parece-me não são pontuais em cumprir as ordens do Governo.”⁶⁰¹

A adesão de tantos oficiais da Guarda Nacional a uma ação que ia contra a postura de “neutralidade” da Corte retomava a suspeita sempre presente que o Império tinha sobre os senhores da guerra na Província e sua capacidade de autonomia. Além da capacidade de recrutar homens, do conhecimento sobre como fazer a guerra naquelas plagas e os caminhos para abastecer as tropas com montarias, os líderes políticos na fronteira também tinham uma rede de suporte que atravessava o espaço platino. Esse suporte, foi o que garantiu que os farrapos permanecessem firmes em sua sedição por tanto tempo. O que

⁶⁰¹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. cit.* p. 32

nos leva a outro ponto, as relações que esses homens tinham com outros líderes militares no Rio da Prata.

No bando do Barão do Jacuí para as *califórnicas* estavam oficiais orientais colorados, como Calisto Centurión – conhecido pela alcunha de Calengo – e o *entreriano* unitário Coronel Manoel Hornos. Emigrados de suas pátrias pelas disputas políticas locais, ambos eram motivo de preocupação para o Império – especialmente Centurión que tinha sido aliado dos farrapos⁶⁰² – não apenas por fornecerem mais homens às investidas ao Estado Oriental, mas porque podiam ser interpretados como sinais de alianças políticas indesejadas ao Império. Em realidade, esses dois homens representavam uma pequena parte de um contingente de emigrados provenientes de todos os pontos da Bacia do Prata que eram vistos como risco às boas relações com os países vizinhos, independente de cor política. Desde a Corte, o Império via pouca vantagem em se envolver nas disputas dos países vizinhos, e em realidade, por muito tempo, o centro da política monárquica pouco compreendia sobre os grupos que rivalizavam naquele contexto e suas conexões que atravessavam as zonas fronteiriças.

A longa tradição de cooperação dos senhores guerreiros do Rio da Prata remonta às guerras de independência e se exprimia em relações bastante pessoalizadas. Bento Gonçalves, o líder dos farroupilhas, era compadre de Lavalleja, e havia vivido em Mello no departamento oriental de Cerro Largo, chegando a exercer a função de alcaide. Sua esposa Caetana era uruguaia. As relações de Bento Gonçalves com o líder oriental o levaram a usar seu posto de Comandante da Fronteira de Jaguarão para acobertar as ações deste contra o então presidente Rivera em 1832, permitindo que Lavalleja se refugiasse no Rio Grande do Sul.

Tal procedimento, também foi partilhado pelo Comandante da Fronteira do Alegrete, Bento Manuel Ribeiro, quando da retirada de Lavalleja de Jaguarão e seu refúgio em Entre Rios. Esse movimento foi resultado da ordem vinda do Rio de Janeiro de desarmar os emigrados orientais que acompanhavam Lavalleja. Para chegar ao Estado Oriental, Lavalleja cruzava a região do Quaraí, chegando ao território de Bella Unión⁶⁰³. Essas ações conformaram o centro da crise entre o Presidente da Província e os líderes militares que levou à sedição farroupilha, quando o Império tentou conter a autonomia militar de ambos os Bentos e evitar a retomada das feridas deixadas pela Cisplatina.

⁶⁰² GUAZZELLI, Cesar A. B. *Op. cit.* p. 159

⁶⁰³ *Idem*, p. 65.

Durante toda revolta, os farrapos estiveram aliados a líderes orientais e argentinos, numa dança cheia de trocas de parceiros, complicada de acompanhar. Essas alianças traziam consigo a fragilidade das relações naquele espaço, permeado por envolvimento pessoais e disputas internas aos grupos políticos e muitas vezes eram tumultuadas por questões conjunturais. Bento Manuel Ribeiro foi o ponto inicial de ligação dos rebeldes com Dom Fructuoso Rivera a partir de 1838. Sua relação com Rivera determinou por algum tempo o apoio do líder *colorado* aos farrapos. Bento Manoel ficou conhecido pela memória popular por ter trocado de lado três vezes: tomou parte na conflagração da Revolução Farroupilha, em 20 de setembro de 1835; em dezembro do mesmo ano, passou ao lado dos legalistas por conta da nomeação de seu primo, Araújo Ribeiro como presidente da província; em 1837, com a exoneração deste voltou a ser farrapo até 1839, quando se demitiu, alegando que precisava cuidar de seus negócios; e finalmente em 1842, voltou a servir ao Império sob as ordens de Caxias. Suas reviravoltas políticas fazem parte das vitórias ou derrotas das alianças dos farroupilhas.

Ao mesmo tempo e desde o início da revolta, os Generais da República Rio-grandense Antonio de Souza Netto e João Manoel de Lima e Silva estabeleciam conversações através de representantes com Manuel Oribe. As alianças se tratavam de ações com um tom forte de pragmatismo para esses líderes. Tanto Oribe quanto Rivera pretendiam jogar com a possibilidade de acessarem o auxílio do Império, ou ao menos, sua neutralidade. Os farrapos precisavam desesperadamente de recursos. Por sua vez, os legalistas também mantinham seus contatos no Estado Oriental no início da Revolução Farroupilha, graças a postura ambígua de Rivera. A própria dubiedade da posição adotada pelo Império, que buscava ganhar a confiança tanto de *blancos*, quanto de *colorados*, sem de fato se comprometer fortemente com nenhum dos lados ajudava a aumentar a fluidez dessas relações⁶⁰⁴. Os legalistas iam ao Estado Oriental em busca de abastecimento para as tropas, especialmente cavalos. Por sua vez, os farroupilhas atravessavam a fronteira para combater os legalistas, inclusive saqueando os mantimentos que estes haviam conseguido. Oribe não se comprometia formalmente com os rebeldes, mas permitia sua ação no Estado Oriental, numa mostra de evidente simpatia⁶⁰⁵. Ambos os caudilhos mantinham relações próximas também dentro das Províncias Unidas, assim como alguns líderes farrapos e legalistas.

⁶⁰⁴ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006. p. 80-81

⁶⁰⁵ GUAZZELLI, Cesar A. B. *Op. cit.* p. 124-126

A partir de 1839 as alianças no espaço platino se tornariam mais complexas. Com o início da Guerra Grande os alinhamentos se tornaram mais claros e de um lado se encontravam Oribe, Rosas e Lavalleja e do outro Farroupilhas, emigrados unitários argentinos e Rivera.⁶⁰⁶ O Império por sua vez vai se concentrar fortemente em resolver a contenda com os farrapos para evitar ser arrastado nas lutas dos vizinhos platinos. Não se tratava apenas do Estado Oriental, as Províncias Unidas também provocavam preocupações.

Corrientes foi alvo de grande atenção pelos líderes militares do Prata. A província *litoraleña* argentina constituía naqueles anos o principal foco de resistência às investidas centralizadoras do governador de Buenos Aires Juan Manuel de Rosas. Também era uma alternativa ao Estado Oriental para o abastecimento de cavalos. De outra província *litorânea* partira a ofensiva de Oribe sobre o Estado Oriental: Entre Ríos. Com o apoio do governador Pascual Echagüe, também partidário de Rosas, Oribe conseguiu ser vitorioso em Santa Fé e dali, partiu com recursos para tomar o Uruguai. Essa campanha resultaria no cerco de Montevideú e no consequente progressivo domínio da campanha pelos *blancos*. Também resultaria num avanço de Rosas sobre as províncias que se rebelavam contra seu poder e de seus aliados, conjugando confiscos e exílios na perseguição de seus adversários.

O número e a qualidade de exilados argentinos e orientais no Rio Grande do Sul depois do fim da Revolução Farroupilha foram preocupações constantes para a Corte. A postura de neutralidade assumida pela diplomacia imperial implicava em não permitir que se usasse do abrigo do território brasileiro no Rio Grande do Sul para planejar ações nos países vizinhos. A correspondência do Presidente da Província da conta de inúmeras ordens de retirada de líderes políticos *correntinos*, *entrerianos* e orientais da Província, enviando-os para o Rio de Janeiro. Mais uma vez, as dificuldades em retirar esses chefes políticos se encontrava nas suas relações próximas com lideranças militares da fronteira.

Esse foi o caso dos irmãos Juan e Joaquín Madariaga, que sob a proteção do Barão do Jacuí, permaneceram na fronteira de Uruguaiana mesmo que as ordens da Corte exigissem sua remoção para fora da Província em 1847. Joaquín Madariaga morreu em 1848, mas seu irmão Juan seguiu no Brasil até poder se integrar ao exército de Urquiza e participar da vitória sobre Rosas em 1852. Antes dessa estada no Rio Grande do Sul, os irmãos já haviam se refugiado em Alegrete no ano de 1843 e no pedido que Juan

⁶⁰⁶ César Guazzelli tratou muito bem dessas relações: GUAZZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província. A república Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013.

Madariaga enviou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do império, pedindo sua permanência, alegava ali ter família e negócios⁶⁰⁷. Os Madariaga haviam fundado Passo de Los Libres, a cidade argentina em frente à Uruguaiana, na outra margem do Rio Uruguai, sendo bem possível que ali mantivessem seus interesses comerciais.

De toda forma, como muitos exilados políticos, os Madariagas eram vigiados muito proximamente e se mantinham com o apoio dos senhores da guerra na fronteira, mas ao menos no que se refere à política oficial de retirada da Província constituíram uma excessão. Durante os anos em que os Madariagas permaneceram sob a proteção do Barão do Jacuí, uma série de ofícios reservados revelam que serviram de intermediários para um diálogo com o General Justo Jose Urquiza que se revelaria bastante frutífero em 1851. O Barão do Jacuí estava incumbido, ao menos desde novembro de 1846, pelo Ministério dos Negócios do Estrangeiro de observar quais as possibilidades de Urquiza se voltar contra Rosas e firmar um acordo com o Império. Como bom estrategista, o próprio Barão sugere que o Império analise os movimentos de Urquiza para se certificar de suas intenções antes de se comprometer⁶⁰⁸.

Os indícios deixados por essa negociação colocam o Barão numa posição altamente privilegiada em relação à Corte e aos demais líderes políticos da fronteira, colocando inclusive o Comandante em Armas à sua disposição. As negociações com Corrientes eram tão importantes para o Império, que precisava diminuir a influência de Rosas para garantir a livre navegação do Rio Paraná, a ponto de mais uma vez esse conceder a um líder político da Província a chancela para recolher informações e avaliar possíveis tratativas. Ainda assim, o Império tinha suspeitas em lançar indivíduos sozinhos nesse tipo de missão. Antes do Barão do Jacuí, o Tenente Coronel Osório tinha sido enviado de forma secreta a Corrientes e Entre Rios para avaliar a situação naquelas províncias e também tinha estabelecido contato com Joaquín Madariaga, quando este ainda se encontrava no governo de Corrientes⁶⁰⁹. Ao que parece, o Ministério dos Negócios do Estrangeiro acreditava que era preciso mais de uma fonte de informações nesse mundo da fronteira tão distante da Corte. Quando começaram as primeiras reclamações das *califórnicas*, dando conta dos apoios de exilados no Prata aquelas ações, o Ministro Limpo de Abreu suspendeu a missão do Barão. Sua avaliação era de que

⁶⁰⁷ Correspondência do Presidente da Província, Maço 19, nº 7, 1848. AHRS; Códice 221/3/7. AHI.

⁶⁰⁸ Códice 309/4/23. AHI.

⁶⁰⁹ DORATIOTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 86.

houvera “má execução” e que Francisco Pedro de Abreu deveria se retirar de Uruguaiana⁶¹⁰.

Os emigrados orientais e das Províncias Unidas que acompanhavam o Barão do Jacuí eram parte de um cenário de guerras constantes e de disputa política intensa no espaço platino, marcada por alianças que ultrapassavam as fronteiras. O apoio que poderiam receber no exílio, ou mesmo em contendas particulares estava imbricado num sistema de reciprocidades. Essas alianças também alimentavam uma longa rede de informações, que na metade do século XIX interligava de Assunção à Buenos Aires, do Rio de Janeiro a Montevideú, com paradas estratégicas nas fronteiras e nas capitais das províncias argentinas do litoral e do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o Império exemplarmente utilizava todos os recursos que dispunha, especialmente as informações colhidas por líderes políticos locais. Comerciantes, como o Barão de Jacuí, tinham especial capacidade de colher informações de forma discreta.

No início do ano de 1848, quando começaram a surgir os primeiros indícios de temor sobre ações armadas na fronteira, o Encarregado da Legação Brasileira em Montevideú em seu relatório aponta seu receio sobre notícia vindas dos lados do Quaraí “rumores de que alguns brasileiros *influentes* procuram por vias de facto vingar-se da injustiça com que dizem ser tratado pelo General Oribe e seus agentes, e se haver parte da propriedade que dizem se ter esbulhado⁶¹¹”. A simpatia dos habitantes da fronteira em relação aos movimentos de Francisco Pedro de Abreu foi grande. Em diferentes ocasiões esse foi um dos argumentos de seus perseguidores para explicar à Corte porque era tão difícil parar o Barão, que contava com a proteção de muitos. Além do fato de dar vazão aos desejos de muitos proprietários brasileiros no Estado Oriental, a postura do Barão o colocava em perspectiva em relação aos seus pares.

Em 26 de dezembro de 1849, assinando como Francisco Pedro de Abreu, Comandante em chefe do Quartel General em marcha e dando vivas à nação brasileira e à Sua Majestade Imperial, lançou um manifesto que em que conclamava às armas seus compatriotas para salvar a honra nacional e os orientais exilados para libertarem sua pátria da tirania⁶¹². A intenção de afastar a pecha de revoltoso era evidente no texto, mas de fato, não se constituiu em recurso suficiente para proteger o Barão da perseguição dos

⁶¹⁰ Ofício reservado 10 abr 1848. Correspondência da Presidência da Província, Maço 18. AHRN.

⁶¹¹ Nota de Rodrigo de Souza da Silva Pontes, desde a Legação brasileira em Montevideú, para o Ministro dos negócios do Estrangeiro, Saturnino de Souza e Oliveira em jan 1848 - Códice 221/3/6 – AHI.

⁶¹² Nota de 25 fev 1850. Códice 221/3/8 – AHI.

Comandos da Fronteira, da Presidência da Província e mesmo do Ministério dos Negócios do Estrangeiro. As ordens oficiais eram deter o Barão e investigar sua participação nos incidentes, que oficialmente não eram aprovados pela Corte. Estar acompanhado de oficiais estrangeiros não colaborava para a aparência de lealdade ao Império.

A segurança de ação do Barão advinha de uma rara combinação entre o apoio local que recebia e que permitia estruturar suas atividades e os contatos que mantinha com figuras importantes do Império e do espaço platino, mas a sombra deixada pela Revolução Farroupilha com a ameaça de sedição podia ser mais forte. Boa parte da documentação produzida pela investigação sobre as atividades das *califórnicas* buscava determinar se os homens que investiam sobre o território oriental estavam se rebelando contra o Império.

Antes da primeira proclamação, em dezembro de 1849, o contrabando era generalizado entre os grandes proprietários que tinham gado no Estado Oriental. Defendendo um aliado seu acusado pelas autoridades orientais de roubo, Felipe de Oliveira Nery escreve para o Comandante Francisco de Arruda Câmara, argumentando que

Tudo se reduziu às proporções de um contrabando puro e simples, como todos os dias tem estado praticando o Barão do Jacuí, o Tenente Coronel Demétrio, o Capitão Hipólito [Cyro Cardoso], o Tenente Liberato [Rodrigues Jacques] e [João Xavier Azambuja] Vilanova, os Santos e Santa Annas, Brazeiro, Florentino de Abreu, Machado Leão e cem outros que seria por demais enumerar. Se estes estão quietos, e não tem sido criminosos porque legalmente não o podiam ser, qual é o crime que tem o Constantino [Souza]?⁶¹³

Nery aponta algumas das mais importantes personalidades e famílias da fronteira do Quaraí, e poderia ter incluído no rol o sogro de Arruda Câmara, Bento Manoel Ribeiro e segundo os boatos, o Tenente Coronel Manoel Luís Osório, comandando o 2º Regimento de Cavalaria em Bagé. Como bem aponta, todos esses senhores da fronteira se favoreciam das dificuldades de comprovar o contrabando para passarem gado sem serem incriminados. Ao realizar suas declarações⁶¹⁴ o Barão alterava as condições do

⁶¹³ Carta de 09 nov 1849. Códice 309/4/23 – AHI.

⁶¹⁴ Além da primeira, em dezembro de 1849 e citada anteriormente, encontrei menção a duas na documentação diplomática, uma em janeiro de 1850 e outra em fevereiro do mesmo ano. Códice 221/3/8 – Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ. Possivelmente sejam as mesmas publicadas no Correio da Tarde de 23 abr 1850 no Rio de Janeiro e disponíveis através da Biblioteca Nacional em

jogo, tanto para o Império que teria que se posicionar quanto para os senhores da fronteira, que teriam mais dificuldade para realizar seu “contrabando puro e simples”. A quebra do silêncio sobre a passagem ilegal de gado era o componente menos evidente do terror provocado pelas ações do Barão.

As reclamações do *Gobierno del Cerrito* repercutiram na Corte, de forma que o Presidente da Província transmitiu as ordens para punir todos os envolvidos nas incursões ao Estado Oriental. Os responsáveis por executar as ordens eram os Comandos das Fronteiras, de modo que os principais envolvidos na perseguição ao Barão do Jacuí e seus homens eram o General Arruda Câmara, Comandante do Alegrete e destacado em Dom Pedrito, o Tenente Coronel Manoel Luís Osório. Ambos tentaram cumprir a todo custo as ordens recebidas, demonstrando boa vontade em resolver os problemas para as autoridades *blancas*, mas as condições não se mostravam favoráveis. Se por um lado a Corte se mostrava desfavorável às *califórnicas*, nem todas as autoridades da província se colocavam assim.

Ernesto Emiliano de Medeiros, Tenente-Coronel comandante interino da guarnição de Uruguaiana, Vila onde o Barão vivia, foi acusado por Arruda Câmara de prestar pouca atenção a movimentação de emigrados de certa relevância como o oficial entrerriano Manoel Hornos, e *colorados* como o Coronel Calisto Centurión, sendo tolerante ao ajuntamento de homens. Em sua réplica, Medeiros refuta essa suposição, mas não deixa de declarar que o apoio à causa do Barão atingia a maioria da Vila, que aliás, tinha população composta principalmente por emigrados. Talvez como justificativa para um empenho menos rigoroso do que o exigido por Arruda, talvez apenas para registrar suas impressões sobre a inevitabilidade das ações do Barão, o Tenente Coronel Medeiros declarou acreditar que as forças do Barão estariam elevadas a três mil homens, dada a simpatia generalizada dos habitantes daquela fronteira⁶¹⁵.

Postura mais abertamente de apoio foi a expressa por outro Comandante de Fronteira. Em carta enviada desde o Comando de São Borja, o Coronel Manoel dos Santos Loureiro buscava levar Arruda Câmara a uma postura conciliatória em relação ao Barão⁶¹⁶. Era fevereiro de 1850, Chico Pedro havia realizado duas incursões ao Estado Oriental e a situação havia se tornado difícil de sustentar num cenário internacional. Na

<<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=616028&pagfis=2586&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em 21 out 2015.

⁶¹⁵ Ofício de 08 jan 1850. Fundo Autoridades Militares, Comando do Alegrete, 1850. AHRS.

⁶¹⁶ Carta de 06 fev 1850. Fundo Autoridades Militares, Comando do Alegrete, 1850. AHRS.

realidade, por mais que a Corte se pronunciasse contrária às ações, a demora em penitenciar os envolvidos contradizia a posição do Império. A suposição de Loureiro de que fosse possível colocar Arruda Câmara em entendimento com o Barão e suas ações era quase uma ofensa para um militar com a carreira do Comandante do Alegrete.

Arruda chegara ao Rio Grande pela primeira vez como oficial do exército para lutar pelo Império na Revolução Farroupilha. Tinha conquistado sua graduação com uma folha de zelosos serviços a Sua Majestade desde 1817 em sua Pernambuco natal, passando pela guerra da independência na Bahia, pela sedição dos farrapos e pelo Comando das Armas da Província de Alagoas, antes de voltar ao Rio Grande para assumir seu posto no Alegrete como Brigadeiro. Uma trajetória bastante distinta dos demais Comandantes da Fronteira, rio-grandenses e parte da elite pecuarista. Arruda resolveria essa diferença se casando com uma filha de Bento Manoel Ribeiro, um dos estancieiros mais importantes daquela fronteira e sob as ordens de quem havia servido durante a Farroupilha. Também nomeou como um de seus auxiliares o filho de Bento Manoel, Severino Ribeiro de Almeida⁶¹⁷. Mas ao que parece, sua conduta almejava uma obediência a legalidade e ao poder central muito maior do que a pretendida pelo Barão do Jacuí.

De fato, a correspondência do Brigadeiro Arruda Câmara revela que ele acreditava que o Barão e seus apoiadores violavam as leis dos dois Estados Nacionais envolvidos, falando em brios pátrios para cometer crimes. Arruda inclusive afirmou que o arrendamento das terras de Olivério José Ortiz pelo Barão foi realizado de forma premeditada para fornecer causa própria para os ataques ao Estado Oriental⁶¹⁸. Seu discurso busca reforçar a percepção de que o Barão do Jacuí estava agindo às margens do poder monárquico e, portanto, se constituía num rebelde. Desde seu posto na fronteira o Brigadeiro usava de todo o prestígio que contava para minar a confiança que a Corte pudesse ter em Francisco Pedro de Abreu. Mas a força dos acontecimentos na fronteira podia ser maior que as palavras de Arruda.

Ao mesmo tempo que a cada investida no Estado Oriental o Barão angariava mais e mais apoiadores, o Comandante da Fronteira de Alegrete se encontrava numa situação de maior insegurança. Segundo publicação do Correio da Tarde⁶¹⁹, tal era a popularidade

⁶¹⁷ Farinatti trata muito bem da oposição entre o Barão do Jacuí e Arruda Câmara, além de fornecer subsídios importantes para entender quem eram esses grandes senhores de terras e gado na fronteira de Alegrete. FARINATTI, Luís A. E. *Op. cit.* p. 241-246.

⁶¹⁸ Carta de 01 jan 1850. Fundo Autoridades Militares, Comando do Alegrete, 1850. AHRS.

⁶¹⁹ Correio da Tarde de 23 abr 1850 publicado no Rio de Janeiro e disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=616028&pagfis=2586&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em 21 out 2015.

que gozava ao fim de março de 1850, que além dos três piquetes que mantinha constantemente vigiando sua moradia, mandou vir a ala do 3º Batalhão de Caçadores e deixou-a em formação em frente à sua casa durante o que se imaginava ser um ataque das forças do Barão à cadeia de Alegrete. Depois do ocorrido, descobriu-se que não passava de uma fuga simples, sem intervenção do grupo de Chico Pedro.

A ligação de Arruda da Câmara com uma das mais importantes famílias da fronteira não era suficiente para garantir o respeito à sua posição naquelas circunstâncias. A própria publicação de relatos dos acontecimentos da fronteira num jornal do Rio de Janeiro, desabonando a reputação do Brigadeiro, atesta que o Barão tinha aliados bem articulados em muitos níveis dos espaços de debate político. A situação se configurava num daqueles momentos em que os homens da fronteira buscaram ditar o ritmo das transformações vindas desde o centro do poder político. Nessa batalha, Arruda Câmara perdeu ao ser destituído de seu cargo ainda naquele ano, mas como veremos mais adiante, o Império imporia algumas transformações significativas para a centralização. Antes, observemos outro dos perseguidores do Barão, o também estancieiro no Estado Oriental Manoel Luís Osório.

Osório, então Tenente Coronel, tinha se tornado importante liderança política dos liberais nos anos que se seguiram à Revolução Farroupilha. Comandando o 2º Regimento de Cavalaria em Bagé, Osório tinha ao mesmo tempo cuidado de recuperar seus negócios na Estância do Cruzeiro na região do Arapehy e sido eleito para a legislatura da Assembléia Provincial seguinte ao fim da guerra civil na Província. Seu cabedal político crescia, como é possível mensurar pelo fato de que, os quatro candidatos que apoiou em 1848 – quando da ascensão dos conservadores ao Ministério, com o Gabinete do Visconde de Itaboraí – foram eleitos. Os apoios foram baseados nas suas relações pessoais muito mais do que em relações partidárias, dado que todos eram conservadores e Osório se punha nas fileiras dos liberais⁶²⁰.

As relações de Osório no Estado Oriental são ponto difícil de definir. Nos documentos de campanha, quando buscava interromper as reuniões para as *califórrias*, Osório mostrava muito menos ferocidade ao julgar os envolvidos do o Brigadeiro Arruda Câmara. Em alguns casos, pode-se identificar mesmo simpatia com alguns de seus líderes. Foi o caso da sua referência ao Tenente Vicente Fialho, parte do grupo que se

⁶²⁰ DORATIOTO, Francisco. *Op. cit.* p. 88

reunia na Fronteira de Bagé para juntar forças ao Barão do Jacuí em janeiro de 1850. Osório lembrou em um ofício que

Conquanto hoje tenha comprometido a política do governo para com o país vizinho, é todavia o mesmo que antes prestou tantos serviços à causa da Monarquia e da ordem; pelo que sacrificou imensa fortuna, e tem hoje o resto embargado no Estado Oriental, motivo de seus atuais comprometimentos.⁶²¹

Sendo Osório, ele mesmo proprietário no Estado Oriental, parece ser possível que simpatizasse com a causa do Barão. Porém, cumprindo com as ordens recebidas do Comando de Armas da Província fez parte da bem-sucedida manobra que permitiu a prisão de Chico Pedro pelo Tenente Coronel Severino Ribeiro, o auxiliar e cunhado de Arruda Câmara. Osório estava encarregado da fronteira do Upamarotin, a faixa de cem quilômetros de fronteira seca entre Brasil e Uruguai e tinha montado acampamento no que hoje é o município de Dom Pedrito. O grupo que se reunia naquelas paragens para engrossar as *califórniás* contava com alguns velhos conhecidos, como o Coronel João Antonio Severo e o Tenente Fialho, combatentes legalistas durante a Farroupilha, além do *colorado* Coronel Calisto Centurión, o “Calengo”. Como em toda a fronteira, estes homens contavam com o apoio dos habitantes locais. Somada a ampla área a ser coberta e ao estado sempre penoso das tropas regulares – reclamação constante do Tenente Coronel, desde que assumiu o posto – Osório contava com uma tarefa árdua.

Como um militar da fronteira, Osório mantinha uma ampla rede de informações. Nos primeiros dias de janeiro – os documentos não permitem precisar a data – Osório tomou conhecimento de quando e onde o Barão do Jacuí iria atravessar a linha divisória e informou ao Comandante de Salto, Dom Diego Lamas, seguindo as ordens que recebera. De posse dessa informação, Lamas armou uma emboscada. Deixou oito homens no acampamento, que foram mortos ao serem surpreendidos pelas forças do Barão do Jacuí. Na madrugada seguinte, Lamas atacou o Barão com mais de quinhentos soldados, obrigando-o a uma retirada até o Quaraí, onde foi preso. Quando estava sendo escoltado para Porto Alegre, uma tropa de trinta homens o libertou. Depois desse incidente, o Barão voltou a organizar as reuniões, com empenho ainda maior.

⁶²¹ Carta de 23 jan 1850. Fundo autoridades militares, Comando de Bagé. AHRS.

Figura 7 – Mapa da região onde ocorreram as califórrias.



Fonte: Google maps. (adaptação realizada pela autora)

A cooperação com Lamas, nesta situação e nos meses que se seguiram, vem sendo colocada como indicativo da hostilidade de Osório às ações do Barão, especialmente sob a luz do fato de que Osório possuía terras no Arapehy sem relatos de prejuízos implicados pelos *blancos*. De fato, se não havia inimizade entre o Barão e Osório, a situação não deve ter ficado inalterada quando, por retaliação à cooperação com as autoridades orientais e outras ações que buscavam inviabilizar as *califórrias*, os cavalos da estância de Osório no Estado Oriental foram levados por uma partida de homens de Chico Pedro. Por outro lado, Osório era repreendido por Arruda Câmara que via sua atuação e de Severino Ribeiro como fraca, exigindo que usassem a força e buscassem o enfrentamento. Acusou ambos de se deixarem influenciar por “particulares afeições e mal-entendido provincialismo ou patriotismo” e de “covardes que os temem [os homens do Barão] e recuam”⁶²².

Mais uma vez, aponto, a dificuldade de determinar se Osório tinha alguma simpatia na questão. Entre o zeloso cumprimento do dever de militar e suas relações que permitiam recomendar clemência com prisioneiros de suas relações, fica difícil observar uma postura política de forma mais autônoma. Para um homem da elite fronteiriça, Osório era bastante respeitoso com as instituições do Império, preferindo trabalhar seus interesses nas brechas existentes nestas, sem criar novas fissuras. Não se absteve de

⁶²² DORATIOTO, Francisco. *Op. cit.* p. 92.

responder a Arruda Câmara em tom crítico, declarando suas falhas, como o atraso em deslocar o Regimento de Osório para o Quaraí, e em reforçar que havia desprezado antigas amizades, prendido compadres e antigos companheiros para cumprir com o dever. Mas o fez apenas para Arruda, sem expor as fragilidades do Comando publicamente.

Osório não sairia totalmente ileso das *califórnicas* no que tocava a sua reputação política. Foi acusado publicamente no jornal O Pharol, através de correspondência anônima, de ter colaborado com Lamas em troca da retirada de um alegado embargo sobre sua propriedade, além de dinheiro. A acusação foi refutada no Diário do Rio Grande e não houve nova menção ao assunto. Em 1852, ao publicar suas memórias, o capitão Ladislau dos Santos Titára retomou a carga de censuras sobre a cooperação com Lamas, dizendo que favoreceria o “extermínio e carniceira feroz de tantos brasileiros”⁶²³. Osório rebateria essa crítica publicando as ordens do General Andrea, presidente da província em 1850, mostrando que apenas cumprira seu dever. Se o impacto da acusação não causou danos à imagem pública de Osório, ao menos lhe causou incômodo.

As informações sobre quantas teriam sido as investidas do Barão do Jacuí ao território oriental são confusas. De fato, os rumores eram muitos e difíceis de confirmar. Desde a fronteira se espalhavam até Porto Alegre e Montevidéu e dali, até o Rio de Janeiro. Desde a posse de Paulino José Soares de Souza a atenção aos acontecimentos do Rio da Prata tinha alterado seu foco e o trânsito de correspondência da fronteira até Porto Alegre e dali até a Corte sofreu substancial incremento. Parte do gabinete conservador que ascendeu ao Ministério em 1848, a gestão de Soares de Souza na pasta dos Negócios Estrangeiros trouxe uma nova dinâmica para as relações do Prata: o Império se retirou de sua neutralidade e chegou a intervenção. Essa perspectiva política, porém, só teria reflexos na Província no ano de 1850, e de certa forma, as *califórnicas* coincidiram com o período de sua gestão na Corte.

Desde abril de 1848 o Presidente da Província do Rio Grande do Sul era o General Francisco José de Sousa Soares de Andrea. Militar de origem lusitana, Andrea acompanhou Dom João VI quando este trouxe a Corte ao Rio de Janeiro em 1808, participou da Guerra da Independência e dali se deslocou para um posto na campanha da Cisplatina. Antes de 1848, Andrea havia presidido o Rio Grande durante alguns meses em 1840, durante a Revolução Farroupilha. Seu papel nessa segunda gestão na presidência da Província no entanto, teria uma dimensão muito maior que a anterior.

⁶²³ FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. cit.* p. 36; DORATIOTO, Francisco. *Op. cit.* p. 94.

Andrea foi responsável pela coleta das listagens que formariam o RRNE de 1850, como mencionei anteriormente.

O General Andrea ficou famoso por sua severidade, além de algum desprezo pela forma como a política e a vida eram conduzidas na fronteira. Sua antipatia pelo latifúndio e o modelo de sociedade que geravam pode ser encontrada em diversos documentos do seu período na Presidência da Província, indicando em vários momentos e para diferentes ministérios que acreditava que a imigração e o incentivo ao pequeno latifúndio propiciariam a paz e a estabilidade desejáveis para a porção meridional do Império. Muito embora nutrisse tantas ressalvas sobre os senhores da fronteira, Andrea era particularmente hábil no seu trato, ao menos no que se referia ao mundo da guerra.

Desde o início das *califórnicas*, e antes, com as incursões mais silenciosas ao território oriental que já ocorriam quando assumiu o cargo, Andrea buscou executar com ferocidade as ordens vindas da Corte. Seus despachos não apenas pressionavam seus subalternos, mas trazem-nos pistas da forma como o General articulou diferentes ações na busca de neutralizar as ações do Barão e não precipitar o Império numa guerra. Em sua análise, talvez bastante acertada, esse era o intuito de Francisco Pedro de Abreu, meta bastante irresponsável em sua opinião. Andrea não apenas o proclamou para seus superiores, como o fez para as autoridades orientais. Parte do seu plano para deter as *califórnicas* incluiu a polêmica cooperação com Diego Lamas e com Dionísio Coronel. O plano foi militarmente bastante bem-sucedido, mas politicamente tornou inviável a permanência do General a frente da presidência. Não apenas porque o cargo era necessário num jogo político do qual Andrea não participava, mas porque sua popularidade com os senhores da fronteira, já prejudicada pela sua atuação no período da Farrroupilha⁶²⁴, ficou corroída após a perseguição às *califórnicas*, o que não permitiria todos os acordos necessários para enfrentar a guerra contra Oribe e Rosas.

Andrea chegou a fazer uma tentativa de se entender pessoalmente com o Barão do Jacuí, em fins de 1850, possivelmente indicando que em caso de rendição as condições seriam honrosas, mas não é possível averiguar se a carta, conseguiu chegar às mãos do Barão, ou qual seu conteúdo, dela apenas temos indícios em outros documentos⁶²⁵. Duas

⁶²⁴ Andrea derrotara os farroupilhas em Santa Catarina em 1839, na frustrada tentativa de estabelecer um porto em Laguna com a Proclamação da República Juliana. Depois se tornara presidente da Província do Rio Grande do Sul, no período em que os farroupilhas passam a perder território. Particularmente, David Canabarro não gostava muito do General Andrea.

⁶²⁵ Andrea cita tal tentativa em ofício ao Ministro dos Negócios do Estrangeiro. A carta também é citada por Arruda Câmara, que se enfureceu ao receber um mensageiro procurando o Barão. 03 mar 1850, Correspondência da Presidência da Província. AHRs.

preocupações deviam nortear essa atitude do General: evitar que de fato se estabelecesse uma nova rebelião por parte dos estancieiros contra a postura do Império e reaver um aliado importante, tanto para a Corte quanto para si próprio.

Andrea podia ser contra a guerra, mas previa sua inevitabilidade e participava de uma série de cuidados necessários para evitar a derrota, inclusive fazendo vistas grossas a contrabandos de armas para aliados nas províncias argentinas e no Paraguai. Além disso, nos anos que ocupou a Presidência enviou diferentes informantes para observarem os movimentos de Antonio de Souza Netto, líder farroupilha que se exilou voluntariamente no Estado Oriental e reconhecidamente amigo de Oribe⁶²⁶. Os rumores davam conta da possibilidade, nunca concretizada, de que Netto apoiasse os *blancos* com homens. Ao mesmo tempo, boatos de que Netto poderia se juntar ao Barão do Jacuí também singravam pela campanha. Distinguir quais eram mais confiáveis era difícil. A questão, porém, era que na fronteira um indivíduo podia contar com uma complicada rede de apoios e, nem sempre Andrea parecia dar conta de acompanhar todas as ramificações possíveis.

Arruda Câmara, assim como Andrea era um militar de carreira, mas como apontei anteriormente, tinha conquistado sólidas relações no mundo fronteiriço, se tornando parte da poderosa rede de relações de seu sogro, Bento Manoel Ribeiro. Quando Andrea favoreceu o contrabando de armas para o Paraguai praticado pelo Desembargador Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, favoreceu o fornecedor de armas do Barão do Jacuí e também uma ação desaprovada pelos Ribeiro de Almeida, a família do sogro de Arruda Câmara, que naquele momento preferia que o Império não entrasse em Guerra⁶²⁷. Por sua vez, Pedro Chaves era aliado – naquele momento, antes haviam sido inimigos e voltariam a sê-lo na década de 1860 – de Osório, sendo um dos articuladores da eleição dos candidatos apoiados por ele em 1848⁶²⁸.

Ao colaborar com a negociação de armas o presidente da província entrava, de forma menos consciente, nas mesmas relações que imbricavam negócios, política e família na fronteira. Relações nem sempre simples de acompanhar, onde, por exemplo, o conservador ferrenho Chaves estava próximo do principal líder liberal da fronteira sul,

⁶²⁶ Como demonstrarei no próximo capítulo, Andrea seguia com prática iniciada por Manuel Antonio Galvão, seu antecessor, provavelmente dentro de uma política nacional de acompanhamento dos dissidentes.

⁶²⁷ Sobre as alianças políticas dos Ribeiro de Almeida ver: FARINATTI, Luís A. E. *Op. cit.*; VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

⁶²⁸ DORATIOTO, Francisco. *Op. cit.* 86

Osório e do famoso legalista Barão do Jacuí, que aparentemente concorriam. Pedro Chaves estava diretamente ligado a família de Bento Manoel Ribeiro, e portanto, a Arruda Câmara, mas ambos não poderiam ter posições mais opostas sobre a guerra. Os indivíduos exerciam uma racionalidade limitada ao executar suas estratégias sociais⁶²⁹, dado a impossibilidade de controlar todas as variantes. Nem sempre as posições políticas seriam convergentes dentro de uma mesma rede, o que em parte garantia a sobrevivência dos indivíduos a ela ligada, assim como um constante esforço pela manutenção ou rearranjo das posições dentro desse universo de indivíduos.

Outra variante que o General não podia controlar era o jogo da política monárquica vindo desde a Corte. Com a aproximação da guerra, a presidência da província do Rio Grande do Sul se tornava um cargo de maior destaque do que habitualmente era. Seu substituto, José Antônio Pimenta Bueno tinha larga experiência na diplomacia imperial no Prata, tendo sido Encarregado de Negócios do Brasil no Paraguai e no gabinete anterior tinha sido Ministro dos Negócios Estrangeiros além de uma carreira jurídica importante, chegando ao Supremo Tribunal. Mas o ponto mais importante para entender sua colocação como presidente da Província foi sua retirada do Partido Liberal e adesão ao Conservador em 1849. O cargo no Rio Grande do Sul em tempos de guerra era uma oportunidade para construir uma trajetória vitoriosa como conservador, onde Pimenta Bueno poderia empregar todas as suas habilidades.

A mudança na política do Império sobre o Prata foi mais uma daquelas confluências em que os interesses da elite da fronteira e os da Corte se encontraram de forma mais ou menos harmônica. Digo mais ou menos harmônica, porque a prevalência de lideranças liberais sobre os estancieiros que desejavam a guerra era grande. Mais uma vez, é possível constatar que em termos de política, relações e interesses pessoais se sobressaíam a lealdades partidárias na fronteira meridional do Império. A historiografia mais recente sobre o tema vem defendendo que o emprego de “um nacionalismo alerta e vigilante em torno dos interesses nacionais”, tônica da política externa inaugurada pelos conservadores a partir de meados do século XIX. Essa atuação foi

caracterizada pela atuação enérgica em favor de uma inserção mais segura e favorável do Império no contexto continental – o que significou na prática conter a Argentina, garantindo a independência do

⁶²⁹ GRENDI, Edoardo. “Repensar a micro-história?” In: REVEL, Jacques. *Op. cit.* Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 253.

Uruguai e do Paraguai. A intervenção no Uruguai e na Argentina contra Oribe e Rosas, levada a cabo em período de domínio do partido Conservador no cenário político, foi o grande marco dessa orientação.⁶³⁰

Do ponto de vista da política externa, o Barão de Jacuí e suas *califórrias* colocaram em risco o planejamento bem articulado do que deveria ser uma intervenção calculada para ser vitoriosa, que representasse um manejo de recursos econômico – ou ao menos tão econômico quanto uma guerra poderia ser – e que trouxesse apenas proveito e nenhum prejuízo ao Império, ao mesmo tempo que permitia manter uma organização territorial que garantisse a posição confortável de maior potência no Prata. Do ponto de vista da política interna, o Barão acabou por tornar visível a necessidade de uma profunda reorganização das armas. O meio do século XIX foi o tempo de consolidar uma perspectiva de Estado Imperial que imprimia uma maior participação do centro de poder nos negócios dos cidadãos: o fim do tráfico com a Lei Eusébio de Queirós, a Lei de Terras, o novo Código Comercial, a política no Prata, e com esta última a reorganização da Guarda Nacional. Se a presença do Estado naquelas paragens se dava em grande medida pela guerra⁶³¹, aquela foi a hora de expandir o controle do centro sobre a fronteira.

A partir da lei de 19 de setembro de 1850 a prerrogativa da nomeação de todos os cargos de oficiais da Guarda Nacional passava a ser do presidente da Província, incluindo a suspensão e reorganização dos Comandos Superiores. Ainda, os Comandos foram desvinculados da figura do município, sendo reorganizados em áreas maiores, buscando uma menor interferência das disputas localizadas, impressão reforçada pela extinção dos cargos oficiais anteriores, centrando os poderes no nível local na figura do Coronel comandante superior⁶³². Não se tratava apenas de controlar as nomeações, que deviam ser encaminhadas pelo presidente da província ao Ministro da Justiça, mas também de reduzir a fragmentação do poder num nível local.

O aumento do poder dos presidentes de província não significou um completo solapamento das redes de poder locais, especialmente na fronteira, mas sim seu rearranjo. Como descobriu Pimenta Bueno ao tentar organizar a Guarda Nacional para a campanha

⁶³⁰ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006. p.139.

⁶³¹ SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias, o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 461

⁶³² RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: editora da UFSM, 2005.

contra Oribe e Rosas, a intermediação de líderes políticos locais podia ser determinante. Ao nomear David Canabarro, o líder farroupilha que comandou as negociações de paz com Caxias, para Comandante Superior da Fronteira de Quaraí e Livramento, Pimenta Bueno não obteve reposta por dois meses. Precisou solicitar a intervenção de Bento Manoel Ribeiro para então receber um aceno positivo de Canabarro⁶³³. A nomeação representava uma reabilitação completa do antes rebelde Canabarro, estratégia importante para unificar a província sob as ordens do Império, mas também significava o afastar de seus negócios em tempos de guerra. Talvez Canabarro tenha acedido ao pedido do “estimado amigo e patrício” ao invés do simples convite de um político vindo da corte e que, para piorar, havia abandonado a fileira dos liberais, o partido em que se alinhava Canabarro. Talvez Canabarro, que anos depois se bateria com os filhos de Bento Manoel em disputas políticas locais, apenas quisesse ter certeza de que não enfrentaria problemas com Bento Manoel, já que o filho deste, Severino Ribeiro de Almeida era o comandante do destacamento de 1ª linha responsável pela fronteira do Quaraí e aceitar o cargo poderia significar disputar poder na região.

Outro ponto a se considerar na relativização da centralização empreendida pela reorganização da Guarda Nacional estava no fato de que, numa campanha como a de 1851-1852, ainda se necessitava de todos os líderes políticos possíveis para recrutar homens, como apontei anteriormente, e mais ainda, de todos os que tinham experiência militar para treiná-los. O êxito dos corpos da Guarda Nacional dependia de treinamento e, sendo civis, seus oficiais nem sempre contavam com as características necessárias. Novas legislações buscando resolver essas questões foram produzidas nos anos que se seguiram na década de 1850, por isso devo indicar que a reorganização da Guarda Nacional inicia na preparação da campanha contra Oribe e Rosas, mas assim como a centralização do Estado Imperial, esse é um processo que seguiu pelas décadas seguintes.

Por enquanto, basta compreender que no ano de 1850 nenhum presidente da província do Rio Grande do Sul poderia virar as costas aos líderes políticos e militares da fronteira. Assim, quando o Barão do Jacuí, desgastado pela deserção de muitos de seus aliados, depôs armas em maio e foi pessoalmente a Porto Alegre se entregar a Pimenta Bueno recebeu perdão completo. A documentação consultada não aponta de onde partiu essa decisão na Corte, mas sabe-se que o Barão se correspondia com Caxias, sob as ordens

⁶³³ MUGGE, Miquéias H. “Sobre pacificação e reorganização: a guarda nacional e a Província do Rio Grande do Sul após a Revolução Farroupilha.” In: *Oficina do Historiador*: Porto Alegre, EDIPUCRS. Suplemento especial – I EPHIS/PUCRS. p. 1483

de quem havia servido na Farrroupilha. Caxias não só era um político conservador com relevância, mas estava prestes a se tornar mais importante ainda como Comandante das tropas que atravessariam a fronteira para combater Oribe. De toda forma, ao desafiar dois Estados Nacionais o Barão do Jacuí pode não ter pedido seu poder, mas teve certamente seu prestígio com importantes figuras da Corte reduzido e nunca mais encontrou o destaque daqueles anos que antecederam a intervenção no Estado Oriental. Confiança era uma moeda importante na política do século XIX, e no que dizia respeito às relações no espaço platino, não parecia ao poder central do Império que se podia confiar indistintamente no Barão do Jacuí.

A possibilidade de guerra no Prata foi debate aberto na Assembleia Geral e na imprensa da Corte naquele ano de 1851. Pedro Chaves foi um dos deputados que maior destaque deu a questão, com discursos inflamados ao mesmo tempo que, como vimos, organizou um contrabando de armas que, segundo boatos, abasteceu o Barão do Jacuí. Chaves ficaria conhecido ao longo de sua trajetória política por sua postura sempre enérgica: perseguira os farrapos de forma feroz, lhe rendendo o ódio da maioria dos liberais durante a Revolução; fez o citado carregamento de armas em conjunto com comerciantes aliados no Rio de Janeiro para garantir as *califórnicas* em 1849; e por fim, garantira sua nomeação ao Senado fazendo o Imperador mudar de ideia no último instante sob a ameaça de um distúrbio armado caso fosse escolhido outro nome da lista tríplice⁶³⁴. Mas teria sido essa agressividade na defesa de seus interesses num momento em que eles coincidiam com os do Império que lhe renderia seu título nobiliárquico, o de Barão de Quaraí, a região onde se concentravam seus interesses e as *califórnicas*.

A movimentação em torno dos problemas no Estado Oriental não seria uma exclusividade dos conservadores liderados por Pedro Chaves. Joaquim José Afonso Alves também exercia forte pressão pela resolução dos problemas na fronteira, e como Pedro Chaves, não se furtou a defender a possibilidade de uma intervenção armada. Sua família era de Porto Alegre, mas depois de se formar em Direito em São Paulo – integrara a turma de 1837 – Afonso Alves se radicou em Pelotas, onde se tornou o principal advogado. Assim como Pedro Chaves, Afonso Alves contava com parentes charqueadores, estancieiros e comerciantes, sendo político destacado na assembleia provincial onde

⁶³⁴ VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. p. 308. NOGUEIRA, Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. São Paulo: Saraiva, 1977, 2.a ed., volume 1, p. 141-142.

chegaria a exercer vinte e um mandatos. Domingos José de Almeida, liberal radical, o aclamava por sua diligência em defender nas Assembleias Provincial e Nacional os interesses de Pelotas e região⁶³⁵, indicando sua inclinação partidária.

A guerra no Prata seria também, como apontei anteriormente o momento de reabilitação dos ex-farroupilhas, de certa forma permitindo que não apenas os interesses do Império convergissem com os dos estancieiros estabelecidos no lado oriental da fronteira, mas os de diferentes grupos políticos e econômicos da província, tendo importantes conservadores e liberais concorrido para sua execução. A guerra contra Oribe e Rosas recolocou diferentes líderes políticos locais, militares e civis, em evidência na sua relação com o Império. Vinte mil homens marcharam até o Estado Oriental, volume apenas permitido graças a cooperação de diferentes proprietários que, convocados a apresentar nomes, o fizeram. Sabemos com certeza que Bento Manoel Ribeiro o fez⁶³⁶, assim como Domingos José de Almeida⁶³⁷, mas muitos outros devem ter recebido essa incumbência de Caxias, aliás, ele próprio uma escolha que unia a província.

Caxias era visto como o pacificador do Rio Grande do Sul afinal, soubera tratar com de forma adequada os derrotados farroupilhas, vendo-os como parte da elite de um ponto importante do Império⁶³⁸ e, em 1851, mais uma vez exerceria esse papel de conciliador na província. Como mencionei, Caxias escolher ser secundado por Bento Manoel Ribeiro e por David Canabarro, dois chefes militares que representavam, de certa forma, grupos distintos na província. Canabarro, junto com Osório, era um dos mais expressivos representantes dos liberais, podendo recrutar homens e simpatias desse grupo político, incluindo seus antigos adversários dentre os antigos farroupilhas⁶³⁹. Bento Manoel compunha a rede que mencionei anteriormente, reunindo os conservadores com uma figura mais respeitável que o Barão do Jacuí. Caxias soube unir os esforços dentro da província, dessa vez a serviço do Império.

Apesar de todas as vantagens que a guerra trouxe com sua vitória sobre Oribe e depois, de forma indireta sobre Rosas, os distúrbios no norte do Estado Oriental

⁶³⁵ O Brado do Sul (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro). Na edição de 20 dez 1859 é possível encontrar um bom exemplo. Disponível em < <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brado-do-sul/813419>> Acesso 26 out 2015.

⁶³⁶ FARINATTI, Luís A. E. *Op. cit.* p.

⁶³⁷ Carta de Domingos José de Almeida a José Mariano de Mattos. CV-664. Anais do AHRS, v. 3.

⁶³⁸ SOUZA, Adriana Barreto. *Op. cit.* p. 533.

⁶³⁹ Os farroupilhas não eram um grupo homogêneo e nos últimos anos da revolta se dividiam entre a “maioria” liderada por Bento Gonçalves e que contava com Antônio de Souza Netto e Domingos José de Almeida entre tantos e do outro lado a “minoría” liderada por David Canabarro e Antônio Vicente da Fontoura.

seguiriam, merecendo menor ou maior atenção das autoridades até as vésperas da Guerra do Paraguai, com a Missão Saraiva apresentando um conjunto de reclamações de brasileiros residentes no país vizinho. Ao tratar do terceiro tipo de reclamações que constam na documentação diplomática, aquelas relacionadas às violências contra a vida de súditos do Império do Brasil me concentrarei nesses anos. Para tanto, vamos acompanhar outra figura histórica bastante presente na documentação e na memória do mundo platino Antônio de Souza Netto.

Capítulo V

As ofensas e violências.

A agressão física e mesmo o assassinato faziam parte do contexto de um território em guerra, mesmo fora dos campos de batalha. Inúmeros eram os casos de bandoleiros e criminosos que se aproveitavam do contexto confuso para praticar seus delitos, da mesma forma que cidadãos comuns aproveitavam para resolver violentamente contendas de terras e vinganças pessoais. Esses casos não são profusamente abundantes, mas tem um percentual significativo nas reclamações e em geral tinham um encaminhamento a contento das autoridades de ambos os países, incluindo inclusive a cooperação de um a outro lado da fronteira. Contudo, não serão estes os casos de que tratarei, dado que em geral, eles não envolvem componentes de nacionalidade, ou seja, os agredidos não o foram por sua posição política aliada alinhada com o que identificavam ser direitos de súditos imperiais.

Assumo que, apesar da nacionalidade brasileira das vítimas, muitos crimes contra a integridade física e a vida de súditos imperiais tinham relação com contextos de suas vidas particulares que não se relacionavam diretamente com sua identidade nacional, e mais, que esses crimes eram levados às autoridades diplomáticas por questões práticas, como reconhecimento da morte, e que a correspondência gerada envolvia esclarecimentos e não reparações. De fato, são as reclamações em torno de reparações que nos interessam para entender quais recursos políticos estavam em jogo naquele espaço fronteiriço ocupado pelos estancieiros brasileiros. Essas reclamações passam a ter uma concentração maior depois da Guerra Grande e se multiplicam com o retorno dos *blancos* ao poder no fim dos anos 1850 e especialmente logo antes da Guerra do Paraguai, na presidência de Bernardo Berro. Curiosamente, a maioria dessas reclamações contava com a presença de um determinado estancieiro brasileiro.

Finda a Revolução Farroupilha, Antônio de Souza Netto, Chefe do Estado-Maior e General da extinta República Rio-grandense decide viver em suas propriedades no

Estado Oriental do Uruguai, num autoexílio voluntário⁶⁴⁰. Segundo a tradição, Netto teria sido acompanhado por mais de duzentos escravos, que o teriam feito de livre e espontânea vontade e que seriam seus peões⁶⁴¹ na estância de La Gloria, na localidade de Piedra Sola, na divisa dos departamentos de Tacuarembó e Payssandú. Netto ainda possuía outra propriedade, a Estância do Rincón de Zamorra, próximo ao lugar conhecido como Clara em Tacuarembó, assim como uma porção menor de terras na costa do Jaguarão, que não consegui localizar precisamente – em parte porque não era mencionada em nenhum outro documento que não a RRNE. Foi a partir desses pontos que Netto passou a atuar nos mais de vinte anos que se seguiram.

As primeiras aparições de menções a Netto depois da Revolução Farroupilha na documentação diplomática e de guerra, tanto da província quanto do Império datam do ano de 1847. Como mencionei antes, diferentes autoridades do Império tiveram preocupações com a amizade pública que Netto tinha com Oribe, evidenciada pelo período em que representou os farroupilhas em negociações por apoio militar para a República Rio-grandense. Rumores davam conta de que Netto estava agrupando homens para auxiliar os *blancos* numa invasão ao Império para libertar os escravos de Pelotas. Duas famas do general farroupilha faziam ecoar os boatos: sua discutível paixão pelo republicanismo, denotada de seu ato de proclamação da República Rio-grandense em 11 de setembro de 1836 e a reputação de abolicionista que angariara para suas tropas no recrutamento durante a revolta.

O medo crescente em relação a uma invasão vinda desde o Estado Oriental para realizar a abolição era um sentimento bem típico dos últimos anos da década de 1840 como pontuei no capítulo 3. A questão era entender porque Netto era tido como o pivô dessa possível invasão, além de sua pública amizade com Oribe. Durante toda a sua estada no Comando de Armas dos farroupilhas, Netto foi um grande recrutador de escravos. A

⁶⁴⁰ Assumo aqui a expressão de Cesar Guazzelli como uma metáfora, dado que Netto retornaria frequentemente ao território do Rio Grande do Sul segundo a documentação. A metáfora, a meu ver, se refere a prática dos caudilhos derrotados do Prata de não participar diretamente da política de seus países. O reforça a imagem é a semelhança com Artigas, que migrou com os indígenas que eram seus clientes, assim como tantos homens pobres. Como veremos, esse autoexílio de Netto será interrompido antes mesmo de completar uma década, mas acredito que a inspiração original fosse essa.

⁶⁴¹ Essa memória tradicional é baseada no relato de um sobrinho-neto do General, que inclusive aponta que muitos desses homens seriam sobreviventes do corpo de lanceiros negros. OLIVEIRA, Vinicius Pereira; SALAINI, Cristian Jobi. “Traição Farroupilha: Documento que revela massacre de soldados negros por líderes farroupilhas gera polêmica até hoje.” *Revista de História*, v. 58, 2010. p. 46-49. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/traicao-farroupilha>> Acesso em: 26 out 2015. Essa versão, difícil de ser confirmada se popularizou enormemente com o romance “Netto perde sua alma” de Tabajara Ruas, que depois foi adaptado para o cinema em filme homônimo.

prática de recrutar os escravos do inimigo era comum, como mencionei antes, desde o período colonial, e foi empregada pelos dois lados da contenda. A diferença residia no fato de que, incapazes de contar com a mobilização nacional que dispunha o Império, os farrapos foram obrigados a se voltar para dentro da Província e para fronteira platina, recrutando muito mais cativos que o exército imperial.⁶⁴²

A criação do 1º Corpo de Lanceiros Negros sucede em apenas um dia a proclamação da República Rio-grandense. Descritos como “pretíssimos cavaleiros, patenteavam uma inaudita coragem, os pretos que a Revolução abria as portas da cidadania política e civil”⁶⁴³, esses soldados correspondiam a cerca de 9% do total do exército farrapo, 852 cativos em 1839, de um total de 9372 homens em serviço, e a um terço da cavalaria, e estavam distribuídos em dois corpos de lanceiros, participando da 1ª Brigada – eram quatro no total –, sendo esta justamente comandada por Antônio de Souza Netto⁶⁴⁴, além de outros escravos espalhados pela infantaria, assim como pretos libertos e “livres de cor” que se espalhavam por toda as tropas e para os quais não existem números. Haviam negros também na diminuta Marinha farroupilha.

Se tomarmos as estimativas do exército imperial no fim da guerra, que variavam, entre um terço ou talvez metade do exército rebelde seria formado por negros⁶⁴⁵. Compreender o perigo que representava esse imenso contingente de escravos que se tornaria livre depois de se rebelar contra o Império faz ser possível entender o massacre de Porongos e a prisão e envio para a Corte dos negros que sobreviveram a ele. Uma coisa era o Império lidar com uma revolta da elite, outra se ver frente a uma rebelião escrava.

O acordo tácito de liberdade condicionada ao serviço militar feita pelos farroupilhas acompanha os desenvolvimentos de outras guerras na Bacia do Prata, como a própria Guerra Grande. O decreto de 11 de maio de 1839 que formaliza essa posição, que quase certamente já circulava nos acordos entre comandantes e subordinados, foi uma reação a um aviso do governo imperial de novembro do ano anterior, que tentava minar a participação de escravos nas tropas dos farrapos, dentro da política de asfixiamento em que o Império tentava cortar todas as fontes de abastecimento dos rebeldes. Da mesma forma, a abolição decretada pelo *Gobierno de La Defensa* em 1842 era uma resposta ao

⁶⁴² CARVALHO, Daniela V. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional - 1830-1850)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. p. 69.

⁶⁴³ Edição de “O Jornal” de 09/10/1848. Citada por BENTO, Claudio Moreira. P.188

⁶⁴⁴ CARVALHO, Daniela V. *Op. cit.* p. 73

⁶⁴⁵ LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.65

cercos de Montevideu pelos *blancos* e a redução das comunicações ao porto da *ciudadela*, restringindo a possibilidade de recrutar em outros pontos do país.

De outro lado, o Império inicialmente temia o recrutamento de escravos crescente, pelo temor comum relacionado a armar negros. Gradativamente essa postura muda, para uma tentativa mais agressiva de recrutamento dos escravos do inimigo, com a promessa de penas duras aos escravos recuperados, incluindo de duzentas a mil chibatadas e o posterior envio para fora da província ao mesmo tempo que acenava a liberdade para aqueles que desertassem imediatamente das tropas rebeldes, excluindo a necessidade de serviço nas forças legalistas⁶⁴⁶. A proposta se tornava interessante, quando comparada ao condicionamento da liberdade à guerra, e à sua vitória, que os rebeldes colocavam.

Todavia, outros documentos apontam que o medo de uma concessão generalizada de alforrias causasse situações complicadas e, portanto, na prática poucos seriam beneficiados e quando o fossem, deviam ser silenciosamente agraciados. Além disso, o Império não tinha nenhuma intenção de deixar esses desertores negros na província⁶⁴⁷. A questão era não incentivar a fuga de escravos de partidários legalistas que buscariam o serviço nas tropas rebeldes apenas para retornar e reivindicar sua liberdade. Ainda, para evitar maiores descontentamentos, o Império se comprometia a indenizar os legalistas que tivessem escravos alforriados depois de desertarem das tropas farroupilhas.

Mais uma vez, a reação dos farroupilhas indicava uma radicalização, prometendo em decreto que os oficiais que tivessem aplicado chicotadas em escravos presos pelas forças legalistas, receberiam as mesmas chicotadas se caíssem em mãos rebeldes. Logo depois, os farroupilhas publicaram novo decreto prometendo a reescravização dos cativos que desertassem das hostes rebeldes e depois caíssem como prisioneiros⁶⁴⁸. Ao mesmo tempo que reagiam às tentativas de limitar o avanço de seu recrutamento pelo Império, os farroupilhas acabavam de demonstrar que suas pretensões abolicionistas diziam respeito apenas a manter o tamanho das tropas necessário para seguir a guerra. Se tomada como verdadeira a afirmação do presidente da província em 1840, Saturnino de Oliveira, de que no recrutamento de escravos por parte dos rebeldes eram utilizados todos os meios e quando “a ordem não basta, recrutam a pólvora e bala⁶⁴⁹”, pode-se entender o quanto

⁶⁴⁶ SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha. História popular do grande decênio, seguida das “Efemérides” principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. São Paulo: Ed. Nacional/UNB, 1982, p. 154.

⁶⁴⁷ CARVALHO, Daniela V. *Op. cit.* p. 85.

⁶⁴⁸ FLORES, Moacir. *Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde*. Porto Alegre, EST Edições, 2004. p. 53

⁶⁴⁹ CARVALHO, Daniela V. *Op. cit.* p. 88

para os rebeldes era pouco relevante a liberdade de escolha dos cativos em prestar serviço às armas. Talvez daí medidas tão duras contra escravos desertores.

Se tratava, para ambos os lados, de preocupações instigadas pela situação de guerra. O abolicionismo dos farroupilhas era guiado, como em outras guerras da Bacia do Prata, pelas necessidades de tropas. Muitos farroupilhas tomaram medidas para proteger seus escravos, como por exemplo o próprio Ministro da Fazenda da República Domingos José de Almeida, que como mencionei, enviou seus escravos para serem alugados em Montevideú. Se os escravos que, diz-se, acompanharam Netto ao Estado Oriental o fizeram de livre e espontânea vontade ou não, o conhecimento que tenho da documentação me impede de construir uma avaliação. Possivelmente se sim, faziam parte do discurso que criava uma imagem abolicionista para Netto. Ainda assim, uma série de dados indica o oposto.

De toda forma, acreditar na figura de Netto como um abolicionista fazia parte do corrente temor que as revoltas regenciais haviam despertado. Não foram poucos os movimentos daqueles anos que tiveram a direção de escravos, como a Revolta dos Malês na Bahia do mesmo ano de 1835 que viu eclodir a Farroupilha, e antes disso a revolta em Carrancas em Minas Gerais em 1833⁶⁵⁰, ou de pardos e libertos, como a Sabinada, a Cabanagem e a mesma Balaiada também encerrada por Caxias. Em resposta, toda uma legislação que aumentava a intensidade das penas por crimes de escravos contra senhores foi criada, ainda em junho de 1835. Como bem apontou Keila Grinberg,

Por todo o império, crescendo nos anos 1830, pipocavam revoltas e manifestações – além de jornais como *O Brasileiro Pardo* e *O homem de cor* – que traziam reivindicações dos chamados “cidadãos de cor” de serem incorporados, de alguma maneira, à nação e ao Estado que então se formavam. Afinal, embora formalmente a Constituição de 1824 reconhecesse como iguais, atribuindo direitos de cidadania, todos homens livres, incluindo os libertos, na prática os cidadãos descendentes de escravos reclamavam por serem considerados cidadãos de segunda categoria.⁶⁵¹

⁶⁵⁰ REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. 2a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; ANDRADE, Marcos Ferreira. “Rebelião escrava e política na década de 1830: O impacto da Revolta de Carrancas”. *Anais eletrônico do 6º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. UFSC, 15 a 18 de maio de 2013.

⁶⁵¹ GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (org.) *O Brasil Imperial*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 271.

Ainda que muitos farroupilhas tivessem contatos com líderes de outras revoltas liberais, como a fuga de Bento Gonçalves bem demonstra, não creio que o movimento tivesse caráter abolicionista, e como bem tem demonstrado a historiografia, esse foi um movimento das elites. Mas no que se refere especificamente a Antônio de Souza Netto, existe mais de um fato que indicam exatamente o oposto. Começamos pelo requerimento apresentado pelo crioulo Moisés de Souza Netto, logo após a assinatura do Tratado de Ponche Verde:

Visto que pelo Governo do Brasil foi afiançado, que todo o Cativo que andasse nas fileiras rebeldes, se passe Armado a servir na Legalidade, ficava liberto, e tendo assim praticado o Suplicante, servindo constantemente em defesa da Lei, e do Trono, e como já seja finda a Guerra, quer o mesmo em virtude da dita Ordem do Governo, Documento pelo qual se mostre livre e não possa ser vítima do ódio e más tenções de seu Pai e Senhor, que foi Antonio de Souza Netto, pelo que Pede a V. Excelência se digne munir o Suplicante com o competente Documento, para livremente poder tratar de sua vida, tudo em cumprimento a precitada determinação do Governo do Império. Espera Receber Mercê.⁶⁵²

Moisés era filho de Antônio de Souza Netto com uma escrava desconhecida e servia nas forças de “seu pai e senhor”, quando em 18 junho de 1840, se evadiu do exército rebelde durante a batalha no Arroio Velhaco, nas proximidades de Rio Pardo. Essa batalha ficou bastante conhecida por terem os farroupilhas saídos destroçados e terem perdido um dos principais comandantes, o Coronel Afonso José de Almeida Corte Real, tendo sido as tropas de Netto batidas pela 8ª Brigada do Exército legalista, comandada pelo Coronel e Comandante Francisco Pedro de Abreu. Moisés lutou nos anos seguintes até o fim da guerra sob o comando desse último, gestando uma relação duradoura, que resultaria em seu emprego como administrador e capataz de uma das estâncias de Chico Pedro.

Moisés, raramente citado pela historiografia sobre os farroupilhas⁶⁵³, que em geral, ao apresentar Netto reconhece apenas suas duas filhas – uma natural, assumida em

⁶⁵² Fundo Requerimentos (escravos), Maço nº 83. AHRS.

⁶⁵³ A exceção se encontra em dois trabalhos, a dissertação de mestrado de Matheus Luís da Silva, que cita o documento de requisição de liberdade de Moisés, sem se aprofundar muito e a tese de doutorado de Daniela Vallandro de Carvalho, que analisa a trajetória de Moisés como um dos escravos que conseguiu sua liberdade naquele contexto. Carvalho também faz uma análise bastante interessante do recrutamento

testamento e a outra, fruto do casamento com a uruguaia Maria Medina Escayola. Mas seu requerimento foi deferido por Caxias muito rapidamente⁶⁵⁴, o que representa um reconhecimento das informações apresentadas no documento, especialmente a de que Moisés era ao mesmo tempo filho e escravo de Netto, o que coloca em xeque a suposição de que Netto fosse abolicionista. Ao que tudo indica, Moisés não só permanecia escravo como não recebera nenhuma regalia por ser filho do General, que não o reconhecia como tal⁶⁵⁵. Como demonstro adiante, a história de Moisés não se constituía numa situação fora de contexto.

Netto, durante a rebelião dos farrapos se mostrou um aparente entusiasta da República. As correspondências que trocou com Domingos José de Almeida antes e depois da Revolução o deixam claro⁶⁵⁶, especialmente aqueles em que discutia os editoriais do primeiro jornal farrapo, “O Povo”. Mas sua percepção do republicanismo estava marcada pela experiência platina, pela constituição de uma soberania das gentes em substituição a inexistência de uma soberania monárquica e pela prática política entrelaçada à liderança militar, enquanto Almeida almejava um republicanismo mais calcado no liberalismo norte-americano e de certa forma mais urbano, com uma arena baseada no debate público e não nas armas. E essa diferença era o que marcava inclusive os movimentos de Netto depois da Farroupilha.

Enquanto Almeida retornou para Pelotas e rapidamente se reinseriu na cena política se tornando voz ativa na opinião pública, Netto se retirou para o interior da campanha, declarando que a monarquia era incompatível com seus princípios⁶⁵⁷. Como veremos, essa postura se alterou ao longo dos anos que viveu no Estado Oriental. A partir do fim dos anos 1840, e mais especialmente depois do fim da Guerra Grande, Netto não se furtaria a buscar no Império o auxílio necessário, o que me faz crer que sua adesão ao republicanismo fosse um elemento discursivo de barganha. Quando recorrer ao aparato

escravo na Revolução Farroupilha. CARVALHO, Daniela V. *Op. cit.*; SILVA, Matheus L. *Trajatória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

⁶⁵⁴ Caxias expediu ordem em 31 de maio de 1845, escrevendo à margem do documento: “O suplicante pode considerar-se livre”. Seis dias depois, a alforria foi registrada no 1º Tabelionato de Porto Alegre. 1º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 12 de Registros gerais, Folha 110v e 111, APERS. In: CARVALHO, Daniela V. *Op. cit.* p. 168.

⁶⁵⁵ CARVALHO, Daniela V. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional - 1830-1850)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. p. 164-165.

⁶⁵⁶ CV 2225, 2250, 2366, 2497. Anais do AHR. Vol. 4.

⁶⁵⁷ DORATIOTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 88.

do estado monárquico lhe era interessante, Netto não deixou que seu republicanismo atrapalhasse a resolução de seus problemas.

Em busca de respostas para os boatos que corriam a campanha e chegavam ao Rio de Janeiro, a Porto Alegre e à Montevideú, o Império enviou Osório para visitar Netto, sob o disfarce de uma licença para cuidar de negócios. Esse pretexto nos revela um importante ponto. Osório era proprietário de uma estância no Arapehy e sua cobertura seria a venda e compra de gado em diferentes pontos do norte do país vizinho. Ao mesmo tempo que demonstra o papel dos estancieiros no mercado de gado, evidenciando uma prática comum, essa constatação permite perceber que não era possível enviar um mensageiro qualquer ao encontro de Netto, se o objetivo era a discrição. Além de ser alguém confiável ao Império e a Netto, o mensageiro tinha de se passar por um homem daquelas paragens facilmente, ou sê-lo, como Osório. Se a missão não fosse silenciosa, a posição de neutralidade do Império poderia ser comprometida ou pior, a mensagem de que o Império temia uma guerra com Oribe seria desastrosa.

Osório retornou no início de 1848 informando que Netto estava em sua estância apenas cuidando de seus negócios, embora seguisse amigo e compadre de Oribe, a quem respeitava muito⁶⁵⁸. Embora as referências sejam bastante divergentes, algumas indicando que Netto teria composto as forças de Caxias na campanha de 1851, algumas dizendo que ele não se envolveu no conflito, sempre de forma contundente, as fontes nos permitem ver uma atuação bem mais silenciosa. Em toda a documentação diplomática e de guerra encontrei, além dos já mencionados rumores, uma única outra aparição de Netto no contexto da Guerra Grande, a que transcrevo abaixo, um ofício reservado de outubro de 1849, enviado ao General Andrea pelo Comandante José Fernandes dos Santos Pereira.

Ilmo Exmo Sr.

Havendo encarregado muito reservadamente o Coronel Vargas de pesquisar sobre a vinda de armamentos, engajamento de emigrados, tive em resposta o ofício incluso; cumprindo-me acrescentar que quando Netto regressou do Buceo já era esperado em Bagé pelo Barão de Jacuí, Silva Tavares, Jeronimo Jacinto Pereira e os Irmãos, um cunhado do Silva e outros que tiveram um jantar a duas ou três léguas daquela Villa em casa de um F. Pereira, e houve quem ouvisse dizer o Silva, falando com Netto que ele havia andado enganado só nove anos. Deus Guarde a V^aEx^a.

⁶⁵⁸ IG¹ 179 – Série Guerra – Gabinete do Ministro. ANRJ.

Netto fora se encontrar com Oribe como muitos rumores anteviam. Em contrapartida também se reuniu para conversar com o grupo que organizava as *califórnicas*, antes dos primeiros manifestos do Barão do Jacuí, como os boatos opostos indicavam. A questão a ser observada se resume ao fato de que Netto não aderiu a nenhum dos dois lados. Se Netto tinha ou não oitenta, cem ou duzentos homens, nesse caso se torna irrelevante, ele não os levou a nenhum dos dois lados. Acredito ser mais plausível acreditar que o estancieiro tenha buscado realizar a mediação entre seus compatriotas e o presidente oriental, como alguém que de fato não estava diretamente interessado em uma solução específica e contava com a confiança das duas posições. Possivelmente pela mesma razão Netto não tenha se envolvido na campanha de 1851⁶⁶⁰, mesmo que nos anos seguintes da década de 1850 ficasse clara sua feroz oposição à política de Estado dos *blancos*. As relações pessoais mais uma vez se sobrepunham a questões políticas e acredito que se tratava de não fazer guerra a um amigo, no caso Oribe, muito mais do que não defender o Império. As manifestações de Netto nos anos logo posteriores ao fim da Guerra Grande mostraram que seu desacordo com o projeto político dos *blancos* era grande.

Netto era perigoso aos olhos do Império por motivos muito semelhantes àqueles que tinham tornado o Barão de Jacuí tão valioso naqueles anos finais da década de 1840. Netto era um famoso criador de cavalos, com contatos importantes nas províncias *litoraleñas* argentinas e possivelmente com ligações até o Paraguai. Como mencionei antes, durante a Revolução Farroupilha o General ficou famoso pela capacidade de saquear o inimigo e inimigos dos amigos platinos em busca de reses e montarias. Mas possivelmente foi sua condição de grande proprietário e criador que permitiu que Netto convertesse seu prestígio militar em patrimônio político de forma mais consistente. Em vários momentos dos anos 1850 a documentação dará conta de seu trânsito desde Tacuarembó até Pelotas, negociando gado e, me arrisco afirmar, apoio político, se transformando com isso de antigo líder rebelde da província em uma voz ativa e potente dos interesses dos estancieiros brasileiros no Estado Oriental.

⁶⁵⁹ Nota de 10 out 1849. Códice 309/4/23

⁶⁶⁰ Não encontrei registro que permita constatar qualquer presença de Netto em qualquer corpo militar, o que me leva a acreditar que as afirmações de sua participação na campanha de 1851 tenham sido feitas a partir de documentos que não consultei ou que haja alguma confusão sobre os dados.

Os indícios são muitos, mas creio que seja possível observar muitos dos aspectos da liderança de Netto num único episódio, relatado em 20 de dezembro de 1852, ocorrido nas imediações do Arroio Hospital. Numa petição oficial os súditos Francisco de Mattos e Antônio de Souza Netto, residentes em Tacuarembó, reclamavam sobre “arbitrariedades, violências e danos” sofridos em suas propriedades e nas vidas daqueles que viviam nelas. Essa petição oficial se transformou num dossiê volumoso enviado do Rio de Janeiro a Montevideú passando antes por muitas mãos, que foram agregando os documentos que forneciam detalhes e mais detalhes do ocorrido. Acredito que nesse caso particular eu precise descrever o documento, como parte da análise que permitirá o leitor acompanhar aquilo que me parece uma construção discursiva cuidadosamente articulada, produzida com a intenção de causar impacto no destinatário.

Logo após a pouco informativa abertura do dossiê, o primeiro documento anexo se trata de um ofício do Barão de Porto Alegre desde o Quartel General do Comandante de Armas em São Gabriel a Luiz Alves de Oliveira Belo, vice-presidente da Província, que se encontrava em Porto Alegre. Esse documento tem data anterior ao documento de apresentação, de 19 de outubro de 1852, corroborando a percepção de organização de um argumento, reforçada pelo seu conteúdo. Não seria nesse documento que o leitor encontraria a narrativa das ocorrências violentas. O Barão de Porto Alegre deixa claro, de forma enfática, os riscos de não atender os reclamantes.

[...] limitar-me-hei a declarar que, para evitar represálias e outras desagradáveis ocorrências que podem causar males incalculáveis, é de maior necessidade que se procure fazer cessar os abusos que de contínuo se estão praticando no mencionado Estado em prejuízo dos brasileiros ali estabelecidos e V.EX^a que perfeitamente conhece essa necessidade, resolverá a bem da pretensão de Francisco de Mattos, como julgar mais conveniente para que se obtenham os fins desejados.⁶⁶¹

Manuel Marques de Souza era homem de confiança do então Conde de Caxias, tendo sido designado no início daquele ano para comandar a divisão brasileira que lutou junto aos aliados contra Rosas na Batalha de Monte Caseros, que derrotou o governador de Buenos Aires. Também era o líder dos conservadores na província e crescera tanto na carreira política quanto na militar combatendo os farroupilhas. O fato de julgar como

⁶⁶¹ Fundo Relaciones Exteriores, Caja 1734. AGNUy.

necessidade imediata atender a uma reclamação do rebelde Netto indicava a seriedade do ocorrido e o prestígio do reclamante.

Depois dessa advertência o leitor encontra enfim a descrição do ocorrido. Francisco de Souza Mattos declarava, em 13 de outubro daquele ano, possuir uma propriedade nas proximidades do Arroio Hospital em Tacuarembó, no Estado Oriental do Uruguai e que esta propriedade vinha sofrendo, assim como muitas de sua vizinhança com o constante roubo de gado, além de lhe terem sido infligidos prisão domiciliar e assédio pelas autoridades locais. Esses dois últimos constrangimentos seriam abusos, frutos do desejo de vingança do chefe político, o Comandante Capitão Manoel Albano Rollano.

Segundo o relato de Mattos, haviam sido assassinados o irmão do Comandante, o Tenente Rollano e seus soldados de sua polícia quando roubavam gado – provavelmente apenas para a retirada do couro, dado que estes se encontravam limpos e separados. O Comandante, acusado de realizar inúmeras extorsões no uso de seu cargo político, teria prendido Mattos em sua casa, localizada a quatro léguas da invernada onde aconteceram os assassinatos, usando métodos alheios às leis para proceder a investigação como aponta:

[...] seria competente aquele Capitão, irmão do falecido, para instaurar o sumário com aquela inteireza e imparcialidade que as leis garantem em satisfação da justiça para o descobrimento do delinquente? Estaria por ventura habilitado a aplicar tormentas aos peões e escravos para jurarem aquilo que, distante da verdade, causarão remorsos em suas consciências? Dado mesmo a hipótese de sua cumplicidade em semelhante sucesso, seria admissível o sequestro a *fortiore* de seus bens, exercido ilegalmente por esfaimados abutres de uma autoridade subalterna que ligava ao finado Tenente?⁶⁶²

Mattos segue o relato dos danos: a prisão de um dos seus peões e tantos outros colocados no serviço da Fronteira do Jaguar, além de dois morenos – sim, escravos – de propriedade de seu pai, também levados. Fazendo um uso muito eloquente do vocabulário político e legal do período em todo seu relato, reivindicando as garantias do Direito das Gentes para com os súditos de nações amigas e deixando claro que sabedor do respeito às instituições do país que residia, Mattos demonstra que dominava os meandros das instituições a que recorreu. Ao mesmo tempo que questiona a integridade jurídica do

⁶⁶² Fundo Relaciones Exteriores, Caja 1734. AGNUy.

Comandante Rollano, ressaltando sua parcialidade na causa, alertando para seus procedimentos imorais no curso da investigação. Os assassinatos ficam num segundo plano da narrativa de Mattos, quase como se fossem apenas o pretexto para o Comandante Rollano realizar suas barbaridades e, como se não fosse relevante, em momento algum se aventa a possibilidade real de que o peão preso fosse culpado dos assassinatos. Uma narrativa cuidadosamente construída para tratar do ponto que interessava a Mattos, o da reparação dos danos que sofreu.

Esse documento foi acompanhado de um longo depoimento prestado por Antônio de Souza Netto ao Tenente Alcaide do 2º Distrito da 5ª Seção do Departamento de Tacuarembó. Netto se apresentou voluntariamente a autoridade que julgou competente para colher seu depoimento de forma oficial, o Dr. Daniel de Gomes Freitas, um advogado de família rio-grandense que havia se radicado em Tacuarembó e assumido funções políticas pequenas naquele distrito e posteriormente se tornaria Vice-Cônsul brasileiro. Ainda, levou consigo sete testemunhas que considerou idôneas. Os sete homens eram proprietários respeitáveis, como fica evidente pelo uso da partícula “Don” como referência antes de cada nome. Todos eram proprietários brasileiros constantes no RRNE de 1850, ou seus filhos, e na sua maioria possuíam propriedades acima de 10 léguas⁶⁶³. Mais uma vez, a construção do documento e das circunstâncias jurídicas envolvidas demonstra um grande conhecimento dos mecanismos institucionais.

Segundo Netto, seu cunhado e sócio – Francisco de Souza Mattos era casado com sua irmã, Bernardina de Souza Netto – teria sofrido situação desonrosa ao ter sua estância invadida pelo Capitão Rollano no meio da noite, forçando que ele e sua família, inclusive as mulheres não pudessem sair de casa por dois dias. Além dos mencionados peões e escravos levados, teriam sido levadas duas tropas de gado – uma de cinquenta e outra de vinte reses – além de cavalos, um terceiro moreno e os pertences pessoais do capataz Antonio Fagundez. Observe-se que entre as propriedades reclamadas estão escravos, mesmo que num número aparentemente pequeno. O detalhe, mais uma vez, se encontra na abolição da escravidão no Estado Oriental uma década antes e se considerarmos a confirmação de Oribe, seis anos antes. Novamente, a suposição de que Netto fosse abolicionista se torna pouco provável, diante não apenas da presença de escravos em seus negócios, mas da reclamação de sua devolução.

⁶⁶³ Na realidade, apenas um deles tinha o tamanho da propriedade ignorado no RRNE.

Netto ofereceu uma versão da história mais detalhada e coesa, explicando que tinha se ausentado para ir à Pelotas, tratar de negócios e que os soldados da tropa do finado Tenente Rollano teriam se aproveitado de sua ausência para atacar a propriedade de seu sócio, assim como faziam com as de muitos vizinhos, incluído o pai de Francisco, Antônio de Souza Mattos. Dois dias depois, quando retornara, Netto fora buscar esclarecimentos com o Comandante Rollano e este teria mentido, dizendo que as reses tinham sido abatidas com a autorização de Mattos e que nunca suas tropas haviam saqueado propriedades. Sem alternativa, ainda segundo seu depoimento, Netto levou seus homens até a propriedade do cunhado e libertou sua família com o uso da força.

Esse depoimento coloca duas questões interessantes. A primeira, ocorre quando se observa a afirmação que o Capitão Rollano se aproveitou da ausência de Netto para praticar aqueles atos, indicando que sua presença era respeitada, talvez por seu patrimônio político, talvez pela capacidade de mobilizar homens suficientes para persuadir o Comandante oriental a libertar Mattos, sua família e sua propriedade. A segunda se encontra na precisão maior com que aponta os danos sofridos na propriedade: Netto sabe quanto gado Mattos tinha e quanto foi levado, indicando uma certa intimidade com as posses do cunhado. O que nos leva a outro ponto, entender como os negócios de Netto se organizavam.

Mattos não era o único parente de Netto com propriedades em Tacuarembó. Florisbela de Souza Netto, seu irmão havia casado com uma irmã de Mattos de nome Rafaela, e vivia numa propriedade vizinha. Ainda, muitos de seus sobrinhos casariam entre famílias com propriedades importantes no Estado Oriental: Floriana, filha de Bernardina e Mattos casa com um Silveira Martins; Antonio Barbosa Netto, filho de seu irmão Domingos casa com uma filha de Faustino João Corrêa, que era sobrinho do Comendador Domingos Faustino Corrêa; e dois filhos de sua irmã Joaquina casam com familiares dos Brum da Silveira. O próprio Netto terá sua filha mais velha, Carolina Leopoldina casada com Bernardino Almeida Rodrigues Barcellos, filho do estancieiro Luís Rodrigues Barcellos, irmão dos charqueadores de Pelotas e tio da esposa de Domingos José de Almeida.

Essa malha de casamentos compunha uma intrincada rede que conectava muitos pontos de um lado a outro da fronteira. Para que essas relações se mostrassem vantajosas quando necessário, elas tinham de ser reiteradas e reforçadas muitas vezes. Algumas das famílias citadas tinham relação com o Netto desde sua infância no Povo Novo e arredores de Rio Grande e Pelotas. Outras, remontavam ao tempo em que tinha se fixado em Bagé,

logo antes da Revolução Farroupilha, além claro, dos contatos do período da rebelião. Os Brum da Silveira que se estabeleceram no Uruguai eram, assim como Netto, ex-farroupilhas que preferiram migrar depois da revolta e que tinham relação com sua família desde Rio Grande. E liberal como ele foi Gaspar Silveira Martins, que chegaria a se tornar Ministro da Fazenda em 1873, vindo de uma família que se fixara em Aceguá, bem próximo de Bagé.

Da mesma forma os proprietários que acompanharam Netto no seu depoimento deviam compor a rede de amizade e negócios que localmente permitia que ele enviasse tropas de gado a Pelotas. Para garantir que esses negócios funcionassem com efeito, Netto precisava se deslocar entre suas propriedades, as propriedades dos seus amigos e sócios e dali até Pelotas, provavelmente passando por Bagé, onde também mantinha negócios e amizades. Esse deslocamento frequente só seria possível se Netto pudesse estabelecer pessoas de confiança que ficassem no trato de seus negócios. Provavelmente esse fosse o papel de Mattos na sociedade com seu cunhado e, portanto, a diferença nos relatos dos danos fosse relacionada a parcela de bens de Netto que estivesse na propriedade.

O papel de Netto como importante estancieiro também compreendia sua atividade de negociante de gado. Certamente o repetido roubo de gado pelas tropas do Comandante Rollano devia diminuir a quantidade de reses disponíveis para a composição de tropas para serem vendidas nas charqueadas, justamente no momento em que os charqueadores aumentavam sua produção e garantiam a melhor safra desde muito e, portanto, o lucro nessa atividade prometia crescer. O assassinato do Tenente Rollano e de seus soldados deixava claro que o roubo de gado não seria tolerado nas propriedades daqueles que se associavam a Netto. Era um aviso geral, mas ao mesmo tempo um aviso bem específico ao novo governo oriental, que havia enviado Rollano, questão que retomarei mais adiante. Aqui cabe explicitar que a violência era arma usada tanto por brasileiros quanto orientais.

Não se tratava apenas de garantir bom curso aos negócios, mas a própria posição social e política do General, ao que me parece, tudo dependia da condição de criador e negociante de gado: as conexões com os charqueadores de Pelotas, que lhe garantiam boas vendas e com isso influência sobre os outros proprietários, especialmente os menores na campanha do Estado Oriental, eram ao mesmo tempo uma ligação importante com políticos da Corte. Eram os criadores menores, aqueles que criavam em pequenas porções ou em terras arrendadas e mesmo, peões que tinham rebanhos nas terras de seus patrões, que acabavam por engrossar as fileiras de homens que Netto poderia convocar em tempos de guerra e formar parte importante de seu cabedal militar. Ao mesmo tempo,

eram suas relações com militares importantes do Império que permitiam que ele pudesse mobilizar recursos que reforçavam seu poder na defesa desses outros criadores e de estancieiros de maior porte.

Usando dessas conexões, o primeiro receptor das reclamações sobre a situação de Mattos foi o Coronel Comandante da Fronteira de Bagé, Manoel Luís Osório. A primeira ação de Osório foi buscar esclarecimentos do Comandante competente no Estado Oriental, o Capitão Rollano, que recebeu seu pedido e mandou avisar que não responderia por não ter de dar explicações a uma autoridade estrangeira. Osório estava envolvido com outras reclamações de brasileiros, que como mencionei anteriormente, vinham sofrendo com uma série de ações que seguiam dificultando a passagem do gado e facilitavam a fuga de escravos no limite fronteiro do Cerro Largo e do Chuy. Ainda assim, encaminhou essas reclamações de forma conjunta, em notas que descreviam as situações de forma genérica, enquanto se dignou a escrever uma carta relatando sua intervenção infrutífera no caso de Mattos.

A relação de Osório e Netto não foi apenas de respeito militar e amizade. O fato de Osório servir na fronteira onde se encontrava parte das propriedades dos irmãos de Netto não deve ser negligenciado. Por maior que fosse a popularidade de Osório e seu cabedal político entre os liberais da região sul da província do Rio Grande do Sul, o episódio das *califórnicas* tornara evidente que o bom sucesso das ações de um Comandante de Fronteira dependia da adesão dos proprietários locais. O Barão do Jacuí não teria conseguido sucesso se não contasse com a simpatia dos habitantes daquela fronteira e Osório poderia tê-lo capturado antes dos acontecimentos de Catalán. Enfim, para Osório, manter boas relações com Netto enquanto estivesse na Fronteira de Bagé era especialmente importante. Para o Império parece ter se tornado primordial.

O dossiê segue com o endosso da documentação por outras autoridades. Caxias, que havia sido agraciado com o título de Marquês, escreve ofício pedindo que o Ministério das Relações Exteriores tome providências. Deputados provinciais e gerais, além do já mencionado Luís Alves de Oliveira Bello escrevem ao Ministro, assim como o superior imediato de Osório, o Coronel João Propício Mena Barreto. Esses documentos mais uma vez repetiam a questão de que a ofensa sofrida por Mattos e Netto demonstravam a necessidade de que o Império interviesse para cessarem os problemas na fronteira. Por fim, o Ministro Paulino José Soares de Souza remeteu o dossiê enviando uma ordem a Paranhos, Encarregado dos Negócios do Brasil em Montevideu para

proceder a uma reclamação oficial ao governo do Uruguai. Foi esse documento que encontrei no Archivo General de la Nación, em Montevideu.

Os rastros desse incidente haviam se apresentado na documentação do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul⁶⁶⁴ e do Ministério da Guerra no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro⁶⁶⁵, além de menções em outros documentos diplomáticos no Itamaraty⁶⁶⁶. Antes de ler o dossiê em Montevideu, contudo, apenas havia identificado que houvera um incidente envolvendo Francisco de Mattos e Antônio de Souza Netto e que esses súditos teriam sofrido profundas humilhações. Aliás, esse elemento esteve presente em todas as reclamações encaminhadas por Netto nos anos seguintes, a noção de que toda e qualquer violência que atingisse um dos seus era uma humilhação inaceitável. Mais do que crimes ou prejuízos, Netto reclamava em busca da reparação de um dano que atingia provavelmente seu maior patrimônio, sua reputação.

No conjunto de reclamações pendentes da Missão Saraiva exemplarmente se encontra a seguinte nota referente ao ano de 1855: “Asesinato del capataz de la estancia del brasileiro Antonio Netto, perpetrado por la comandancia de la policia de Lorena. El Ministro brasileiro reclamó el castigo del asesino em Abril de 1855. – Pendiente.⁶⁶⁷” Ao contrário de inúmeros outros casos no mesmo documento em que se nomeiam as vítima da agressão e assassinatos, neste caso, o nomeado foi Netto, o patrão, indicando que neste caso a relevância estivesse não na vida retirada, mas na ofensa sofrida. Certamente o fato de que Netto, naquele ano de 1864, foi a figura pública mais ativa na campanha política por uma nova intervenção na República Oriental do Uruguai permitiu que ele participasse da formulação das petições da Missão, com uma representação inclusa⁶⁶⁸. Essa condição começou a ser construída com o relato do caso de 1852.

A reclamação oficial enviada por Paranhos não recebeu a resposta desejada formalmente, somente uma contraversão dos fatos feita pelo Capitão Rollano, que afirmava que suas tropas não haviam realizado roubo algum, que o assassinato tinha sido sem motivo e que apenas prendera aqueles que participaram da matança. Ainda assim, a ação de Mattos e Netto foi bem-sucedida, gerando uma visita do próprio presidente do Estado Oriental aos principais estancieiros brasileiros em Tacuarembó em algum

⁶⁶⁴ Correspondência dos Governantes, Maço 21. AHRS.

⁶⁶⁵ IG¹ 185 vol. 1 – Série Guerra, Gabinete do Ministro. ANRJ.

⁶⁶⁶ Códices 221/3/11 e 310/1/1. AHI.

⁶⁶⁷ “Correspondência e Documentos Especiais relativos à Missão Especial do Conselheiro José Antonio Saraiva ao Rio da Prata em 1864”. Bahia: Tipografia do Diário, 1862. p. 05

⁶⁶⁸ Idem, p.02.

momento entre o fim de 1852 e o primeiro mês de 1853, segundo carta recebida Paranhos⁶⁶⁹.

Nesta carta, foram listados os proprietários visitados pelo presidente Juan Francisco Giró e se esclarece os motivos que o levaram a essa região. Tacuarembó havia se tornado um foco de insatisfação de onde partiam muitas queixas de súditos brasileiros, sendo intenção do presidente uruguaio “estabelecer conversações com os reclamantes para aparar possíveis arestas de opinião sobre as ações dos representantes do governo”. A lista dos estancieiros revela os movimentos que levaram suas reclamações a serem importantes: além de Netto e seu cunhado Mattos, foram visitados João Rodrigues da Rosa e José Maria Preto, que tiveram reclamações encaminhadas pelo Marechal João Frederico Caldwell, que se tornara o Comandante de Armas do Rio Grande do Sul e Felisberto Rodrigues e Lúcio da Rosa com queixas enviadas pelo Coronel João Propício Menna Barreto, Comandante do primeiro distrito da Fronteira de Bagé.

O bom encaminhamento pelo governo oriental das queixas desses súditos dependia das relações mais ou menos influentes que estes tinham dentro do Império, ao menos naqueles meses que se seguiram a derrubada de Oribe e Rosas. Ainda assim, a visita de Giró entrega o caráter político das queixas. No caso de Netto me parece bastante clara a necessidade do presidente *colorado* buscar um estreitamento de laços. A amizade com Oribe parece ser o motivo da inexistência de reclamações do estancieiro nos anos da Guerra Grande e pode ter sido o motivo de ter sido alvo dos ataques dos soldados dos irmãos Rollano, indicados pelo novo governo. Da mesma forma, Tacuarembó entre todos os departamentos do norte do Uruguai era o que concentrava a maioria dos grandes proprietários de terra e rebanhos, como apresentei no capítulo anterior, e ignorá-los certamente implicaria em dificuldades para estabelecer a paz.

A eficácia das reivindicações de Netto se encontra no que chamei de reclamações articuladas, qual seja, o mecanismo de agregar reclamações de outros proprietários – como o roubo de gado – e, através de um episódio de maior dramaticidade, acionar uma larga rede de relações. Podemos ver esse mecanismo claramente em ação no caso dos assassinatos na estância do Hospital, quando são acionados ao mesmo tempo dois Comandantes de Fronteira, o Comandante de Armas e o Presidente da Província, assim como deputados provinciais e gerais, e estes, por sua vez acionam Ministros brasileiros e até o Presidente do Estado Oriental. Obviamente, esse mecanismo só podia ser acionado

⁶⁶⁹ Fondo Relaciones Exteriores, fev 1852. Caja 1734 carpeta 2. AGNUy.

por alguém que possuísse uma posição forte dentro de uma rede de relações eficiente em relação ao objetivo. Netto contava com essas relações e principalmente com seu prestígio frente aos seus contatos.

Nos anos que se seguiram Netto se tornou um dos principais interlocutores dos problemas vividos pelos estancieiros brasileiros no norte uruguaio até o momento que, no início dos anos 1860, os *blancos* elegem Bernardo Berro presidente e recomeçaram a implementar o projeto de Estado Nacional que tanto desagradava aos brasileiros, com a proibição de contratos de peonagem com prazos maiores que seis anos e a anulação legislativa de vários pontos dos Tratados de 1852. Nesse momento uma ampla campanha pela intervenção em prol do *colorado* Venâncio Flores é desencadeada, com a participação de deputados sul-rio-grandenses, como Felipe Nery e o nome de Netto surge frequentemente nos jornais da Corte⁶⁷⁰.

Como apontei anteriormente, os senhores da guerra na fronteira dependiam de um determinado arranjo social e econômico para manter sua posição. As mudanças impulsionadas pelo governo de Berro, assim como a revisão das taxas sobre o *tasajo* platino nos portos brasileiros vinha enfraquecendo a posição dos produtores de charque de Pelotas. O mercado de gado no interior do Estado Oriental devia passar por uma reorganização graças ao aumento da produção em Montevideu e na província argentina de Entre Ríos, provavelmente criando novas possibilidades de negócios. A posição de um grande criador como Netto estava na sua capacidade de oferecer, entre outras coisas, negócios seguros e vantajosos, o que poderia mudar com a estagnação da produção das charqueadas brasileiras. Ainda, o problema da mão-de-obra seguia sendo uma constante, como tantos documentos apontam. Netto mobilizou toda a sua extraordinária rede de relações numa tentativa de manutenção de seu poder naquele contexto.

Ao mesmo tempo que Netto usufruía de relações privilegiadas com políticos da Corte, os anos que sucederam a visita de Giró a Tacuarembó frutificaram em boas relações com os *colorados*. Netto parece ter criado especial relação com Venâncio Flores, com quem, junto ao comandante Fidelis dividiria o comando das tropas ao sul do do Rio Negro na Guerra contra Aguirre. Seria também a confiança em Netto e a adesão brasileira à campanha no Uruguai em 1864 creditada a ele que permitiria que Flores levasse os orientais para dentro da Tríplice aliança.

⁶⁷⁰ Matheus Luís da Silva aponta em sua dissertação de mestrado 158 ocorrências entre 1850 e 1866 que mencionam Antônio de Souza Netto nos jornais da Corte presentes na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional. Dessas, 107 são dos anos entre 1863 e 1866. SILVA, Matheus L. *Op. cit.* p. 62.

No início dos anos 1860 os medos em relação ao republicanismo de Netto prevaleciam apenas nas falas de seus inimigos. Em muitos aspectos ele havia se tornado um defensor do Império, ainda que usasse a memória da secessão farroupilha como elemento importante de seu poder de barganha no jogo político monárquico. Netto havia estabelecido muitos aliados na Corte, se estabelecendo com interlocutor dos problemas dos estancieiros no Uruguai. Ângelo Muniz da Silva Ferraz havia sido presidente da província do Rio Grande do Sul entre outubro de 1857 e abril de 1859, exatamente quando houve a crise de superprodução do charque e os problemas dos estancieiros no Estado Oriental recomeçaram⁶⁷¹. Ferraz, então senador com uma promissora carreira na política imperial, recém chegado da Corte, teria escrito a muitos líderes locais da província de forma destacada a Netto⁶⁷². Parece vir desse período a relação que se tornaria fundamental para os desdobramentos dos anos 1860. Ferraz se tornaria em agosto de 1859 Ministro da Fazenda e se tornaria Ministro da Guerra em 1865.

Ferraz encontrou-se em meio a possibilidade do Império se ver de novo arrastado para um conflito no Estado Oriental quando estourou a Revolução de 1858 naquele país e buscou o auxílio dos vice-cônsules para encaminhar providências que garantissem a segurança dos brasileiros residentes no país vizinho. Como informou ao Encarregado dos Negócios, não conseguindo boas conclusões, precisou recorrer a outros meios.

Acusando a recepção do officio que V.Ex.^a se dignou dirigir-me em 24 de Dezembro do ano passado, no qual comunica as medidas que o Governo dessa República adoptou para prevenir a revolta que ahi ultimamente teve lugar, tenho a significar a V.Ex.^a que logo que tive conhecimento desses movimentos procurei pessoalmente providenciar sobre a segurança da fronteira e proteção das pessoas e propriedades dos Brasileiros residentes nesse Estado, prestando-me nessa ocasião o Cidadão Antônio de Souza Netto os mais relevantes serviços, não podendo o mesmo dizer dos Vice-Consules Brasileiros na Fronteira.⁶⁷³

Ferraz provavelmente precisou contar com Netto para evitar que brasileiros se envolvessem nessa revolta que se mostrou rápida e terrivelmente malograda. A intervenção de Netto neste caso, demonstra a influência que contava entre os proprietários

⁶⁷¹ SILVA, Matheus L. *Op. cit.* p. 77

⁶⁷² Edição de 5 ago 1858, Diário do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital BN. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-rio-janeiro/094170>> Acesso em 05 out 2015.

⁶⁷³ Códice A3-04. AHRS.

e sua capacidade de avaliar a situação política no Estado Oriental e certamente foi parte do que construiu seu prestígio junto a Ferraz, que se revelaria tão importante nos anos seguintes.

Os distúrbios que começaram em dezembro 1857 e seguiram pelo primeiro mês do ano de 1858 no Estado Oriental foram resultado de uma rebelião armada envolvendo líderes *colorados* de diferentes pontos do país, que se levantaram contra o governo eleito. Parte do acirramento de disputas entre as duas facções do país, a revolta foi sufocada com o que ficou conhecido como o Massacre de Quinteros, onde foram fuzilados todos os chefes derrotados presos, entre eles César Díaz – que voltara do exílio em Buenos Aires, onde tinha se dirigido para acompanhar Venâncio Flores, de quem era um dos principais apoiadores – e Manuel Freire, este último um dos *Treinta y Tres Orientales*. Ao todo 152 homens foram executados no Paso de Quinteros, sobre o Rio Negro, por ordem do presidente Gabriel Antonio Pereira, ele mesmo um dos pais fundadores do Estado Oriental.

Pereira passava por um momento complicado quando a rebelião se levantou. A tentativa de um governo conciliatório entre *blancos* e *colorados* apontava para se tornar uma experiência malograda, muito embora a morte de Oribe em novembro de 1857 e o afastamento temporário de Flores da política oriental – Flores se exilara na Argentina e prestava serviço lutando nas guerras contra os indígenas ao sul de Buenos Aires – parecessem constituir as condições perfeitas para a perspectiva que ficou conhecida como *fusionista*. A sangrenta finalização da revolta permitiu que Gabriel Pereira finalizasse seu mandato, mas não exterminaria com a rivalidade entre os dois grupos, que voltaria com toda carga nos anos 1860, com a eleição de Bernardo Berro e a oposição de Venâncio Flores desde o outro lado do Rio da Prata. Estava terminado o apartamento de Flores da política naquela que passara gradativamente a ser chamada nos documentos de República Oriental.

Nesses mesmos anos, Ângelo Muniz da Silva Ferraz estaria no centro da Corte, enquanto Netto estaria organizando forças para combater a política dos *blancos*, tanto metafórica quanto literalmente. Como bem apontou Matheus Luís da Silva, essa relação aparentemente insólita⁶⁷⁴ entre um conservador baiano monarquista e um liberal de veia republicana da fronteira esteve guiada pela solidez da convergência de interesses entre a Corte e os estancieiros, mais uma vez. O autor aponta ainda, para reforçar a questão da

⁶⁷⁴ SILVA, Matheus L. *Op. cit.* p. 81.

relevância das relações pessoais sobre as políticas, a ocasião do afastamento de David Canabarro do Comando de Uruguai, depois da invasão do cerco daquela vila pelos paraguaios. Quando Ferraz, então Ministro da Guerra precisa nomear alguém para o lugar de Canabarro indica o nome de João Antônio da Silveira, forte aliado e amigo de Netto.

Nesse sentido, a posição de Netto um pouco dentro, um pouco fora da política imperial era extremamente interessante. Canabarro tinha sofrido em sua relação com Ferraz o desgaste das muitas eleições apoiando candidatos liberais na província. Além disso, sua atuação política na fronteira, de alguma forma sempre duvidosa, além da relação próxima com Caxias, virtual candidato a pasta da Guerra, incomodava Ferraz. Na oportunidade em que o Ministro precisou de um culpado pela invasão, o encontrou em Canabarro, que não se furtou de devolver a acusação de negligência na defesa da fronteira ao Ministro quando apresentou sua defesa. Ao contrário de Netto que tinha construído sua trajetória estando apartado de cargos e funções no serviço do Império, Canabarro se reabilitara e colocara seu cabedal na dependência de seu posto.

As disputas locais não acabavam descoladas das afinidades políticas com o centro. Canabarro e Netto tiveram ao longo dos anos uma relação complexa, marcada por idas e vindas. Fizeram parte de grupos políticos distintos durante a Farroupilha e há crença entre parte da historiografia sobre a revolta de que Netto não tivesse gostado nem dos termos da pacificação nem da participação desleal de Canabarro no Massacre de Porongos. De toda forma, em alguns momentos dos anos seguinte houve aproximações.

Em 1862 ao menos, quando o General Netto usava de carga para exercer pressão sobre o Império para a resolução dos problemas dos brasileiros no Uruguai e ameaçava tomar a margem direita com quatro mil homens, afirmava estar contando com o apoio de Canabarro⁶⁷⁵. Porém, nos anos das Guerras contra Aguirre⁶⁷⁶ e do Paraguai, Netto e Canabarro trocariam reclamações de lado a lado, o primeiro reclamando que o segundo não dava proteção aos brasileiros na República Oriental; o segundo denunciando o uso de meios violentos que o primeiro usava para recrutar sua Brigada Voluntária⁶⁷⁷. De toda forma, em 1864, David Canabarro protegia bandos armados partidários de Venâncio

⁶⁷⁵ Correspondências caixa 33. AHRs.

⁶⁷⁶ Venâncio Flores invadiu o Uruguai iniciando sua “Cruzada Libertadora” em 1863. Em 1864, com o país imerso numa guerra civil, o mandato de Bernardo Berro expira. Na impossibilidade de realizar a eleição o Senado nomeia interinamente Atanasio Cruz Aguirre, que dirigia aquela casa legislativa, como presidente. Quando o Brasil invade o Uruguai, a Guerra é realizada contra o governo constitucional de Aguirre, muito embora o inimigo fosse Bernardo Prudêncio Berro.

⁶⁷⁷ SILVA, Matheus L. *Op. cit.* p. 84-86.

Flores em suas terras na fronteira⁶⁷⁸. Ao menos no que se referia a fazer guerra contra Aguirre, Netto e Canabarro estavam do mesmo lado.

A situação deteriorou bastante do ponto de vista diplomático com a transformação dos eventuais ataques a brasileiros numa onda acentuada que contava com o acobertamento das autoridades do governo de Berro. Em 1863 a estância do irmão de Netto no Hospital foi atacada⁶⁷⁹. A campanha pela guerra insuflava os ânimos na Corte⁶⁸⁰. Felipe Nery, estancieiro com terras em Uruguaiana e deputado geral pelo Rio Grande do Sul, declarava-se representante do General Netto e dos estancieiros no Estado Oriental e proferia discursos inflamados exigindo a guerra⁶⁸¹. A ele se juntavam Gaspar Silveira Martins e Félix da Cunha. Esses dois últimos, segundo Jonas Vargas,

[...] juntaram-se ao brigadeiro Manoel Luís Osório e, na Corte, foram reclamar do mesmo. Na cúpula do poder imperial, eles tinham como aliados os deputados José Bonifácio e Francisco Brusque (rio-grandense, ex-ministro da Guerra e também pertencente a uma família de charqueadores), e os deputados Francisco Otaviano e Martinho Campos, como o próprio Felix da Cunha declarou em uma missiva de julho de 1864 ao General David Canabarro. Este, na sua estância na fronteira, acompanhava tudo numa intensa circulação de cartas que tinha nos charqueadores Domingos Almeida e Manoel Lourenço do Nascimento (este também deputado provincial) alguns de seus informantes. Portanto, este grupo de políticos e proprietários exerceu constante pressão política nos bastidores da Corte ao longo dos meses que antecederam à intervenção militar do Exército Brasileiro no Uruguai em 1864.⁶⁸²

O papel destacado de Netto nessa campanha, não pode ser medido apenas pela sua constante menção nos jornais cariocas, ou pelos discursos de Felipe Nery. Netto teria ido até a Corte como porta-voz dos 40 mil brasileiros que viviam no Estado Oriental e que sofriam então com as tropelias dos *blancos*⁶⁸³. Numa audiência com líderes políticos da

⁶⁷⁸ Avisos do Ministério de Estrangeiros, B.1.0.32. AHRS

⁶⁷⁹ *Idem*.

⁶⁸⁰ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 47.

⁶⁸¹ CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 159.

⁶⁸² VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. p. 316.

⁶⁸³ GUAZZELLI, Cesar Augusto B. "A Guerra do Paraguai e suas implicações na história e na sociedade da Bacia do Prata." In: *Anais do I Encontro de História Brasil-Paraguai*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2002, p.299-351.

Corte teria afirmado que se o Império não avançasse na intervenção contra Aguirre, os rio-grandenses o fariam por sua conta, iniciando uma nova secessão, retomando a ameaça de 1862 e com ela a memória do decênio farroupilha. A barganha política foi lançada e aceita pelo Império, que também tinha interesses a defender no Prata.

Em abril de 1864 o Conselheiro Saraiva chegava a Montevideú em sua missão, que foi rejeitada por Aguirre, que devolveu o documento com as reclamações dos brasileiros, argumentando que não era digno de constar nos arquivos daquela nação. Em setembro as tropas imperais marcharam fronteira do Estado Oriental adentro, no que ficou conhecido como a Guerra contra Aguirre. Em seguida, Solano Lopez, aliado dos *blancos* prendeu o vapor Marquês de Olinda de nacionalidade brasileira e em dezembro invadiu o Mato Grosso. Estava iniciada a guerra com o Paraguai.

Conclusão

Em 1919 Baltasar Brum Rodríguez chegava a presidência do Uruguai. Nascido nas costas do Arroio Catalán, no atual departamento de Artigas, Baltasar era neto do brasileiro Baltasar Brum da Silveira, que estava listado no RRNE como proprietário da estância onde seu neto nasceu. Brum da Silveira fora um dos rebeldes farroupilhas que resolveram, ao fim do conflito se transferir completamente para o Estado Oriental e que reclamou das ações dos *blancos* no fim dos anos 1840 como súdito do Império. Como muitos proprietários, Baltasar, o avô, tinha origem açoriana e observar sua ascendência permite acompanhar o movimento migratório que levou a ocupação do norte uruguaio por tantos luso-brasileiros na primeira metade do século XIX. Seus pais migraram de Rio Grande para Canguçu e ele, dali para o norte do então departamento de Salto. Sua esposa, descendente de açorianos também, nascera em Tacuarembó, filha de um casal que migrara de Mostardas e do Estreito. Na metade do século XIX, o casal fazia parte daquela comunidade de súditos do Império que tinha estâncias no Estado Oriental. No espaço de duas gerações essa família aderiu à nacionalidade uruguaia e optou por dirigir seus anseios políticos para Montevideú, ao invés do Rio de Janeiro.

Entender essas transformações não foi objeto deste trabalho. A intenção ao observar a trajetória dos Brum da Silveira é a de alertar a um dos questionamentos que permeou essa tese, o de entender quais os motivos que levavam os estancieiros brasileiros a não assumirem nas duas ou três décadas que se seguiram ao Tratado Preliminar de Paz da Cisplatina a identidade de cidadãos do país em que viviam. A possibilidade existia. O que espero ter demonstrado aqui eram que as estratégias de negócios e das relações sociais levavam esses indivíduos a se manterem sob a identidade de brasileiros, e o quanto essa condição era conjuntural.

Os anos 1850 trouxeram ao Brasil a tradução em legislação das transformações profundas relacionadas ao acesso a terra, a escravos e outras formas de produção de riqueza. Ao mesmo tempo, no Estado Oriental a emergência de projetos que buscavam o desenvolvimento de uma “indústria nacional” que permitisse aquele país se manter economicamente de forma autônoma levavam em frente o processo que se iniciara com

a derrota da Cisplatina e que ao longo do restante do século resultariam na separação econômica dos mercados de gado da região. Com o fim da Guerra do Paraguai e o aumento nos investimentos estrangeiros na produção pecuária do Uruguai, a crise das charqueadas de Pelotas a partir dos anos 1880 e a instalação deste tipo de estabelecimentos em outros pontos geográficos, paulatinamente aconteceu uma reorganização do mercado de gado das estancias do norte do Uruguai, que reorientaria os interesses dos estancieiros nas primeiras décadas do século XX.

O lento processo de modernização da pecuária, que no sul do Uruguai começara ainda na década de 1860 com a introdução de matrizes importadas, mais produtivas, só chegaria ao norte na virada do século. A persistência da produção extensiva, de caráter mais tradicional estava intimamente ligada a presença dos brasileiros, estancieiros rio-grandenses na região. Eles seguiam sendo a maioria dos proprietários na fronteira: em 1888, 82% das propriedades do departamento de Rivera era de brasileiros, em Artigas, 68%, Cerro Largo contava com 64% e em Salto e Tacuarembó, tinham respectivamente 52,5% e 55,6% das estâncias. Em Rocha e Treinta y Tres um quarto dos proprietários era rio-grandense⁶⁸⁴.

Contudo, o impacto de sua presença não podia ser contada mais sobre uma campanha despovoada, para onde tinham “transportado fortunas para povoar deserta e inculta campanha” como dissera o Barão do Jacuí em 1848⁶⁸⁵. Em Artigas, o departamento que comportava a região entre os rios Quaraí e Arapehy os brasileiros eram apenas 18,89% em 1890, no entanto, realizavam 60% das inversões. Ainda que o contexto fosse outro, os estancieiros brasileiros seguiam sendo a elite produtiva da campanha norte. E suas ligações seguiriam fortes com o Rio Grande do Sul até ao menos a Revolução federalista de 1893, quando os opositores de Júlio de Castilhos utilizavam suas propriedades e contato no Uruguai para suprir logisticamente o movimento.

Gaspar Silveira Martins, um dos principais líderes federalistas, foi um deles. Nascido na estância de seu pai, em Asseguá, a poucos quilômetros da fronteira brasileira, Silveira Martins optou por fazer toda sua carreira política no Império. Graduado em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo em 1856, foi exercer a advocacia no Rio de Janeiro. Em 1859 atuou como Juiz Municipal no Rio de Janeiro. Na Província do Rio

⁶⁸⁴ SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício. “Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX”. In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004. p. 142.

⁶⁸⁵ Petição sem data, localizada nos registros dos anos de 1847-1848. Códice 309/4/23 – AHI.

Grande do Sul atuou na criação do Partido Liberal Histórico. Nas eleições para a Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul foi eleito Deputado, assumindo o cargo em 1862 e sendo um dos principais articuladores da campanha política pela intervenção em favor de Venâncio Flores. Entre 1872 e 1879 foi Deputado Geral e Ministro da Fazenda do Império em 1878, e entre 1880 a 1888 atuou como Senador. Em 1889 assumiu a Presidência da Província do Rio Grande do Sul. Com a proclamação da República em 1889 Silveira Martins foi exilado na Europa, onde permaneceu por dois anos. Em 1892, com o seu retorno ao Rio Grande do Sul, ex-liberais e dissidentes republicanos organizaram o Partido Federalista. As profundas divergências com o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que estava no poder, levaram à Revolução Federalista, entre 1892 a 1895⁶⁸⁶. Aliados a Silveira Martins estavam duas figuras imponentes naquele contexto fronteiriço: Joca Tavares e Gumercindo Saraiva.

João Nunes da Silva Tavares, era um militar experimentado nas campanhas platinas. Sentara praça logo antes da eclosão da Revolução Farroupilha e tinha participado da Campanha contra Oribe, da Guerra contra Aguirre e da Guerra do Paraguai. Nesta última teve atuação destacada, participando da perseguição e morte de Solano Lopez, o que lhe rendeu no retorno o título de Barão do Itaqui e o posto de Brigadeiro honorário do Exército. Retornou a Bagé, onde chefiou o Partido Conservador até 1889. Depois de servir sob o comando de Deodoro da Fonseca, Joca Tavares renunciou ao seu título nobiliárquico e se declarou republicano. Quando participa da fundação do Partido Federalista, Joca Tavares e Silveira Martins realizam uma união insólita anos antes, especialmente se considerado que por décadas ambos disputaram em lados opostos – o primeiro pelos conservadores, o segundo pelos liberais – desde a mesma Bagé o eleitorado. Seu prestígio no cenário político nacional era grande, tanto que foi apontado como o representante dos rebeldes nas negociações de paz estabelecidas pelo governo federal de Prudente de Moraes.⁶⁸⁷

Gumercindo Saraiva e seu irmão Aparício Saraiva podem ser descritos como os dois caminhos possíveis para os filhos dos proprietários brasileiros no Uruguai. Seus pais possuíam estância em Santa Clara, departamento de Cerro Largo, onde viviam e onde ao

⁶⁸⁶ ROSSATO, Monica. “Fronteira, família e poder: a construção da trajetória política de Gaspar Silveira Martins”. *Anais eletrônicos SNH-ANPUH*. Florianópolis, UFSC, 2015.

⁶⁸⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário Político do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulani Letra&Vida, 2010. p. 24.

menos Aparício teria nascido⁶⁸⁸. Ambos, desde muito cedo se juntaram às hostes *blancas* do Partido Nacional, participando do levante de 1875. Gumercindo emigrou para Santa Vitória do Palmar em 1881 se instalando na estância do Curral dos Arroios. Aí começou sua trajetória política no Império, se ligando ao Partido Liberal. Ao mesmo tempo, Aparício seguiu com suas atividades pecuárias e com o comércio de tropas de gado até Montevidéu e sua participação entre os *blancos*. Os irmãos se apoiavam mutuamente de lado a lado da fronteira, o que só viria a terminar com a morte de Gumercindo durante a Revolução Federalista. Nos anos seguintes, Aparício Saraiva liderou o comando militar dos *blancos* em revoltas contra o governo *colorado* de Idiarte Borba⁶⁸⁹.

Com os Brum da Silveira não foi diferentes Além de Baltasar Brum Rodríguez, seu irmão Alfeo, foi vice-presidente do Uruguai. Ambos se alinharam no Partido *Colorado*, então dirigido por José Batlle y Ordóñez, que derrotou Aparício Saraiva em 1904. Os filhos e netos dos brasileiros que dominavam a propriedade da terra e a produção pecuária no norte do Estado Oriental em meados do século XIX seguiriam compondo a elite, dominando a economia e a política, contudo o período das intervenções do Estado brasileiro no país vizinho tinha se encerrado.

Essa foi a chave interpretativa que busquei apresentar nesse trabalho. As diferenças entre ser cidadão do Estado Oriental do Uruguai e súdito do Império do Brasil nos anos 1850 e 1860 começavam na organização política de cada uma daquelas nações. O Império, herdeiro da estrutura colonial portuguesa e da tradição monárquica, prezou pela manutenção de instituições muito caras aqueles estancieiros. A República oferecia um sistema político conturbado e eivado de disputas, que inclusive resultariam na abolição de estruturas coloniais. O que no Império se transformava num tempo alargado, com um ritmo marcado pela resistência e manejo das elites locais, no Estado Oriental se precipitava conforme as disputas internas exigiam.

As reclamações dos estancieiros estabelecidos no Estado Oriental mostram diferentes momentos desse movimento. O primeiro deles, quando do conturbado processo de recrutamento militar de negros livres e escravos começa em 1842 na capital defendida pelos *colorados* e se estende a campanha no ano seguinte. Depois, quando os *blancos* fazem sua própria legislação de abolição, estendendo a libertação dos escravos à

⁶⁸⁸ O local do nascimento de Gumercindo é controverso. Seu batizado foi em Arroio Grande, mas seus pais já estavam radicados no Uruguai. Ainda, o fato de todos os seus irmãos terem nascido em Cerro Largo, costuma suscitar mais dúvidas.

⁶⁸⁹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. cit.* p. 190

campanha. Esse foi o momento das grandes discussões diplomáticas sobre o direito de propriedade e a condição da nacionalidade. Nos discursos de lado a lado foi possível observar quais os tons que a nacionalidade assumia como parte da cidadania a ser exercida, aquela que construía a pátria. Para os orientais, com um país a construir, a nacionalidade vinha do esforço em pegar em armas, em defender a pátria com a vida, especialmente para aqueles que antes da abolição não eram cidadãos. Os empenhos exigidos daqueles que acediam a nova condição deviam ser tão maiores quanto a liberdade que recebiam da pátria.

Para os súditos do Império o lugar da nacionalidade era o lugar da proteção do patrimônio, sendo esse o fundador da cidadania. Possuir era caracterizador do cidadão. O Império era o lugar onde a propriedade era garantida: escravos, terras concedidas durante a Cisplatina, a regularidade dos registros, tudo permitia uma maior chance de manutenção do patrimônio. Do Império também vinha o sistema produtivo extensivo empregado nas estâncias e para o Império ia a produção, através das sólidas relações de comércio estabelecidas com laços de parentesco, amizade e política.

Nesse mundo em transformação, a resistência buscava manter os laços que constituíam os espaços de poder e a legitimidade dos indivíduos em ocupa-los. Pensando nas contribuições recentes ao debate sobre as relações entre o público e o privado na política do Império, concentradas em análises mais específicas que as abordagens macroestruturais que predominavam até pouco mais de uma década, rompendo com alguns dos lugares-comuns repetidos sem comprovação empírica, ou baseados em pesquisas, que apesar de sua parcialidade, se pretendiam como explicações completas⁶⁹⁰, busquei dar minha contribuição. Creio que a análise das formas de articulação política em nível local, regional e nacional de diferentes sujeitos daquela fronteira aponta para uma percepção menos simplista da atuação dos homens daquela elite.

Romper com a dualidade entre rural e urbano foi o primeiro ponto. Compreender que os meios de articulação política desses estancieiros não se davam apenas por uma cultura das armas, que necessariamente excluiria o uso de expedientes mais “letrados”, permite observar como através de redes bem articuladas os pecuaristas estabelecidos na campanha também atuavam frente à formação da opinião pública. Ao mesmo tempo, observar como o uso das armas no Estado Oriental não significou a exclusão de

⁶⁹⁰ CUNHA, Alexandre Mendes. “Patronagem, Clientelismo e Redes Clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira.” In: *História*. São Paulo, v.25, n.1, p.226-247, 2006

mecanismos institucionais, mas de fato, foi parte de um conjunto que objetivava a construção de um monopólio da ordem e da legalidade permite romper com a tradicional visão dos caudilhos como homens bárbaros, sem nenhum desenvolvimento intelectual. A guerra civil no Estado Oriental, assim como o período pós-revolucionário na Argentina, foi o momento de constituição de uma nova institucionalidade estatal, onde o uso das armas compartilhava espaço com um amplo processo que buscava a regulação legal dos novos Estados. Na maior parte das vezes as duas dimensões seguiram em colaboração e não em conflito como presumia a historiografia mais tradicional. Acho que esforços mais apurados sobre temas como a construção da fiscalidade e a regulação da propriedade têm produzido avanços interessantes sobre a organização da política no mundo platino.

Da mesma forma, estabelecer a compreensão de que as alianças políticas nesse espaço fronteiriço e transnacional eram conjunturais não significa reduzir as possibilidades de debate sobre os temas mais caros aos projetos nacionais daqueles sujeitos. Ao dissolver a afirmação clássica de que brasileiros eram aliados dos *colorados* e inimigos dos *blancos* meu objetivo não foi o de mostrar um uso sempre utilitário das alianças, mas alertar para a complexidade envolvida nessas relações. Se de um modo geral os *colorados* favoreceram a atuação dos estancieiros brasileiros desde a primeira presidência de Rivera, ou mesmo antes, quando este servia ao comando de Lecor na Cisplatina, a abolição de 1842 foi um golpe duro para os súditos do Império. Assim como, muitos oficiais brasileiros na fronteira compreendiam o esforço dos *blancos* nos anos finais da década de 1840 em deter o contrabando como a legítima atuação de autoridades de fronteira, recriminando a ação dos brasileiros que acreditavam poder passar seu gado livremente. Nenhuma aliança era uma adesão completa e isenta de crítica ao aliado e por isso mesmo, as relações entre os sujeitos na fronteira e destes com os centros de poder precisavam ser periodicamente renovadas e reorganizadas.

Da mesma forma, os grandes líderes da fronteira e a Corte nem sempre se alinhavam em relação a ação no Estado Oriental e a validade dos recursos também era determinada conjuntamente. Enquanto a ação autônoma do Barão do Jacuí significou seu desprestígio e sua restrição aos postos de poder da política monárquica, para Antônio de Souza Netto foi o caminho para a construção de prestígio na Corte. Um prestígio temeroso, marcado pela desconfiança, mas eficaz do ponto de vista da capacidade de reprodução de sua condição. Do ponto de vista da eficácia sobre as reivindicações de intervenção no Estado Oriental, tenho que ressaltar que as duas estratégias foram

vitoriosas, o que, como demonstrei teve uma relação muito mais próxima com uma conjuntura que propiciava a confluência de interesses entre a fronteira e a Corte.

Esses momentos de confluência explicam muito do jogo político monárquico. Ao contrário da ideia muitas vezes propalada de caixa de ressonância, em que os eventos violentos da fronteira obrigariam o Império a agir no interesse desses estancieiros, ou da percepção mais tradicional ainda, de que o Império mobilizaria os senhores da fronteira para defender seus interesses no Prata, compreender que muitas vezes os interesses do centro de poder e da periferia eram confluentes permite observar os fluxos que assumiam os debates políticos e suas consequências. Também mostra que as elites regionais não eram forças apartadas do Império, mas que essas diferentes escalas de atuação política – a local, a regional e a nacional – podiam ser transitadas por sujeitos particulares e por interesses comuns, tornando a execução da política monárquica um organismo dinâmico e bem articulado.

Os homens da fronteira, tanto da Província do Rio Grande do Sul, quanto do Estado Oriental lidavam com esses recursos na construção de seus pleitos. Construir um sentido de comunidade para esses homens passava por garantir a confluência local dos interesses a serem demandados. Essa construção não foi simples e na verdade só foi possível pela intensificação da ação dos *blancos* sobre o trânsito de gado no momento em que o prolongamento da guerra os asfixiava, reduzindo os espaços de manobra que permitiam evitar o atrito com os estancieiros brasileiros.

Articular esses interesses “comunitários” com a elite regional significava observar como na construção dessa relação era possível constituir prestígio, status, ao mesmo tempo em que se beneficiava o outro lado. O ponto de encontro dos estancieiros com o restante da hierarquia social da Província do Rio Grande do Sul se dava no mercado de gado. Comerciantes de grosso e charqueadores dependiam da produção dos estancieiros do Estado Oriental, enquanto, como vimos, muitos estancieiros dependiam das relações privilegiadas que assumiam na intermediação de tropas de bovinos para manterem seu poder no nível local. Era essa relação, reforçada pelos laços de parentesco e por repetidas alianças políticas que mantinham os três setores – nem tão separados e delimitados – que permitia que os interesses confluíssem. E vai ser a desarticulação desse mercado nas seis décadas seguintes que vai impactar naquela reorganização que aponte a pouco.

As maiores confluências talvez tenham sido aquelas realizadas com o centro de poder. Nas duas intervenções – em 1851 e em 1864 – a sobrevivência de instituições nacionais estava em jogo. Na primeira, se tratava de prolongar a escravidão que, muito

embora se soubesse não poderia persistir eternamente por toda a conjuntura internacional, era a marca da organização social do Império. Tanto os signos de maior prestígio, quanto os de maior demérito estavam ligados à sua existência na sociedade imperial. Permitir que a fronteira mais povoada do Império se encontrasse aberta e desprotegida para a fuga era admitir a ineficácia do poder senhorial. Por sua vez, em 1864, se tratava de impor a própria soberania da nação brasileira num contexto em que o Império iniciava a decadência desse modelo de nação, baseado na escravidão, na grande propriedade e no protagonismo intervencionista no continente. A questão se tratava de transformar os problemas da comunidade em oportunidade da nação e vice-versa.

A impossibilidade desses arranjos políticos se repetirem nas décadas seguintes foi sintoma de mudanças locais, como a reorganização da produção de gado, através da modernização das matrizes; regionais, com a crise das charqueadas de Pelotas e a reorientação da elite que havia consolidado seu patrimônio econômico e político depois da Campanha contra Oribe para outras atividades; e nacionais, com o fim da monarquia, a ascensão da República e todas as transformações econômicas e sociais que acompanharam a virada para o século XX. Muito embora a comunidade de descendentes de brasileiros no Uruguai atualmente siga com uma identidade muito forte e sua presença ainda seja marcante no norte do país, sua intervenção política de forma organizada se encerra com o século XIX.

Fontes Primárias:

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Fundo Autoridades Militares. Maços 144 a 143.

Fundo Correspondência das Câmaras Municipais.

Jaguarão.

Alegrete.

Santana do Livramento.

Uruguaiana.

Pelotas.

Fundo Correspondência dos Presidentes da Província. Maços 18 a 33.

Avisos do Ministério do Estrangeiro. Códices B.1-027 a B.1-30.

Fundo Estatística. Documentação Avulsa. Maços 1 e 2.

Fundo Relatórios e Falas dos Presidentes da Província. A.7-01 a A.7-08.

Fundo Secretaria de Governo. Maços 1 a 3.

Coleção Varela.

Diversos, Maço 66, Lata 77.

Anais do AHRS. Volumes 3, 4 e 18.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Inventários *post-mortem* de 1845 a 1871.

Comarca de Pelotas – Vara Cível. 006.101 a 006.103; 006.510.

Comarca de Rio Grande (Pelotas) – Vara de Sucessão e Família. 006.392 a 006.408

Comarca de Rio Grande – Vara Cível. 006.018 a 006.019

Comarca de Piratini (Jaguarão) – Vara de Família e Sucessão. 008.32 a 008.046

Comarca de Piratini – Vara Cível. 008.001

Comarca de Bagé – Vara de Sucessão e Família. 010.283 e 010.0284

Comarca de Santana do Livramento – Vara de Sucessão e Família. 071.165; 166.142

Comarca de Alegrete – Vara de Família. 009.165 a 009.181

Arquivo General de La Nación, Uruguai

Fundo Ex-Achivo e Museu Historico Nacional.

Padrones de Maldonado, Durazno y Cerro Largo.

Archivo Andrés Lamas, Actuación Diplomática. Tomos VII e VIII.

Fundo Relaciones Exteriores. Cajas 1732 a 1736.

Documentos Ministro Plenipotenciario en Rio de Janeiro. Cajas 1718 a 1722.

Fundo Ministerio de Guerra. Cajas 1373 a 1386.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Coleção Cisplatina. 20.979 a 20.980.

Coleção Caxias. 18.805; 18.811

SDE 001. Códices 926; 929; 1050; 87; 547; 665; 926; 1017; 291 a 294; 551; 276 a 278; 50.

Série Guerra, Gabinete do Míntro. IG¹ 316; IG¹ 178 a 193; IG¹ 274; IG¹ 281.

Série Justiça. IJ¹577 a 585.

Arquivo Histórico do Itamaraty

Ofícios de Missões Diplomáticas Brasileiras

Códices:

221/3, volumes 02 a 14

221/4, volumes 01 a 13

222/4, volumes 02 a 15

242/1, volumes 15 a 17

Ofícios de Repartições Diplomáticas

Códices:

241/4, volumes 06 a 12

238/3, volumes 01 a 04

256/3, volumes 12 a 17

Autoridades Regionais

Códices:

309/4, volumes 23 e 24

309/1, volumes 01 a 06

309/2, volume 12

310/2, volume 12

310/3, volumes 01 a 09

Notas de governo a governo

Códices:

278/2, volume 14

278/3, volume 06

Representação Estrangeiras no Brasil – Uruguai

Códices:

289/4, volumes 15 a 19

290/1, volumes 01 a 03

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Sessão de Manuscritos, Documentos Biográficos

Hemeroteca Digital: Jornais Diário do Rio de Janeiro e O Brado do Sul.

Biblioteca Nacional do Uruguai

Sessão de Documentos e Tratados Diplomáticos: Impressos

Documentos da Missão Saraiva.

Bibliografia:

ACOSTA Y LARA, Eduardo, *La guerra de los charrúas en la Banda Oriental*. Montevidéo: Impresores A. Monteverde. 1969.

ACRUCHE, Hevelly. *Escravidão e liberdade em territórios coloniais: Portugal e Espanha na fronteira platina*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2013.

AITA, Edsiana Belgrado. *"Entre a lagoa e o mar": propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800 – 1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ALJANTI, Daniel (org.) *Cerro Largo. Publicaciones Periódicas del Uruguay*. Montevidéo: Nuestra Tierra, 1970.

ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio C. J. (org.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALMEIDA, Paulo Roberto. "A diplomacia financeira do Brasil no Império." *História Econômica & História de Empresas*, vol. 4.1 (2001)

ALONSO, Rosa; SALA DE TOURON, Lucia. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco*. Tomo I: Economía; Tomo II: Sociedad, Política e Ideología. Montevidéo: Ediciones de La Banda Oriental, 1986; 1991.

AMBROSINI, Diego R.; NUNES, Gabriela F. "Os debates sobre a organização do Estado e do Poder Moderador no Segundo Reinado." In: MOTA, Carlos Guilherme; NUNES, Gabriela Ferreira. *Os juristas na formação do Estado-Nação brasileiro (de 1850 a 1930)*. São Paulo: Saraiva, 2010.

ANDRADE, Marcos Ferreira. “Rebelião escrava e política na década de 1830: O impacto da Revolta de Carrancas”. *Anais eletrônico do 6º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. UFSC, 15 a 18 de maio de 2013.

ANDREWS, G.R. *Los afro-argentinos de Buenos Aires*. Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1989.

ARAÚJO, Tiago Leitão. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

AROCENA, Fernando. *Regionalización cultural del Uruguay*. Montevideo: UDELAR/Dirección Nacional de Cultura, 2011.

AZUA, Carlos Real. *El patriciado uruguayo*. Montevideu: ASIR, 1961.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblio, 1985.

BARRÁN, José Pedro; NAHÚN, Benjamín. *Bases Económicas de la Revolución Artiguista*, 1972.

BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco. (1839-1875)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1988.

BARRENECHE, Osvaldo. *Crime and the Administration of Justice in Buenos Aires, 1785-1853*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2006.

BARRIOS PINTOS, Aníbal. *400 años de historia de la ganadería en Uruguay*. Montevideu, Ediciones de La Banda Oriental – Cruz del Sur, 2008.

_____. *Historia de los Pueblos Orientales*. Montevideu: Academia Nacional de Letras, 2000.

BARSKY, Osvaldo; DJENDEREDJIAN, Julio. *Historia del capitalismo agrario pampeano. La expansión ganadera hasta 1895*. Buenos Aires: Universidad de Belgrano/Siglo XXI, 2003.

BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system (1850-1920)*. Standford: Standford University Press, 1998.

BENTANCUR, Arturo; BORUCKI, Alex; FREGA, Ana (org.). *Estudios sobre la cultura afro-rioplatense*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004.

BENTON, Lauren. “The Laws of This Country”: Foreigners and the Legal Construction of Sovereignty in Uruguay, 1830-1875. In: *Law and History Review*, vol19, n.3, p.479-511, 2001.

BERTINO, Magdalena; MILLOT, Julio. *Historia Económica del Uruguay*. Tomo I: Desde los orígenes hasta 1860. Montevideú: Fundação de Cultura Universitária, 1991.

BERTRAND, Michel. “De la familia a la red de sociabilidad.” *Revista Mexicana de Sociologia*, vol. 61, n. 2, 1999.

BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: da Independência a 1870*. Vol. 3. São Paulo: Edusp, 2004.

BORUCKI, Alex. *Abolicionismo y tráfico de esclavos em Montevideo tras la fundación republicana (1829-1853)*. Montevideo: Biblioteca Nacional/UDELAR, 2009. p. 29-32.

BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855*. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004.

CAÉ, Rachel da Silveira. *Escravidão e liberdade na construção do Estado Oriental do Uruguai. (1830-1860)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá, Empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CALVINO, Ítalo. “A palavra escrita e a não escrita”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América meridional*. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

CARATTI, Jônatas M. *O Solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 4ª. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CARVALHO, Daniela V. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional - 1830-1850)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, José Murilo (org.). *Coleção História do Brasil Nação: A construção nacional (1830 – 1889)*. vol. 2. Rio de Janeiro/ Madrid: Editora Objetiva/Fundación Mapfre, 2012.

_____. *Nação e cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CASAS, Lincoln Maiztegui. *Orientales: Uma história política del Uruguay*. Buenos Aires: Planeta, 2007.

CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Org.). *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4ª ed. Brasília: Editora Unb, 2012. p. 60

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: Período colonial*. Porto Alegre, Globo, 1970.

_____. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Porto Alegre: EST/IEL/UCS, 1978.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHASTEEN, J. C. *Backgrounds of the civil war: The process of land tenure in Brazil's southern borderland, 1801-1893*. *Hispanic American Historical Review*, 1991, v. 71, n.4.

CHIARAMONTE, Jose Carlos. *Cidades, Províncias, Estados: origens da nação argentina. (1800-1846)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

_____. *Mercaderes del Litoral: economia y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991.

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1983.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. “Formação de Famílias Proprietárias e Redistribuição de Riqueza em Áreas de Fronteira”. Campinas, São Paulo, 1795-1850. In: *História Econômica e História de Empresas*, vol. VII, N. 2, jul-dez 2004.

_____. *Herança e Ciclo de Vida: um estudo sobre família e população em Campinas*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 1997.

COSTA, Wilma P. *A espada de Dâmocles. O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

COSTA, Wilma Perez, OLIVEIRA, Lúcia H. S., BITTENCOURT, Vera L. N. *Soberania e conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.

CUNHA, Alexandre Mendes. “Patronagem, Clientelismo e Redes Clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira.” In: *História*. São Paulo, v.25, n.1, p.226-247, 2006

DELFANTE, Carlos D. *Uma flor blanca em el cardal*. Joinvile: Clube de Autores, 2009.

DIAZ DE GUERRA, María A. *História de Maldonado*. Maldonado: Ed. Intendencia Municipal, 1988. Tomo I.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial. Origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Editora da PUC, 1990.

ESTRADA, Marcos M. de. *La Villa de San Carlos: Pedro de Cevallos, portugueses y "patagónicos"*. Montevideu: Ediciones de la Plaza, 2007.

ETCHECHURY BARRERA, M.. “De súbditos y acreedores. Las deudas franco-inglesas en el Uruguay, entre las redes mercantiles y el imperialismo informal (1857-1863)”. *Revista de Historia*, Mar. 2015, 127-142. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/historia/article/view/6518>>.

FAJARDO, Florencia Terán, *La gravitante región de Maldonado*. Intendencia de Maldonado, Comité Patriótico Departamental, 1977.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. POA: Globo, 1958.

FARIA, Sheila C. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

_____. “Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social”. In: *Anos 90*, vol. 15, nº 28, 2008.

FARINATTI, Luís Augusto E. FLORES, Mariana F. da C. T. “A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX)” In: HEINZ, Flávio (org.) *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

FERREIRA, Gabriela Nunes *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERTIG, André Atila. *Clientelismo Político em Tempos Belicosos*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FIGUEIREDO, Joana Bosak. *O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o Estado nacional (1851-1865)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

FLORES, Mariana F. C. T. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

_____. *Contrabando e Contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

FLORES, Moacir. *Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde*. Porto Alegre, EST Edições, 2004.

FONSECA, Pedro Dutra. *Economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRAGOSO, João L. R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa”. In: *Tempo*. Niterói:UFF, vol. 8, nº 15, jul-dez 2003.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário Político do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulani Letra&Vida, 2010.

_____. *Gente e coisas da fronteira Sul*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. *As “Califórniás” do Chico Pedro*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.

FREGA, Ana. *Historia Regional e Independencia del Uruguay*. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2009.

_____. *Pueblos y soberanía en la revolución artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; GELMAN, Jorge. “Mucha tierra y poca gente: un nuevo balance historiográfico de la historia rural platense (1750-1850)”, In: *Historia Agraria: Revista Semestral del Seminario de Historia Agrária*. Universidad de Múrcia, nº.15, enero/julio de 1998.

GARCIA, Graciela B. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros. Uma região del Rio de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial de los Libros del Riel, 1998.

GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; RJ: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

GOLDMAN, Noemí. SALVATORE, Ricardo (org.) *Caudillismos rioplatenses*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso*. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRINBERG, Keila (org.). *As fronteiras da escravidão e liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

_____. “Escravidão e Liberdade na fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa.” In: *Cadernos do CHDD (FUNAG)*, v. 5, p. 91-114, 2007.

_____. “Alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos”. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 27, 2001.

_____. *Código civil e cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (org.) *O Brasil Imperial*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUAZZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província. A república Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013.

_____. “A Guerra do Paraguai e suas implicações na história e na sociedade da Bacia do Prata” In: *Anais do I Encontro de História Brasil-Paraguai*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2002.

_____. “A República Rio-Grandense e o Rio da Prata: a questão dos escravos libertos.” *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2005.

_____. “O Rio Grande do Sul na contracorrente da história”. In: *Vidya*. Santa Maria, n. 24, p137-151, jul./dez. 1995.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor e Cia (1854-1866)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1997.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: UFPel, 2001.

HEINZ, Flávio M. *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. “A herança colonial – sua desagregação”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 6ª ed. tomo II, vol. 1. São Paulo: Difel, 1985.

IMIZCOZ, José María. “Patronos y mediadores. Redes Familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldeã: la hegemonía de las elites baztanesas en el siglo XVIII”. In: *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.

ISOLA, Ema. “La esclavitud en el Uruguay. Desde sus comienzos hasta su extinción (1743-1852)”. *Publicación de la Comisión Nacional de Homenaje del sesquicentenario de los hechos históricos de 1825*, 1975.

KLEIN, Fernando. “El destino de los indígenas del Uruguay”. *Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*, vol. 15, 2007.1.

KLIEMANN, Luíza H. Schmitz. *RS: Terra & Poder. História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KRAAY, Hendrick. *Política racial, Estado e forças armadas na época da independência: Bahia 1790-1850*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

KUHN, Fábio. “Os batismos de escravos na Colônia do Sacramento (1732-1759): notas de pesquisa”. In: *Anais 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Maio 2013, Florianópolis, UFSC.

KULA, Witold. *Teoria econômica do sistema feudal*. Lisboa: Presença, 1979.

LAFFORGUE, Jorge (org.) *Historias de Caudillos Argentinos*. Buenos Aires: Extra Alfaguara, 2001.

LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. “Slave Cowboys in the cattle lands of southern Brazil, 1800-1850.” In: *Revista de História*, São Paulo, v. 51, nº. 101, jan/mar., 1975.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA FILHO, Henrique Espada. *A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Rafael Peter. *A Nefanda Pirataria de Carne Humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

LOBO, Eulália M.; CANAVARROS, Otávio; ELIAS, Zakia F.; NOVAIS, Simone; MADUREIRA, Lucena B. “Estudos das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930.” In: *Revista Brasileira de Economia*, nº4, vol. XXVII, Rio de Janeiro, out./dez. 1973.

MACHADO DE OLIVEIRA, J.J. “Memória Histórica sobre a questão de limites entre o Brazil e Montevideú.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, tomo XVI, tomo 3º. da terceira série [3ª. série, n. 12, 4º. trim., 1853], 1894.

MACÍAS, Flavia. “Ciudadanos armados” y fuerzas militares en la construcción republicana decimonónica. In: *Ediciones Honorable Senado de la Nación, Argentina*. 2010. Disponível em: <<http://www.realinstitutoelcano.org>>.

MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *El Gobierno del Cerrito: coleccion de documentos oficiales emanados de los poderes del gobierno presidido por el brigadier general D. Manuel Oribe, 1843-1851*. Poder ejecutivo, Tomo 1. Montevideú: Imprenta El Siglo Ilustrado, 1948.

MALLO, Silvia C.; TELESCA, Ignacio(org.). “Negros de la Patria”: los afrodescendientes en las luchas por la independéncia em el antigo Virreinato del Río de la Plata. Buenos Aires: SB, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz. “O Estado Nacional e a instabilidade da Propriedade Escrava: A Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872.” *Almanack*, n.2, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/view/727>>.

MANIN, Bernard. *Los principios del gobierno representativo*. Madrid: Alianza, 1999.

MANN, Michael. “O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados”. In: HALL, J. A. (Org.). *Os Estados na história*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MARQUES, Alvarino Fontoura. *Episódios do ciclo do charque*. Porto Alegre: Edigal, 1987.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, Rui Cunha. *O método da fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas)*. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

MATEO, José. *Población, parentesco y red social em la frontera. Lobos (Provincia de Buenos Aires) en el siglo XIX*. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata/GIHR, 2001.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MENEGAT, C. “Cultura política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: USP, 2011.

_____. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MICHOELSSON, Omar E.: *Operativo San Fructuoso*. Tacuarembó: 1990.

MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império. Crise do Antigo Regime, fisco e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Aderaldo e Rotschild, 2009.

MONQUELAT, A. F. *Senhores da carne: charqueadores, saladeristas y esclavistas*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2010.

MOTTA, Márcia. *Nas Fronteiras do Poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil em meados do século XIX*, 1996.

MUGGE, Miquéias H. “Sobre pacificação e reorganização: a guarda nacional e a Província do Rio Grande do Sul após a Revolução Farroupilha.” In: *Oficina do Historiador*: Porto Alegre, EDIPUCRS. Suplemento especial – I EPHIS/PUCRS.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira; SALAINI, Cristian Jobi. “Traição Farroupilha: Documento que revela massacre de soldados negros por líderes farroupilhas gera polêmica até hoje.” *Revista de História*, v. 58, 2010. p. 46-49. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/traicao-farroupilha>>

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editoria da UFRGS, 2007.

_____. “Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial.” In: *Anais da Segunda jornada de História Regional Comparada*. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

_____. *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.

PADRÓN FAVRE, Oscar. *Ocaso de un pueblo índio*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, (1.^a ed.), 1996.

PALERMO, Eduardo R. *Tierra esclavizada: el norte uruguayo em la primera mitad del siglo 19*. Montevideú: Tierra Adentro, 2013.

_____. “Vecindad, frontera y esclavitud en el norte uruguayo y sur de Brasil.” In: *Memorias del Simposio – La ruta del esclavo en el rio de La Plata: su historia y sus consecuencias*. Montevideo: UNESCO, 2005.

PEREIRA, Vantuil. “Petições: liberdades civis e políticas na consolidação dos direitos do cidadão no Império do Brasil (1822-1831)”. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Brasileiros e Cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008.

PETIZ, Silmei de Sant’Ana. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2006.

PETRISSANS, Ricardo, FREIRÍA, Gonçalo. *Extranjerizacion de las tierras nacionales*. Montevideú: Proyeccion, 1987.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. “O federalismo como projeto político no Rio Grande do Sul”. In: TARGA, Luis Roberto (org.). *Breve inventário de temas do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/FEE; Lajeado: UNIVATES, 1998.

_____. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

_____. “A resistência escrava no Rio Grande do Sul”. *Cadernos de Estudos da UFRGS*. Porto Alegre, n. 6, 1992.

_____. “A Política Rio-Grandense no Império”. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: Economia E Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

_____. *A Política Rio-Grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Os Simples Comissários: Negócios e Política no Brasil Império*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2002.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

POLLERO, Raquel. “Estudio de la población de Tacuarembó em base a datos histórico-demográficos”. In: *Anales*, nº2, Junta Regional de Historia y Estudios Conexos. Montevideú, out 1990.

RAMELLA, Franco. “Por un uso fuerte del cocepto de red em lós estúdios migratorios.” In: BJERG, María, OTERO, Hernán (com, p.). *Inmigración y redes sociales em la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA, 1995.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1999.

REGUERA, Andrea. *Estancias pampeanas del siglo XIX. Estrategia empresaria para su funcionamiento: chacras agrícolas y puestos ganaderos*. Quinto Sol, n.3, 1999, p.53-82.

REIS, João José; AGUIAR, Márcia G. D. de. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. *Revista de História*, São Paulo, n.135, 2º sem., 1996, p. 133-160. Disponível em < <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-revolta-da-farinha>>

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. 2a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, José Iran. “A poder de maneiras, ia amoldando o povo”: os guerreiros de Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí”. *Anais eletrônicos SNH-ANPUH*. Florianópolis, UFSC, 2015.

_____. *O Império e as revoltas: Estado e nação na trajetória dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

_____. *Quando o Serviço os chamava. Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2005.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RILLA, José. La tradición contra los partidos en el Uruguay. *História*. Franca, v. 23, n. 1-2, 2004. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742004000200009> >.

ROSAL, Miguel A.; SCHMIT, Roberto. *Del reformismo colonial borbónico al librecomercio: las exportaciones pecuarias del Río de la Plata (1768-1854)*. Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana. 3ª serie, n. 20, 2º sem. 1999.

ROSSATO, Monica. “Fronteira, família e poder: a construção da trajetória política de Gaspar Silveira Martins”. *Anais eletrônicos SNH-ANPUH*. Florianópolis, UFSC, 2015.

SABATO, Hilda. *Povo e política. A construção de uma república*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

_____. “Soberania popular, cidadania e nação na América Hispânica: a experiência republicana do século XIX”. In: *Almanack Brazieliense*, nº09, maio 2009.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

SANTANNA, Elizabeth. “Súplicas a Vossa Majestade Imperial: as negociações em tempos de mudança.” In: RIBEIRO, Gladys S.; MARTINS, Ismênia de L.; FERREIRA, Tânia M. T. B. C. *O Oitocentos sob novas perspectivas*. São Paulo: Alameda, 2014.

SARMIENTO, Domingos Faustino. *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/EDIPUCRS, 1996.

SCHEIDT, Eduardo. *Carbonários no Rio da Prata: jornalistas italianos e a circulação de ideias na Região Platina. (1727-1860)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

SCHMIT, Roberto. *Ruina y resurrección em tempos de guerra*. Sociedad, economia y poder em el Oriente Entrerriano posrevolucionario, 1810-1852. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850*, 1996.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*, 1996.

SILVA, Matheus L. *Trajatória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

SOMMA, Lucia Scuro (org.). *Población afrodescendente y desigualdades étnico-raciales en Uruguay*. Montevideo: PNUD, 2008.

SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias, o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício. “Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX”. In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha. História popular do grande decênio, seguida das “Efemérides” principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. São Paulo: Ed. Nacional/UNB, 1982.

TEIXEIRA, Luana. “Abordagens atuais: escravidão e pecuária no século XIX.” In: *Anais do VI Encontro Estadual de História – ANPUH-RS*. Caxias do Sul: UCS, 2006.

TERNAVASIO, Marcela. *La revolución del voto. Política y elecciones em Buenos Aires. 1810-1852*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus: 990-1992*. São Paulo: Edusp, 1996.

TORRE, Nelson de la; RODRÍGUEZ, Julio; TOURON, Lucía Sala de. *Artigas: tierra y revolución*. Montevidéo: Arca, 1967.

TRINDADE, Helgio & NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: EDUFRGS/Sulina, 1991.

VARGAS, Jonas M. "Na trilha das tropas": os charqueadores de Pelotas e suas estratégias para atuar nos mercados do gado vacum (rio grande do sul, c. 1850 - c. 1890)". *Revista Territórios e Fronteiras*, vol. 7, nº 2, 2014.

_____. *Pelas margens do Atlântico. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

_____. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

VASCONCELLOS, Henrique Pinheiro de. *Uruguay-Brasil Comércio e Navegação 1851-1927*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

VIACAVA, Juan Andrés Camou. *Se armaron con ellos las ideas para resistir a la fuerza: por uma reavaliação da oposição entre caudilho e estado no Uruguai a partir de Herrera y Obes, Berro, Antuña e Zás (1ª metade do século XIX)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2005.

VIEIRA JR, Otaviano. "De Família, Charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824)". In: *Anos 90*. Vol.16, nº 30, 2009.

VOLKMER, Márcia S. "Onde começa ou termina o território pátrio" os estrategistas da fronteira: empresários uruguaios, política e indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí, 1893-1928). Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.

VON-HOOFF, Herman. *Memorias del Simposio – La ruta del esclavo en el rio de La Plata: su historia y sus consecuencias*. Montevideo: UNESCO, 2005.

WINN, Peter. *Inglaterra y Tierra Púrpura*. Tomo I. Montevidéo: Facultad de Humanidades y Ciências de la Educación (UDELAR), 1997.

WOLF, Eric. “Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México.” In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.

XAVIER, Angela; HESPANHA, Antonio Manuel. “As redes clientelares.” In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). *História de Portugal – Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

YOUNGER, Joseph. “Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata.” *Revista Aedos*, v. 1, nº1, p.290-311, 2008.

ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

ZALLA, J.; MENEGAT, C. “História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 62, 2011.

ZUBILLAGA, Carlos. “Algunos antecedentes sobre acondicionamiento territorial em Uruguay (1611-1911)”. In: *Cuaderno del CLAEH*. Nº4, Montevidéo, 1977.